

ANA CLÁUDIA FERNANDES FERREIRA

**UM NOME DE TEORIA ESTABILIZADO, SENTIDOS EM MOVIMENTO:
A SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA NA HISTÓRIA**

Dissertação apresentada para a obtenção do título de Mestre em Lingüística junto ao Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas.

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Claudia Regina Castellanos Pfeiffer

CAMPINAS, 2005

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IEL - UNICAMP

F413u

Ferreira, Ana Cláudia Fernandes.

Um nome de teoria estabilizado, sentidos em movimento : a semântica argumentativa na história / Ana Cláudia Fernandes Ferreira. -- Campinas, SP : [s.n.], 2005.

Orientadora : Claudia Regina Castellanos Pfeiffer.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Semântica. 2. Lingüística. 3. Ducrot, Oswald. 4. Vogt, Carlos, 1943-. 5. Guimarães, Eduardo, 1948-. I. Pfeiffer, Claudia Regina Castellanos. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Título em inglês: A stabilized name of theory, senses in movement: the argumentative semantics in history

Palavras-chave em inglês (Keywords): Semantics; Linguistics, Oswald Ducrot, Carlos Vogt, Eduardo Guimarães.

Área de concentração: História das idéias lingüísticas.

Titulação: Mestrado

Banca examinadora: Prof^ª. Dr^ª. Mônica Graciela Zoppi Fontana, Prof^ª. Dr^ª. Mariza Vieira da Silva.

Data da defesa: 28/02/2005



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

A Comissão Julgadora dos trabalhos de defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 28 de fevereiro de 2005, considerou a candidata Ana Cláudia Fernandes Ferreira aprovada. Distinção e Louvor.

Prof^a. Dr^a. Claudia Regina Castellanos Pfeiffer

Prof^a. Dr^a. Mônica Zoppi-Fontana

Prof^a. Dr^a. Mariza Vieira da Silva

Aos meus pais
Elisabete e Fernando

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer:

A minha mãe, Elisabete, e ao meu pai, Fernando, por todo carinho e por terem me apoiado de diversas maneiras;

Aos meus queridos irmãos, Júlio Cássio e Marcos Vinícius, pela longa amizade;

A minha orientadora, Claudia Pfeiffer, pelo interesse em minhas inquietações teóricas, pela orientação excelente, pelo incentivo e afeição;

Ao professor Eduardo Guimarães, pelas aulas inesquecíveis;

À professora Mónica Zoppi-Fontana, à professora Suzy Lagazzi-Rodrigues, e à professora Mariza Vieira da Silva pelas valiosas observações sobre meu trabalho;

Aos funcionários do AC do Siarq, Biblioteca Central, Biblioteca do IEL, CEDAE, DAC, Secretaria de Pós-Graduação do IEL e Secretaria de Pesquisa do IEL, que foram muito atenciosos, sempre;

E à Fapesp, pelo financiamento de minha pesquisa.

E o sol ainda brilha na estrada

e eu nunca passei

Força Estranha, de Caetano Veloso

RESUMO

Esta dissertação, inscrita no projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil, teve como objetivo estudar alguns aspectos da configuração da *semântica argumentativa* em produções de Carlos Vogt e Eduardo Guimarães, em torno das décadas de 1970 e 1980. Neste estudo, realizei análises sobre o nome *semântica argumentativa* ao lado de outros nomes de teoria presentes nas produções destes autores. Estas análises permitiram uma compreensão sobre a estabilização do nome *semântica argumentativa* em seus estudos e, ao mesmo tempo, sobre os sentidos deste nome em movimento. Este funcionamento da *semântica argumentativa* enquanto um nome de teoria estabilizado com sentidos em movimento é compreendido a partir de relações interdiscursivas produzidas por condições materiais específicas: condições históricas gerais da produção do conhecimento sobre a linguagem e condições históricas específicas ao domínio da *semântica argumentativa*, na relação com as instituições onde as pesquisas dos autores foram produzidas.

ABSTRACT

This thesis, part of the History of Linguistic Ideas in Brazil project, studies aspects of the *argumentative semantics* in works of Carlos Vogt and Eduardo Guimarães, that was produced during the 1970s and 1980s. This study analyses the name *argumentative semantics*, in relation to other names that designate a theoretical domain in the works of these authors. These analyses had allowed to an understanding on the stabilization of the name *argumentative semantics* in his works and the meanings of this name in movement. The functioning of *argumentative semantics* as an established name with changing meanings is understood on the basis of interdiscursive relations produced by specific material conditions: the general historical conditions of the production of the knowledge of language, and the specific historical conditions of the *argumentative semantics* domain. These conditions are discussed in relation to the institutions where the research of the authors was produced.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	19
CAPÍTULO I	
DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	27
1.0. QUESTÕES PARA UMA REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS	27
2.0. CONSTRUÇÃO DO ARQUIVO DE LEITURA	30
3.0. UMA PERSPECTIVA MATERIALISTA PARA A HISTÓRIA E SUAS CONSEQÜÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS	35
4.0. ANÁLISES DO NOME SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA AO LADO DE OUTROS NOMES DE TEORIA.....	40
CAPÍTULO II	
APRESENTAÇÃO: OS AUTORES, ESTUDOS DA LINGUAGEM NA UNICAMP E NOMES DE TEORIA	49
1.0. SOBRE OSWALD DUCROT	49
2.0. SOBRE CARLOS VOGT	49
3.0. SOBRE EDUARDO GUIMARÃES	51
4.0. UMA HISTÓRIA DOS ESTUDOS DA LINGUAGEM NOS PRINCÍPIOS DA UNICAMP	52
5.0. A SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA AO LADO DE OUTROS NOMES DE TEORIA	67
CAPÍTULO III	
A SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA NA SEMÂNTICA LINGÜÍSTICA	71
1.0. PRINCÍPIOS DE UMA SEMÂNTICA PROPRIAMENTE LINGÜÍSTICA	71
2.0. A PRAGMÁTICA NA SEMÂNTICA LINGÜÍSTICA	83
3.0. A SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA NA SEMÂNTICA LINGÜÍSTICA	87

CAPÍTULO IV

A SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA NO INTERVALO	97
1.0. <i>UMA</i> SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA NO INTERVALO SEMÂNTICO	97
2.0. A SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA NO INTERVALO SEMÂNTICO	106
3.0. UMA PRAGMÁTICA INTEGRADA NO INTERVALO DE UM PREFÁCIO	113
4.0. O OUTRO, A HISTÓRIA E A IDEOLOGIA NA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA	121

CAPÍTULO V

A SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA NA SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO	137
1.0. UM CAMPO DE ESTUDOS EM CONSTITUIÇÃO E SEUS NOMES	137
2.0. A SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO	155
3.0. A SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA NA SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO	163
4.0.4.0. O OUTRO, A HISTÓRIA E A IDEOLOGIA NA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA	175

CAPÍTULO VI

CONDIÇÕES HISTÓRICO-INSTITUCIONAIS DA CONSTITUIÇÃO DA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA.....	183
1.0. INTRODUÇÃO	183
2.0. CONSTITUIÇÃO DA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA NO INTERVALO	183
3.0. DISCIPLINARIZAÇÃO E PROJEÇÃO DA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA	187
4.0. PROJEÇÃO DA PRAGMÁTICA	192
5.0. CONSTITUIÇÃO DA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA NA SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO	194

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	201
---------------------------	-----

BIBLIOGRAFIA.....	207
-------------------	-----

ANEXO

RELAÇÃO DE TEXTOS CONSULTADOS PARA A CONSTRUÇÃO DO ARQUIVO DE LEITURA	217
---	-----

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação, inscrita no projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil¹, sob uma perspectiva materialista da história das ciências, tem como objetivo estudar alguns aspectos da configuração da *semântica argumentativa* em produções de Carlos Vogt e Eduardo Guimarães, em torno das décadas de 1970 e 1980.

Esta perspectiva materialista se configura a partir de minha filiação à *semântica histórica da enunciação* (proposta por Eduardo Guimarães) em seu diálogo teórico com a *análise de discurso* (na abordagem de Michel Pêcheux, Eni Orlandi, dentre outros).

Sob esta perspectiva, entendo que é parte fundamental de meu estudo pensar as condições materiais específicas que constroem e fazem circular uma memória de sentidos sobre o conhecimento científico produzido a respeito da linguagem.

Pensar nestas condições materiais envolve considerar a filiação teórica, que é fundante, de Carlos Vogt e Eduardo Guimarães aos estudos semânticos de Oswald Ducrot.

Envolve também, considerar as instituições universitárias onde Oswald Ducrot, Carlos Vogt e Eduardo Guimarães produziram seus estudos semânticos.

Desse modo, destaquemos que Oswald Ducrot iniciou seus estudos argumentativos no começo da década de 1970, enquanto professor-diretor da Escola Prática de Altos Estudos (EPHE)². Nesse momento, O. Ducrot também estava vinculado à Unicamp, enquanto docente do Departamento de Lingüística do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Carlos Vogt iniciou seus estudos argumentativos neste mesmo período. Enquanto docente contratado pelo

¹ Projeto vinculado ao acordo Capes/Cofecub, desenvolvido no âmbito da Unicamp, USP e ENS-Lyon.

² A Escola Prática de Altos Estudos (École Pratique des Hautes Études – EPHE) passou a chamar-se, posteriormente, Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (École des Hautes Études em Sciences Sociales – EHESS).

Departamento de Lingüística do IFCH da Unicamp, C. Vogt iniciou seu doutoramento de 3º Ciclo na EPHE, defendendo sua tese de doutorado na Unicamp, em 1974. Carlos Vogt e Oswald Ducrot fizeram parte da constituição do Departamento de Lingüística, no IFCH da Unicamp³. Eduardo Guimarães iniciou seus estudos argumentativos em sua tese de doutorado produzida na USP, em 1979, passando a integrar o corpo docente do Departamento de Lingüística da Unicamp em 1981. Além disso, também é imprescindível destacar que, no âmbito internacional, a primeira instituição onde a *semântica argumentativa* tornou-se disciplina foi a Unicamp, já no ano de 1975⁴.

Levando em consideração estas condições histórico-institucionais relativas à constituição da *semântica argumentativa*, a Unicamp se configura em meu trabalho como um lugar de interpretação das minhas análises. Cabe ressaltar que a dissertação e a tese de E. Guimarães, defendidas na USP, não se configuram no quadro dos estudos semióticos produzidos nesta instituição como, por exemplo, os diversos desdobramentos da *semântica estrutural* proposta por A. J. Greimas. Sua dissertação e tese foram desenvolvidas a partir de uma filiação teórica com os estudos semânticos de O. Ducrot. Como decorrência disto, sou levada a considerar que a Unicamp é um lugar de interpretação das minhas análises sobre estes estudos de E. Guimarães, produzidos na USP.

Estas observações mostram que o lugar empírico em que uma pesquisa é realizada não determina, necessariamente, que a pesquisa seja desenvolvida no interior das linhas de atuação disponibilizadas por este espaço institucional. Isso, em função da possibilidade de contato com estudos produzidos em outros centros, que podem ser determinantes.

O recorte temporal de minhas análises se mantém, em grande parte, em torno das décadas de 1970 e 1980. A década de 1970 é o momento em que a *semântica argumentativa* se constitui

³ Oswald Ducrot continuou a visitar a Unicamp mesmo depois que deixou de ser docente desta instituição. Carlos Vogt continuou como docente.

⁴ As análises dos processos enunciativos possibilitados por condições históricas determinadas, realizadas neste trabalho, permitem que eu faça esta afirmação.

nos estudos de C. Vogt e se disciplinariza na Unicamp. A década de 1980 é o momento de inúmeras reflexões sobre esta semântica nos estudos de E. Guimarães.

É importante ressaltar, porém, que este recorte temporal não é compreendido de modo fixo. Em determinados momentos de meu estudo, tornou-se imprescindível trazer análises que levassem em conta outros momentos, anteriores e posteriores a este período.

As produções semânticas de Carlos Vogt e Eduardo Guimarães foram escolhidas para a minha pesquisa pelo papel que exerceram na sustentação da *semântica argumentativa* no Departamento de Lingüística da Unicamp.

Cabe, aqui, salientar que não estou desconhecendo a existência de outros lingüistas que também produziram suas pesquisas no âmbito da *semântica argumentativa* ou dialogaram e debateram com ela.

Um nome que não poderia deixar de lembrar é o de João Wanderley Geraldi, autor da dissertação de mestrado *Se a Semântica Fosse Também Pragmática... Ou para uma Análise dos Enunciados Condicionais* (1978), orientada por C. Vogt. Além de sua dissertação, o autor publicou, em co-autoria com Rodolfo Ilari, o livro *Semântica* (1985), bem como diversos artigos que abordaram criticamente a *semântica argumentativa*. Sua tese de doutorado, *Linguagem, Interação e Ensino* (1990), traz algumas considerações do domínio da *semântica argumentativa*, mas trata, essencialmente, da questão do ensino.

Outro nome importante a ser lembrado é o de Rosa Attié Figueira, autora da dissertação de mestrado *Verbos Introdutores de Pressupostos* (1974). Sua dissertação foi orientada por Oswald Ducrot e co-orientada por Carlos Vogt. Além deste trabalho, vale citar o artigo que escreveu com C. Vogt “Dois Verbos Achar em Português?” (Figueira & Vogt, 1984). Posteriormente, grande parte dos estudos desenvolvidos pela autora – incluindo-se sua tese de doutorado – fundamentam-se em

perspectivas teóricas ligadas mais estreitamente à aquisição da linguagem.

Também há autores que levaram para suas áreas de estudo algumas considerações sobre a *semântica argumentativa*. A este respeito vale lembrar certos desdobramentos desta semântica na *lingüística textual*. Lembro aqui, a tese de doutorado de Ingedore G. V. Koch, *Aspectos da Argumentação em Língua Portuguesa* (1981), defendida na PUC de São Paulo. Nesta tese, a *semântica argumentativa* tem um papel central. No desenvolvimento de suas pesquisas de *lingüística textual*, a autora mantém, em inúmeros trabalhos, um forte diálogo com esta semântica.

Lembro, ainda, estudos de dois autores que colocaram críticas a esta semântica: “Dos Problemas de Imperfeita Simetria”, de Rodolfo Ilari (1983) e “Quando ‘2+3’ Não é Igual a ‘3+2’. A Semântica e a Pragmática das Construções Simétricas em Língua Natural”, de Kanavillil Rajagopalan (1987).

Vê-se, então, que a *semântica argumentativa* tem uma presença tal que é discutida por diversos autores. Mas recortes são necessários. Minha opção foi constituir um campo de observação mais específico, pela relação entre um domínio disciplinar e aspectos institucionais, a fim de estabelecer condições precisas para este trabalho.

Assim sendo, a pergunta que esta dissertação coloca é: Como, a partir de condições materiais específicas, configura-se a *semântica argumentativa* em textos de Carlos Vogt e Eduardo Guimarães?

Para respondê-la, parto do fato de linguagem de que o nome *semântica argumentativa* não está presente no primeiro texto de O. Ducrot dedicado ao estudo da argumentação na língua (Ducrot, 1973b)⁵, podendo ele ser visto na Tese de Doutorado de C. Vogt (1974c).

⁵ Em 2002, numa das reuniões de orientação sobre a minha pesquisa de iniciação científica com o professor Eduardo Guimarães, ouvi dele um certo comentário que me chamou a atenção. Um tanto quanto provocativamente, a meu ver, ele observou que o nome *semântica argumentativa* não estava presente no artigo “As Escalas Argumentativas” de O. Ducrot, (1973b). Aquele comentário litótico despertou meu interesse em investigar como e em que estudos o nome *semântica argumentativa* comparecia.

Isso me leva a tomar como objeto de análise inicial alguns nomes de teoria presentes nos estudos de O. Ducrot, C. Vogt e E. Guimarães. Em outras palavras, isso me leva a tomar como ponto de entrada para as minhas análises, o estudo do nome *semântica argumentativa* ao lado de outros nomes de teoria presentes nas produções destes autores.

Desse modo, minhas análises são realizadas tendo em conta:

- relações que alguns dos nomes de teoria (*semântica lingüística, semântica da enunciação, pragmática integrada, pragmática lingüística*, entre outros), presentes nos estudos destes autores, estabelecem entre sintaxe, semântica e pragmática⁶;
- relações do nome *semântica argumentativa* com estes outros nomes de teoria;
- algumas configurações teórico-metodológicas produzidas nas *semânticas argumentativas* dos autores através de diálogos teóricos específicos;
- condições histórico-institucionais da nomeação *semântica argumentativa*, de sua disciplinarização, e de algumas de suas configurações teórico-metodológicas;
- condições histórico-institucionais que fazem significar em um mesmo nome – *semântica argumentativa* – diferentes sentidos.

Para a realização destas análises trabalho com um arquivo de leitura constituído por textos de naturezas diversas: textos relativos ao domínio da *semântica argumentativa*, textos de arquivo histórico, e outros textos relevantes para meu estudo.

Esta dissertação está organizada em seis capítulos e as considerações finais.

No Capítulo I abro uma discussão teórica sobre o estudo da história das ciências, reflito sobre a construção de um arquivo de leitura e sobre a concepção de história dentro de uma abordagem

⁶ Considerando que, nas relações estabelecidas, sintaxe, semântica e pragmática são tomadas como nomes de disciplinas e/ou como designação de níveis de análise.

materialista. Também faço uma apresentação dos conceitos teórico-metodológicos e procedimentos analíticos com os quais trabalharei.

No Capítulo II, começo por trazer algumas informações sobre a formação e atuação profissional de O. Ducrot, C. Vogt e E. Guimarães. Apresento, em seguida, uma história dos estudos da linguagem nos princípios da Unicamp. E apresento, também, algumas tabelas que foram elaboradas no início da construção de meu arquivo de leitura. Elas contêm grande parte dos nomes de teoria presentes em textos destes autores, ao lado das datas em que foram publicados. Estas tabelas possibilitaram a realização de algumas reflexões iniciais sobre as relações entre estes nomes de teoria, ao lado do nome *semântica argumentativa*.

No Capítulo III, inicio com uma análise dos sentidos do nome *semântica lingüística*, presente nos primeiros estudos de O. Ducrot (1969 a 1973). A seguir, faço uma análise da palavra 'pragmática' nestes estudos, tomando-a nas relações estabelecidas pelo autor entre sintaxe-semântica e semântica-pragmática. Em seguida, analiso algumas relações de sentido estabelecidas entre os nomes *semântica argumentativa* e *semântica lingüística*, ao lado de outros nomes de teoria que designam seus estudos argumentativos e outros estudos. Estas análises me levaram a produzir uma compreensão sobre algumas especificidades da *semântica argumentativa* de Oswald Ducrot em relação ao modo de nomear o campo de seus estudos. Estas análises permitiram, nos capítulos seguintes, visualizar algumas semelhanças e diferenças nos modos de designar o campo de estudos nas produções de Carlos Vogt e Eduardo Guimarães, e, a partir disso, analisar algumas particularidades de suas *semânticas argumentativas*.

No Capítulo IV, começo por analisar algumas relações estabelecidas entre os nomes *semântica argumentativa*, *pragmática integrada* e *intervalo semântico* na tese de doutorado de Carlos Vogt (1974c). Partindo para outros textos que o autor produz posteriormente, analiso os

nomes *semântica argumentativa* e *intervalo semântico* na relação com outros nomes que são introduzidos: *macrossintaxe*, *sintaxe*, *semântica*, *pragmática*, *pragmática das representações* e *semântica lingüística*. No decorrer destas análises, vou indicando alguns pontos em comum e algumas diferenças entre os estudos de C. Vogt e O. Ducrot, relativamente a questões teórico-metodológicas. Em seguida, trago alguns textos de O. Ducrot que discutem aspectos das teses de C. Vogt. A discussão destes textos permitiu visualizar o momento de instauração de um diálogo teórico dos autores com estudos de Mikhail Bakhtin. Tendo isso em conta, analiso a instauração deste diálogo teórico no interior da *semântica argumentativa* de C. Vogt observando como ela leva a uma re-significação de noções teóricas presentes em seus estudos e, conseqüentemente, a uma re-significação de sua *semântica argumentativa*.

No Capítulo V, começo analisando diversos nomes de teoria presentes na dissertação de mestrado de Eduardo Guimarães (1976a): *teoria da enunciação*, *teoria geral do discurso*, *lingüística do discurso*, *semântica do discurso*, *pragmática lingüística*, entre outros. A seguir, analiso, em sua tese de doutorado (Guimarães, 1979a), os nomes *semântica lingüística*, *pragmática* e *semântica da enunciação*, entre outros. Busco apontar, neste percurso analítico, algumas relações estabelecidas entre estes nomes e entre nomes enunciados em sua dissertação. Analiso, também em sua tese, o modo como a questão da argumentatividade é introduzida. No decorrer destas análises, busco dar visibilidade a certos diálogos teóricos com outros domínios de estudos, notadamente com um tipo de *pragmática* e com a *análise de discurso*. Em seguida, passo a analisar textos do autor, produzidos posteriormente, nos quais os nomes *semântica argumentativa* e *semântica da enunciação* estão presentes. Estas análises permitiram indicar algumas relações de diálogo teórico com as *semânticas argumentativas* de O. Ducrot e C. Vogt, com a *análise de discurso* e com estudos de Mikhail

Bakhtin. Levando em consideração estes diálogos, foi possível observar como a *semântica argumentativa* de Eduardo Guimarães vai se configurando em seus estudos.

No capítulo VI, reflito sobre as condições histórico-institucionais que possibilitaram o processo de nomeação de *semântica argumentativa* nos estudos de C. Vogt e o lugar dado a esta semântica nestes estudos. Em seguida, teço algumas reflexões sobre a disciplinarização da *semântica argumentativa* no Departamento de Lingüística do IFCH da Unicamp, sua projeção para outras instituições e o espaço aberto para a disciplinarização da *pragmática*. Tendo isso em conta, reflito sobre as condições histórico-institucionais que possibilitaram a introdução da *semântica argumentativa* nos estudos de E. Guimarães.

É importante enfatizar que as análises das condições históricas e institucionais apresentadas neste sexto capítulo são constitutivas das relações de sentido apresentadas nos capítulos precedentes. No percurso de minha pesquisa, estas análises não se fizeram *a posteriori*. Apenas em função de objetivos descritivos é que elas foram apresentadas neste capítulo.

Nas Considerações Finais, retomando as análises dos capítulos precedentes, apresento algumas compreensões sobre o funcionamento do nome *semântica argumentativa* no interior de uma memória de sentidos, em que percebo o funcionamento de dois efeitos de sentido que designo como efeito de unidade e efeito de recobrimento.

Em anexo, apresento uma relação dos textos consultados para a construção de meu arquivo de leitura.

CAPÍTULO I

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

1.0. QUESTÕES PARA UMA REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS

Conforme se pode observar em Sylvain Auroux (1992), fazer a história de uma disciplina científica exige levar-se em conta aspectos próprios do domínio específico de conhecimento, assim como aspectos sociais e institucionais a ele relacionados.

Segundo o autor:

“Todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber. Porque é limitado, o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospectção (Auroux, 1987b), assim como um horizonte de projeção. O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com freqüência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber” (p. 11 e 12).

O modelo de investigação histórica de Sylvain Auroux (1985, 1992), na apresentação de Jean-Claude Chevalier e Simone Delesalle (1986), propõe:

- considerar a análise de textos num eixo histórico e num eixo sincrônico;
- considerar as instituições em que se inscreve a teoria lingüística, levando em conta seu funcionamento nas relações com outras instituições;
- considerar “os acontecimentos contingentes que determinam de modo direto a adoção de um ou de outro modo de pesquisa” (p. 10).

Tendo apresentado este modelo, os autores buscam discuti-lo e, para isso, re-dividem os três pontos deste modelo em interiores (análise histórica e sincrônica de textos) e exteriores (jogo das instituições e acontecimentos contingentes) ressaltando, porém, que tudo está entrelaçado e que, portanto, tais termos são aproximativos.

Dentre os problemas apontados pelos autores, vale mencionar suas preocupações sobre a exaustividade da pesquisa. Esta questão da exaustividade aparece como um obstáculo para o estudo dos aspectos interiores e dos aspectos exteriores do modelo apresentado. J-C. Chevalier e S. Delesalle (1986) observam, por exemplo, que não há, na França nenhum inventário exaustivo sobre a história da lingüística do século XIX. De outro lado, problematizam a própria noção de exaustividade que, segundo eles, torna-se mais obscura na medida em que os inventários crescem, afirmando seu caráter ilusório e ideológico. E acrescentam, sobre isso, que o aumento de saber multiplica a complexidade das questões.

A partir da perspectiva materialista em que me situo no interior do projeto HIL, discutirei a seguir, o modo como abordarei algumas questões colocadas por este modelo de investigação histórica. Embora a perspectiva teórica a que me filio seja distinta da dos autores, várias questões que eles trouxeram com a proposta deste modelo e sua problematização foram bastante produtivas para a minha pesquisa.

Assim como os autores, também considero que os três “vértices” deste modelo estão entrelaçados. Conseqüentemente, a relação entre “interioridade” (de textos) e “exterioridade” (de acontecimentos institucionais e contingentes) é vista apenas como uma distinção descritiva.

Do ponto de vista da *análise de discurso* e da *semântica histórica da enunciação*, considero que estes aspectos “externos” se materializam na interioridade de textos e que textos afetam esta “exterioridade”. Em outras palavras, considero que esta “exterioridade” é o que possibilita a

constituição de determinados textos e que determinados textos são definidores de certas configurações institucionais.

Dessa maneira, esta “exterioridade” não é concebida como um simples complemento informativo, pronto e transparente que teria por função corroborar resultados de análises de textos, mas sim enquanto uma relação indissociável com estes textos. Relação esta que se dá pela materialização da ideologia no simbólico (Orlandi, 1999a), pelo interdiscurso. Neste sentido, tomando a “exterioridade” como constitutiva dos textos e por eles constituída, a distinção entre interioridade e exterioridade não é vista como um binômio.

Com relação às análises de textos, embora uma cronologia possa fazer parte de minhas análises, ela não é determinante para a minha concepção de história. A história, como já mencionei anteriormente, é pensada em relação à produção de sentidos possibilitados por condições materiais determinadas.

No interior dessa concepção, o acontecimento contingente será visto como o lugar do inesperado que se efetivou, porém, sempre dentro da história.

Tendo em conta estas questões busquei construir um arquivo de leitura com textos produzidos no domínio da *semântica argumentativa*, textos relativos à constituição deste domínio e outros textos relevantes, a partir dos quais pude realizar minhas análises e reflexões.

2.0. CONSTRUÇÃO DO ARQUIVO DE LEITURA

O modo pelo qual trabalho com o arquivo se fundamenta a partir das considerações de Michel Pêcheux em *Ler o Arquivo Hoje* (1982a).

Segundo o autor:

“É esta relação entre *língua* como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a *discursividade* como inscrição de efeitos lingüísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo” (grifos do autor – p. 63).

Desse modo, o trabalho de leitura de arquivo deve ser feito considerando que a língua está na história e que ela não é transparente. Sobre essa questão, lembro também algumas reflexões de J. Guillaumou e D. Malidier (1984):

“O arquivo nunca é dado a priori, e em uma primeira leitura, seu funcionamento é opaco. Todo arquivo, principalmente manuscrito, é identificado pela presença de uma data, de um nome próprio, de uma chancela institucional etc., ou ainda pelo lugar que ele ocupa em uma série. Essa identificação, puramente institucional, é para nós insuficiente: ela diz pouco do funcionamento do arquivo. (...) o arquivo não é o reflexo passivo de uma realidade institucional, ele é, dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social. O arquivo não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes” (p. 164).

Minha pesquisa considera o trabalho de leitura de arquivo sob estes dois pontos fundamentais apresentados pelos autores: o arquivo é aquilo que o analista constrói (Pêcheux, 1982a) e o arquivo construído pela instituição é opaco e não é dado *a priori* (Guillaumou & Malidier, 1984). As afirmações de J. Guillaumou e D. Malidier, de que o arquivo institucional não é dado *a priori* e de que seu funcionamento é opaco, também são compreendidas em relação ao arquivo de leitura construído pelo analista.

A construção de meu arquivo de leitura é sustentada pela perspectiva teórica do projeto HIL. Esta perspectiva materialista possibilita a formulação de perguntas específicas para a minha

pesquisa. Perguntas estas que, sob esta perspectiva, foram formuladas em torno da pergunta que esta pesquisa colocou: Como, a partir de condições materiais específicas, configura-se a *semântica argumentativa* em textos de Carlos Vogt e Eduardo Guimarães?

A partir das perguntas colocadas, o próprio processo de leitura e análise do arquivo produz outras questões que levam a um retorno ao arquivo. Desse modo, o arquivo de leitura não se fecha. Ao mesmo tempo, não pode pretender uma exaustividade ou completude. No percurso de leitura e análises, o modo como se cruzam as “informações” produz uma história. Dessa maneira, a pergunta inicial de minha pesquisa indicou um caminho para a construção de meu arquivo de leitura.

Tendo em conta a relação de filiação teórica dos estudos de Carlos Vogt e Eduardo Guimarães com os estudos de Oswald Ducrot, dei início à construção de meu arquivo de leitura a partir de um levantamento da produção científica destes três autores. Este levantamento se fez através de pesquisas na biblioteca virtual da Unicamp, em sites de busca (Google), nas referências bibliográficas trazidas pelos próprios textos dos autores, e em seus *curricula* (consultados na internet: Plataforma Lattes do CNPq, Sipex (Sistema de Informação de Pesquisa e Extensão) da Unicamp, outras bases virtuais e em *curricula* impressos).

A produção dos autores foi organizada numa cronologia que tem por base as datas da primeira publicação de cada texto, além de outras indicações de datas (quando há tais indicações) que informam quando os textos foram escritos ou apresentados em algum evento. Esta investigação resultou num arquivo que designei de *arquivo bibliográfico*.

Tendo em vista meu interesse inicial pelo modo de presença do nome *semântica argumentativa* nos estudos de O. Ducrot, C. Vogt e E. Guimarães, realizei uma leitura deste arquivo bibliográfico que buscou, em cada texto, os nomes que designavam o domínio teórico dos estudos

dos autores. Esta leitura específica do arquivo bibliográfico norteou o percurso de minha pesquisa em torno dos sentidos do nome *semântica argumentativa* ao lado de outros nomes de teoria.

Com o objetivo de compreender as condições histórico-institucionais que possibilitaram a constituição da *semântica argumentativa* nos estudos destes autores, realizei investigações sobre a história da constituição do Departamento de Lingüística da Unicamp, espaço institucional onde trabalharam C. Vogt e O. Ducrot, já no início da década de 1970 – momento em que se constituía este tipo de semântica. Estas investigações se fizeram sobre Catálogos dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação da Unicamp, bem como em documentos de arquivo histórico relacionados com o IFCH (onde este departamento se constituiu primeiramente) e o IEL, conservados no Arquivo Central (AC) do Sistema de Arquivos (Siarq) da Unicamp.

Os Catálogos dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação trazem informações sobre a organização do curso de lingüística, os nomes dos primeiros docentes, das primeiras disciplinas, dentre outras informações relevantes. Boa parte destes catálogos foi encontrada na Biblioteca Central (BC) da Unicamp e, outra parte, no acervo de catálogos da Diretoria Acadêmica (DAC) desta universidade.

O Arquivo Central (AC) do Sistema de Arquivos da Unicamp (Siarq) tem reunidos alguns documentos históricos sobre o IFCH e o IEL. Estes documentos compõem o “Levantamento sobre a História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas”, que faz parte do “Fundo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)” e o “Levantamento sobre a História do Instituto de Estudos da Linguagem”, que faz parte do “Fundo Instituto de Estudos da Linguagem (IEL)”.

Além de pesquisas nestes fundos, foi necessário pesquisar em outros processos como, por exemplo, em boletins de nota e frequência do antigo Serviço de Registro e Controle Acadêmico (Serca) e atual Diretoria Acadêmica (DAC), conservados junto a processos da DAC.

Através da investigação em catálogos e boletins de nota e frequência, foi possível saber quando a *semântica argumentativa* tornou-se disciplina do curso de Pós-Graduação em Lingüística.

Outro estudo realizado foi no Centro de Documentação Alexandre Eulálio (CEDAE) sobre os seminários do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo (GEL) de 1975, do qual participaram Carlos Vogt e Eduardo Guimarães.

Além das pesquisas em documentos institucionais da Unicamp, utilizei a Plataforma Lattes do CNPq e o Sipex da Unicamp na internet para obter informações bibliográficas de outros autores que têm relação com meu trabalho. Utilizei, também, o site de busca Google para estes mesmos fins e para diversos outros, relacionados com o domínio da *semântica argumentativa*.

Em termos gerais, fazem parte de meu arquivo de leitura o que designo como *arquivo bibliográfico*; outras produções relativas ao domínio da *semântica argumentativa*; documentos pesquisados em acervos da Unicamp (Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, Centro de Documentação Alexandre Eulálio, bibliotecas e acervo de catálogos de graduação e de pós-graduação da Diretoria Acadêmica) e textos pesquisados na internet (Plataforma Lattes, Sipex, sites de universidades, bibliotecas virtuais, outras bases virtuais, site de busca Google).

Os textos sobre os quais minhas análises estão mais centradas são os do arquivo bibliográfico por que minha pergunta incide sobre a *semântica argumentativa* nas produções de Carlos Vogt e Eduardo Guimarães. Esta pergunta deve ser respondida levando em consideração que tais produções são possibilitadas por uma materialidade histórica. Nesse sentido, é preciso considerar que os diálogos, debates e confrontos teóricos realizados no âmbito desta semântica, presentes em seus textos, não são descolados da história, eles estão dentro dela e, por isso, não se produziram por eles mesmos, de acordo com as crenças individuais de seus autores. Desse modo, ao realizar

as análises, considerei fundamental trazer outros textos com o objetivo de produzir uma compreensão de suas condições de produção.

É importante salientar ainda que não é pela soma das produções dos autores, dos documentos de arquivos e das pesquisas na internet que foi possível trazer algumas compreensões para minha pesquisa. Não procurei constituir um arquivo de leitura que tivesse por objetivo uma completude ou uma complementaridade. Estes textos estão reunidos num arquivo de leitura para minha pesquisa porque minha pergunta me levou a reuni-los e em função dela os analisei. Se minha pergunta passasse a incidir sobre documentos históricos, por exemplo, a construção de meu arquivo de leitura passaria a ser determinada por esta outra pergunta e ele seria lido e analisado diferentemente.

A leitura do arquivo que construí é uma dentre outras possíveis. De meu ponto de vista, ela não produz a sua des-opacização, mas uma compreensão⁷ de alguns de seus aspectos. No decorrer de minha pesquisa, meu arquivo foi sendo constituído pela busca de questões de meu interesse; delimitado pela exclusão de materiais que, posteriormente, não se mostraram tão relevantes para meus objetivos específicos; e recortado para a realização de análises. Isso porque os “dados” não estão prontos, e o arquivo não é dado *a priori*. Dito de outro modo, o processo de construção do arquivo é, ele mesmo, um processo de análise. Minhas análises se fizeram ao lado da construção deste arquivo e produziram novas questões para ele.

No percurso de construção deste arquivo de leitura, busquei, além de informações e datas, conhecer um pouco destas condições materiais que levaram à constituição da *semântica argumentativa* nos trabalhos dos autores, bem como produzir uma maior compreensão de suas

⁷ Compreensão, no sentido proposto por E. Orlandi (1988), que distingue *inteligível*, *interpretável* e *compreensível*. Segundo a autora, “para se chegar à compreensão não basta interpretar, é preciso ir ao contexto da situação (imediato e histórico) (...) O sujeito que produz uma leitura a partir de sua posição, interpreta. O sujeito-autor que se relaciona criticamente com sua posição, que a problematiza, explicitando as condições de produção de sua leitura, compreende” (p. 116).

especificidades nas obras estudadas, na relação com o Departamento de Linguística da Unicamp enquanto espaço relevante na sua constituição.

A relação destes textos que reuni no percurso da construção de meu arquivo de leitura encontra-se anexada ao final da dissertação.

3.0. UMA PERSPECTIVA MATERIALISTA PARA A HISTÓRIA E SUAS CONSEQÜÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Este estudo sobre a história da *semântica argumentativa* nas produções de C. Vogt e E. Guimarães está sendo pensado, como já afirmei em minha apresentação, a partir de minha participação no projeto interinstitucional História das Idéias Lingüísticas no Brasil (HIL). Nele, filio-me à *semântica histórica da enunciação*, proposta por Eduardo Guimarães, buscando, assim como o autor, um diálogo teórico com a *análise de discurso*, proposta por Michel Pêcheux e Eni Orlandi, dentre outros autores.

A *semântica histórica da enunciação* e a *análise de discurso* trabalham com uma concepção materialista da história. Sob esta perspectiva, considera-se que os acontecimentos têm uma materialidade histórica. A materialidade histórica de um acontecimento é compreendida em relação às condições históricas que tornam possível a produção (materialização) de determinados acontecimentos, nas quais estão envolvidos o social, o político, o institucional, o ideológico e o simbólico.

Fazer história da constituição de saberes sobre a linguagem, dentro desta perspectiva, implica considerar que a produção de conhecimento está determinada historicamente por condições materiais específicas. Dentro destas condições, os saberes podem construir-se por diferentes caminhos num mesmo espaço-tempo e, tais caminhos, por vezes, se cruzam, se aproximam, se

desdobram, ou se opõem e se distanciam. A história vista dessa maneira, não é unívoca. Não é uma evolução cronológica de fatos e descobertas. Considerá-la desse modo seria supor, como notou Georges Canguillem (1952), que a anterioridade cronológica seria uma inferioridade lógica. Ou ainda, como comentou Paul Henry (1984), seria supor que um dia o conhecimento seria desvendado e a verdade seria descoberta e que, então, a história conheceria o seu fim.

Além disso, penso que, ao contar uma história, ela não é simplesmente contada, mas é, antes, interpretada. A este respeito, lembro novamente, Paul Henry (1984):

“É ilusório colocar para a história uma questão de origem e esperar dela a explicação do que existe. Ao contrário, não há “fato” ou “evento” histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e conseqüências” (p. 51, 52).

A própria consideração do que seja um “fato” ou “evento” já é uma interpretação, já é fazer sentido sobre o que existe como história. Ao trabalhar com a história (no caso, com a história da constituição de uma teoria lingüística), este trabalho se faz sobre interpretações, sobre sentidos que são historicizados e significam como “fatos”. Ao mesmo tempo, tal trabalho é ele mesmo uma interpretação sobre tais fatos.

O analista que não vivenciou a história a ser contada, ao contá-la, o fará do interior de uma história e não fora dela. O analista que vivencia a história a ser contada também não a contará fora dela. Ou seja, o analista não conta, simplesmente, a história, ele faz uma história. Disso não decorre que não haja rigor teórico e metodológico para se fazer história. Do ponto de vista aqui adotado, a teoria e a metodologia precisam produzir instrumentações para que se faça história, não saindo dela, o que não é possível, mas saindo de algumas evidências por ela produzidas. Não é possível sair de todas as evidências, mas é preciso poder desestabilizar as evidências históricas daquilo que se vai tomar como objeto de estudo.

Segundo Eduardo Guimarães (2004a), a prática científica

“é determinada pelas condições históricas gerais e pelas condições históricas do domínio do saber e é particularizada pelas instituições (pelo Estado) em que se desenvolve. Isso tem a ver com o fato de que, de um lado, o sujeito da ciência não está fora da história. Poderia parafrasear em certa medida aqui P. Henry (1975) e dizer que o sujeito do conhecimento não está separado do sujeito político (historicamente determinado). E mais que isso: o sujeito do conhecimento se subordina ao sujeito político. Nos termos do que acabo de dizer: o sujeito do conhecimento é determinado pelas condições históricas. Por outro lado, o sujeito da ciência também não está fora das relações institucionais de individuação” (p. 16).

Desse modo, recusar a ilusão de que se estaria fora da história ao contar uma história é reconhecer que a história deve ser considerada em relação ao sujeito, aos sentidos, à ideologia e à língua.

A partir de uma relação estabelecida entre lingüística, materialismo histórico (marxismo) e psicanálise, a *análise de discurso* constituiu para si seu espaço de trabalho colocando-se, ao mesmo tempo, numa posição crítica relativamente a estes campos. Desta posição teórica e crítica, a *análise de discurso* toma como objeto o discurso e mobiliza sujeito, sentido, língua, história e ideologia de um modo específico. Conforme escreve Eni Orlandi (1999a) “A ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este se submete à língua significando e significando-se pelo simbólico na história” (p. 17). O discurso, dessa perspectiva, é visto como “o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (Orlandi, 1999b: p. 17). Os sujeitos e sentidos são determinados historicamente, eles não são “nem fixados ad eternum, nem desligados como se pudessem ser quaisquer uns” (Orlandi, 1999a: p. 22).

Estas considerações teóricas são fundamentais para a *semântica histórica da enunciação*. Esta semântica proposta por Eduardo Guimarães constituiu-se numa relação de filiação com a

semântica da enunciação (E. Benveniste, O. Ducrot, C. Vogt, entre outros) e mantém um diálogo profícuo com a *análise de discurso* (M. Pêcheux, E. Orlandi, entre outros).

A partir deste diálogo, o autor procura tratar o sentido como discursivo definindo-o a partir do acontecimento enunciativo e considerando a enunciação historicamente. Os conceitos de *sentido*, *enunciação* e *sentido de um enunciado* são definidos por E. Guimarães (1995) tendo em conta os conceitos de *interdiscurso* e *intertexto* (ou *intertextualidade*) formulados pela *análise de discurso*.

Antes de trazer a definição de interdiscurso é importante trazer a definição de formação discursiva. A formação discursiva, segundo M. Pêcheux (1975), determina o que pode e deve ser dito a partir de uma formação ideológica dada. Os limites entre as formações discursivas não são estanques e aquilo que é excluído de uma formação discursiva não deixa de significá-la.

O interdiscurso – ou memória discursiva – é definido como “todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (Orlandi, 1999b: p. 33). Este esquecimento é estruturante. Não se tem acesso ao interdiscurso, ele é irrepresentável. O interdiscurso é recortado pelas diferentes formações discursivas, que têm seus limites em constante movimento. A memória discursiva, segundo M. Pêcheux (1983b), “é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas polêmicas e contra-discursos” (p. 56).

A intertextualidade é concebida como relação de um texto com outros. Na relação intertextual o esquecimento não é estruturante (Orlandi, 2001b).

E. Guimarães (1995) considera o sentido como efeitos do cruzamento de discursos (do interdiscurso) no acontecimento enunciativo. O sentido está, desse modo, relacionado com a enunciação.

Para a *análise de discurso* o sentido é “relação a” (Canguilhem, 1980), sendo que esta relação não é uma qualquer, mas uma possível. Dizer sobre algumas dessas relações é poder dizer sobre o sentido.

Para mim, esta concepção de sentido proposta por Georges Canguilhem com a qual a *análise de discurso* trabalha está presente na concepção de sentido de E. Guimarães. Sua presença se dá através do conceito de interdiscurso que possibilita o cruzamento de discursos, ou seja, que possibilita a relação entre discursos. Esta concepção de que o sentido é “relação a” tem relevância na definição de outros conceitos da *análise de discurso* e da *semântica histórica da enunciação*.

Para construir sua definição de enunciação, E. Guimarães (1995) mobiliza os conceitos de intertextualidade e interdiscursividade, considerando que “a relação de interdiscursividade mobiliza, inescapavelmente, a relação entre textos diferentes, ou seja, mobiliza a intertextualidade. Esta relação é aquela que nos dá o lugar da historicidade específica da enunciação. Ou seja, a enunciação em um texto se relaciona com a enunciação de outros textos efetivamente realizados, alterando-os, repetindo-os, omitindo-os, interpretando-os. Assim, pela interdiscursividade e sua necessária intertextualidade, o sentido não é formal, mas tem uma materialidade, tem uma historicidade” (p. 68).

A partir destas considerações, a *enunciação* é definida pelo autor como “um acontecimento de linguagem perpassado pelo *interdiscurso*” (p. 70), e o *sentido de um enunciado* como “os efeitos de sua enunciação” (p. 70), ou seja, como efeitos de um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso.

Estas considerações teóricas acima delineadas serão a base para minhas análises da *semântica argumentativa* em estudos de Carlos Vogt e Eduardo Guimarães.

4.0. ANÁLISES DO NOME SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA AO LADO DE OUTROS NOMES DE TEORIA

Minhas análises sobre o percurso de nomes se farão sobre textos. Mais precisamente, sobre recortes de textos. Tomo o conceito de recorte como uma unidade discursiva, na concepção de E. Orlandi (1984). Segundo a autora, “não há uma passagem automática entre as unidades (os recortes) e o todo que elas constituem” (p. 14). Os recortes efetuados pelo analista são feitos a partir de uma determinada posição teórica e dependem da pergunta que a análise procurará responder.

Considerando que a relação entre *texto* e *enunciado* será importante para as minhas análises trago, desde já, o que dizem Eduardo Guimarães e Eni Orlandi (1988) a este respeito:

“(...) o discurso é uma dispersão de textos e o texto é uma dispersão do sujeito. Assim sendo, a constituição do texto pelo sujeito é heterogênea, isto é, ele ocupa (marca) várias posições no texto. (...) essas diferentes posições do sujeito no texto correspondem a diversas formações discursivas. Isto se dá porque em um mesmo texto podemos encontrar enunciados de discursos diversos, que derivam de várias formações discursivas” (p. 53).

Para a *análise de discurso* que vem se desenvolvendo no Brasil a partir das propostas de E. Orlandi, a unidade de análise é o texto. O discurso é considerado no domínio teórico como efeito de sentidos entre locutores (Pêcheux, 1969) e o texto é o seu correspondente no domínio analítico como unidade significativa (Orlandi, 2001b).

Para a *semântica histórica da enunciação* um princípio fundamental é a consideração de que a unidade de análise é o enunciado, sendo que a análise enunciativa de uma palavra ou expressão é feita considerando que esta palavra ou expressão funcionam no interior de um enunciado enquanto elemento de um texto (Guimarães, 2002b).

A análise enunciativa dos sentidos de uma palavra⁸ ou expressão num texto não toma como

⁸ Uso o termo ‘palavra’ sem pretender, aqui, discuti-lo. Para justificar este uso, recorro à autoridade de Émile Benveniste: “Permitam-nos, sempre para a comodidade, conservar este termo desacreditado – e insubstituível” (Émile Benveniste, (1964) “Os Níveis da Análise Lingüística”, *Problemas de Lingüística Geral I*, 1995, 4 ed., p. 131).

unidade de análise esta palavra ou expressão ou o texto, mas o enunciado. Isso não significa que a análise deva se deter nos enunciados um a um para, em seguida, compará-los uns com os outros. Ou seja, a análise enunciativa não é uma análise do tipo enunciado-enunciado. A análise enunciativa também não é uma análise do tipo palavra-enunciado, sem considerar que este enunciado está em um texto, bem como não é uma análise do tipo palavra-texto sem considerar que a palavra está em um enunciado. Ou seja, da perspectiva da *semântica histórica da enunciação* a relação é palavra-enunciado-texto.

Este princípio de que a unidade de análise é o enunciado foi elaborado por E. Guimarães com base nas considerações de Émile Benveniste em seu “Os Níveis da Análise Lingüística” (1964) sobre o movimento integrativo de uma unidade lingüística. Para E. Benveniste o maior nível de análise é o enunciado.

E. Guimarães (2002b) considera, entretanto, que há uma passagem do enunciado para o texto. Escreve o autor: “não há como considerar que uma forma funciona em um enunciado, sem considerar que ela funciona num texto, e em que medida ela é constitutiva do sentido do texto” (p. 7). Esta posição do autor está relacionada com a concepção de texto como uma dispersão do sujeito no interior do qual encontram-se enunciados de discursos diversos.

Dessa maneira, pode-se compreender o enunciado como uma forma lingüística resultante da enunciação, ou seja, de um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso. Pode-se, também, considerar que o enunciado é pressuposto na relação entre palavra e texto.

O enunciado se define, desse modo, por sua historicidade enquanto unidade do discurso, sendo que a materialidade física (sonora, visual, etc.) do enunciado interessa por conta de sua relação com o texto (Guimarães, 1989b).

Conforme o exposto, pode-se observar que a *semântica histórica da enunciação* e a *análise de discurso* coincidem em muitos pontos no plano teórico e não coincidem em outros. Há diferenças significativas com relação à rede de filiações teóricas, a modos de formulação de questões, de mecanismos de análise e etc. A diferença relativa à unidade de análise está relacionada a processos de reflexão teórica vindos de filiações teóricas distintas e que produzem diferentes questões para estes campos de estudos.

Apresentarei a seguir alguns conceitos com os quais trabalharei em minhas análises. Alguns deles são da *análise de discurso* e outros da *semântica histórica da enunciação*, formulados no diálogo teórico com a *análise de discurso*.

Tendo em vista que o ponto de entrada de minhas análises é o estudo do nome *semântica argumentativa* ao lado de outros, é importante trazer a distinção entre *designação*, *nomeação* e *referência* feita pela *semântica histórica da enunciação*.

Eduardo Guimarães (2002b) define *nomeação* como “o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome” (p. 9). A *designação* é “o que se poderia chamar de significação de um nome, (...) enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação lingüística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história”. (p. 9) A referência é vista enquanto algo significado e não, necessariamente, enquanto algo existente. A referência é “a particularização de algo na e pela enunciação”. (p. 9).

Em minhas análises sobre o percurso de nomes de teoria trabalharei com os procedimentos de *articulação* e *reescrituração*. Eles são definidos por E. Guimarães em relação à textualidade como dois procedimentos fundamentais através dos quais constitui-se a enunciação.

Os procedimentos de articulação “dizem respeito às relações próprias das contigüidades locais. De como o funcionamento de certas formas afeta outras que elas não redizem” (Guimarães, 2004a: p. 18).

Estes procedimentos articulam, por exemplo, palavras, palavras compostas e expressões no interior de um mesmo enunciado e/ou entre outros enunciados contíguos.

Como ilustração, tomemos o seguinte exemplo:

[1] **A lingüística moderna** não é tão moderna assim. Esta ciência se constituiu no século passado.

Podemos observar que o adjetivo ‘moderna’, articulado à ‘lingüística’ produz uma certa determinação no sentido desta lingüística. A lingüística é designada como uma lingüística moderna.

Como outro exemplo deste tipo de procedimento vale citar as *operações narrativas* e as *operações argumentativas*. As primeiras mobilizam marcas de temporalidade (*desde, até, já*, etc.) que constituem uma história para o domínio teórico em que os autores se colocam, relativamente às produções com as quais estes autores dialogam, debatem e confrontam-se⁹. As segundas se articulam através de certas marcas lingüísticas (operadores argumentativos como: *mas, embora, contudo, pois, já que*, a comparação, etc.) que confrontam argumentos e conclusões dos enunciados de um texto e lhes dão uma certa orientação argumentativa¹⁰.

A reescrituração, segundo E. Guimarães (2004a), “é o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si” (p. 17). E ao redizer o que já foi dito, produz-se uma deriva do sentido (Guimarães, 2002b). Em outras palavras, segundo o autor, os procedimentos de reescrituração são procedimentos de deriva

⁹ O termo ‘operações narrativas’ é de E. Guimarães (2001a), “O Sujeito e os Estudos da Significação na Década de 70 no Brasil”. Propus esta definição para as *operações narrativas* a partir da leitura que fiz do referido artigo.

¹⁰ Propus esta definição das *operações argumentativas* seguindo a abordagem dada por Guimarães (1995) para a análise dos operadores argumentativos, em que o autor mobiliza o conceito de interdiscurso.

do sentido próprios da textualidade. Como por exemplo a anáfora, a catáfora, a repetição, substituição, a elipse e etc. E. Guimarães observa que o termo 'deriva' deve ser tomado no sentido que lhe deu M. Pêcheux em *Discurso. Estrutura ou Acontecimento* (1983a).

Penso que é interessante trazer aqui algumas considerações de M. Pêcheux a respeito da deriva no sentido apresentadas em seu texto, a fim de destacar algumas especificidades da proposta de E. Guimarães.

M. Pêcheux (1983a) escreve que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso.” (p. 53).

Para M. Pêcheux, o próprio da língua, a língua em sua estrutura, contém o equívoco, a elipse, a falta, etc. Conforme escreve o autor, “isso obriga a pesquisa lingüística a se construir procedimentos (modos de interrogação de dados e formas de raciocínio) capazes de abordar explicitamente o equívoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico” (p. 31).

As considerações de M. Pêcheux de que na própria estrutura da língua há pontos de deriva e de que todo enunciado ou seqüência de enunciados é intrinsecamente suscetível de deriva de sentidos são a base para a compreensão da deriva a partir do lugar de análise elaborado por E. Guimarães, no interior da *semântica histórica da enunciação*.

Sob esta posição semântica, o procedimento de reescrituração definido por E. Guimarães se configura como um lugar de análise que permite observar, na relação entre enunciados de um texto,

alguns lugares de funcionamento da deriva. A deriva do sentido é observada no processo de reescrituração em relação àquilo que é re-dito nos enunciados, no interior de um texto.

Para ilustrar como se dá este procedimento de reescrituração tomemos, novamente o exemplo [I]:

[I] **A lingüística moderna** não é tão moderna assim. **Esta ciência** se constituiu no século passado.

Neste exemplo, 'a lingüística moderna' é reescrita por 'esta ciência'. Desse modo, 'esta ciência' produz uma determinação para o sentido de 'lingüística moderna'. Tal lingüística é designada como uma ciência.

Gostaria de acrescentar algo que será importante para as minhas análises sobre os procedimentos de reescrituração. Um dos efeitos que os procedimentos de reescrituração pode produzir é o efeito de sinonímia.

Seria o caso de um enunciado como

[II] **A lingüística saussuriana, ou lingüística moderna**, já tem seus noventa anos.

Neste exemplo, a reescritura de 'lingüística saussuriana' como 'lingüística moderna' faz com que 'lingüística moderna' signifique como sinônimo de 'lingüística saussuriana'.

A noção de sinonímia não é entendida logicamente (como uma sinonímia perfeita ou imperfeita...). A partir da posição semântica a que me filio, em seu diálogo com a *análise de discurso*, proponho definir sinonímia como um efeito de sentidos possibilitado por uma materialidade histórica.

E. Guimarães, ao propor o conceito de reescrituração em seu "Textualidade e Enunciação" (1999), observa que a reescrituração trabalha a tensão entre o parafrástico e o polissêmico. "Voltar

ao dito para continuar dizendo, ou apontar um futuro do dizer, sem ainda ter dito, dá ao sujeito, pela própria injunção à reescrituração, o lugar de seu trabalho sobre o mesmo que o apreende e que ele refaz ao parafrasear, já que a paráfrase é tensionada pelo polissêmico” (p. 4 e 5). E ainda: “O processo de reescritura pode parafrasear ou escandir uma seqüência para estabelecer um ponto de identificação/correspondência” (p. 5).

Estes conceitos de paráfrase e polissemia foram elaborados por Eni Orlandi em seu “Os Protagonistas do/no Discurso” (1978) e retomados em diversos estudos posteriores.

“Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória” (Orlandi, 1999b, p. 36). A polissemia é o lugar do “deslocamento, da ruptura de processos de significação” (op. cit., *idem*). A cada nova formulação parafrástica apagam-se uns sentidos e surgem outros. Há, assim, uma relação de tensão entre a paráfrase (o mesmo) e a polissemia (o diferente): a paráfrase, ao funcionar no mesmo está sempre abrindo espaço para o diferente, para a polissemia.

Na *análise de discurso*, a paráfrase é definida teoricamente nesta relação com os processos polissêmicos e também como procedimento metodológico. Do lugar do analista, propõe-se paráfrases para compreender os funcionamentos de produção dos sentidos.

Em alguns momentos de minhas análises, trabalharei diretamente com o conceito de reescrituração. Em outros momentos, trabalharei diretamente com os conceitos de paráfrase e de polissemia. Ao lado disso, também utilizarei a paráfrase enquanto procedimento metodológico de compreensão dos funcionamentos enunciativos.

O conceito de reescrituração será mobilizado para as análises feitas no interior de um mesmo texto. O conceito de paráfrase será mobilizado nas análises das relações entre um texto e outro, sejam de um mesmo autor ou de autores diferentes. O conceito de polissemia será mobilizado nas

análises feitas no interior de um mesmo texto e nas análises das relações entre um texto e outro, sejam de um mesmo autor ou de autores diferentes.

Estas análises enunciativas dos procedimentos de articulação e reescrituração, bem como as análises das relações de paráfrase e polissemia serão realizadas com o objetivo de compreender como o nome *semântica argumentativa*, em relação a outros nomes de teoria, significa nos estudos de C. Vogt e E. Guimarães (o que me levará a compreender como o domínio de estudos nomeado como *semântica argumentativa* é significado nestes estudos).

Como grande parte destes nomes de teoria são nomes compostos (*semântica lingüística*, *semântica da enunciação*, *pragmática lingüística*, entre outros), procurarei, além de analisar as relações entre estes nomes, analisar os sentidos articulados na estrutura composta de alguns deles.

O nome de um domínio de estudos é, enquanto um nome, uma apresentação do domínio de estudos. Mas esta apresentação não é algo que pode ser apreendido pelo nome em si. Estas análises da estrutura destes nomes não serão análises da estrutura “em si”, fora das condições históricas que possibilitam que o nome signifique. Ou seja, uma palavra na sua “própria estrutura” não tem sentido nenhum fora dessa materialidade que lhe dá sentidos, na relação com outras palavras.

Ilustrando novamente com os exemplos supracitados, a palavra ‘lingüística’ pode ter inúmeras designações, ou seja, ela pode significar de diversas maneiras. Acrescento a isso que ‘lingüística moderna’ ou ‘lingüística saussuriana’ também não significam por si só apenas porque os adjetivos ‘moderna’ ou ‘saussuriana’ produzem uma determinação para esta lingüística ou porque ela é também reescrita como ciência. A possibilidade da lingüística ser designada como ‘lingüística moderna’, como ‘lingüística saussuriana’ e como ‘ciência’ não é dada pela palavra como se ela fosse enunciada fora de condições históricas determinadas. Essa possibilidade de dizer se dá no plano de uma memória de sentidos que toma a lingüística saussuriana como marco que a distingue das

lingüísticas que se desenvolviam antes dela, sendo que uma das diferenças que se colocam nesta distinção é o estatuto de ciência.

A partir das análises das relações de sentidos estabelecidas em torno dos diferentes nomes de teoria presentes nos estudos dos autores, será possível observar algumas discursividades que se produziram nos seus textos. Discursividades que se produziram a partir de uma demanda de sentidos possibilitada por condições históricas e institucionais determinadas e a partir de relações com textos de outros autores – também no interior de condições históricas e institucionais determinadas. Estas análises permitirão, desse modo, trazer uma compreensão dos contornos específicos das *semânticas argumentativas* nos textos dos autores.

Ao lado destas análises dos nomes de teoria, analisarei outros processos enunciativos como os mecanismos de citação e menção e as diferentes versões de um texto.

A partir das análises dos mecanismos de citação e menção, que se configuram no plano das relações intertextuais, e que podem ser visualizados no corpo do texto e na bibliografia, será possível observar a instauração de algumas relações de diálogo no percurso dos estudos dos autores.

A confrontação de diferentes versões de um texto também permitirá observar a introdução de algumas relações de sentido, que podem ou não se dar a partir de uma explicitação das relações intertextuais.

Em suma, as análises que aqui serão apresentadas pressupõem que as palavras significam, antes de tudo, porque elas estão na história. É preciso, então, buscar a historicidade destas palavras para compreender seus sentidos. Nesta historicidade estão compreendidos diálogos, debates teóricos e relações histórico-institucionais determinadas. Nesta historicidade funcionam, constitutivamente, tensões, contradições e equívocos (Pêcheux, 1982b, 1983a) que são constitutivos de toda e qualquer relação de sentidos entre palavras.

CAPÍTULO II

APRESENTAÇÃO: OS AUTORES, ESTUDOS DA LINGUAGEM NA UNICAMP E NOMES DE TEORIA

1.0. SOBRE OSWALD DUCROT

Oswald Ducrot é licenciado em Filosofia pela Escola Normal Superior (ENS) onde obteve certificados de Moral e Sociologia, Lógica e Filosofia Geral, Psicologia e História da Filosofia. Diplomou-se em Estudos Superiores de Filosofia em 1952, obteve “Agrégation de philosophie” em 1954 e Certificado de Licença de Lógica e Programação em 1966.

Iniciou sua carreira universitária como Professor de Filosofia em Liceus, de 1954 a 1963. Lecionou nos Liceus de Mont-de-Marsan, Pau, Bourges, Janson-de-Sailly. De 1966 a 1968 foi “Attaché de recherches” no Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS). Em 1968 foi “Directeur d’études suppléant” na Escola Prática de Altos Estudos (EPHE - 6ª. Seção) que logo em seguida veio a se chamar Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS). A partir de 1973 passou a ser “Directeur d’études titulaire” da EHESS e obteve sua “Habilitation” em maio de 1985.

Na década de 1970, Oswald Ducrot fez parte do corpo docente do Departamento de Linguística do IFCH da Unicamp. Mesmo quando deixou de sê-lo, sua visita à Unicamp e a outras instituições universitárias no Brasil continuou sendo freqüente.

2.0. SOBRE CARLOS VOGT

Carlos Alberto Vogt é formado em Letras pela USP (1962-1965). Em 1968 iniciou seu mestrado em Teoria da Literatura e Literatura Comparada sob orientação de Antônio Candido de Mello e Souza. cursou as disciplinas Teoria da Literatura e Literatura Comparada, Formalismo Russo, Estilística, New-Criticism e Estruturalismo, Sociologia da Literatura, e Cinema.

Em outubro de 1969 é contratado pela Unicamp e no ano seguinte vai para a Universidade de Besançon na França, para fazer mestrado e constituir um quadro de professores para o Departamento de Lingüística do IFCH. Para obter o Certificado de Lingüística Geral, assistiu às disciplinas: Introdução às Matemáticas e suas Relações com a Lingüística, Fonologia, Modelos Sintagmáticos, e Conceitos de Base. E para obter o Certificado de Lingüística Francesa, assistiu às disciplinas: Gramática e Léxico, Descrição Lingüística do Discurso Literário, Retórica e Poética, e Fonética e Fonologia Francesa. Em 1971, obtém o Certificado de Estilística do Francês Literário e defende, na França, sua dissertação de Mestrado em Letras Modernas e Lingüística Francesa, *Une Introduction au Problème de la Semantique dans la Grammaire Générative*, sob orientação de Jean Peytard.

Sob orientação do professor Oswald Ducrot, na École Pratique des Hautes Études – Paris, inicia seu Doutorado de 3º Ciclo. Assistiu a cursos de Roland Barthes, Algirdas Julien Greimas, Antoine Culioli, André Martinet, Gérard Genette, Michel Foucault e, em Vincennes, os cursos de Jean-Claude Milner e Nicolas Ruwet. Em 1974, na Unicamp, defende sua tese de doutorado em Lingüística, *O Intervalo Semântico. Contribuição para uma Teoria Semântica Argumentativa*.

Carlos Vogt fez pós-doutorado nos Estados Unidos em 1975 e no Canadá em 1977. Foi diretor de estudos associado da École des Hautes Études en Sciences Sociales em 1981, a convite de Oswald Ducrot. Nesse mesmo ano, com o apoio de O. Ducrot, traduziu o artigo “Por uma Pragmática das Representações” para o francês e o publicou na revista *Semantikos*.

Com base em suas pesquisas lingüísticas de *semântica argumentativa*, Carlos Vogt desenvolveu diversos estudos antropológicos, que foram reunidos, posteriormente, no livro *Cafundó. A África no Brasil* (Fry & Vogt, 1996). É autor de diversos livros de poesia, como *Cantografia. O*

Itinerário do Carteiro Cartógrafo (1982), *Paisagem Doméstica* (1983), *Geração* (1985), *Metalurgia* (1991) e *Mascarada* (1997), entre outros.

Foi Reitor da Unicamp e Diretor Executivo do Instituto Uniemp em São Paulo. Atualmente coordena o Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) no Núcleo de Desenvolvimento de Criatividade (Nudecri) da Unicamp e é Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

3.0. SOBRE EDUARDO GUIMARÃES

Eduardo Roberto Junqueira Guimarães graduou-se em Letras pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino (1966 a 1969). Fez mestrado e doutorado na USP sob orientação de Cidmar Teodoro Pais.

Defendeu sua dissertação, *Da Modalidade e Auxiliarização Verbal em Língua Portuguesa*, em 1976, e sua tese, *Modalidade e Argumentação Lingüística: Análise de Enunciados no Passado em Língua Portuguesa*, em 1979.

Assistiu disciplinas de Pós-Graduação na USP nos anos de 1974 e 1975. São elas: Sintaxe-Semântica, Fonética e Fonologia, Lingüística Estatística e Computacional, e Semiótica, ministradas pelo professor Cidmar T. Pais; Aspectos da Etnolingüística, ministrada pelo professor Erasmo Magalhães; Análise e Interpretação de Memorial de Aires de Machado de Assis, pelo professor Alfredo Bosi; Técnicas Operantes para o Treino de Remediação do Comportamento Verbal, pela professora Geraldina Witter, e Estudo de Problemas Brasileiros, pelo professor Izidoro Blikstein.

Também assistiu disciplinas de Pós-Graduação na Unicamp. Em 1977, assistiu ao curso “Amostras de uma Análise Pragmática da Linguagem em Contexto”, ministrado por H. Parret. Em janeiro e fevereiro de 1980, por ocasião do Programa Interamericano de Lingüística e Ensino de

Idiomas (PILEI), assistiu as disciplinas: Tópicos de Sintaxe, ministrada por Mário Perini, e Tópicos de Semântica (Semântica, Pragmática e Comunicação), ministrada por Geoffrey Leech.

Eduardo Guimarães lecionou no Magistério, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino (1970 a 1972), na PUC-Campinas (1979 a 1983) e na Unicamp desde 1981. Fez diversas viagens de estudo e de trabalho a partir de 1987 para a EHESS, para a Universidade de Paris VII e Paris III e para a École Normale Supérieure em Paris e Lyon.

Além de professor, pesquisador e autor de diversas obras de lingüística, é autor de livros de poesia, *A trama no tapete* (1984), *Cidade* (1990) e *Corpo* (1995), e também é editor. Foi presidente do GEL (1981 a 1983), da ANPOLL (1988 a 1996), Diretor Executivo da Editora da Unicamp (1987 a 1998) e Diretor do IEL (1987 a 1991). Atualmente é coordenador da Cocen – Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa da Unicamp.

4.0. UMA HISTÓRIA DOS ESTUDOS DE LINGUAGEM NOS PRINCÍPIOS DA UNICAMP

A Universidade de Campinas foi criada em 28 de dezembro de 1962 com a incorporação da Faculdade de Medicina de Campinas. Em 9 de setembro de 1965, o Conselho Estadual de Educação criou, via decreto, uma Comissão Organizadora da Universidade de Campinas (composta pelos professores Zeferino Vaz (presidente), Paulo Gomes Romeo e Antonio Augusto Almeida) incumbida de estudar e planejar a formação e instalação de suas unidades. A pedra fundamental do *campus* da Universidade Estadual de Campinas foi lançada, oficialmente, em 5 de outubro de 1966. Esta data acabou por se tornar a data comemorativa do aniversário da universidade.

Nestes primeiros anos, a Unicamp teve vários nomes. Cronologicamente, pode-se supor uma ordem: UC (Universidade de Campinas), UEC (Universidade Estadual de Campinas), Unecamp e

Unicamp. Em realidade, porém, a substituição de um nome por outro não se deu de modo automático. Nos primeiros documentos oficiais, um ou mais nomes diferentes compareciam.

O Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, antes de ter este nome, também teve outros: Instituto de Ciências Humanas e Instituto Central de Ciências Humanas. A unidade inicial deste Instituto foi o Departamento de Planejamento Econômico e Social (DEPES), que iniciou suas atividades em 1968. A proposta preliminar do DEPES foi elaborada pelo filósofo Fausto Castilho e aprovada em setembro de 1967 pelo Conselho Diretor da universidade.

Em 1968, quando o estruturalismo estava no seu auge – e a ditadura militar no Brasil também – é apresentada ao Conselho Diretor da Universidade Estadual de Campinas a “Proposta de Criação do Grupo de Lingüística no Instituto de Ciências Humanas”¹¹. Nesta proposta, assinada pelo filósofo Fausto Castilho e pelo matemático Rubens Murillo Marques, a lingüística era concebida como a ciência piloto das Ciências Humanas e como lingüística matemática, dentre outras características que a configuravam.

O objetivo central deste projeto era enviar um grupo de universitários das áreas de Ciências Humanas e de Matemática para fazer um estágio em Lingüística na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade de Besançon e obter um Certificado de Lingüística Geral. Este projeto foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Diretor da universidade em outubro de 1968.

Assim, foram contratados pela Unicamp e partiram para a França, com bolsa da Fapesp, o sociólogo André Maria Pompeo Villalobos¹², o filósofo Luiz Benedito Lacerda Orlandi¹³, o antropólogo Antonio Augusto Arantes¹⁴ e o matemático Ângelo Barone¹⁵.

¹¹ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. *Organização*. 1967-69, 1971, 1975, sd. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, SGI/AH-III cx. 5, mç. 01.

¹² André Maria Pompeo Villalobos formou-se em Ciências Sociais pela USP em 1966. Obteve o título de Mestre em Sociologia pela Universidade de Paris VII, em 1970. Doutorou-se em Ciências Humanas pela Unicamp em 1976. É professor do IFCH da Unicamp desde 1968.

Após a ida deste grupo à Besançon, um segundo grupo foi enviado. Os integrantes deste segundo grupo eram alunos das áreas de Letras e de Literatura da USP: Carlos Franchi¹⁶ e Carlos Vogt que estavam na pós-graduação em Teoria Literária, Rodolfo Ilari¹⁷ que estava na pós-graduação em Língua e Literatura Italiana e Haqira Osakabe¹⁸, recém graduado em Letras Vernáculas.

Da Universidade de Besançon, o lingüista Yves Gentilhomme foi o professor responsável pela organização da área de Lingüística no Brasil. Ele elaborou o projeto de instalação do Centro de Lingüística Aplicada (CLA), como um órgão anexo ao IFCH.

Nos primeiros anos de funcionamento do IFCH, os cursos de graduação eram divididos em

¹³ Luiz Benedicto Lacerda Orlandi graduou-se em Pedagogia pela UNESP (1961-1964). Em 1968, iniciou seu mestrado em Lingüística Geral na Universidade de Besançon, defendendo sua dissertação em 1970. Iniciou, em 1972, seu doutoramento em Filosofia, na Unicamp. Defendeu sua tese em 1974. Em 1978, fez pós-doutorado na Universidade Studi di Roma Tor Vergata (USRV) na Itália. É professor do IFCH da Unicamp desde 1968.

¹⁴ Antonio Augusto Arantes graduou-se em Ciências Sociais na USP em 1969. Doutorou-se em Filosofia pela Universidade de Cambridge, em 1977, com a tese *Sociological Aspects of Folhetos Literature in Northeast Brazil*, sob orientação de Jack Goody. É professor do IFCH da Unicamp desde 1968.

¹⁵ Não encontrei o *curriculum* do professor na internet.

¹⁶ Carlos Franchi graduou-se na PUC-Campinas e licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Em 1971, defendeu sua dissertação *Hypothèses pour une Recherche en Syntaxe*, na Universidade de Aix-en-Provence-Marseille, sob orientação de Claire Blanche-Benveniste. Em 1976, defendeu sua tese de Doutorado, *Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem*, orientado por Marcelo Dascal. Em 1981, fez pós-doutorado na Universidade da Califórnia. Foi professor da Unicamp a partir de 1970 e passou a lecionar na USP a partir de 1991, onde foi um dos responsáveis pela constituição de um centro de pesquisas sintático-semânticas.

¹⁷ Rodolfo Ilari graduou-se em Letras Neolatinas (Português e Francês) pela USP em 1967. Em 1968 e 1969, também pela USP, fez especialização em Língua e Literatura Italiana. De 1970 a 1971, fez mestrado em Lingüística pela Universidade de Besançon, onde defendeu a dissertação, *Une Introduction Sémantique à la Théorie du Discours*, orientado por Jean Peytard. Fez doutorado em Lingüística pela Unicamp de 1973 a 1975 e defendeu a tese, *Propriedades de Sentenças e Contextos Discursivos*, sob orientação de Marcelo Dascal. Fez curso de pós-doutorado na Universidade da Califórnia em Berkeley (1981-1983). Ilari é professor da Unicamp desde 1970. Foi professor visitante da Universidade de Bordeaux III em 1986 e 1987; desde 1995, da PUC-MG; e da Universidade Estadual do Sul de Minas (1995-1999).

¹⁸ Haqira Osakabe é graduado em Letras pela USP (1966-1969). Iniciou seu mestrado em Besançon sob orientação de Jean Peytard e defendeu a dissertação, *Recherches em Analyse du Discours*, em 1971. Iniciou seu doutorado pela Unicamp em 1972, defendendo a tese, *O Componente Subjetivo no Discurso Político*, em 1975, também sob orientação de J. Peytard. Fez cursos de pós-doutorado em Literatura em Lisboa, em 1985-86 e 1999. É professor da Unicamp desde 1969.

dois ciclos: o básico e o profissional. Os dois primeiros anos correspondiam ao ciclo básico da graduação em Ciências Humanas, que era nomeado de *Studium Generale*.

O currículo do *Studium Generale*, no “Plano Preliminar do IFCH”¹⁹, de 1969, era composto pelas disciplinas: Matemática Moderna, Estatística, Lógica Matemática, Inglês, Francês, Russo, Alemão, Japonês, Antropologia Cultural, Economia, Epistemologia das Ciências Humanas, História Moderna e Contemporânea, Lingüística, Política e Sociologia.

Os dois últimos anos, correspondentes ao ciclo profissional, teriam, segundo este plano preliminar, quatro cursos: Planejamento Econômico, Ciências Sociais, Administração, e Lingüística. Posteriormente, os cursos que se efetivaram neste início do IFCH foram Ciências Sociais, Economia e Lingüística.

A graduação no IFCH teve início em 1970 e a disciplina Lingüística, que fazia parte do currículo do *Studium Generale*, foi ministrada pela primeira vez, no segundo semestre deste ano, pelo professor Luiz Orlandi. No ano seguinte, as disciplinas oferecidas pelo Departamento de Lingüística foram: Lingüística I (Rodolfo Ilari e Haqira Osakabe), Lingüística II (Luiz Orlandi, Carlos Franchi, Carlos Vogt, Haqira Osakabe e Rodolfo Ilari) e Lingüística Geral I (Haqira Osakabe).

A lingüística matemática não se efetivou no IFCH como fora previsto e um dos motivos disto foi porque o professor responsável por seu desenvolvimento, Yves Gentilhomme, não permaneceu no Brasil. Para ocupar o lugar deixado pelo professor Yves Gentilhomme e participar da constituição da Pós-Graduação, a se iniciar no segundo semestre de 1971, foi convidado o professor Oswald Ducrot. Na história da Lingüística na Unicamp, o espaço para o desenvolvimento da *semântica*

¹⁹ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. *Organização*. 1967-69, 1971, 1975, s/d. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, SGI/AH-III cx 5, mç 01.

argumentativa está marcado por este acontecimento contingente²⁰.

A vinda de Oswald Ducrot ao Brasil está relacionada com a ida de Carlos Vogt à França. Após cumprir as disciplinas obrigatórias de seu curso de mestrado em Besançon, C. Vogt vai à Paris para poder assistir aos seminários do autor de *Estruturalismo e Lingüística*, que ele conhecera, enquanto leitor, em 1968. O autor desta obra, O. Ducrot, acabou por se tornar orientador de C. Vogt no seu doutoramento.

Neste ano de 1971, os integrantes do segundo grupo de Lingüística obtiveram seus mestrados. Em Besançon, sob orientação de Jean Peytard, Carlos Vogt defendeu a dissertação *Une Introduction au Problème de la Sémantique dans la Grammaire Générative*; Haqira Osakabe defendeu a dissertação *Recherches en Analyse de Discours*; e Rodolfo Ilari defendeu a dissertação *Une Introduction Sémantique à la Théorie du Discours*. E na Universidade de Aix-en-Provence-Marseille, sob orientação de Claire Blanche-Benveniste, Carlos Franchi defendeu a dissertação *Hypothèses pour une Recherche en Syntaxe*.

Em 1971-72, o corpo docente do Departamento de Lingüística do IFCH estava composto pelos professores Oswald Ducrot, Brigitte de Guillebon, Carlos Franchi, Carlos Vogt, Haqira Osakabe e Rodolfo Ilari.

Junto a documentos institucionais do IFCH daquele período, 1971-72, estão conservados os *curricula* destes docentes. No *curriculum vitae* de Oswald Ducrot consta que ele era o professor responsável pelo desenvolvimento de Pesquisa e Elaboração de Tese do Programa de Mestrado em Lingüística e responsável pela Unidade Lógica e Linguagem: Lugar da Semântica na Gramática, os Fenômenos de Pressuposição na Gramática e no Léxico.

²⁰ Contingente no sentido de que o professor O. Ducrot veio ao Brasil para ocupar um lugar que não fora previsto para ele. Isso não significa desconsiderar as condições de produção de um país e de outro, a existência de contextos institucionais e políticos na história desses países. Em outras palavras, o acontecimento contingente existe dentro de possibilidades históricas determinadas, conforme ressaltai no capítulo I deste trabalho.

Neste ano de 1972, iniciaram-se os ciclos profissionais dos cursos de graduação em Ciências Humanas. O currículo do curso de graduação em Lingüística (1971-72) compunha-se das disciplinas: Lingüística Geral III a VI, Lingüística do Português I a IV, História da Lingüística I e II, Fonética e Fonologia I e II, Fonética Experimental I e II, Gramática (morfologia e sintaxe) I a VI, Lexicologia I e II, Semiologia I e II, Semântica I a IV, Análise do Discurso I a IV, Lingüística e Teoria Literária I e II, Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas I e II, Primeira Língua Estrangeira I a II, Lingüística da Primeira Língua Estrangeira I e II, Filosofia da Linguagem I e II, Introdução aos Modelos Formais I e II, Modelos Formais I e II e Matemática.

Segundo os boletins de nota e freqüência do ano de 1972, foram ministradas as seguintes disciplinas: Lingüística Geral I, II (Haqira Osakabe), III, IV (Rodolfo Ilari), V, VI (Carlos Vogt), Lingüística I e III (Carlos Franchi), Lingüística do Português I, II (Carlos Franchi), História da Lingüística I, II (Rodolfo Ilari), Fonética e Fonologia I, II (Haqira Osakabe), Gramática I, II, III, IV (Carlos Franchi), Semântica I, II (Carlos Vogt), Análise do Discurso I, II (Haqira Osakabe), Introdução aos Modelos Formais I (Brigitte de Guillebon), II (Carlos Franchi).

Em 1973, o corpo docente deste departamento ampliou-se consideravelmente. Foram contratados pela Unicamp os professores Aryon Rodrigues, Brian Head e Antônio Carlos Quícoli. Além destes professores, também vieram seus alunos de mestrado. Alguns destes alunos passaram a lecionar na Graduação em Lingüística neste mesmo ano de 1973.

Na realidade, já em 1972 havia alunos da graduação e pós-graduação em Lingüística que exerciam atividades docentes na Unicamp. A aluna Maria Irma Hadler²¹, da primeira turma de

²¹ Maria Irma Hadler Coudry formou-se em Lingüística pela Unicamp (1970-1973). Nesta mesma instituição, em 1974, iniciou seu mestrado em Lingüística defendeu, em 1978, a dissertação *Considerações Iniciais sobre Sistemas Neurais e Linguagem*, orientada por Armando Freitas da Rocha. Iniciou seu doutoramento em 1979 na Unicamp, tendo como orientador Carlos Franchi e co-orientador Haqira Osakabe. Em 1982 e 1984 fez especialização em Neurolingüística na Universidade Livre de Bruxelas sob a orientação de Yvan Lebrun. Defendeu, em 1986, a tese *Diário de Narciso*. Em 1993,

Ciências Humanas e de Lingüística da Unicamp, era professora de Francês do CLA desde 1972. A aluna de Pós-Graduação, Rosa Attié Figueira²², iniciou seu mestrado em 1972 e passou a lecionar na graduação em 1973. Nos anos subseqüentes, esta política de incorporar alunos ao corpo docente do Instituto teve continuidade.

No ano de 1973, houve mudanças na estrutura curricular dos cursos de graduação do IFCH. Para os graduandos em Lingüística, foram incluídas outras disciplinas obrigatórias de Ciências Humanas como, por exemplo, Lingüística para Ciências Humanas, além de disciplinas de outras áreas como Educação Física Desportiva, Estatística Metodológica e Matemática para Lingüistas, entre outras.

Nos anos subseqüentes, houve diversas alterações curriculares. Novas disciplinas foram sendo introduzidas, outras foram excluídas.

1974 é o ano em que Carlos Vogt defende sua tese de doutorado *O Intervalo Semântico. Contribuição para uma Teoria Semântica Argumentativa*, sob orientação de Oswald Ducrot.

E também é o ano da publicação do primeiro catálogo dos cursos de Pós-Graduação da Unicamp. O corpo docente da Pós-Graduação em Lingüística estava então composto pelos professores Antonio Carlos Quícoli, Aryon Rodrigues, Brian Head, Marcelo Dascal e Oswald Ducrot. O engenheiro, filósofo e lingüista Marcelo Dascal, que se juntou ao corpo docente do Departamento

fez especialização em estágio clínico em afasia em Policlínico Gemelli (PG), na Itália. De 1993 a 1994 fez Pós-Doutorado pela Universidade de Newcastle Upon Tyne. É professora da Unicamp desde 1972.

²² Rosa Attié Figueira graduou-se em Letras Português e Francês pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Franca (1967-1970). Em 1969, fez especialização em Langue Française pelo Institut Catholique de Paris. Fez mestrado e doutorado em Lingüística na Unicamp. Iniciou seu mestrado no ano de 1972, defendendo, em 1974, a dissertação *Verbos Introdutores de Pressupostos*, sob orientação de Oswald Ducrot e co-orientação de Carlos Vogt. Em 1979, inicia seu doutorado e defende, em 1985, a tese *Causatividade: Um Estudo Longitudinal de suas Principais Manifestações no Processo de Aquisição do Português por uma Criança*, orientada por Claudia Thereza Guimarães de Lemos.

de Lingüística do IFCH no ano de 1974, havia terminado de concluir seu doutorado sob orientação de Yehoshua Bar-Hillel²³.

Segundo este catálogo, as disciplinas e os docentes responsáveis por ministrá-las eram: Fonética e Fonêmica (Aryon Rodrigues), Fonologia Gerativa (Brian Head), Fonologia Gerativa do Português (Brian Head), Tópicos de Fonologia (Aryon Rodrigues), Lingüística Descritiva Norte-Americana (Aryon Rodrigues), Sintaxe Transformacional (Antonio Carlos Quícoli), Seminário Avançado em Sintaxe (Antonio Carlos Quícoli), Tópicos de Sintaxe (Antônio Carlos Quícoli), Teoria da Gramática Gerativa (Antonio Carlos Quícoli), Tendências da Semântica Contemporânea (Marcelo Dascal), Tópicos de Semântica (Oswald Ducrot), Análise da Narrativa (Brian Head), Dialetoлогия Social (Brian Head) e Variação e Mudança Lingüística (Aryon Rodrigues).

Os mais antigos boletins de nota e frequência do curso de Pós-Graduação em Lingüística conservados no Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp são os boletins do ano de 1974. Segundo estes boletins, as disciplinas ministradas no primeiro período de 1974 foram: Fonética e Fonêmica (Aryon Rodrigues), Fonologia Gerativa (Brian Head), Sintaxe Transformacional (Antonio Carlos Quícoli), Lingüística Descritiva Norte Americana (Aryon Rodrigues), Seminário Avançado em Sintaxe (Antônio Carlos Quícoli) e Dialetoлогия Social (Brian Head). No segundo período foram: Fonologia Gerativa do Português (Brian Head), Fonologia II: Fonologia Gerativa

²³ Marcelo Dascal licenciou-se pela USP em Filosofia (1960-1963) e em Engenharia Elétrica (1960-1964). Em 1964, iniciou seus estudos superiores em Lingüística e Epistemologia em Aix-en-Provence, obtendo, em 1965, o Certificado de Estudos Superiores em Lingüística Geral. Obteve seu Ph.D pela Universidade Hebraica de Jerusalém, onde, em 1973, defendeu a tese *Aspects de la Sémiologie de Leibniz*, sob a orientação de Yehoshua Bar-Hillel. Fez vários cursos de pós-doutorado: no Centro Nacional de Pesquisa Científica, em Marselha (1964-1965); na Universidade de Massachusetts (1973-1974) e na Universidade da Califórnia (1980-1981). Marcelo Dascal é professor da Universidade de Tel Aviv desde 1967. É, também, membro do Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência (CLE) da Unicamp. Lecionou no Departamento de Filosofia da USP em 1964 e em 1976. Foi professor da Unicamp no período de 1974 a 1985. Nos anos de 1987, 1989-90 e 1991 lecionou na Unicamp como professor visitante. Foi professor visitante da PUC-SP (1991-1992). Também trabalhou como pesquisador e professor em diversas universidades na Europa e na América.

(Brian Head), Estudo Dirigido: Fonologia (Brian Head), Tópicos de Fonologia: Trabalho de Campo em Fonologia (Aryon Rodrigues), Tópicos de Sintaxe (Antonio Carlos Quícoli), Lógica e Linguagem²⁴, Tópicos de Semântica (Marcelo Dascal), Variação e Mudança Lingüística (Aryon Rodrigues), Análise da Narrativa (Brian Head) e Estudo Dirigido: Sociolingüística (Brian Head). Também foram oferecidas disciplinas no terceiro período: Aquisição da Linguagem (Caroline Stoel Gammon), Diferença e Familiaridade na Linguagem (Brian Head), Estudo Dirigido: Sociolingüística (Brian Head).

Em 1975, Rodolfo Ilari defende sua Tese de Doutorado, *Propriedades de Sentenças e Contextos Discursivos*, sob a orientação de Marcelo Dascal, e Haqira Osakabe defende sua Tese de Doutorado, *O Componente Subjetivo no Discurso Político*, sob a orientação de Jean Peytard.

Neste ano, foram incluídas novas disciplinas no curso de Pós-Graduação em Lingüística. Cito algumas delas, segundo os boletins de nota e freqüência deste ano: Tópicos de Semântica II: Semântica Formal (Marcelo Dascal), Filosofia da Ciência (Marcelo Dascal), Semântica Argumentativa (Carlos Vogt), Análise Lingüística do Discurso Político (Haqira Osakabe), Análise do Discurso: Coesão Textual (Brian Head), Estudo Dirigido em Análise do Discurso (Brian Head) no primeiro período; e Epistemologia e Linguagem (Marcelo Dascal), Problemas de Semântica Argumentativa (Carlos Vogt) no segundo período.

Em 1976, Carlos Franchi defende sua Tese de Doutorado, *Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem*, sob orientação de Marcelo Dascal.

Neste ano, Herman Parret, da Bélgica, é convidado a lecionar no Departamento de Lingüística do IFCH. Segundo o Catálogo de Pós-Graduação de 1976, H. Parret e C. Vogt eram responsáveis

²⁴ A lista de nota e freqüência da disciplina Lógica e Linguagem não foi encontrada, mas o nome desta disciplina aparece em boletins de diversos alunos. Desse modo, não foi possível saber qual professor ministrou esta disciplina, mas apenas que ela foi ministrada.

pela disciplina Tópicos de Semântica I. Nos boletins de nota e frequência de Pós-Graduação em Lingüística de 1976, esta disciplina, ministrada pelo professor H. Parret, comparece com uma especificação: (A Pragmática em Lingüística e em Lógica).

Nestes boletins de 1976, foram ministradas outras disciplinas novas como, por exemplo, Línguas Indígenas do Brasil (Aryon Rodrigues), Linguagem e Processos Cognitivos (Marcelo Dascal).

Ainda neste ano, foi criado pelo filósofo Oswaldo Porchat – que veio da USP para o IFCH da Unicamp em 1975 – o Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência (CLE). O CLE passou a funcionar oficialmente em 1977, sendo seu objetivo desenvolver atividades nas áreas de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, bem como pesquisas interdisciplinares. Seus membros se constituíram de docentes e pesquisadores da Unicamp, de outras universidades do Brasil e do exterior. Com a criação do CLE, formou-se um grupo de filosofia da linguagem que manteve – e continua mantendo – um vínculo estreito com docentes do IFCH e do IEL.

Em 30 de novembro deste mesmo ano de 1976, é encaminhada ao reitor Zeferino Vaz a proposta “Instituto de Estudos da Linguagem (IEL)”. Esta proposta foi elaborada por uma comissão de docentes de Lingüística e Teoria Literária sob a coordenação de Antonio Cândido de Mello e Souza. Nela, o IEL é definido como “Unidade de ensino e pesquisa, nos níveis de graduação e pós-graduação, destinada a formar docentes e pesquisadores no domínio dos estudos sobre a linguagem em suas diversas manifestações”²⁵. A proposta do IEL foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Diretor da Unicamp em 14 de dezembro de 1976.

O nome “Instituto de Estudos da Linguagem” passa a ser incluído nos Estatutos e Regimento Geral da Unicamp após parecer favorável do Conselho Estadual de Educação (de fevereiro de

²⁵ IFCH. *Constituição do Instituto de Estudos da Linguagem*. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, Processo 7968/76, fls. 6.

1977), por decreto do governador do estado (decreto nº 9597, de 21 de março de 1977), publicado no Diário Oficial em 22 de março de 1977.

Em 1977, o IEL estrutura-se em dois departamentos: o Departamento de Lingüística e o Departamento de Teoria Literária.

Em 1977, e nos anos subseqüentes, houve diversas alterações curriculares. Assim como no curso de Graduação em Lingüística, no curso de Pós-Graduação em Lingüística, novas disciplinas foram sendo introduzidas e outras foram excluídas. Destaco, a seguir, algumas das disciplinas que foram sendo introduzidas nos currículos, tomando como base os boletins de nota e freqüência consultados até 1990, portanto, considerando o período em que foram ministradas pela primeira vez (que pode não corresponder necessariamente com o momento em que foram criadas): Tópicos de Semântica e Pragmática (Marcelo Dascal) em 1978, Tópicos em Análise do Discurso (Haqira Osakabe) em 1980, Introdução à Análise de Discurso (Eni Orlandi) em 1980, Pragmática (Eduardo Guimarães) em 1981, Introdução à Semântica (Carlos Vogt) em 1982, Seminário Avançado de Pragmática (Eduardo Guimarães) em 1986. Cabe destacar que a disciplina Pragmática foi criada em 1980²⁶.

Em 1979, Eni Orlandi²⁷, que lecionava na USP desde 1967, passa a fazer parte do corpo docente do Departamento de Lingüística do IEL na Unicamp.

²⁶ Vale lembrar aqui nomes de outras disciplinas que foram sendo criadas: Documentação e Descrição de Línguas Indígenas (Aryon Rodrigues) em 1977, Tópicos de Psicolingüística (Claudia de Lemos), Estrutura de uma Língua Indígena (Aryon Rodrigues) em 1978, Fonética Acústica (Luiz Carlos Cagliari) em 1981, Teorias Gramaticais e Gramática Pedagógica (Charlotte Galves), Desenvolvimento Lingüístico e Alfabetização (Maria Laura T. Sabinson) em 1982, Introdução à Lingüística Computacional (Frank Brandon) em 1983, Transcrição e Produção de Sons da Fala (Luiz Carlos Cagliari) em 1985, Geografia Lingüística (Brian Head), Neurolingüística (Maria H. Hadler. Coudry/Edson Françoso), Leitura Individual Orientada (Fernando Tarallo), Tópicos em Estilística I (Sírio Possenti/Eleonora Albano) em 1987. Esta listagem também tem por base os boletins de nota e freqüência consultados até 1990, portanto, considera-se o momento em que elas foram ministradas pela primeira vez.

²⁷ Eni de Lourdes Pulcinelli Orlandi graduou-se em Letras pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araraquara (1961-1964). Em 1967, iniciou seu mestrado em Lingüística na USP, orientada por Theodor Henrique Maurer e depois por

Em janeiro e fevereiro de 1980, foi promovido, na Unicamp, o Programa Interamericano de Lingüística e Ensino de Idiomas (PILEI), que trouxe diversos lingüistas e filósofos da linguagem do Brasil e do exterior. Neste evento, foram ministradas várias disciplinas por professores do IEL e professores convidados. São elas: Tópicos de Fonética I (Luiz C. Cagliari), Tópicos de Fonética II (Norman Mc Quown); Tópicos de Fonologia I (R. Cerrón Palomino), Tópicos de Fonologia II (Maria Bernadete A. Gnerre); Seminário Avançado em Fonologia, (Yonne Leite); Tópicos de Sintaxe I (Mário Perini); Tópicos de Gramática Portuguesa I (Brian Head); Tópicos de Gramática Aplicada II (Robert Bratcher); Tópicos de Teoria Gramatical (Desmond Derbyshire); Tipologia Lingüística (Desmond Derbyshire); Tópicos de Lingüística Antropológica I (Norman Mc Quown); Tópicos de Lingüística Aplicada I (Luiz C. Cagliari); Seminário de Lingüística Aplicada (Mary Kato); Tópicos de Lingüística Histórica (Gilles Lefebvre); Etnolingüística (Gilles Lefebvre); Estrutura de uma Língua Indígena (Yonne Leite); Línguas Indígenas do Brasil (Aryon Rodrigues); Tópicos de Sociolingüística I (R. Cerrón Palomino), Tópicos de Sociolingüística II (Derek Bickerton); Variação e Mudança Lingüística (Derek Bickerton); Estudo Dirigido em Sociolingüística I (Derek Bickerton); Tópicos de Semântica I e II (Geoffrey Leech); Semântica Argumentativa (Carlos Vogt); Tópicos de Semântica e Pragmática (Rodolfo Ilari) e Aquisição da Linguagem I (Claudia de Lemos).

Cidmar Teodoro Pais. Defendeu, em 1970, a dissertação *Notas a uma Análise Estrutural do Verbo*. Iniciou seu doutoramento no ano seguinte, em Paris, tendo como orientador L. J. Pietro. Em 1976, na USP, defendeu, a tese *Contribuição ao Estudo do Verbo em Português: Um Estudo Morfo-Funcional*, sob orientação de Cidmar Teodoro Pais. Fez cursos de pós-doutorado na Universidade de Paris VII (1987-1988 e 1997). Desde 1984 vem fazendo viagens de trabalho para universidades como Paris VII, Paris III, Paris XIII, Escola Normal Superior (em Paris e Lyon). Lecionou na PUC-Campinas (1971-1979), na USP (1967-1979) e é professora na Unicamp desde 1979.

Dentre os alunos matriculados na disciplina Semântica Argumentativa, ministrada por Carlos Vogt, lembro os nomes de Ingedore Koch²⁸ e Kanavillil Rajagopalan²⁹ que lecionavam na PUC-São Paulo, onde também estavam se doutorando.

Neste ano de 1980, João Wanderley Geraldi³⁰, que defendeu sua Dissertação de Mestrado *Se a Semântica Fosse Também Pragmática... Ou para uma Análise Semântica dos Enunciados Condicionais* (1978) sob orientação de Carlos Vogt, também passa a ser professor do Departamento de Lingüística do IEL na Unicamp.

Em 1981, Eduardo Guimarães, que fez seu curso de pós-graduação na USP e foi professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino e da PUC-Campinas, passa a fazer parte do corpo docente do Departamento de Lingüística do IEL na Unicamp.

²⁸ Ingedore Grunfeld Villaça Koch fez graduação em Ciências Jurídicas e Sociais (Bacharelado) pela USP (1952-1956) e em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Castro Alves (1972-1974). Fez mestrado e doutorado na PUC de São Paulo, sob orientação de Anna Maria Marques Cintra. Em 1977, defendeu a dissertação *Os Sintagmas Preposicionados como Modificadores Nominais*, e, em 1981, a tese *Aspectos da Argumentação em Língua Portuguesa*. Em 1990, defendeu sua tese de livre docência na Unicamp. Ingedore Koch lecionou na PUC-SP durante o período de 1976 a 1986 e passou a lecionar na Unicamp em 1987.

²⁹ Kanavillil Rajagopalan formou-se em Literatura Inglesa pela University of Kerala (1962-1966). Em 1974-75, fez especialização em Diploma em Lingüística Aplicada pela Universidade de Edimburgo. Em 1968, iniciou seu mestrado em Literatura Inglesa pela Universidade de Delhi. Em 1971, defendeu a dissertação *John Keats and Harbanshrai Bachchan*, sob orientação de R. S. Sud. Neste ano, iniciou seu mestrado em Lingüística na Universidade de Delhi na Delhi-Varsity, defendendo, em 1973, a dissertação, na área de Fonologia, *Abstractness Controversy: Evidence From Malayalam*, sob orientação de R. N. Srivastav. Em 1979, iniciou seu doutoramento em Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas na PUC-SP e, em 1982, defende a tese *Negation and Denial: A Study in the Theory of Speech Acts*, sob orientação de Leila Bárbara. Kanavillil Rajagopalan fez Pós-doutorado na Universidade da Califórnia, em Berkeley (1993-1994), lecionou na PUC-SP (1977-1984), e, em 1984, passou a integrar o corpo docente da Unicamp.

³⁰ João Wanderley Geraldi graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria no Rio Grande do Sul (1965-1970). Em 1975-76, fez um curso de especialização em Ciências e Letras na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Fez mestrado e doutorado na Unicamp, defendendo, em 1978, a dissertação *Se a Semântica Fosse Também Pragmática... Ou para uma Análise Semântica dos Enunciados Condicionais*, orientado por Carlos Vogt, e, em 1990, a tese *Linguagem, Interação e Ensino*, tendo como orientador Carlos Franchi e co-orientador Haquira Osakabe. Em 1995, defende sua tese de livre docência na área de *Análise do Discurso*, intitulada *Exercícios de Militância e Divulgação*. João Wanderley Geraldi é professor da Unicamp desde 1980.

Neste ano, em agosto, houve um outro evento importante organizado por docentes do CLE e de outros institutos da Unicamp, dentre eles o IEL. O evento em questão é o Primeiro Encontro Internacional de Filosofia da Linguagem. Nele, estiveram presentes: Carlos Vogt, Eduardo Guimarães, João Wanderley Geraldi, Kanavillil Rajagopalan, Marcelo Dascal, Rodolfo Ilari, Herman Parret, John Searle, Donald Davidson, entre vários outros estudiosos da linguagem.

Em 1984, o professor Kanavillil Rajagopalan, que defendeu sua Tese de Doutorado *Negation and Denial: A Study in the Theory of Speech Acts* (1982) na PUC-SP, onde lecionava desde 1977, passa a ser docente do Departamento de Lingüística do IEL na Unicamp.

Desse modo, já na primeira metade da década de 1980, havia um número muito variado de áreas de estudo e disciplinas oferecidas no IEL. A grade curricular dos Cursos de Graduação e de Pós-graduação em Lingüística, especificamente, já continha diversas disciplinas tradicionalmente reconhecidas enquanto domínios de estudo do campo da Lingüística. E continha, ainda, outras disciplinas que não se caracterizavam como domínios próprios deste campo.

Embora esta apresentação não tenha trazido um levantamento exaustivo dos nomes de disciplinas, a partir dela é possível observar, com relação à diversidade de disciplinas na graduação e da pós-graduação, alguns pontos interessantes.

Pode-se notar, por exemplo, que na graduação vão sendo introduzidos nomes mais genéricos para as disciplinas, enquanto que na pós-graduação os nomes de disciplinas se desdobram num leque mais amplo. A disciplina Análise do Discurso, por exemplo, foi criada primeiramente na graduação, em 1972. A partir de 1975, a *análise do discurso* é introduzida como uma disciplina na pós-graduação, sob diversos nomes: Análise Lingüística do Discurso Político, Análise do Discurso: Coesão Textual, Estudo Dirigido em Análise do Discurso, Tópicos de Análise do Discurso, Introdução à Análise do Discurso.

Outro aspecto interessante a ser notado nas disciplinas de pós-graduação é a possibilidade de especificação de um nome de disciplina já existente. A especificação 'A Pragmática em Lingüística e em Lógica' para a disciplina Tópicos de Semântica I é ilustrativa neste sentido. É interessante notar que esta especificação mostra um processo que levou à disciplinarização da Pragmática na pós-graduação em 1980. Na graduação, a *pragmática* passou a nome de disciplina, enquanto Semântica e Pragmática, somente em 1999³¹.

Na diversidade de disciplinas oferecidas na graduação, há uma tendência para manter nomes mais genéricos. A pós-graduação se configura como um espaço mais aberto para o novo, para criação de novas disciplinas. Um nome mais específico que Semântica, por exemplo, é Semântica Argumentativa. Daí a possibilidade de criação de uma disciplina cujo nome é Semântica Argumentativa.

Esta diferença entre o modo de nomear as disciplinas traz conseqüências institucionais relevantes. Uma delas é que os quadros de docentes são contratados a partir daquilo que já está fixo, na graduação.

E isso tem relação com o lugar dado à graduação e à pós-graduação na universidade, que produz uma divisão de papéis interessante. A graduação se configura mais fortemente como um espaço da formação e a pós-graduação se configura mais fortemente como um espaço da produção. Divisão esta que está diretamente relacionada com o papel da Unicamp, configurado a partir da lei 5.540, de 1968, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior, enquanto instituição de ensino e pesquisa.

³¹ Mesmo não trazendo maiores reflexões a respeito deste intervalo de dezenove anos entre a disciplinarização da *pragmática* na pós-graduação e na graduação, considerei importante deixar este ponto indicado.

5.0. A SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA AO LADO DE OUTROS NOMES DE TEORIA

O ponto de partida de minhas análises, como já foi explicitado, é o estudo do nome *semântica argumentativa* ao lado de outros nomes de teoria que designam o campo teórico das produções de O. Ducrot, C. Vogt e E. Guimarães.

Para poder visualizar de um modo sistemático os momentos em que diversos nomes comparecem nos textos destes autores, apresento quatro tabelas que se constituíram em material de análise no início da construção de meu arquivo de leitura. Estas tabelas contêm grande parte dos nomes de teoria presentes em textos destes autores, ao lado das datas em que tais textos foram publicados.

Antes de apresentá-las, é necessário fazer uma observação sobre a data de publicação dos textos. As datas presentes nestas tabelas não são a única fonte para as análises realizadas nos capítulos subseqüentes. Em diversos momentos, foi importante considerar a data de apresentação de um texto em um evento, ou então, a data em que um texto foi escrito (quando o autor informa, ao final de seu texto, a data em que foi escrito). Sendo escritos ou apresentados anteriormente, ou ainda, comentados aqui e lá, os textos não ficam esperando saírem do prelo para começarem a circular. Apesar disso, o critério da data da publicação tem uma importância fundamental, pois um texto publicado significa como uma versão legitimada institucionalmente.

Tendo isso posto, vejamos, na página seguinte, as tabelas.

NOMES DE TEORIA EM TEXTOS DE OSWALD DUCROT

NOMES	DATAS DE PUBLICAÇÃO
semântica lingüística	1969,1972,1973,1975,1977,1978,1979,1980, 1984
pragmática integrada	1976, 1979,
Retórica integrada	1976,
semântica argumentativa	1978, 1980, 1995, 1999, 2000,
lingüística da enunciação	1980
pragmática semântica	1984,
pragmática lingüística	1984,
teoria da argumentação na língua	?, 1989, 1999,

NOMES DE TEORIA EM TEXTOS DE CARLOS VOGT

NOMES	DATAS DE PUBLICAÇÃO
o intervalo semântico	1974, 1980, 1983, 1984
semântica argumentativa	1974, 1980, 1983, 1984, 1998
pragmática integrada	1974, 1980,
Retórica pura	1974
lingüística do texto	1974,
teoria da narrativa	1978,
semântica lingüística	1979, 1980,
Pragmática	1980, 1983, 1984,
pragmática das representações	1980, 1998,
macrossintaxe	1980, 1983, 1984, 1986,
sintaxe do discurso	1983, 1984, 1986,

NOMES DE TEORIA EM TEXTOS DE EDUARDO GUIMARÃES

NOMES DE TEORIA	DATAS DE PUBLICAÇÃO
teoria da enunciação	1976,
semântica do discurso	1976,
lingüística do discurso	1976,
pragmática lingüística	1976,
Teoria geral do discurso	1976, 1978,
Teoria do discurso	1976,
teoria pragmática do discurso	1977, 1978,
pragmática ilocucional	1978, 1979,
pragmática conversacional	1978, 1979,
Pragmática	1979, 1983
semântica lingüística	1979,
semântica da enunciação	1979,1981,1983,1985,1986,1987,1988,1989,1990...1995,
semântica argumentativa	1983, 1985,1986, 1987, 1988... 1995,
análise do discurso	1985,
teoria polifônica da enunciação	1985,
semântica da enunciação numa perspectiva discursiva	1985,
semântica histórica de base enunciativa	1990,
semântica histórica da enunciação	1995,

NOMES DE TEORIA EM TEXTOS DOS TRÊS AUTORES

	OSWALD DUCROT	CARLOS VOGT	EDUARDO GUIMARÃES
Semântica lingüística	69,72,73,75,77,78,79,80,84,	80,	79,
Semântica argumentativa	78, 80, 95, 99, 00	74, 80, 83, 84, 98	83, 85, 86, 87, 95
Semântica da enunciação			79, 81, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90...95
teoria da argumentação na língua	89		
- pragmática integrada	76	74	
- pragmática lingüística	84		76
- pragmática ilocucional			78, 83
- pragmática conversacional			78, 83
- pragmática das representações		80	
Pragmática		80, 83,	79, 83

Alguns fatos de linguagem presentes nestas tabelas foram fundamentais para o percurso analítico de minha pesquisa. Vemos, por exemplo, que enquanto *semântica lingüística* comparece em textos de O. Ducrot desde 1969 e é constante nas publicações subseqüentes, em textos de C. Vogt e de E. Guimarães, este nome comparece a partir de 1979 e é pouco presente.

O nome *semântica da enunciação* comparece apenas em textos de E. Guimarães. Este nome está presente nos textos deste autor desde 1979 e continua com uma presença constante nos anos seguintes. O nome *lingüística da enunciação* comparece apenas em um texto de O. Ducrot, de 1980.

O nome *pragmática-x* comparece nos textos dos três autores quase ao mesmo tempo: em 1974 e 1976. Em textos de O. Ducrot, este nome estará sempre acompanhado de um determinante. Em textos de E. Guimarães, a partir de 1979, e em textos de C. Vogt, a partir de 1980, o nome *pragmática* comparece com e sem determinante.

Os nomes *semântica argumentativa* e *semântica lingüística* não comparecem ao mesmo tempo nos estudos dos autores. O nome *semântica argumentativa*, no entanto, está presente em um número bastante significativo nos textos dos três autores.

Em outras palavras, a comparação entre estes quadros permite observar em que medida estes campos são nomeados de um mesmo modo ou de modos diferentes. Os nomes *semântica lingüística*, *semântica argumentativa* e *pragmática (-x)*, que estão presentes nos textos dos três autores, nem sempre comparecem em seus estudos nos mesmos momentos (e também nem sempre da mesma maneira, como se verá adiante). Vários nomes não coincidem.

Estes indícios se tornaram uma fonte para minhas questões e possibilitaram uma maior compreensão de relações de diálogo e embate teórico possibilitadas por condições históricas específicas que fazem a *semântica argumentativa* dos autores não ser a mesma.

É disso que tratarei nos próximos capítulos.

CAPÍTULO III

A SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA NA SEMÂNTICA LINGÜÍSTICA

1.0. PRINCÍPIOS DE UMA SEMÂNTICA PROPRIAMENTE LINGÜÍSTICA

No artigo “Pressupostos e Subentendidos” de Oswald Ducrot (1969)³² é proposto um esquema de descrição semântica que contém, em seu interior, um componente lingüístico (componente de ‘descrição semântica propriamente lingüística das línguas naturais’) e um componente retórico.

Este artigo é dividido em quatro partes, sendo a primeira delas nomeada de “A Hipótese de uma Semântica Lingüística”.

Para observar algumas relações de sentidos que tal expressão recobre neste título e qual é a hipótese apresentada a respeito de ‘uma semântica lingüística’, vejamos os seguintes recortes³³:

[1] “(...) Mas decidir qual é a significação do enunciado fora de suas ocorrências possíveis, é ultrapassar o terreno da experiência e da constatação e fazer uma hipótese – talvez justificada, mas que, em todo caso, precisa ser justificada. (...)”

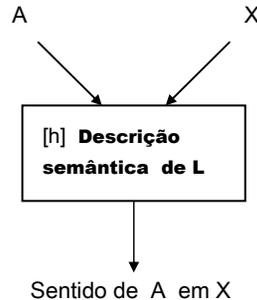
(...). Pensamos, ao contrário, que hipóteses desse tipo são a condição necessária para a existência de [a] **uma descrição semântica propriamente lingüística das línguas naturais**. Antes de procurar estabelecer o que poderia ser [b] **uma tal descrição semântica lingüística**, precisemos

³² Este artigo, cujo título em francês é « Présupposés et Sous-Entendus » foi publicado em 1969 no número 4 da Revista *Langue Française* e reeditado em *Le Dire et le Dit* (Ducrot, 1984a). A edição brasileira deste livro, intitulada de *O Dizer e o Dito*, foi publicada em 1987.

As referências de obras estrangeiras que citarei em meu trabalho, quando tiverem edição em português, serão feitas com o título em português, mas a data da referência destas obras corresponderá à data da primeira edição da versão original. O ano da edição em português será mencionado em rodapé.

³³ Os itálicos dos três recortes a seguir são do autor. Os negritos destes recortes e de todos os demais que apresentarei nessa dissertação serão meus – salvo quando for indicado. Como grande parte dos textos de autores franceses foram lidos por Carlos Vogt e Eduardo Guimarães em francês, quando ainda não havia traduções para o português, considerei importante consultar os originais em francês. Os recortes destes textos que trago para minhas análises foram traduzidos por mim para o português. As versões originais encontrar-se-ão em rodapé. Cabe assinalar que entre as versões que foram publicadas em português e as traduções que fiz há algumas diferenças. Embora algumas destas traduções publicadas sejam um interessante observatório de análise de sentidos que foram se estabilizando sobre produções de autores franceses, não me deterei nelas neste trabalho.

primeiramente o que deve ser esperado [g] **da descrição semântica de uma língua L**. Entendemos que esta consiste em um conjunto de conhecimentos que permitem prever, frente a um enunciado A de L, produzido em uma circunstância X, o sentido que esta ocorrência de A tomou neste contexto.



(p. 30 e 31)³⁴.

[2] “Quanto a dizer que existe, **para a língua L**, [c] **uma descrição semântica lingüística possível**, é fazer uma hipótese bem precisa sobre a organização a dar [i] **à descrição semântica de L**” (p. 31)³⁵.

[3] “(...) Se desejarmos, entretanto, evitar este pessimismo e tentar colocar um pouco de ordem [j] **na descrição semântica**, uma hipótese parece vantajosa, e nos parece ser, implícita ou explicitamente, [x] **a de toda semântica lingüística**.

Trata-se de pensar que [k] **o retângulo acima desenhado** deve ser dividido em dois compartimentos principais. [d] **Um primeiro componente**, isto é, um conjunto de conhecimentos (nós o chamaremos [e] **descrição semântica lingüística de L** ou, por abreviação, [f] **componente lingüístico**) atribuiria a cada enunciado, independentemente de qualquer contexto, uma certa significação” (p. 31)³⁶

³⁴ « ... Mais décider quelle est la signification de l'énoncé hors des ses occurrences possibles, c'est là dépasser le terrain de l'expérience et de la constatation, et faire une hypothèse – peut-être justifiée, mais qui en tout cas besoin d'être justifiée. (...) (...) Nous pensons au contraire que des hypothèses de ce genre sont la condition nécessaire à l'existence d'une description sémantique proprement linguistique des langues naturelles. Avant de chercher ce que pourrait être une telle *description sémantique linguistique*, précisons d'abord ce que l'on doit attendre de la *description sémantique* d'une langue. Nous entendons par là un ensemble de connaissances qui permettent de prévoir, si un énoncé A de L a été prononcé dans des circonstances X, le sens que cette occurrence de A a pris dans ce contexte ».

³⁵ « Dire maintenant qu'il y a, pour la langue L, une *description sémantique linguistique* possible, c'est faire une hypothèse bien précise sur l'organisation à donner à la *description sémantique* de L »

³⁶ « (...) Si l'on veut cependant éviter ce pessimisme et tenter de mettre un peu d'ordre dans la description sémantique, une hypothèse semble avantageuse qui nous paraît, implicitement u explicitement, celle de toute sémantique linguistique.

Il s'agit de penser que le rectangle dessiné plus haut doit être divisé en deux compartiments principaux. Un premier composant, c'est-à-dire un premier ensemble de connaissances (nous l'appellerons *description sémantique linguistique* de L, ou, par abréviation, *composant linguistique*), assignerait à chaque énoncé, indépendamment de tout contexte, une certaine signification ».

Agradeço ao colega Alain François, que se dispôs a revisar alguns pontos da tradução deste recorte.

Um primeiro ponto que se pode notar é que o autor procura situar suas pesquisas, não no plano da experiência e da constatação, mas no plano das hipóteses. Nesse plano, a hipótese feita não é apresentada diretamente, como o seria, por exemplo, num enunciado do tipo *minha hipótese é x*. O primeiro enunciado que vemos em [1] pode ser descrito como *decidir x é ultrapassar y e fazer uma hipótese*. Ou seja, a hipótese é implicada pela decisão metodológica sobre a significação do enunciado ser atribuída fora de suas ocorrências possíveis. Esta decisão aí apresentada não é apenas uma mera ilustração do que seria fazer uma hipótese, ela é a decisão apresentada pelo autor como a hipótese de seu trabalho que, segundo escreve, é [1] ‘a condição necessária para a existência de uma descrição semântica propriamente lingüística das línguas naturais’.

Comparando as relações estabelecidas entre as expressões em negrito, nota-se que algumas delas reescrevem [1[a]] ‘uma descrição semântica propriamente lingüística das línguas naturais’ e outras reescrevem [1[g]] ‘a descrição semântica de uma língua L’. A semelhança entre elas é que ambas contém a expressão ‘descrição semântica’. Mas o sentido de ‘descrição semântica’ destas expressões está marcado por uma diferença determinante. A articulação da palavra ‘lingüística’ em [1[a]] e em suas reescrituras determina o sentido de ‘descrição semântica’ como uma descrição semântica que é propriamente lingüística. A presença da palavra ‘lingüística’ nestas expressões estabelece uma oposição com [1[g]] e em suas reescrituras em que esta palavra não está presente, fazendo com que o sentido de ‘descrição semântica’ aí não seja, necessariamente, o de uma descrição semântica propriamente lingüística.

De um lado, a expressão referencial indefinida³⁷ [1[a]] ‘uma descrição semântica propriamente lingüística das línguas naturais’ é reescrita por [1[b]] ‘uma tal *descrição semântica lingüística*’, [2[c]] ‘uma *descrição semântica lingüística* possível’ e [3[e]] ‘*descrição semântica lingüística de L*’, por um

³⁷ Estou fazendo uso dessa terminologia a partir da concepção de *referência* como algo que é significado e não como algo existente, como a particularização de algo na e pela enunciação (Guimarães, 2002b), conforme observei no Capítulo I.

processo metonímico³⁸ em que a palavra ‘propriamente’ é elidida. Esta última expressão é o nome dado a [3[d]] ‘um primeiro componente’ da descrição semântica. Componente que é também nomeado, ‘por abreviação’, de [3[f]] ‘*componente lingüístico*’.

De outro lado, a expressão referencial definida [1[g]], ‘a *descrição semântica* de uma língua L’ se refere ao modelo de descrição proposto pelo autor. Ela é reescrita em [1[h]] ‘Descrição semântica de L’, que representa graficamente tal modelo de descrição e o próprio nome deste modelo. As expressões referenciais definidas em [2[i]] ‘a *descrição semântica* de L’, [3[j]] ‘a descrição semântica’, e [3[k]] ‘o retângulo acima desenhado’, reescrevem ‘descrição semântica de L’ e fazem referência a ela.

A partir desse quadro, poder-se-ia dizer que o sentido de ‘uma semântica lingüística’ do título desta parte do artigo, “A Hipótese de uma Semântica Lingüística”, tenha sido derivado da expressão ‘*descrição semântica lingüística*’ por um processo metonímico, sendo que, neste caso, é um processo no qual a palavra ‘descrição’ é elidida. Assim, é possível dizer que ‘uma semântica lingüística’ refere-se a esta expressão, ou seja, ao componente lingüístico da descrição semântica. Mas, com a elisão de ‘descrição’ neste título, ‘uma semântica lingüística’ deriva para outros sentidos, transpondo limites que, com a elisão de ‘propriamente’, se mantinham.

Através desse processo metonímico produzido pela elisão de ‘descrição’ (no qual os efeitos de sentido de ‘semântica lingüística’ enquanto ‘descrição semântica lingüística’ continuam

³⁸ O processo metonímico não está sendo considerado do ponto de vista referencial. Estou trabalhando com esse processo como um efeito metonímico. Penso o efeito metonímico enquanto uma retomada possibilitada pelo procedimento de reescritura, em que a relação da parte pelo todo é atravessada por pré-construídos que remetem, conforme escreve M. Pêcheux (1975), “a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é “construído” pelo enunciado” (p. 99). No caso da elisão de ‘propriamente’ nas reescrituras metonímicas de ‘uma descrição semântica propriamente lingüística das línguas naturais’, elas continuam significando em relação a ‘propriamente’, apesar da elipse. Isso porque, para além da articulação do texto em que dois tipos de descrição são contrapostos, está significando toda uma discussão sobre o objeto próprio da lingüística.

funcionando), 'semântica lingüística' passa a funcionar como nome genérico de um domínio de estudos. Realiza-se, assim, uma passagem de um método, na expressão 'uma descrição semântica lingüística', para um campo do saber, na expressão 'uma semântica lingüística'. Nesta passagem, 'semântica lingüística' pode significar não apenas em relação ao componente lingüístico, mas também como nome genérico de um domínio de estudos³⁹.

No interior do texto do autor, pode-se observar que em [3[x]], 'de toda semântica lingüística', tem-se 'semântica lingüística' significando como um nome genérico. E, enquanto tal, este nome designa uma área cujo escopo abarcaria todas e quaisquer semânticas que sejam lingüísticas. 'A hipótese de uma semântica lingüística' colocada por O. Ducrot seria, então, a hipótese de 'uma semântica lingüística' entre outras possíveis.

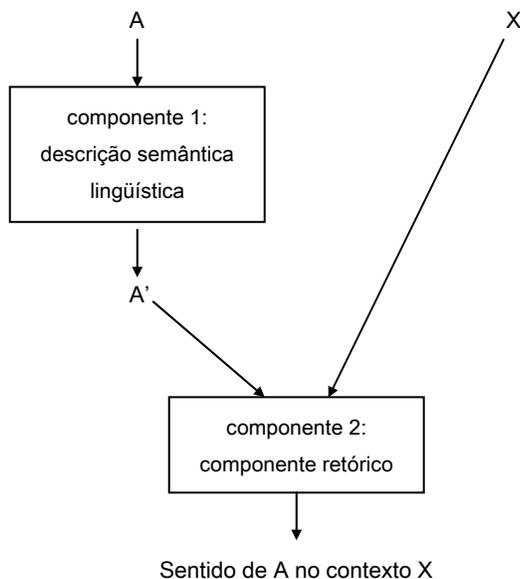
Ao mesmo tempo, o sentido de 'semântica lingüística' continua relacionado com o componente lingüístico. Pois, segundo o autor, o que parece ser a hipótese 'de toda semântica lingüística' é justamente a consideração de que o sentido de um enunciado (ou frase, ou sentença...) pode ser estudado independentemente de fatores extralingüísticos, ou seja, é a consideração de 'uma descrição semântica propriamente lingüística das línguas naturais'.

Nessa deriva de sentidos, através da qual 'semântica lingüística' deixa de significar apenas pela expressão 'descrição semântica lingüística', passando a significar também como nome de um domínio de estudos, há um ponto que permanece: tanto num sentido mais estreito (como componente lingüístico), quanto num sentido mais genérico (como nome de um domínio de estudos), o nome *semântica lingüística*, no estudo do autor, está significando como um modo de trabalhar com a linguagem que privilegia os aspectos considerados enquanto estritamente lingüísticos em relação aos extralingüísticos.

³⁹ Não é a minha intenção refletir sobre o aparecimento de 'semântica lingüística' na história da semântica em geral. Procuo apenas observar o processo de designação de 'semântica lingüística' na obra de O. Ducrot.

O. Ducrot, a partir destas considerações, apresenta o seu modelo de descrição semântica:

[4]



(p. 32).

A respeito deste modelo, cabe destacar que ele também estará presente no capítulo “A Pressuposição na Descrição Semântica” da obra *Princípios de Semântica Lingüística. Dizer e não Dizer* (Ducrot, 1972a)⁴⁰. Mas o interessante é que no referido capítulo a expressão ‘descrição semântica lingüística’ é substituída por ‘componente lingüístico’. Houve, assim, um apagamento da relação de sinonímia estabelecida pelo autor entre a expressão ‘descrição semântica lingüística’ e o nome que se estabilizou como designação do primeiro componente da descrição semântica, o ‘componente lingüístico’.

Na segunda parte do artigo “Pressupostos e Subentendidos” de O. Ducrot (1969), nomeada de “Distinção entre Pressuposto e Subentendido”, o autor apresenta procedimentos para fazer

⁴⁰ Na retomada desse esquema, O. Ducrot especifica a distinção entre *significação* e *sentido* que em “Pressupostos e Subentendidos” (Ducrot, 1969) não era fixa. Nessa retomada, a *significação* é obtida pelo componente lingüístico e o *sentido* é obtido pelo componente retórico. É importante destacar essa questão terminológica porque nos trabalhos de C. Vogt, ele designa de *sentido* o que O. Ducrot designa de *significação* e vice-versa. Nos primeiros trabalhos de E. Guimarães, a distinção segue a terminologia de O. Ducrot.

funcionar os dois componentes da descrição semântica. Em “A Anterioridade do Pressuposto”, que vem a seguir, são apresentadas reflexões sobre o pressuposto e o subentendido, com o objetivo de mostrar que a determinação do pressuposto precede a determinação do subentendido. Desse modo, o foco da discussão se mantém sobre a questão do pressuposto como marca na língua. Na última parte, “Pressupostos e Intersubjetividade”, o foco também se volta para a hipótese de ‘uma semântica propriamente lingüística das línguas naturais’. Esta parte termina com a seguinte conclusão:

[5] “Agora, se **o pressuposto, diferentemente do subentendido**, não é um fato de retórica ligado à enunciação, mas **se inscreve na própria língua**, é preciso concluir que a língua, independentemente das utilizações que se podem fazer dela, apresenta-se, fundamentalmente, como o lugar de debate e da confrontação de subjetividades” (p. 30 e 31)⁴¹.

Desse modo, embora se encontre, na primeira parte do artigo, um modelo que considera um componente retórico, abrindo, assim, espaço para questões semânticas tomadas como não lingüísticas e que, na segunda parte, sejam elaborados procedimentos para trabalhar com o componente retórico, pode-se perceber, em última análise, que a ênfase desse estudo está nos aspectos tomados como estritamente lingüísticos. Ou seja, na proposta deste estudo de O. Ducrot há uma sobredeterminação do lingüístico sobre o retórico.

A meu ver, a consideração do componente retórico na descrição semântica parece ser importante para que o autor possa dar maior precisão ao que, segundo sua hipótese, seria propriamente lingüístico.

⁴¹ « Si maintenant le présupposé, à la différence du sous-entendu, n'est pas un fait de rhétorique, lié à l'énonciation, mais s'il est inscrit dans la langue même, il faut conclure que la langue, indépendamment des utilisations que l'on peut faire d'elle, se présente fondamentalement comme le lieu du débat et de la confrontation des subjectivités ».

A esse respeito, vale trazer um comentário do autor no capítulo “A Pressuposição: O Ato de Pressupor” da obra *Princípios de Semântica Lingüística. Dizer e não Dizer* (Ducrot, 1972a):

[6] “(...) **a noção de pressuposição** não pode ser aplicada de maneira isolada, mas somente **no interior de uma tentativa global de descrição semântica**. Em muitos casos, é a coesão global desta descrição que fornece o único motivo determinante para atribuir a tal enunciado um pressuposto e não outro” (p. 105, 106)⁴²

O título da edição francesa do livro supramencionado é *Dire et ne Pas Dire. Principes de Sémantique Linguistique*. Em sua edição para o português, publicada em 1977, o título passou a ser *Princípios de Semântica Lingüística*, sendo que *Dizer e não Dizer* ficou como subtítulo. A conjunção ‘et’ (ou ‘e’) produz um efeito de indissociabilidade entre o dizer e o não dizer. Considerando o título em Francês, tem-se a expressão ‘principes de sémantique linguistique’ que reescreve e determina o sentido de ‘dire et ne pas dire’. Desse modo, o estudo da indissociabilidade entre o dizer e o não dizer deve ser feito através dos ‘princípios de semântica lingüística’.

A palavra ‘princípios’ tem uma polissemia interessante. A leitura que realizei dos trabalhos do autor possibilitou que eu compreendesse três sentidos para ‘princípios’ (o que não significa, que não haja outros). Ela pode significar, por exemplo, como início. O sentido de ‘Princípios de semântica lingüística’ como ‘início’ é o de uma obra que apresenta a *semântica lingüística* em seus princípios, um campo do saber que o autor está construindo. Ela pode, também, significar como uma introdução para principiantes. ‘Princípios de semântica lingüística’, neste sentido, é uma obra introdutória para principiantes em *semântica lingüística*. Ela pode, ainda, significar como normas. Neste caso, o sentido de ‘Princípios de semântica lingüística’ é o de uma obra que apresentaria os preceitos, as

⁴² « (...) la notion de présupposé ne peut pas être appliquée de façon isolée, mais seulement à l'intérieur d'une entreprise globale de description sémantique. Dans bien des cas, c'est la cohésion d'ensemble de cette description qui fournit le seul motif contraignant pour attribuer à tel énoncé tel présupposé plutôt que tel autre ».

normas deste campo de saber nomeado de *semântica lingüística*. Creio que estes três sentidos (pelo menos) estão funcionando – de modos diferentes – ao mesmo tempo.

Estes ‘princípios’, no interior da obra, se voltam, fundamentalmente, para a questão do tratamento lingüístico do pressuposto. Ele passa a ser concebido como um ato ilocucional e continua sendo considerado como um implícito do enunciado, situando-se no interior do componente lingüístico da descrição semântica.

No Capítulo “A Pressuposição na Descrição Semântica”, o autor escreve:

[7] “**O ato de pressuposição**, que apresentamos como **ilocucional**, deverá ser marcado nas significações produzidas pelo **componente lingüístico**” (p.128)⁴³

A característica de ‘ato’, mais especificamente, de ato ‘ilocucional’ do pressuposto não o configura como pertencente ao componente retórico e sim como pertencente ao componente lingüístico, marcado nas *significações* produzidas por este componente.

Dessa maneira, é possível dizer que o sentido de *semântica lingüística* continua mantendo essa relação com o componente lingüístico. Mesmo levando em conta a presença, em algumas das partes deste livro, de estudos relativos ao componente retórico, como as leis retóricas (exaustividade, litotes, etc.), por exemplo, tais estudos se inserem na proposta teórica em que o lingüístico sobredetermina o retórico.

Ao mesmo tempo, o subtítulo ‘principes de sémantique linguistique’ também faz com que *semântica lingüística* signifique como nome do campo teórico das pesquisas de O. Ducrot, recobrando toda a descrição semântica e não somente uma parte dela.

⁴³ « l’acte de présupposition, que nous avons présentée comme illocutoire, devra être marqué dans les significations produites par le composant linguistique ».

No interior da obra, o nome *semântica lingüística* está presente apenas uma única vez. No capítulo ““Pouco” e “Um Pouco””, a respeito do problema de ‘um pouco’ implicar, assim como ‘pouco’, um julgamento de quantidade, o autor comenta:

[8] “A solução deste problema exige que se faça uma distinção nítida entre os julgamentos prévios à formulação de um enunciado e os que são exprimidos neste enunciado, distinção que, a nosso ver, se impõe em quase todas as pesquisas **de semântica lingüística**” (p. 197)⁴⁴.

Como se pode notar, ‘semântica lingüística’ também está funcionando como um nome genérico. Este nome se apresenta em relação ao procedimento metodológico de distinguir julgamentos sobre o enunciado, considerando que há julgamentos que são expressos no enunciado.

É interessante que, tanto no recorte [3] como neste recorte [8], ‘semântica lingüística’ se apresenta como um domínio de estudos que procura dar uma especificidade para o lingüístico na descrição semântica através de diversos procedimentos metodológicos.

E isso também pode ser observado no artigo “As Escalas Argumentativas” (Ducrot, 1973b), que inicia do seguinte modo:

[9] “Desde que foram publicados os artigos de Benveniste sobre a subjetividade na linguagem, toda uma tendência se desenvolveu **no interior da semântica lingüística**, visando a introduzir na própria língua um determinado número de fenômenos ligados à enunciação, que anteriormente eram relegados à fala. As teses aqui apresentadas se inscrevem nessa linha” (p. 225)⁴⁵.

Neste texto, o nome *semântica lingüística* comparece precedido de um artigo definido. Vê-se que este nome não remete unicamente ao campo das pesquisas de O. Ducrot, mas a ‘toda uma

⁴⁴ « La solution de ce problème exige qu'on fasse une distinction nette entre les jugements préalables à la formulation d'un énoncé et ceux qui sont exprimés dans cet énoncé, distinction qui, selon nous, s'impose dans presque toutes les recherches de sémantique linguistique ».

⁴⁵ « Depuis qu'ont paru les articles de Benveniste sur la subjectivité dans le langage, toute une tendance s'est développée, à l'intérieur de la sémantique linguistique, qui vise à introduire dans la langue elle-même un certain nombre de phénomènes liés à l'énonciation, et relégués auparavant dans la parole. Les thèses présentées ici s'inscrivent dans cette ligne ».

tendência', sendo que as teses do autor 'se inscrevem nessa linha'. *Semântica lingüística* é um nome que está significando em relação ao procedimento metodológico de 'introduzir na própria língua um determinado número de fenômenos ligados à enunciação, que anteriormente eram relegados à fala'.

Em "A Descrição Semântica em Lingüística" (Ducrot, 1973c)⁴⁶, *semântica lingüística* também comparece precedido de um artigo definido:

[10] ""Uma última conseqüência, que concerne às relações entre **a semântica lingüística** e o estruturalismo, pode agora ser analisada. Sabe-se que o renascimento das pesquisas semânticas em lingüística, desde uma quinzena de anos, está muito ligado ao desenvolvimento da gramática gerativa, e que esta é apresentada, por outro lado, como anti-estrutural. Suponhamos que se entenda por estruturalismo lingüístico o reconhecimento de uma originalidade profunda da língua, a idéia de que seus elementos não poderiam ser definidos em termos extra-lingüísticos, a idéia, portanto, de que existe, no sentido em que Merleau-Ponty falava de um primado da percepção, um primado da língua, esta sendo irredutível àquilo que não é ela. Neste sentido da palavra "estruturalismo", **a semântica lingüística** nos parece poder ser profundamente estruturalista" (*Le Dire et le Dit*, 1984a: p.65)⁴⁷.

Já neste recorte, os sentidos de *semântica lingüística* estão mais fortemente voltados aos sentidos de [1[a]] 'uma descrição semântica propriamente lingüística das línguas naturais'.

O nome *semântica lingüística* não estava presente em todos os textos de O. Ducrot, publicados até 1973. Quando ele comparecia, vinha precedido de 'uma', 'toda', 'de', 'da' ou 'a' e na maioria das vezes que comparecia, designava um domínio de estudos genérico.

⁴⁶ Texto publicado primeiramente no *Journal de Psychologie*, n. 1 e 2. Publicado em 1984 na obra *Le Dire et le Dit*, que foi traduzida para o português, em 1987, com o título *O Dizer e o Dito*.

⁴⁷ « Une dernière conséquence peut maintenant être signalée, qui concerne les rapports entre la sémantique linguistique et le structuralisme. On sait que la renaissance des recherches sémantiques en linguistique, depuis une quinzaine d'années, est très liée au développement de la grammaire générative, et que celle-ci s'est d'autre part toujours présentée comme anti-structurale. Supposons qu'on entende par structuralisme linguistique la reconnaissance d'une originalité foncière de la langue, l'idée que ses éléments ne sauraient se définir en termes extra-linguistiques, l'idée donc qu'il y a, au sens où Merleau-Ponty parlait d'un primat de la perception, un primat de la langue, celle-ci étant irréductible à ce qui n'est pas elle. En ce sens du mot « structuralisme », la sémantique linguistique que nous semble pouvoir être profondément structuraliste ».

Vejamos, na tabela a seguir, o número de vezes em que o nome *semântica lingüística* comparece precedido de ‘uma’, ‘toda’, ‘de’, ‘da’ e ‘a’, nos textos do autor, publicados até 1973:

Obra	Data de publicação	‘uma’	‘toda’	‘de’	‘da’	‘a’
“Pressupostos e Subentendidos”	1969	1	1			
“Os Indefinidos e a Enunciação” ⁴⁸	1970		2			
“Les Actes de Langage”	1972		1	1		
<i>Princípios de Semântica Lingüística</i>	1972			2		
“As Escalas Argumentativas”	1973				1	
“A Descrição Semântica em Lingüística”	1973					2

Pode-se observar, nesta tabela, a partir da passagem da indefinição para a definitude nas partículas que precedem o nome *semântica lingüística*, o processo de estabilização deste nome.

O nome *semântica lingüística* passa a ter uma presença mais marcante nos textos do autor publicados a partir de 1977. No artigo “Estruturalismo e Enunciação” (Ducrot, 1977b)⁴⁹, por exemplo, *semântica lingüística* é enunciada cinco vezes: “a semântica lingüística deve ser estrutural”, “Como aplicar este princípio à semântica lingüística?”, “a pesquisa estrutural em semântica lingüística”, “muitas dificuldades da semântica lingüística”, “que a semântica lingüística seja um estudo estrutural da enunciação”. Exceto ‘em semântica lingüística’, todas as demais enunciações se configuram com o artigo definido ‘a’.

Os sentidos de ‘semântica lingüística’ em “Estruturalismo e Enunciação” (Ducrot, 1977b) não são mais os de ‘princípios’ (enquanto início) e nem os de uma teoria pronta, mas continuam sendo

⁴⁸ O título original em francês é: « Les Indefinis et l'Énonciation ». Este texto foi publicado em 1970 no número 17 da revista *Langages* e, posteriormente, no livro *La Preuve et le Dire* (Ducrot, 1973a).

⁴⁹ Este artigo foi publicado em *Princípios de Semântica Lingüística. Dizer e não Dizer* em 1977 (livro que é a edição brasileira de *Dire et ne Pas Dire. Principes de Sémantique Linguistique* (Ducrot, 1972a)). O artigo « Structuralisme, Énonciation et Sémantique » publicado em 1978 no número 33 da revista *Poétique* e, posteriormente, em *Le Dire et le Dit* (Ducrot, 1984a), sendo traduzido para o português em *O Dizer e o Dito* de 1987, é quase igual ao “Estruturalismo e Enunciação”, com ligeiras modificações.

regulados por uma normatividade que busca constituir esta semântica pela relação com a estrutura lingüística. Além disso, pode-se dizer que o nome *semântica lingüística*, neste artigo, já está funcionando, efetivamente, enquanto um nome de teoria estabilizado. No entanto, isso não faz com que os sentidos deste nome nos estudos de O. Ducrot – e de outros autores – permaneçam estáveis.

2.0. A PRAGMÁTICA NA SEMÂNTICA LINGÜÍSTICA

Desde “Pressupostos e Subentendidos”, (Ducrot, 1969) até “As Escalas Argumentativas” (Ducrot, 1973b), o nome do domínio teórico no qual O. Ducrot inscreve seus estudos é, predominantemente, *semântica lingüística*.

Nestes estudos há muitos comentários que apresentam sua posição diante das discussões sobre sintaxe e semântica ou lógica e linguagem. Isso pode ser conferido, por exemplo, em várias passagens do livro *Princípios de Semântica Lingüística. Dizer e não Dizer*, (Ducrot, 1972a). Para este trabalho, considero importante destacar duas delas, que tratam da discussão sobre sintaxe e semântica:

[11] “Em vez de nos envolvermos nas discussões sobre **“sintaxe e semântica”** que ocupam atualmente as revistas de lingüística, pedimos que se nos conceda, por pura caridade, o ponto seguinte: sobre um número muito grande de problemas de análise sintática, **não há, para insistir, solução que se apóie sobre critérios “puramente sintáticos”** (embora Chomsky, desde *Syntactic Structures*, tenha postulado a necessidade destes critérios)” (p. 116)⁵⁰.

[12] “trata-se de **estrutura semântica ou sintática**? Confessamos não ver a importância desta questão” (p. 119)⁵¹.

⁵⁰ « Plutôt que de nous engager dans ces discussions sur « syntaxe et sémantique » qui occupent actuellement les revues de linguistique, nous demandons qu'on nous accorde, par pure charité, le point suivant. Sur un très grand nombre de problèmes d'analyse syntaxique, il n'y a pas, pour l'insistant, de solution qui s'appuie sur des critères « purement syntaxiques » (bien que Chomsky, dès *Syntactic Structures* ait postulé la nécessité de tels critères) ».

⁵¹ « S'agit-il de structure sémantique ou syntaxique ? Nous avouons ne pas voir l'importance de cette question ».

O que pretendo ressaltar destes dois recortes é apenas que, em relação a esta discussão, o autor não vê nenhuma solução que se baseie em critérios “puramente sintáticos” e não considera importante distinguir o que seria uma estrutura semântica ou sintática.

A discussão sobre semântica e pragmática tem uma presença um pouco tímida nas reflexões de O. Ducrot daquele momento. Diferentemente de ‘semântica’, a palavra ‘pragmática’ não era muito freqüente e não comparava como nome do domínio teórico em que o autor inscrevia seus estudos. Evidentemente, isso não quer dizer que não houvesse uma reflexão sobre aspectos pragmáticos da linguagem em seus trabalhos.

Apresentarei, a seguir, alguns dos principais momentos em que a palavra ‘pragmática’ se apresenta em textos do autor no referido período (1968 a 1973).

Em uma passagem de *Princípios de Semântica Lingüística. Dizer e Não Dizer* (Ducrot, 1972a), ‘pragmática’ está presente como um adjetivo que define a eficácia de um enunciado com um valor ilocucional: ‘uma força pragmática’ (p. 127).

Na página seguinte, esta palavra se apresenta novamente como um adjetivo:

[13] “As indicações sobre o valor ilocucional não são, aliás, os únicos elementos, nas “significações”, a conter **uma alusão à enunciação**. Há, com efeito, um número muito grande de morfemas, torneios ou expressões que, sem ser eles mesmos ilocucionais, não podem ser descritos senão em relação **à orientação pragmática do discurso**, à confrontação dos interlocutores, à seu modo de agir um sobre o outro pela fala” (p. 128)⁵².

A pressuposição, concebida como um ato ilocucional pertencente ao componente lingüístico, é, também, vista como um dos elementos (não o único), ‘nas “significações”, a conter uma alusão à

⁵² « Les indications sur la valeur illocutoire ne sont pas d'ailleurs les seuls éléments, dans les « significations », à contenir une allusion à l'énonciation. Il y a, en effet, un très grand nombre de morphèmes, tours ou expressions, qui, sans être eux-mêmes illocutoires, ne peuvent se décrire que par rapport à l'orientation pragmatique du discours, à l'affrontement des interlocuteurs, à leur façon d'agir l'un sur l'autre par la parole ».

enunciação'. Para o autor, ela não pode ser descrita 'senão em relação à orientação pragmática do discurso'.

E há, ainda, dois outros momentos, nesta obra, em que 'pragmática' comparece:

[14] "Há, para uma linguagem lógica, todo um estudo possível, simultaneamente **sintático e semântico**, que não leva em conta **seu emprego eventual (= a sua pragmática)**. Para as línguas naturais, ao contrário, não se pode imaginar nenhum nível de descrição semântica onde se finja que tais línguas não se destinam a ser faladas" (p. 130)⁵³.

[15] "Mostramos em outra parte (p.130) porque **a oposição semântica-pragmática** não tem nenhuma pertinência quando se trata das línguas naturais. Mas parece-nos possível, de qualquer modo, dar outros exemplos em que **a noção de pressuposição permite dar conta de diferenças que ninguém hesitaria em situar no domínio puramente semântico** (admitindo que esta noção tenha sentido claro)" (p. 208, 209)⁵⁴.

Enquanto em [11] e [12], o autor não distingue sintaxe e semântica, em [13], [14] e [15], ele não se coloca numa posição de quem distingue semântica e pragmática. Assim, não haveria, para O. Ducrot, uma distinção entre sintaxe, semântica e pragmática. No entanto, isso não parece ser totalmente possível.

Se contrapusermos as formulações [11] 'não há, por ora, nenhuma solução que se baseie em critérios "puramente sintáticos"', para falar da importância do semântico; e [15] 'a noção de pressuposição permite dar conta de diferenças que ninguém hesitaria em situar no domínio puramente semântico', para restringir o campo de atuação do pragmático, percebemos que o semântico é um domínio privilegiado.

⁵³ « Il y a, pour une langage logique, toute une étude possible, syntaxique et sémantique à la fois, qui ne tient pas compte de son emploi éventuel (= de sa pragmatique). Pour les langues naturelles au contraire, on ne peut imaginer aucun niveau de description sémantique où l'on ferait comme si ces langues n'étaient pas destinées à être parlées ».

⁵⁴ « Nous avons montré ailleurs (p. 130) pourquoi l'opposition sémantique-pragmatique n'est guère pertinente quand il s'agit des langues naturelles. Mais il nous semble possible, de toute façon, de donner d'autres exemples où la notion de présupposition permet de rendre compte de différences que personne n'hésiterait à situer dans le domaine purement sémantique (en admettant que cette notion ait un sens clair) ».

Também cabe destacar que 'pragmática' aparece em [14] como 'emprego eventual'. Na teoria ducrotiana, a não distinção entre sintaxe, semântica e pragmática vai na direção de um sentido menos ortodoxo do que o das distinções tradicionais, mas não tão difuso: suas análises semânticas não desprezam aspectos sintáticos e pragmáticos. Tais aspectos funcionam no interior do semântico e fazem parte do que o autor chama de *semântica lingüística*.

Um outro exemplo que tem relação com aspectos pragmáticos que O. Ducrot estuda em sua *semântica lingüística* e que, segundo penso, é importante citar, está no *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*⁵⁵ (Ducrot & Todorov, 1972). É uma parte do verbete 'filosofia da linguagem' redigido por O. Ducrot:

[16] "Aqueles filósofos analíticos que se consagram ao estudo dos atos de linguagem consideram freqüentemente tal pesquisa como estranha à lingüística, sob pretexto de que esta última estuda a língua (= o código) e não o seu emprego na fala. Na realidade, certos lingüistas, apoiando-se sobre os trabalhos de E. Benveniste, tentam **reintegrar na língua relações intersubjetivas que se realizam por ocasião da fala**. A língua não poderia, segundo eles, ser descrita, sem que tomem em consideração alguns pelo menos dos efeitos de seu emprego. O lingüista teria então muito a aprender da atual "filosofia da linguagem" (p. 127 e 128)⁵⁶.

O 'reintegrar' funciona de modo a situar o estruturalismo saussuriano como marco na história em que se excluíam as relações intersubjetivas por seu pertencimento à fala e, ao mesmo tempo, situa Benveniste e o próprio redator do verbete (que está no conjunto dos 'certos lingüistas') como autores que, dentro do estruturalismo, procuram reintegrar tais relações.

⁵⁵ Nesta obra não existe um verbete para 'pragmática'. Há um verbete para 'enunciação', em que a autoria é remetida a T. Todorov. A primeira edição brasileira, intitulada *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*, é de 1977.

⁵⁶ « Ceux des philosophes analytiques qui se consacrent à l'étude des actes de langage considerent souvent cette recherche comme étrange à la linguistique, sous prétexte que cette dernière étudie la langue (= le code) et non pas son emploi dans le parole. En fait certains linguistes, s'appuyant sur les travaux de E. Benveniste, essaient de réintégrer dans la langue des relations intersubjectives qui se réalisent à l'occasion de la parole. La langue ne saurait, selon eux, être décrite, sans qu'on prenne en considération certains au moins des effets de son emploi. Le linguiste aurait alors beaucoup à apprendre de l'actuelle « philosophie du langage » ».

Através desta reintegração, entram relações pragmáticas, mas de um modo específico, em que o sujeito é considerado lingüisticamente. São aspectos pragmáticos que têm sua marca na língua, marcando a posição estruturalista das teorias destes lingüistas.

3.0. A SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA NA SEMÂNTICA LINGÜÍSTICA

Como já observei anteriormente, *semântica lingüística* é o nome que designa os estudos de O. Ducrot sobre a argumentação na língua em seu primeiro artigo dedicado a este tema: “As Escalas Argumentativas” (1973b).

A este respeito vale trazer, novamente, o recorte [9]:

[9] “Desde que foram publicados os artigos de Benveniste sobre a subjetividade na linguagem, toda uma tendência se desenvolveu **no interior da semântica lingüística**, visando a introduzir **na própria língua** um determinado número de fenômenos ligados à enunciação, que anteriormente eram relegados à fala. **As teses aqui apresentadas se inscrevem nessa linha**” (p. 225)⁵⁷.

Como já havia observado, o nome *semântica lingüística* está significando em relação ao procedimento metodológico de ‘introduzir na própria língua um determinado número de fenômenos ligados à enunciação, que anteriormente eram relegados à fala’. A questão da argumentatividade – o tema deste artigo – é, então, concebida como um fenômeno lingüístico ligado à enunciação.

Na apresentação de *Provar e Dizer* (Ducrot, 1973a), sob a forma de comentário do autor ao texto “As Escalas Argumentativas”, este texto é referido como

[17] “o esboço de uma teoria geral da argumentação” (p.7)⁵⁸

⁵⁷ « Depuis qu'ont paru les articles de Benveniste sur la subjectivité dans le langage, toute une tendance s'est développée, à l'intérieur de la sémantique linguistique, qui vise à introduire dans la langue elle même un certain nombre de phénomènes liés à l'énonciation, et relégués auparavant dans la parole. Les thèses présentées ici s'inscrivent dans cette ligne ».

⁵⁸ « l'ébauche d'une théorie générale de l'argumentation »

Já no interior do artigo, além de *semântica lingüística*, o domínio teórico em que o autor se inscreve se define como:

[18] “nossa teoria da argumentatividade” (p. 257).

[19] “na teoria argumentativa” (p. 261).

[20] “nossa teoria dos dois componentes” (p.275).

[21] “da teoria argumentativa” (p.277)⁵⁹

Embora se tenha enunciado ‘a teoria argumentativa’ neste texto, não há, nele, um nome atribuído a esta teoria da argumentação. Há, contudo, referências à teoria que se está construindo.

Neste artigo, o sentido de ‘argumentativo’ não é compreendido como uma simples derivação de ‘argumento’ extraída de estudos de lógica. O ‘argumentativo’ é re-significado e concebido em oposição ao que seria lógico.

O adjetivo ‘argumentativo’, neste texto de O. Ducrot, comparece insistentemente: classe argumentativa, escalas argumentativas, força argumentativa, teoria argumentativa, função argumentativa, valor argumentativo, orientação argumentativa, caracterização argumentativa, utilização argumentativa, ordem argumentativa, intenção argumentativa, apresentação argumentativa, plano argumentativo, princípio argumentativo, situação argumentativa, inversão argumentativa, invariante argumentativa, descrição argumentativa, subentendido argumentativo, modificação argumentativa, caráter argumentativo, ambigüidade argumentativa e interpretações argumentativas.

⁵⁹ [18] « notre théorie de l’argumentativité » ; [19] « dans la théorie argumentative » ; [20], « à notre théorie des deux composants » ; [21] « de la théorie argumentative ».

O que pude observar ao analisar este texto, é que esta ‘argumentatividade’ não tem apenas um lugar no interior da descrição semântica. E embora o interesse do estudo do autor seja a argumentatividade enquanto objeto a ser estudado no componente lingüístico da descrição semântica, aquilo que, da argumentatividade, não está neste componente lingüístico também se faz presente neste seu estudo. E esta presença significa.

Um exemplo interessante é o valor argumentativo de um enunciado que é, num momento do texto, situado no pressuposto e, noutra, é situado em outro lugar que não o pressuposto.

Vejamos:

[22] “Se, para nós, *p*’ é argumentativamente mais forte que *quase p*’, a situação respectiva dos dois enunciados é apresentada como parte de seu valor intrínseco, antes de qualquer utilização retórica. Nesse momento, tem-se que *Eu estou quase atrasado* comporta também, na sua significação literal intrínseca, o pressuposto *Eu não estou atrasado*. Ora, é possível, ao nível retórico, que o enunciado seja utilizado como afirmação de seu pressuposto. **O valor argumentativo** de *Eu estou quase atrasado* identifica-se então, **a este nível retórico**, àquele que possuiria, ao nível literal, *Eu não estou atrasado*. Mas a definição que nós construímos concerne apenas, é necessário repeti-lo, **ao valor argumentativo literal** dos enunciados considerados” (p. 232)⁶⁰.

O valor argumentativo literal, neste caso, estaria situado no pressuposto. É interessante que, ao afirmar que a definição construída diz respeito ‘apenas’ ao valor argumentativo literal dos enunciados considerado, o autor enuncia a existência de um valor argumentativo não literal, que estaria situado no componente retórico.

⁶⁰ « Si, pour nous, *p*’ est argumentativement plus fort que *presque p*’, cette situation respectiva des deux énoncés est présentée comme faisant partie de leur valeur intrinsèque, avant toute utilisation rhétorique. Maintenant, il se trouve que *Je suis presque en retard* comporte aussi, dans sa signification littérale intrinsèque, le présupposé *Je ne suis pas en retard*. Or il est possible, au niveau rhétorique, que l’énoncé soit utilisé comme affirmation de son présupposé. La valeur argumentative de *Je suis presque en retard*, s’identifie alors, à ce niveau rhétorique, à celle que posséderait, au niveau littéral, *Je ne suis pas en retard*. Mais la définition que nous construisons concerne seulement, il faut le répéter, la valeur argumentative littérale des énoncés concernés ».

Um pouco mais adiante, ao contrapor os enunciados (1) *Pedro tem a mesma estatura que João* e (2) *Pedro é tão alto quanto João*, o autor observa:

[23] A diferença essencial entre (1) e (2) parece-nos de outra natureza: ela concerne não a seus pressupostos, mas a seu valor argumentativo” (p. 248)⁶¹.

Vê-se que aqui, diferentemente de [22], o valor argumentativo dos enunciados não estaria situado no pressuposto.

Já o lugar da orientação argumentativa, no componente lingüístico é definido diretamente:

[24] “a orientação argumentativa se deve somente ao posto” (p. 236)⁶².

E ao tratar da noção de escala argumentativa, o autor escreve:

[25] “Enunciar uma frase do tipo *p ou (e) mesmo p'*, é **sempre pressupor** que existe um certo *r*, que determina uma escala argumentativa em que *p'* é superior a *p*” (p. 229)⁶³.

É possível compreender a palavra ‘pressupor’ como a noção de pressuposição que é trabalhada pelo autor, ao lado da noção de subentendido. Desse modo, segundo tal interpretação, o lugar da variável *r* seria o pressuposto.

Em “L’Argumentation dans la Langue” (Anscombe & Ducrot, 1976) é introduzido, na descrição semântica, um ‘elemento argumentativo’.

Escrevem os autores:

⁶¹ « La différence essentielle entre (1) e (2) nous paraît d’une autre nature : elle concerne non pas leurs présupposés, mais leur valeur argumentative ».

⁶² « Or l’orientation argumentative tient au seul posé ».

⁶³ « Enoncer une phrase du type *p ou (et) même p'*, c’est toujours présupposer qu’il existe un certain *r*, déterminant une échelle argumentative où *p'* est supérieur à *p* ».

[26] “Um último exemplo, o do comparativo de igualdade *tão... quanto*, nos permitirá ilustrar a hipótese geral de que **o elemento argumentativo** unido a um enunciado – quando um tal elemento existe – **tem o estatuto de pressuposto**” (p. 26)⁶⁴.

[27] “(...) **o elemento argumentativo** que nós sugerimos **é um pressuposto**” (p. 27)⁶⁵.

O nome *semântica argumentativa* também não está presente em “L’Argumentation dans la Langue” (Anscombe & Ducrot, 1976). Mas, ainda na década de 1970, ele comparecerá, ao lado de *semântica lingüística*.

No artigo de Jean-Claude Anscombe e Oswald Ducrot, escrito em maio de 1978, “Leis Lógicas e Leis Argumentativas”, (1978/1979)⁶⁶, encontra-se o seguinte comentário:

[28] “Aproximando **a semântica argumentativa recente** da *Retórica* e dos *Tópicos* de Aristóteles, Eggs (1978) assinala que nossa *Lei de Negação* retoma o “lugar dos contrários” freqüentemente enunciado por Aristóteles” (p. 101)⁶⁷.

A presença deste nome se dá em referência à tese de Ekkehard Eggs⁶⁸, como ‘a semântica argumentativa recente’. No entanto, não é um pronome possessivo de terceira pessoa que acompanha ‘semântica argumentativa’, mas um artigo definido ‘a’. Este artigo definido deixa a

⁶⁴ « Un dernier exemple, celui du comparatif d’égalité *aussi... que* va nous permettre d’illustrer l’hypothèse générale que l’élément argumentatif attaché à un énoncé – lorsqu’un tel élément existe – a le statut de présupposé ».

⁶⁵ « l’élément argumentatif que nous avons suggéré est un présupposé ».

⁶⁶ O título do artigo em francês é « Lois Logiques et Lois Argumentatives ». Este artigo foi publicado primeiramente em *Le Français Moderne* em 1978/1979, sendo reeditado, posteriormente, no livro *L’Argumentation dans la langue* (Anscombe & Ducrot, 1983). Foi publicado, em 1981, na edição brasileira de *La Preuve et Le Dire* (Ducrot, 1973a), cujo título em português é *Provar e Dizer*.

⁶⁷ « Rapprochant la sémantique argumentative recente de la *Rhetorique* et des *Topiques* d’Aristote, Eggs (1978) signale que notre *Loi de Négation* reprend le « lieu des contraires » souvent énoncé par Aristote ». Esta referência e as referências seguintes trazidas do artigo « Lois Logiques et Lois Argumentatives » são da reedição (Anscombe & Ducrot, 1978/1979) na obra *L’Argumentation dans la Langue* (Anscombe & Ducrot, 1983).

⁶⁸ Tese apresentada à Frei Universität, Berlim, em 1978, com o título: *Die Rhetorik des Aristoteles. Ein Beitrag zur Argumentationstheorie und zur Syntax der komplexen Sätzen* (im Französischem). Esta obra foi editada como livro em 1984, com o mesmo título.

referência, por assim dizer, indefinida, abrindo uma brecha para que o próprio trabalho dos autores possa, também, em relação a ela, significar.

Neste mesmo texto, pode-se observar que a posição dos autores se coloca no interior da *semântica argumentativa* por oposição a uma ‘semântica lógica’:

[29] “Por que esta obstinação em constituir uma semântica não lógica?” (p.112)⁶⁹

[30] “Enfim, a semântica lógica considera como acidental um fato que nós tomamos como essencial” (p.112)⁷⁰.

Outro exemplo que parece ser bem interessante trazer é o índice de noções de *Les Mots du Discours* (Ducrot & outros, 1980). Neste índice, ‘argumentative (sémantique --)’ remete a uma página onde se lê um comentário sobre o artigo “L’Argumentation dans la Langue” (Anscombe & Ducrot, 1976) que o retoma como:

[31] “nossa teoria de “a argumentação na língua” ” (p. 26)⁷¹

Desse modo, o nome *semântica argumentativa* presente no índice de noções como ‘argumentative (sémantique ---)’ reescreve ‘nossa teoria de “a argumentação na língua”’, produzindo um efeito de sinonímia no qual esta teoria passa a significar pelo nome *semântica argumentativa*.

Neste efeito de sinonímia, *semântica argumentativa* significa aí como “nossa *semântica argumentativa*” em referência ao artigo “L’Argumentation dans la Langue” de J- C. Anscombe e O. Ducrot (1976).

Posteriormente, o título deste artigo dos autores passará a funcionar como um nome: *teoria da argumentação na língua* – que terá, também, uma abreviação: ANL (em francês, ADL)⁷².

⁶⁹ « Pourquoi cet acharnement à constituer une sémantique non logique? ».

⁷⁰ « Enfin, la sémantique logique considère comme accidentel un fait que nous tenons pour essentiel ».

⁷¹ « notre théorie de « l’argumentation dans la langue » ».

É interessante que através da presença de ‘argumentative (sémantique ---)’ neste índice nomeado de *índice de noções*, o nome *semântica argumentativa* significa, também, como uma noção. Na remissão à [31] ‘nossa teoria de “a argumentação na língua”’, os sentidos de *semântica argumentativa* são determinados por uma noção específica de argumentação. Sendo que tal noção é estudada ‘na língua’, segundo a teoria proposta pelos autores em “L’Argumentation dans la Langue” (Anscombe & Ducrot, 1976).

O nome *semântica argumentativa* terá um uso mais freqüente em trabalhos mais recentes de O. Ducrot, (ao lado de *semântica lingüística e teoria da argumentação na língua*). Lembro, por exemplo, os textos: “Les Modificateurs Déréalisans” (Ducrot, 1995), *Nouveau Dictionnaire Encyclopédique des Sciences du Langage* (Ducrot & Schaeffer, 1995), “O Problema do Paradoxo em uma Semântica Argumentativa” (Carel & Ducrot, 1999) e “La Elección de las Descripciones en Semántica Argumentativa Léxica” (Ducrot, 2000).

No *Nouveau dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*, (Ducrot & Schaeffer, 1995)⁷³ o nome *semântica argumentativa*, assim como em *Les Mots du Discours*, também pode ser lido no índice, como ‘argumentative (sémantique --)’. Cabe notar que o índice deste dicionário é nomeado de *índice de termos*. Desse modo, o nome *semântica argumentativa* também significa como um termo.

Indo à página indicada pelo índice e ao final da página anterior à página indicada, temos:

[32] “O problema da combinatória se põe independentemente da análise sêmica. Assim ela é crucial para **a semântica argumentativa** desenvolvida por Anscombe e Ducrot desde 1973” (p. 538)⁷⁴.

⁷² Não tenho certeza de quando, exatamente, ‘teoria da argumentação na língua’ passa a ser enunciada nos textos de O. Ducrot como nome de teoria. Em minhas investigações pude encontrá-lo, primeiramente, no texto “Argumentação e “Topoi” Argumentativos”, publicado em português no livro *História e Sentido na Linguagem* (Guimarães, org., 1989a).

⁷³ Pude consultar esta enciclopédia no ano de 2004, quando ela foi adquirida pela biblioteca do IEL.

⁷⁴ « Le problème de la combinatoire se pose indépendamment même de l’analyse sémique. Ainsi elle est cruciale pour la sémantique argumentative développée par Anscombe et Ducrot depuis 1973 ».

[33] “A noção de combinatória argumentativa é introduzida por O. Ducrot em *Les Échelles Argumentatives*, Paris, 1980 (que retoma um texto de 1973)” (p. 539)⁷⁵.

O que é interessante destacar nestes recortes é a remissão feita à ‘Anscombe e Ducrot desde 1973’ que leva aos artigos “As Escalas Argumentativas” (Ducrot, 1973b) e “Même le Roi de France est Sage: Un Essai de Description Sémantique” (Anscombe, 1973), quando o nome *semântica argumentativa* ainda não havia sido enunciado em seus estudos. Ou seja, o nome *semântica argumentativa* passa a designar estes estudos também, que antes significavam pelo nome *semântica lingüística*.

Outro ponto interessante a ser notado é que tanto neste índice de termos quanto no índice de noções de *Les Mots du Discours* o nome *semântica lingüística*, bem como outros nomes de teoria que designam os estudos de O. Ducrot, não estão presentes⁷⁶.

Em “O Problema do Paradoxo em uma Semântica Argumentativa” (Carel & Ducrot, 1999)⁷⁷, *semântica argumentativa* é enunciada no título do artigo e no interior dele, numa discussão sobre os “enunciados semanticamente paradoxais”.

A primeira parte deste artigo é nomeada de

[34] “1. Paradoxo e **semântica lingüística**”⁷⁸.

⁷⁵ « La notion de combinatoire argumentative a été introduite par O. Ducrot dans *Les Échelles Argumentatives*, Paris, 1980 (qui reprend un texte de 1973) ».

⁷⁶ Nesta dissertação, restringi-me a apenas indicar o fato de linguagem no qual *semântica argumentativa* é referida como noção e termo, ao passo que outros nomes que designam o campo teórico dos estudos de O. Ducrot não o são. Analisar este fato de linguagem demandaria um estudo mais aprofundado sobre o funcionamento dos índices, o que não foi possível realizar.

⁷⁷ O título em francês é: « Le Problème du Paradoxe dans une Sémantique Argumentative ». Este artigo foi editado em português, na revista *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, n. 8, 2001.

⁷⁸ « Paradoxe et sémantique linguistique ».

No interior desta parte, os autores retomam o percurso de suas investigações a partir de várias etapas da *teoria da argumentação na língua* (ANL): a etapa da introdução das noções de “topos” e “forma tópica”, da noção de polifonia em relação aos topoi, e da noção de topos, retomada em relação ao problema da “expressão socialmente paradoxal” (ESP).

Refletindo sobre os “enunciados semanticamente paradoxais”, uma sub-classe da ESP, os autores comentam:

[35] “Gostaríamos de mostrar que longe de ser contra-exemplos à **semântica argumentativa**, eles são previsíveis a partir dela, e que têm propriedades lingüísticas específicas”⁷⁹.

Para explicar o funcionamento desta sub-classe e de outras expressões, os autores lançam mão da *semântica dos blocos argumentativos* que, conforme escrevem,

[36] “constitui um tipo de nova versão da **ANL** que evita a noção de topos”⁸⁰.

Assim, a *semântica argumentativa* [35] reescreve o conjunto destas investigações desenvolvidas em diversas etapas da ANL. Pode-se dizer, com isso, que *semântica argumentativa* é um nome que designa, genericamente, o conjunto destes estudos.

De outro lado, no título desta parte do artigo, “Paradoxo e semântica lingüística”, *semântica lingüística* também funciona de modo a recobrir o conjunto destas investigações da ANL designadas pelo nome *semântica argumentativa* no interior do texto. Desse modo, é possível dizer que no

⁷⁹ « ... Nous voudrions montrer que loin d'être des contre-exemples à la sémantique argumentative, ils sont prévisibles à partir d'elle, et qu'ils ont des propriétés linguistiques spécifiques ».

Este artigo está publicado na *Langue Française*, e na internet, no seguinte endereço eletrônico: (<http://www.ehess.fr/centres/celith/CarelDucrotParadox.html>). O recorte citado é do texto eletrônico.

⁸⁰ « constitue une sorte de nouvelle version de l'ADL, qui évite la notion de topos ».

Este recorte também é do texto eletrônico mencionado na nota anterior.

interior dos estudos de *semântica lingüística* há um conjunto de investigações da *teoria da argumentação na língua* que é designado como *semântica argumentativa*.

Desde “As Escalas Argumentativas” (Ducrot, 1973b), primeiro texto de O. Ducrot dedicado ao estudo da argumentação na língua, estas questões da *semântica argumentativa* estavam sendo estudadas no interior das indagações teóricas de *semântica lingüística*. Na relação entre estes dois nomes de teoria, *semântica argumentativa* é um nome mais específico.

Este nome foi tomando um espaço cada vez maior nos estudos do autor, passando a significar como um nome genérico, cuja designação recobre os diversos estudos sobre a argumentação na língua, com seus nomes específicos, incluindo ANL, que seria mais genérico.

O que se pode concluir neste momento, com estas análises, é que a ausência do nome *semântica argumentativa* nos primeiros textos de O. Ducrot dedicados ao estudo da argumentação na língua não impede que tais estudos sejam, posteriormente, designados por este nome. Há um processo pelo qual este campo teórico dos estudos argumentativos de O. Ducrot vai sendo re-significado pelo nome *semântica argumentativa*.

Nos estudos de Oswald Ducrot, na relação entre *semântica lingüística*, *semântica argumentativa* e *pragmática*, o papel do ‘propriamente lingüístico’ na *semântica lingüística* do autor é decisivo. A *pragmática integrada*, sendo integrada ao semântico, é sobredeterminada pelo semântico. E uma característica fundamental que configura a *semântica argumentativa* do autor é a consideração, presente desde o artigo “As Escalas Argumentativas” (Ducrot, 1973), de que a argumentação está na língua.

CAPÍTULO IV

A SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA NO INTERVALO

1.0. UMA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA NO INTERVALO SEMÂNTICO

No ano seguinte à publicação de “As Escalas Argumentativas” (Ducrot, 1973b) e sob orientação de Oswald Ducrot, Carlos Vogt defende sua tese de doutorado *O Intervalo Semântico. Contribuição para uma Teoria Semântica Argumentativa* (1974c).

Em sua tese, o autor nomeia o campo teórico de seus estudos de *semântica argumentativa*. Nela, destacam-se como nomes mais significativos, além de *semântica argumentativa*, *o intervalo semântico* e *pragmática integrada*. O nome *semântica lingüística*, em contrapartida, não está presente nesta obra.

Já no título da tese do autor, ‘semântica argumentativa’ está presente, designando uma teoria: *O Intervalo Semântico. Contribuição para uma Teoria Semântica Argumentativa*.

No interior da obra, ‘semântica argumentativa’ comparece por diversas vezes, significando como ‘uma teoria’ ou como ‘uma análise’. Cito, como exemplo, os dois recortes a seguir:

[37] “no caso de uma teoria semântica argumentativa” (p. 124).

[38] “à luz de uma análise semântica argumentativa” (p. 166).

E ela também está presente como um nome, sendo precedida do artigo indefinido ‘uma’:

[39] “(...) se adotarmos o ponto de vista de uma semântica argumentativa” (p. 77).

Acompanhado de ‘uma’, este nome funciona como um pré-construído⁸¹ que retoma, por paráfrase, e enquanto contribuição, as enunciações [17] ‘o esboço de uma teoria geral da argumentação’, presente na introdução de *Provar e Dizer* (Ducrot, 1973a); [19] e [21] ‘a teoria argumentativa’, presente no artigo “As Escalas Argumentativas” (Ducrot, 1973b); e, também, de *semântica lingüística*, presente em vários estudos de O Ducrot.

É relevante lembrar, a esse respeito, que o objeto de estudo da dissertação de mestrado de C. Vogt (1971) é o debate entre a *semântica gerativa* e a *semântica interpretativa*, o qual, como o próprio autor comentará posteriormente, era uma controvérsia “palpitante nas discussões dos meios lingüísticos da época” (Vogt, 1998: p. 11).

Tendo isso em conta, pode-se dizer que a enunciação do nome *semântica argumentativa* é possibilitada historicamente por um espaço de dizer já existente: *semântica argumentativa* significa tanto através de uma filiação com a teoria ducrotiana, como através de uma oposição com outros tipos de semântica.

O ponto de partida da tese de C. Vogt é uma reflexão crítica sobre as dicotomias da lingüística. Relacionando esta reflexão com a questão das marcas de subjetividade como pronomes pessoais, verbos performativos, marcas de apreciação e, sobretudo, com a pressuposição, o autor escreve:

[40] “**É no intervalo entre** a língua e a fala, **entre** a competência e a performance, **entre** o enunciado e a enunciação **que estes marcadores de subjetividade habitam**, colocando em xeque a rigidez destas dicotomias e criando sob a barra (/) do silêncio lógico os túneis de passagem dos murmúrios da história.

É neste intervalo que a linguagem é atividade e é nela que o homem a possui e é possuído.

É dentro deste quadro geral de preocupação teórica que **a pesquisa sobre a argumentatividade lingüística** deverá organizar-se” (p. 15).

⁸¹ O pré-construído “remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é “construído” pelo enunciado” (Pêcheux, 1975: p. 99).

[41] “Trata-se ainda de uma forma de estruturalismo mas agora, para usar a dicotomia, de um estruturalismo da fala ou do discurso, no qual a estrutura do sentido deverá ser concebida como o conjunto das relações, que institui a atividade da língua entre os indivíduos que a utilizam.

São as marcas desta intersubjetividade que o intervalo semântico contém e é em sua busca que esta expedição partiu, quando tropeçou **na estrutura comparativa**.

De uma certa forma, **ele** poderá também contribuir no sentido **da constituição de um componente pragmático** na descrição lingüística, mas concebendo-o, não isoladamente do resto da análise, de modo a deixar intactos os outros componentes tradicionalmente reconhecidos, isto é, o componente sintático e o componente semântico, mas como **um componente integrado**.

Neste sentido é que se poderia falar de **uma pragmática integrada** e talvez que **neste momento**, o seu lugar na descrição das línguas possa ser visualizado como **o intervalo semântico** que a lingüística durante muito tempo silenciou” (p. 17 e 18).

Vê-se que a palavra ‘pragmática’ está presente na tese do autor enquanto nome de um domínio de estudos, diferentemente dos textos de O. Ducrot analisados no capítulo precedente. Ao lado disso, o modo como C. Vogt reintegra as relações intersubjetivas na língua não é o mesmo modo como isso é feito nos textos de O. Ducrot.

Relembrando as análises que fiz sobre os primeiros estudos de O. Ducrot, observei que a consideração de relações intersubjetivas na língua já estava, de um modo específico, posta em seus escritos. Para O. Ducrot, naquele momento, os fenômenos ligados à enunciação são introduzidos **na língua**, em um número determinado [9]. E, para isso, fundamental é o papel do componente lingüístico. Assim, a noção de pressuposição, concebida como um ato ilocucional pertencente a este componente, ‘permite dar conta de diferenças que ninguém hesitaria em situar no domínio puramente semântico’ [15].

Para C. Vogt, os marcadores de subjetividade habitam o intervalo entre as dicotomias [40]: *o intervalo semântico contém as marcas da intersubjetividade* [41].

Destes marcadores, convém acrescentar que o comparativo é considerado

[42] “uma estrutura privilegiada do intervalo” (p. 16).

E a estrutura comparativa é concebida

[43] “como uma estrutura argumentativa por excelência” (p. 45).

A pragmática, para C. Vogt, não é ‘emprego eventual’ [14] como é para O. Ducrot. Na tese de C. Vogt, o autor busca integrá-la na descrição lingüística através da constituição do componente pragmático como um componente integrado. Este componente integrado, na descrição lingüística por ele proposta, será nomeado de componente argumentativo.

Para apresentar o esquema da descrição semântica de C. Vogt, gostaria de trazer suas considerações ao tratar dos operadores argumentativos *mesmo* e *também*:

Escreve o autor:

[44] “(...) é preciso admitir que **este valor argumentativo** de que se contaminou o enunciado, no processo de enunciação, através destes operadores, **não se inscreve no posto ou no pressuposto** do enunciado, **mas no intervalo entre um e outro (...)**” (p. 142).

Em seguida, continua:

[45] “Mas não é tudo. **É preciso admitir ainda**, a exemplo do que fizemos em A Palavra Envolvente, a propósito de certos verbos de movimento, **a existência, ao nível do C.L., de um subcomponente argumentativo** que, ao lado, ou mesmo antes do Subcomponente Estrutural ou Informativo, responda pelas operações de argumentação a que o enunciado é submetido através de operadores específicos. Em outras palavras, o que estamos dizendo é que, ao lado de um componente estrutural ou informativo que ao nível lingüístico responda pelo sentido formal, lógico ou ainda literal de um enunciado, **deve existir, também ao nível lingüístico, um componente que responda pelo sentido argumentativo do enunciado**, isto é, que não só disponha de variáveis intencionais a serem preenchidas pelo C.R., mas **que ainda possa explicar** a produção, ao nível do C.I., de valores semânticos, como por exemplo, **posto e pressuposto**, que respondam as exigências que ele é capaz de fixar (...). Quanto à intenção argumentativa da enunciação realizada pelo locutor, isto é, quanto à conclusão a que as proposições que constituem o seu enunciado podem levar, e que aqui representamos pela variável r, ela será também prevista pelo C.A. ou mais especificamente, pela relação entre este componente e o C. I. Deste modo, tomando como exemplo o enunciado /30/ Até mesmo Pedro veio, esta concepção da Descrição Semântica poderia ser representada da seguinte maneira:

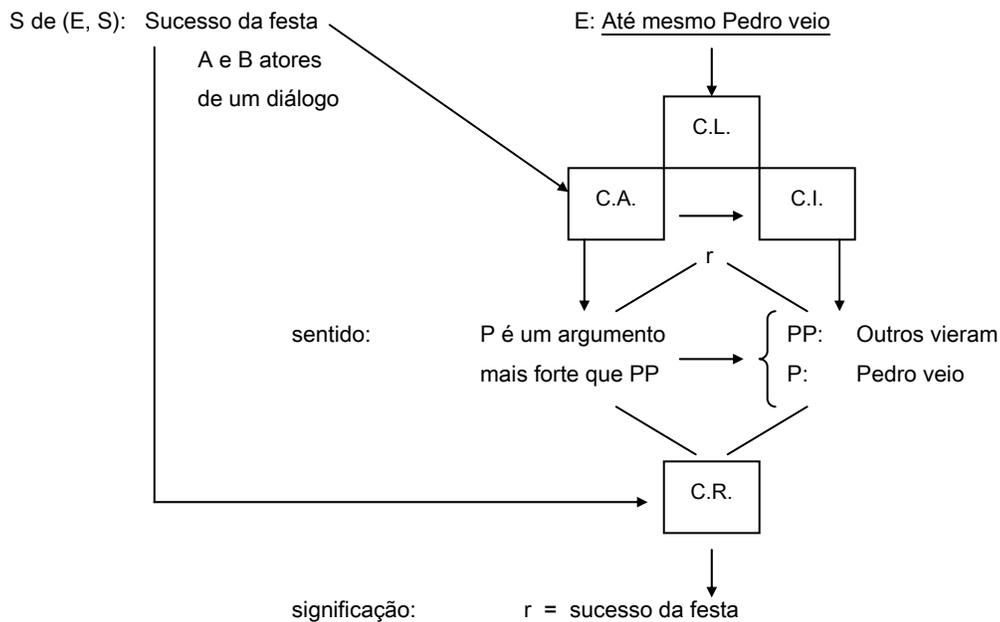


Figura 12

Onde C.L. = Componente Lingüístico, C.A. = Componente Argumentativo, C.I. = Componente Informativo.

(Vogt, 1974c: p. 142, 143).

Pode-se observar, com isso, que o sentido de ‘pragmático’ é marcado pelo sentido de ‘argumentativo’: o argumentativo designa o pragmático no componente lingüístico da descrição semântica. Este componente argumentativo – no qual a pragmática está significando – explica a produção do posto e do pressuposto. O papel do componente argumentativo é fundamental, é a ele que é remetido o poder explicativo.

Tomando os textos de O. Ducrot (1973b), e de C. Vogt (1974c), uma semelhança que se pode observar é que ambos propõem que o estudo da argumentatividade lingüística se faça ao nível do componente lingüístico.

A proposta de C. Vogt se diferencia da de O. Ducrot, por exemplo, através da consideração do valor argumentativo de um enunciado no intervalo entre o posto e o pressuposto, no componente argumentativo.

É interessante acrescentar, a este respeito, que em seu “A Palavra Envolvente” (Vogt, 1974b), escrito em 1973, havia, antes da proposta de um componente argumentativo, a proposta de um componente estrutural no intervalo entre o componente lingüístico e o componente lexical.

A partir destas análises pode-se notar que a criação de um componente argumentativo na descrição semântica, relacionada com a criação do intervalo semântico produz um deslocamento teórico-metodológico com conseqüências no modo de compreender o campo teórico e de realizar a descrição semântica.

Além da filiação ducrotiana, há outros autores citados por C. Vogt em sua tese, que podem ter um papel no deslocamento teórico-metodológico produzido. Em rodapé, a respeito do componente pragmático como um componente integrado [41], o autor lembra um artigo de Judith Milner “Wieso Pragmatik?” (“Por que Pragmática?”). Além disso, há um longo comentário sobre o modo como Charles Sanders Peirce constitui sua semiótica, estabelecendo, de início, uma comparação com seu trabalho:

[46] “De uma certa forma o meu trabalho poderia situar-se como uma indagação em torno das condições de **uma pragmática integrada** ou em torno daquilo que Peirce chama de “**retórica pura**”” (Vogt, 1974c: p. 17).

Há, ainda, a sugestão da possibilidade de se “buscar uma correspondência com a noção de ‘representação associada’ em G. Frege” (Vogt, 1974c: p. 17), e a possibilidade de situar, nesta *pragmática integrada* ou *retórica pura*, os trabalhos de C. Perelmann e O-Tyeca sobre a argumentação em *Traité de L’Argumentation*. Os comentários sobre Peirce, Frege, Perelmann e O-Tyeca entram no corpo do texto na edição da tese em livro, (Vogt, 1977a).

Além destas referências apresentadas pelo autor em sua tese, há um comentário, de uma nota de rodapé anterior, a respeito da noção de intervalo:

[47] “Strawson, no artigo “Phrase et Acte de Parole” já leva em conta esta noção de intervalo quando trata dos diferentes tipos de significação – in *Langages*, 17”. (p. 15).

Para uma maior compreensão do lugar da *semântica argumentativa* e da *pragmática integrada* na teoria de C. Vogt (1974c), apresentarei a seguir outros dois recortes de sua tese:

[48] “Neste sentido, **uma teoria semântica argumentativa** é uma concepção da linguagem em que as distinções tradicionais e estanques entre sintaxe, semântica e pragmática revelam, no reverso de sua objetividade, o artificialismo de sua construção. É, ainda neste sentido, que se pode dizer, ao contrário das tendências linguísticas que vêem a pragmática como uma etapa secundária e dependente relativamente ao estágio da descrição “gramatical” das línguas naturais, que **o estudo da argumentatividade lingüística** aparece como um caminho possível para a concepção e constituição de **uma pragmática integrada**” (p. 234).

[49] “E se, de alguma forma, é possível conceber **uma pragmática integrada das línguas naturais**, acredito que o espaço de sua construção **deverá também** desenhar-se como **intervalo de toda dicotomia**” (p. 282).

‘O artificialismo da construção das distinções tradicionais e estanques entre sintaxe, semântica e pragmática’ [48] está no texto como um argumento para a concepção e constituição de uma *pragmática integrada*. O caminho possível para isso, segundo o autor, é ‘o estudo da argumentatividade lingüística’, é ‘uma teoria semântica argumentativa’ [48]. O *intervalo semântico* é, então, o espaço onde esta *semântica argumentativa* será estudada e é onde a *pragmática integrada* será constituída. Neste intervalo em que a *pragmática* está, estão o homem e suas relações intersubjetivas.

No recorte [41], há uma operação narrativa que propõe situar no presente, através da expressão ‘neste momento’ o lugar da *pragmática integrada*: na descrição das línguas. Trata-se de uma pragmática integrada **à descrição lingüística**. Ela é integrada, na descrição lingüística através do componente argumentativo. E no recorte [49], também a respeito da *pragmática integrada*, há outra operação narrativa que, articulada pelo ‘deverá também’, projeta para um futuro

'o espaço de sua construção' 'como o intervalo de toda dicotomia'. Trata-se de uma *pragmática integrada à lingüística* – e através de uma *semântica argumentativa*.

C. Vogt formula a teoria de um intervalo presente nas relações dicotômicas da lingüística. Ele é nomeado de *o intervalo semântico* e é o espaço de [48] 'concepção e constituição' da *pragmática integrada*. Sua proposta do *intervalo semântico na teoria* lingüística, enquanto espaço de concepção da *pragmática integrada*, possibilita a integração da pragmática na metodologia da descrição lingüística, através de 'um componente pragmático' [41]. Assim, a presença deste *intervalo semântico na teoria* lingüística parece ser fundamental para o deslocamento metodológico produzido na descrição lingüística. Neste quadro, o ponto de partida do autor para a [48] 'constituição' desta *pragmática integrada na teoria* é a operacionalidade desta pragmática no componente argumentativo (C.A.) da descrição lingüística.

Refletindo um pouco sobre os sentidos do nome *semântica argumentativa* na obra do autor, pode-se dizer que o adjetivo 'argumentativa' em *semântica argumentativa* funciona de modo a qualificar esta semântica pragmaticamente. O 'argumentativa' significa a semântica como uma semântica que leva em conta as relações intersubjetivas, compreendidas como da ordem do pragmático. No caso deste nome, este elemento pragmático, significado pelo argumentativo na designação de *semântica argumentativa*, chama-se, ainda assim, *semântica*. Não é uma *pragmática*, é uma *semântica*.

Na relação com a *semântica argumentativa* está a *pragmática integrada*. A *semântica argumentativa* é o caminho para a concepção e constituição da *pragmática integrada*. Mas *pragmática integrada*, por sua vez, é uma *pragmática*. Podemos perguntar, neste caso, a quê esta *pragmática* é integrada. Para responder esta pergunta é necessário voltar à proposta teórico-metodológica do autor. A *pragmática* é integrada à teoria através da criação do *intervalo semântico*.

seu lugar é *o intervalo semântico*. E através desse *intervalo semântico* a *pragmática* é integrada metodologicamente ao modelo de descrição lingüística.

A questão é, entretanto, mais complexa, já que o lugar teórico da *pragmática integrada* é nomeado como *o intervalo semântico*. Para a compreensão dos sentidos deste nome, no momento, tenho, apenas, muitas perguntas: Como este 'semântico' significa em relação ao intervalo, que é o lugar da *pragmática integrada*? Há um intervalo **no** semântico e/ou há um intervalo que **é** semântico?

No caso de considerar que o intervalo está **no** semântico, entendendo este 'semântico' como o campo da *semântica*, eu estaria, talvez, desconsiderando a presença desse intervalo no espaço entre as dicotomias da lingüística. A *pragmática integrada* estaria integrada apenas à *semântica*.

No caso de pensar que há um intervalo que **é** semântico, o adjetivo 'semântico' corresponderia a toda possibilidade de significância e não apenas à *semântica* enquanto domínio teórico. Assim, a *pragmática integrada* estaria neste intervalo de significância de todas as dicotomias.

De uma certa maneira, estou mais inclinada a interpretar o *intervalo semântico* como o intervalo que **é** semântico. Mas, ao mesmo tempo, não penso, pelo menos até agora, em desconsiderar o sentido do *intervalo semântico* como o intervalo **no** semântico. Isso porque, a *pragmática integrada* no intervalo das dicotomias está no trabalho do autor como uma meta a se alcançar. O ponto de partida para construir essa *pragmática integrada* é situá-la no interior da teoria lingüística disponível, dentro de um modelo metodológico de descrição, que é um modelo semântico.

A tese de C. Vogt estabelece diferenças significativas com relação à teoria ducrotiana, mas, apesar disso, não rompe o diálogo com esta teoria. Há, sim, um deslocamento teórico com esta

introdução do intervalo semântico, sendo que neste deslocamento, a teoria de C. Vogt continua inscrita no interior do estruturalismo. Segundo suas palavras, ‘trata-se de um estruturalismo da fala ou do discurso’ [41].

2.0. A SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA NO INTERVALO SEMÂNTICO

No artigo “Por uma Pragmática das Representações” (Vogt, 1980a)⁸² o nome *pragmática integrada* não está presente. Ao invés dele, está presente o nome *pragmática das representações*, que se pode observar no próprio título da obra.

Com relação ao termo ‘representações’, C. Vogt escreve:

[50] “O termo *representações* será, ao longo deste trabalho, utilizado sobretudo numa acepção mais teatral”
(itálico do autor – Vogt, 1980b, p. 131)

A introdução do determinante ‘das representações’ ao nome *pragmática* está relacionada a um diálogo com os estudos de M. Bakhtin. Neste diálogo, a questão da ideologia também passa a ter um peso importante para a *semântica argumentativa* de C. Vogt. Voltarei a isso.

Na parte deste artigo, intitulada “*Linguagem, pragmática e ideologia: nas trilhas de uma macrossintaxe*”, há uma passagem bastante interessante:

[51] “Parece-me indiscutível que o específico das línguas naturais seja **o sintático**, embora a especificidade da linguagem humana não seja dada inteiramente por ele (no caso de se pensar a sintaxe tendo a frase como limite superior de seu domínio). Entretanto, não se trata aqui de nenhuma especificidade imanente, transcendente, metafísica, ou o que o valha, mas de uma especificidade relativa. Ora, para que se apreenda, então esta especificidade é preciso que se levem em conta outros sistemas de representações sociais, com os quais a linguagem tem relações bastante particulares. Para tanto, é preciso que se desenvolvam, no estágio atual de conhecimento lingüístico, **pesquisas pragmáticas** que deverão ter como objeto de estudo estas imbricações de diferentes sistemas de representação. **Num estágio**

⁸² Artigo publicado na revista *Discurso*, n. 11 em 1980. No mesmo ano, foi publicado em *Linguagem, Pragmática e Ideologia* (Vogt, 1980b). Também foi traduzido para o francês e publicado na revista *Semantikos* em 1981, com o apoio de O. Ducrot.

posterior talvez se possam pensar as formas de interação, de determinação recíproca destes domínios de representação simbólica e chegar-se, assim, àquilo que concebo como **uma espécie de macrossintaxe das línguas naturais**. Este seria o ponto teórico de interação, a que antes me referi. Ele deveria, então, ser concebido como região teórica de convergência da unidade de estrutura e da unidade de experiência, ou como **o intervalo semântico**, a região das significações intermediárias entre o dizer e o não dizer, local de explicitações não só dos processos de reprodução de significações, mas também de sua produção.

Neste ponto é que as relações efetivas do lingüístico com o social, isto é, com outros sistemas sociais de representação, ganhariam importância, e a pergunta fundamental que **a pragmática**, neste caso, deveria fazer-se é como a língua se representa estes outros sistemas de representação. Notar que não se trata de uma indagação apenas sobre os conteúdos destas representações, mas antes sobre a sua forma. Daí justificar-se **a denominação macrossintaxe** para um estudo que incorporasse, na sua elaboração teórica, também estes dados. **Semântica Argumentativa é outro nome** que se poderia dar, como eu o fiz (Vogt, 1977) a esta maneira de conceber o estudo da linguagem” (Vogt, 1980b: p.138 e 139).

Pode-se visualizar uma configuração um pouco diferente daquela observada em *O Intervalo Semântico*. A *macrossintaxe* é **o intervalo semântico** e é onde se pretende chegar pelas pesquisas pragmáticas. O sentido de *semântica argumentativa* não é o de caminho para uma *pragmática integrada*, é um sentido mais amplo, que se “equivale” à *macrossintaxe*. Por outro lado, *pragmática das representações*, que está no lugar de *pragmática integrada*, também “se equipara” à *macrossintaxe*. *O intervalo semântico*, por sua vez, é um nome à parte. Ele significava e continua significando os outros nomes de teoria.

Nestas relações de “equivalência”, *semântica argumentativa*, enquanto ‘outro nome que se poderia dar’, reescreve ‘a denominação macrossintaxe’ e determina seus sentidos em torno da questão da argumentatividade. Ao mesmo tempo, a *semântica argumentativa* também passa a significar pelos sentidos de *macrossintaxe*.

Semântica argumentativa está significando, neste texto de C. Vogt, enquanto uma maneira de conceber o estudo da linguagem com novas características, um pouco distintas das de sua tese (Vogt, 1974c). É interessante que, através da referência feita a seu livro *O intervalo Semântico* (Vogt, 1977a), que é a edição de sua tese, a enunciação ‘esta maneira de conceber o estudo da

linguagem' recobre seu livro e sua tese. Estes estudos do autor passam a significar por estes outros sentidos de um mesmo nome: *semântica argumentativa*.

Desse modo, mais do que procurar uma "lógica estável e perfeita" para as relações entre estes nomes – o que não existe, pois os sentidos são instáveis – é importante notar que os sentidos de cada nome não recobrem o sentidos de outro. Ao mesmo tempo, os sentidos de um nome vão se conformando com as indagações do autor, a partir de diálogos e debates teóricos.

De um lado, pode-se notar certas diferenças entre estes nomes de teoria e seu modo de significar em relação ao *intervalo semântico*. Mas na relação com o *intervalo semântico*, a *sintaxe* está como *macrossintaxe*, a *semântica* está como *semântica argumentativa*, e a *pragmática* está como *pragmática*, *pragmática integrada* e como *pragmática das representações*. Acrescentando-se a isso que o próprio *intervalo semântico* é *semântico* e que este *semântico* aí tem um sentido mais amplo do que simplesmente *semântica*, sendo diferente, também, de *semântica argumentativa*.

Apenas a *pragmática* pode ser *pragmática integrada*, *pragmática das representações* ou apenas *pragmática* em relação ao *intervalo semântico*. Ou seja, a *pragmática* já não está mais significando enquanto 'uma pragmática' a se integrar na teoria. Ela já está integrada.

A *semântica* precisa ter uma qualificação para significar em relação ao *intervalo semântico*: *semântica argumentativa*, ou o próprio *intervalo semântico*. O 'argumentativa' determina o sentido da semântica e 'o intervalo' determina o sentido deste semântico. Por sua vez, o nome *macrossintaxe*, através do segmento 'macro' define de que sintaxe se está tratando. Este segmento determina o sentido desta sintaxe.

Sem as determinações de 'intervalo', 'argumentativa', e 'macro', os sentidos de sintaxe e semântica são outros, neste artigo de C. Vogt (1980a):

[52] “De um modo geral, o que estou propondo é que se distingam no interior da enunciação três diferentes níveis de participação do sujeito. Um primeiro nível em que se poderiam falar de um *eu* e um *tu* gramaticais ou **locucional** (...); um segundo nível, a que se poderia chamar **semântico**, no qual se dariam as condições de referência efetiva aos indivíduos designados por *eu* e *tu* no ato de enunciação; o terceiro nível, entretanto seria aquele que viria não depois dos anteriores mas que se situaria **entre** eles. (...). A este nível eu gostaria de reservar o nome de **pragmático ou ideológico**”. Teríamos assim um *eu* e um *tu* locucionais; um *eu* e um *tu* semânticos e, **a mediar a relação entre eles, um *eu* e um *tu* ilocucionais** (ou mesmo perlocucionais) (Vogt, 1980b: p.152).

Neste artigo, pode-se observar, então, que diferentemente dos estudos de O. Ducrot, há, neste texto de C. Vogt, uma distinção entre sintaxe, semântica e pragmática. O sentido do sintático – sem a determinação de ‘macro’ – está no nível do *eu* e *tu* gramaticais ou locucional. O sentido do semântico – sem a determinação de ‘intervalo’ ou ‘argumentativa’ – está no nível do *eu* e *tu* referenciais. E a *pragmática* está entre o sintático e o semântico, ou melhor, em seu intervalo.

Este artigo de C. Vogt, “Por uma Pragmática das Representações”, publicado originalmente na revista *Discurso*, em 1980, traz, como primeiro subtítulo, “*Linguagem, pragmática e ideologia: nas trilhas de uma macrossintaxe*”. A primeira parte deste subtítulo passou a ser o nome de um livro do autor, publicado neste mesmo ano: *Linguagem, Pragmática e Ideologia* (Vogt, 1980b). Sendo que este livro contém, em seu interior, o artigo “Por uma Pragmática das Representações”.

A obra *Linguagem, Pragmática e Ideologia* reúne diversos estudos que C. Vogt realizou, desde 1973. São eles: “Epígrafe” (1974a)⁸³, “A Palavra Envolvente” (1974b), “Indicações para uma Análise Semântico-Argumentativa das Conjunções *Porque, Pois e Já Que*” (1976/1977), “Os Dois Labirintos” (1977b)⁸⁴, “Linguagem, Língua e Poder” (1978a)⁸⁵, “Estrutura e Função da Linguagem”

⁸³ Escrita em 1973, esta epígrafe ganhou alguns acréscimos em *Linguagem, Pragmática e Ideologia* (Vogt, 1980b).

⁸⁴ Este texto foi escrito em junho de 1976 e publicado originalmente no número 2 da revista *Contexto*.

⁸⁵ Este texto foi escrito em julho de 1977 e publicado originalmente no número 5 da revista *Contexto*.

(1978b)⁸⁶, “De *Magis* a *Mais*. Uma Hipótese Semântica” (Ducrot & Vogt, 1979)⁸⁷ e, como já observei, “Por uma Pragmática das Representações” (1980a).

É importante notar que o nome *macrossintaxe* está presente apenas no último artigo do livro. E os nomes *semântica argumentativa* e *semântica lingüística* não estão presentes em todos estes estudos.

No capítulo 2, “Indicações para uma Análise Semântico-Argumentativa das Conjunções *Porque*, *Pois* e *Já Que*”, a *semântica argumentativa* apresenta-se na forma de ‘uma análise semântico-argumentativa’.

No capítulo 6, “De *Magis* a *Mais*. Uma Hipótese Semântica”, que foi escrito em conjunto com O. Ducrot, é o nome *semântica lingüística* que está presente.

Escrevem os autores:

[53] “Para nós, as noções de verdade e de falsidade não têm uma função central **em semântica lingüística**”.
(p.109).

E há um parágrafo que se inicia do seguinte modo:

[54] “Numa concepção argumentativa da semântica...” (p. 115).

Podemos notar que não se afigura, neste recorte, a forma sintática que constitui o nome *semântica argumentativa*. Apesar disso, este nome comparece, efetivamente, sob uma forma parafrástica.

⁸⁶ Este texto foi escrito em maio de 1978 e publicado originalmente em *Subsídios à Proposta Curricular de Língua Portuguesa para o 2º. Grau, vol I – Reflexões Preliminares*.

⁸⁷ Este texto foi publicado originalmente em francês na *Revue de linguistique romane* n°s 171-172, tomo 43, Lyon/Strasbourg, 1979. O título em francês é: «De *Magis* a *Mais*. Une Hypothèse Sémantique ».

No capítulo 7, “Para uma Pragmática das Representações”, observei que o nome *semântica argumentativa* recobre novos sentidos e é determinante nas relações entre outros nomes.

Na segunda edição do livro *Linguagem, Pragmática e Ideologia*, publicada em 1989, é acrescentado o artigo “Dois Verbos Achar em Português?”, elaborado em conjunto com Rosa Attié Figueira (Figueira & Vogt, 1984), no qual o nome *semântica argumentativa* também comparece.

Nos demais estudos que compõem este livro, os nomes *semântica argumentativa* e *semântica lingüística* não estão presentes.

Na nota introdutória deste livro, C. Vogt escreve:

[55] “(...) o que se propõe ao longo destes artigos é uma concepção da semântica das línguas naturais que não pode ser dissociada de um estudo pragmático. **A esse domínio complexo da significação da linguagem humana dá-se o nome de semântica argumentativa** e é por isso que os trabalhos que aqui aparecem têm como interlocutor privilegiado a obra, hoje vasta, do prof. Oswald Ducrot e, numa escala menor, o meu próprio livro de 1977, *O Intervalo Semântico – contribuição para uma teoria semântica argumentativa*” (p. VIII).

[56] “Deste modo, ao lado do reconhecimento e expressão da complexidade que caracteriza a linguagem humana, cada trabalho é, a seu modo e timidez (ou será ousadia?), **a proposta de traços para um perfil: o da semântica lingüística**” (p. VIII).

Podemos notar que, nesta introdução, tanto o nome *semântica argumentativa*, como o nome *semântica lingüística* estão presentes designando o campo teórico no qual os estudos do autor se situam.

A *semântica argumentativa*, que está na *pragmática*, no intervalo, é concebida, também, como ‘a proposta de traços para um perfil: o da *semântica lingüística*’. A filiação ducrotiana, apesar do deslocamento teórico produzido nos trabalhos de C. Vogt, continua presente. Ela se marca e se sustenta não só por algumas semelhanças teórico-metodológicas, mas também pelo emprego do nome *semântica lingüística*. E também porque o *intervalo semântico*, que inclui a *pragmática* onde

está a *semântica argumentativa*, é considerado no interior da Lingüística.

O nome *semântica lingüística* não significa, no estudo de C. Vogt, do mesmo modo que nos estudos de O. Ducrot. *Semântica lingüística* é re-significado pelo sentido de *semântica argumentativa* enquanto uma *semântica argumentativa* situada no interior da *pragmática*, no *intervalo semântico*, e na relação com uma *macrossintaxe*.

Nesta nota introdutória, o nome *semântica argumentativa* designa todos os estudos publicados no livro, inclusive aqueles em que este nome não estava presente e aqueles que foram publicados antes do nome *semântica argumentativa* existir. O mesmo pode ser dito sobre o nome *semântica lingüística* em [56]: ele também designa todos os estudos publicados no livro.

Vê-se, com isso, que a possibilidade de fazer referência a textos através dos nomes *semântica argumentativa* e *semântica lingüística* não é regulada por uma referencialidade empírica e não obedece a uma cronologia.

Semântica argumentativa se estabilizou enquanto nome que designa os estudos argumentativos e outros estudos de C. Vogt. Ele continua presente ao lado de outros nomes como *macrossintaxe* e *pragmática das representações*, por exemplo.

É interessante notar que, diferentemente de *macrossintaxe* ou *pragmática das representações*, o nome *semântica argumentativa* é que está presente nesta nota introdutória. É este nome que significa. É interessante notar, também, que embora o nome *semântica argumentativa* não esteja presente no título do livro *Linguagem, Pragmática e Ideologia* (Vogt, 1980b) é o argumentativo que determina os sentidos de 'linguagem, pragmática e ideologia'. Também, aí, é a *semântica argumentativa* que significa.

Pode-se notar, com isso, que a determinação dos sentidos construídos em torno da *semântica argumentativa* nas produções de Carlos Vogt não é dependente da presença efetiva do nome

semântica argumentativa em todos os textos do autor. Nem mesmo da presença deste nome no título de uma obra tão relevante como *Linguagem, Pragmática e Ideologia*.

Se as relações entre estes nomes de teoria se mostram complicadas e contraditórias, isso não é algo que deva ser “resolvido” pelo analista: “é *x* ou é *y*”. Pois a contradição é, a meu ver, constitutiva destas relações.

Isso me leva a dizer que a determinação de sentidos dos nomes de teoria não é unilateral. Vê-se, por exemplo, que, num certo sentido, *semântica lingüística* determina *semântica argumentativa*, *pragmática integrada*, *macrossintaxe*, *intervalo semântico*. E vê-se, também, que, de outro modo, *semântica argumentativa* determina *semântica lingüística*, *pragmática*, *macrossintaxe* e *intervalo semântico*. Essa contradição, promovida por esta rede de determinações, é própria das relações de sentido entre os nomes. Disso não decorre que a relação de determinação seja simétrica, equivalente, ou bi-lateral. Eu diria que esta relação de determinação é multi-lateral, não-simétrica e não-equivalente. Portanto, é uma relação desigual. Dito de outro modo, numa relação entre as palavras *x*, *y* e *z*, cada uma delas determina, de algum modo, o sentido da outra, de modo desigual.

3.0. UMA PRAGMÁTICA INTEGRADA NO INTERVALO DE UM PREFÁCIO

Em “L’ Argumentation dans la Langue”, (Anscombre & Ducrot, 1976), os autores escrevem:

[57] “(...) **é preciso poder mencionar a enunciação desde o primeiro momento em que se interpreta as conjunções**, e não só em uma segunda análise que reinterpretaria pragmaticamente uma leitura puramente informativa. Portanto, é impossível dizer, como o exigiria, sob sua segunda forma, a tese neopositivista, que a pragmática trabalha com os resultados da semântica. De fato, ela deve trabalhar diretamente sobre a estrutura sintática do enunciado. Retomando **uma expressão de A. Culioli**, ela deve ser “**integrada**” e não sobreposta à descrição semântica.

Introduzir **nesta pragmática integrada** uma espécie de **retórica integrada**, tal é o objeto da teoria das escalas argumentativas e o tema do presente artigo” (itálicos dos autores, p. 8)⁸⁸.

⁸⁸ « (...) il faut pouvoir faire mention de l'énonciation *dès le premier moment* où l'on interprète les conjonctions, et non pas seulement dans un deuxième balayage qui réinterpréterait pragmatiquement une lecture purement informative. Il est donc

Por um lado, esta passagem do texto de J-C. Anscombre e O. Ducrot é muito semelhante àquela citada da tese de C. Vogt como recorte [48] (Cf. p. 99). Esta semelhança pode ser observada tanto pela presença do nome *pragmática integrada* como pela argumentação apresentada pelos autores. Pois, para a constituição de uma *pragmática integrada*, no texto de C. Vogt, sua proposta se posiciona [48] 'ao contrário das tendências lingüísticas que vêem a pragmática como uma etapa secundária e dependente relativamente ao estágio da descrição "gramatical" das línguas naturais'. Essa mesma posição está presente neste texto de J-C. Anscombre e O. Ducrot: [57] 'é impossível dizer, como o exigiria, sob sua segunda forma, a tese neopositivista, que a pragmática trabalha com os resultados da semântica', argumentando a favor da *pragmática integrada*.

Por outro lado, comparando as remissões voltadas para o nome *pragmática integrada* nos textos de C. Vogt, J-C. Anscombre e O. Ducrot, verifica-se que elas não são as mesmas. C. Vogt, a respeito do componente pragmático como um componente integrado, faz uma remissão ao "Wieso Pragmatik?" de Judith Milner e relaciona sua *pragmática integrada* com o ramo da *retórica pura* do pragmatismo de C. Peirce. Por sua vez, J-C. Anscombre e O. Ducrot remetem a expressão 'integrada' a Antoine Culioli, autor francês estruturalista.

Entretanto, mesmo que as remissões dadas pelos autores sejam diferentes, a presença do nome *pragmática integrada* nos seus trabalhos não é uma coincidência.

Neste artigo de J-C. Anscombre e O. Ducrot, o livro *O Intervalo Semântico*, de C. Vogt (1977a) é citado na seguinte nota:

impossible de dire, comme l'exigerait, sous sa deuxième forme, la thèse néopositiviste, que la pragmatique travaille sur les résultats de la sémantique. En fait, elle doit travailler directement sur la structure syntaxique de l'énoncé. En reprenant une expression de A. Culioli, elle doit être « intégrée », et non par surajoutée, à la description sémantique. Introduire dans cette pragmatique intégrée, une sorte de rhétorique intégrée, tel est l'objet de la théorie de échelles argumentatives, et le thème du présent article ».

[58] "Utilizamos os resultados apresentados por J-C. Anscombe em "Il était une fois une princesse aussi belle que bonne" *Semantikos*, 1975 1, n°1, p. 14 sq., e **C. A. Vogt em *O Intervalo Semântico*, São Paulo, 1976**" (p. 10)⁸⁹.

Como este livro de C. Vogt ainda não havia sido publicado (ele foi publicado em 1977), as páginas 'dos resultados apresentados' por 'C. A. Vogt em *O Intervalo Semântico*' não foram indicadas. Mas esta indicação é feita numa re-edição deste artigo de J-C. Anscombe e O. Ducrot no livro *L'Argumentation dans la Langue* (Anscombe & Ducrot, 1983).

Escrevem os autores :

[59] "Utilizamos os resultados apresentados em Anscombe, 1975, p. 14 sq. e em **Vogt, 1977, p.226 e sq**" (p. 23)⁹⁰

Com estas referências, pude notar que 'os resultados apresentados' 'em Vogt, 1977' são os do quarto item do capítulo "Sempre a Comparação", intitulado de "Tão... Quanto: Igualdade Informativa e Diferença Argumentativa". Para além dos resultados apresentados no estudo de C. Vogt, chamou-me a atenção o final do último parágrafo do terceiro item, situado no alto da página indicada.

Vejamos o que diz este parágrafo:

[60] "Neste sentido, uma teoria semântica argumentativa é uma concepção da linguagem em que as distinções tradicionais e estanques entre sintaxe, semântica e pragmática revelam, no reverso de sua objetividade, o artificialismo de sua construção. É, ainda, neste sentido, que se pode dizer, ao contrário das tendências lingüísticas que vêem a pragmática como uma etapa secundária e dependente relativamente ao estágio da descrição "gramatical" das línguas naturais, que o estudo da argumentatividade lingüística aparece como um caminho possível para a concepção e constituição de **uma pragmática integrada**" (Vogt, 1977a: p. 225, 226).

⁸⁹ « Nous utilisons les résultats présentés par J-C. Anscombe dans « Il était une fois une princesse aussi belle que bonne » *Semantikos*, 1975, 1, n°1, p. 14 sq., et C. A. Vogt dans *O Intervalo Semântico*. São Paulo, 1976 ».

⁹⁰ « Nous utilisons les résultats présentés dans Anscombe, 1975, p. 14 sq. Et dans Vogt, 1977, p.226 et sq ».

Este parágrafo corresponde ao recorte [48] da tese de C. Vogt (1974c), tomado para observar as relações de sentido entre a *pragmática integrada* de sua tese e a *pragmática integrada* do estudo de J-C. Anscombre e O. Ducrot.

A respeito destas relações de sentido, também cabe retomar uma proposta colocada na tese de C. Vogt (1974c) em [45], na seguinte passagem:

[45] “deve existir, **também ao nível lingüístico**, um componente que responda pelo sentido argumentativo do enunciado, isto é, que não só disponha de variáveis intencionais a serem preenchidas pelo C.R., mas que ainda possa explicar a produção, ao nível do C.I. [abreviação do autor para componente informativo], de valores semânticos, como, por exemplo, posto e pressuposto, que respondam as exigências que ele é capaz de fixar” (p. 142).

No texto “L’Argumentation dans la Langue” de J-C. Anscombre e O. Ducrot (1976), aspectos pragmáticos deixam de ser considerados apenas no componente retórico, após a significação “literal” já ter sido dada no componente lingüístico da descrição semântica. É o que comentam os autores em uma nota de rodapé referente ao texto do recorte [57]:

[61] “Na medida em que estão integradas, esta pragmática e esta retórica não pertencem, pois, ao que é chamado “Componente retórico” em *Dire et ne pas dire*, **mas ao que lá aparece como “Componente Lingüístico”** (p. 8)⁹¹.

Ou seja, aquilo que pertencia ao componente retórico em “As Escalas Argumentativas”, passa a fazer parte do componente lingüístico” em “L’argumentation dans la Langue”.

E, o interessante é que, no artigo “As Escalas Argumentativas” (Ducrot, 1973b), O. Ducrot já procurava tratar a argumentação no componente lingüístico. Apesar disso, num certo momento daquele artigo, o autor designa um tipo de subentendido como ‘subentendido argumentativo’.

⁹¹ « Dans la mesure où elles sont « intégrées » cette pragmatique et cette rhétorique ne relèvent donc pas de ce qui est appelé « Composant rhétorique » dans *Dire et ne pas dire*, mais de ce qui y apparaît comme « Composant linguistique » ».

Segundo a *pragmática integrada* proposta em “L’Argumentation dans la Langue”, este subentendido argumentativo se integraria, então, ao componente lingüístico.

Comparando a tese de C. Vogt (e sua versão em livro) e o artigo de J-C. Anscombe e O. Ducrot, vemos que a *pragmática* de C. Vogt é integrada à descrição semântica pelo subcomponente argumentativo do componente lingüístico e o lugar teórico da *pragmática integrada* é o *intervalo semântico*; enquanto que a *pragmática* de J-C. Anscombe e O. Ducrot é integrada ao componente lingüístico da descrição semântica e o lugar teórico desta *pragmática integrada* não muda, continua sendo a semântica.

Vê-se então, que esta revisão teórica e metodológica na *semântica argumentativa* de O. Ducrot tem como fator determinante a criação de um *intervalo semântico* para constituir uma *pragmática integrada*, mesmo que, nesta revisão, a *pragmática integrada* de O. Ducrot não esteja no referido *intervalo semântico*. São *pragmáticas integradas* que significam diferentemente.

A partir disso, parece possível dizer que a introdução do nome *pragmática integrada* em “L’Argumentation dans la Langue” (Anscombe & Ducrot, 1976) se fez a partir de relações parafrásticas com a tese/livro de C. Vogt (1974c, 1977a). Relações que produziram sentidos outros para esta *pragmática integrada*. “L’Argumentation dans la Langue” é o primeiro texto de O. Ducrot no qual a palavra ‘pragmática’ é significada enquanto nome de teoria. É um acontecimento específico de linguagem que se colocou a partir de uma necessidade construída historicamente, numa relação de diálogos e debates com os estudos de C. Vogt, a partir de condições históricas determinadas.

No momento da publicação de “L’Argumentation dans la Langue”, já estava sendo preparada a edição da tese de C. Vogt (1974c) em livro, a qual ganhou um prefácio escrito por O. Ducrot

(1977a)⁹². Este prefácio traz uma leitura muito interessante desta obra. Apresentarei aqui, alguns pontos importantes dessa leitura.

Uma primeira etapa de apresentação da obra de C. Vogt (1977a) por O. Ducrot (1977a) começa por enfatizar a demonstração de C. Vogt de que há muita coisa na língua (em especial, partículas como *mas*, *também*, *mesmo*, *ainda*, etc.) que é comparação. A isso, acrescenta-se que empregar “essas palavras, já é colocar-se fora das coisas que se diz, no seu intervalo” (p. 14).

Uma segunda etapa, escreve O. Ducrot,

[62] “é uma concepção particular do comparativo, uma concepção que **chamarei “constitutiva”** (p. 14)

interpretando, em outras palavras, a proposta de C. Vogt de que é o comparativo que constitui a relação de sentido entre os termos a serem comparados.

Ao lado disso, é trazida a proposta de C. Vogt de que o enunciado comparativo de base tem sempre a estrutura tema-comentário. A leitura de O. Ducrot tenderá a valorizar um modo de concepção do comparativo:

[63] “Dizendo que Pedro é tão grande quanto João, eu não afirmo, como o matemático, que dois objetos verificam uma relação de equivalência. Na verdade, afirmo a respeito de Pedro uma certa propriedade, positiva, a de ser superior a João em tamanho (ou então, afirmo de João, se for ele o tema, que possui a propriedade, negativa desta vez, de ter Pedro como igual). Nos dois casos, [a] **a relação não está mais fora das coisas, mas nelas**. Aí está a segunda etapa que eu anunciava, nesta reconstrução rápida, e necessariamente esquemática da tese de Vogt: após ter visto a onipresença do intervalo, da relação, da comparação, no campo semântico, [b] **é preciso ver que este intervalo, contrariamente à etimologia, não se situa “entre” os objetos que ele separa. Está no fundo deles mesmos, ele os torna aquilo que eles são**” (p. 16).

⁹² As indicações que observei neste artigo de J-C. Anscombe e O. Ducrot me levaram a supor que o prefácio ao livro de C. Vogt foi escrito antes da publicação de « L'Argumentation dans la langue », de junho de 1976. Isso porque, neste artigo, os autores já citam o trabalho de C. Vogt como livro e não como tese, apresentando como data da referida publicação, o ano de 1976. A tese de C. Vogt é de 1974 e a publicação de seu livro saiu em 1977.

Em [63[b]] a expressão 'é preciso ver', reafirma a orientação argumentativa deste enunciado de negar o lugar do 'entre' para o intervalo. Ao lado disso, a marca das aspas no 'entre' coloca em questão a existência desse espaço.

Comparando este recorte com o recorte [40], vê-se que o 'entre', para C. Vogt, parece ser fundamental: “É **no intervalo entre** a língua e a fala, **entre** a competência e a performance, **entre** o enunciado e a enunciação **que estes marcadores de subjetividade habitam**”. Mas, para O. Ducrot, há uma necessidade de denegar o lugar do 'entre' para o intervalo: se ele significa, precisa ser apenas **no interior** dos objetos.

Desse modo, a concepção do comparativo que constitui os termos estando no intervalo, é preterida pelo modo de concepção do comparativo em que o intervalo 'não se situa “entre” os objetos que separa'. A concepção mantida considera que o comparativo constitui os termos, não do lugar do intervalo, mas na língua.

A terceira etapa indicada por O. Ducrot comenta a proposta de C. Vogt sobre o comparativo ser uma estrutura argumentativa por excelência:

[64] “Não se trata de descrever o que é Pedro nem o que é João. Trata-se de argumentar pró ou contra eles, de orientar em relação a eles a apreciação do interlocutor (este outro necessário para que meu enunciado tenha um sentido, este outro presente na própria significação de minhas palavras)” (p. 17).

A última etapa é reservada para tratar do primeiro capítulo da tese de C. Vogt.

Escreve o prefaciador:

[65] “(...) este capítulo propõe uma opção teórica que, segundo penso (isso já discuti muitas vezes com Vogt), não é necessária para a compreensão das seguintes” (p. 18).

Esta opção teórica é a proposta do *intervalo semântico* e seu lugar entre as dicotomias lingüísticas.

Também será interessante trazer aqui, as reflexões preliminares de O. Ducrot no seu prefácio que buscam, através de uma teoria da alteridade apresentada pelo “Estrangeiro” de *O Sofista* (de Platão), um modo de poder comentar a obra de C. Vogt:

[66] “Tendo empreendido o inventário dos “gêneros primeiros”, ou, se se preferir, das categorias fundamentais da realidade, ele enumera primeiramente o Movimento, o Repouso, o Mesmo e o Ser. Até aí, nada de surpreendente, e nem muito surpreendente também o fato de que ele acrescente um quinto gênero, o **Outro**. O paradoxo começa quando ele assinala que este quinto gênero possui uma natureza absolutamente singular, que o distingue radicalmente dos anteriores, e que faz dele, por assim dizer, o gênero dos gêneros e o fundamento de todos os outros: “Da essência do Outro, diremos que ela circula através de todas, porque se cada uma delas, individualmente, é diferente das demais, não é em virtude de sua própria essência, mas de sua participação na natureza do Outro.

Parafraseemos Platão. Se o Movimento é diferente do Repouso, não é porque o Movimento possui em si mesmo, tal ou tal característica positiva que podemos perceber quando o consideramos isoladamente, característica que se revelaria diferente daquelas, igualmente positivas, que possui o Repouso. Ao contrário, **a diferença** entre o Movimento e o Repouso **é constitutiva dessas mesmas noções**. O Movimento é aquilo que ele é, pelo fato de que ele é outro, diferente do Repouso, do Mesmo... etc. Espanto do senso comum. Se eu digo que esta mesa é diferente desta cadeira, é porque, antes de mais nada, parece-me, observei cada uma delas – o que me permite, em seguida, notar em que elas se assemelham ou se distinguem. Como saber que A é diferente de B, se não se sabe antes o que é A e o que é B? Esse Platão é louco. Aliás, é um filósofo. Mas Saussure, neste caso, é louco também (ou talvez filósofo mesmo). Pois o “*Cours de linguistique générale*”, no capítulo sobre o Valor não faz senão aplicar às palavras da língua o que Platão disse sobre as idéias. **A oposição**, para Saussure, **é constitutiva** do signo da mesma forma que **a alteridade** é, para Platão, **constitutiva** das idéias” (11 e 12).

A característica ‘constitutiva’ do ‘Outro’ se apresenta nesta introdução como o tema central do texto que se vai prefaciá-lo. Desse modo, também se pode encontrar aí uma indicação do caminho da argumentação do prefácio de O. Ducrot a respeito do *intervalo semântico*. O ‘Outro’ (que, em seu caráter polissêmico, pode recobrir sentidos diversos como exterioridade, alteridade, relações intersubjetivas, pragmática, sujeito), caracterizado como um ‘Outro’ constitutivo, não está num espaço intervalar, não está no ‘entre’.

Refletindo sobre esta narrativa que remonta a Platão, vemos como esse lugar do ‘Outro’ (enquanto ‘entre’) no intervalo provoca, efetivamente, um desconforto teórico. É um desconforto tal

que, para poder denegá-lo, o prefaciador faz falar o Estrangeiro de Platão. A meu ver, a proposição deste intervalo toca em um problema fundamental para os estudos dos autores, pois ela indica que a questão da exterioridade não está resolvida na teoria lingüística.

A teoria do *intervalo semântico* instaura um litígio entre as posições dos autores pelo motivo de que o 'Outro' não é concebido da mesma maneira. Enquanto nas produções de O. Ducrot, o 'Outro' é constitutivo, na teoria de C. Vogt, este 'Outro' constitutivo é também, um 'Outro' que constitui. Este litígio será bastante produtivo em suas obras posteriores. No debate entre as posições teóricas dos autores, será possível notar uma inquietação que movimenta suas teorias, sempre em torno de uma mesma pergunta: como lidar com este 'Outro'?

4.0. O OUTRO, A HISTÓRIA E A IDEOLOGIA NA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA

Em "De *Magis a Mais*: Uma Hipótese Semântica", (Ducrot & Vogt, 1979), escrito em outubro de 1978, as indagações de O. Ducrot e C. Vogt sobre a alteridade se encontram – explicitamente – com as reflexões de M. Bakhtin sobre a negação e o discurso relatado.

Citarei dois recortes relacionados com a questão da alteridade:

[67] "Mas estas possibilidades de **mascarada**, de esconde-esconde discursivo, não são dadas senão como realizações particulares de um fato mais essencial, **a presença da alteridade no próprio sentido do enunciado**. (Cf. Vogt 1977, p. 32 segs)" (Ducrot & Vogt, 1980: p. 112).

[68] "Em outros termos, **a alteridade nos parece constitutiva do sentido**. Não se pode separar o que é dito e o fato de que isso tenha sido **dito pelo outro**" (op. cit., p. 113 e 114).

Um dos textos de O. Ducrot em que o autor faz referência a este artigo é “Argumentação por Autoridade” (1981)⁹³:

[69] “Tem-se, de início, um mecanismo lingüístico fundamental, **a autoridade polifônica, aplicação direta do que Ducrot-Vogt (1979) chamam “alteridade constitutiva”**” (Ducrot, 1984a: p. 168)⁹⁴.

Outro texto de O. Ducrot que faz esta referência é o prefácio de *O Dizer e o Dito* (1984a)⁹⁵, em que o autor apresenta a sua obra:

[70] “(...) espero também, mergulhando a teoria dos atos de linguagem em **uma concepção polifônica da enunciação**, ser fiel a uma inquietação pessoal, que talvez explique, por outro lado, as distorções às quais submeti a filosofia da linguagem quando supunha somente aplicá-la. Esta inquietação, que, segundo penso, está na base do estruturalismo em semântica lingüística, é o de **dar à alteridade – para retomar uma expressão da qual Carlos Vogt e eu nos temos servido freqüentemente – um “valor constitutivo”**. Ao mesmo tempo, a teoria dos atos de linguagem, tal como a compreendi, e a teoria da polifonia fundam o sentido sobre **a alteridade**” (Ducrot, 1984a: p. 8, 9)⁹⁶.

Vê-se, assim, que desde o prefácio ao livro de C. Vogt, a questão da alteridade passa a ter um papel significativo nos estudos de O. Ducrot.

⁹³ Este artigo, cujo título em francês é « L'Argumentation par Autorité », foi apresentado primeiramente numa Conferência em Lyon, a 25 de outubro de 1980, e depois é publicado em *L'Argumentation*, em 1981. É publicado, posteriormente, em *Le Dire et le Dit* (Ducrot, 1984a) com a versão em português “Argumentação por Autoridade” em *O Dizer e o Dito* de 1987.

⁹⁴ « On a au départ un mécanisme linguistique fondamental, l'autorité polyphonique, application directe de ce que Ducrot-Vogt, 1979, appellent « alterité constitutive » ».

⁹⁵ O título desta obra em francês é *Le Dire et le Dit*. Ela foi editada em português em 1987. A tradução brasileira da primeira edição deste livro, tem acrescida à bibliografia o trabalho de Carlos Vogt, *Linguagem, Pragmática e Ideologia*, mas esta referência não consta da primeira edição francesa. A única referência bibliográfica aos trabalhos de C. Vogt na edição francesa é o artigo escrito com O. Ducrot. No interior dos textos deste livro esta também é a única referência.

⁹⁶ « Mais j'espère aussi, en plongeant la théorie des actes de langage dans une conception polyphonique de l'énonciation, être fidèle à un souci personnel, qui explique peut-être par ailleurs les distorsions auxquelles j'ai soumis la philosophie du langage lors même que je croyais seulement l'appliquer. Ce souci, qui, selon moi, est à la base du structuralisme en sémantique linguistique, est celui de donner à l'alterité – pour reprendre une expression dont Carlos Vogt et moi nous sommes souvent servis – une « valeur constitutive ». A la fois la théorie des actes de langage, telle que je l'ai comprise, et la théorie de la polyphonie fondent le sens sur l'alterité ».

No recorte [67], um ponto interessante que gostaria de comentar é a atribuição da questão da ‘presença da alteridade no próprio sentido do enunciado’ ao livro de Carlos Vogt, *O Intervalo Semântico*. Indo à página indicada e às seguintes, pode-se notar que a questão da alteridade não se encontra formulada do modo como está em [67]. Aliás, a própria palavra ‘alteridade’ não se encontra na tese do autor.

Isso não significa, é claro, que não se possa compreender, nas páginas indicadas, bem como em outras, a presença de indagações que tocam na questão da alteridade. De uma alteridade constitutiva observada por O. Ducrot no prefácio ao livro *O intervalo Semântico* sobre [62] ‘uma concepção particular do comparativo’ proposta por C. Vogt.

Vejamos.

No capítulo IV da tese de C. Vogt (1974c), nomeado de “Também a Comparação”, o autor escreve:

[71] “Se **a linguagem** falasse apenas à razão e constituísse, assim, uma ação sobre o entendimento dos homens, então ela seria apenas comunicação. Mas ao mesmo tempo em que ela desprende o conjunto de relações necessárias, da razão, ela também articula o conjunto de relações necessárias da existência. E, neste sentido, **o seu traço fundamental é a argumentatividade, a retórica, porque é este traço que a apresenta** não como marca de uma diferença entre o homem e a natureza, mas **como marca da diferença entre o eu e o outro**, entre subjetividades cujo espaço de vida é a história”. (p. 153).

O traço fundamental da linguagem, segundo o autor, é a argumentatividade, a retórica. Para ele, é este traço que a apresenta como diferença entre o eu e o outro.

De uma outra forma, a relação linguagem-eu-outro também está presente num dos primeiros estudos de O. Ducrot: “O Estruturalismo e Lingüística”⁹⁷ (1968). Lembrando que até o fim do século XIX, os filólogos concordavam em definir a língua como expressão do pensamento, e que tal concepção também estava presente na primeiras obras de Wittgenstein, o autor comenta:

⁹⁷ O título deste texto em francês é « Le Structuralisme en Linguistique ».

[72] “Graças à linguagem, o pensamento se oferece assim em **espetáculo, a si mesmo e a outrem**” (p. 18)⁹⁸.

No artigo de C. Vogt, “Os Dois Labirintos” (1977b), escrito em 1976, há, também, uma passagem de sua tese (Vogt, 1974c) que é retomada, com modificações bastante interessantes. É a passagem que citei há pouco como recorte [71] e que aqui será o recorte [73], por conta destas modificações.

Uma dessas modificações – deixando outras de lado, por ora – é o destaque, em itálico às categorias ‘eu’ e ‘outro’ que não se encontravam destacadas em sua tese:

[73] “Se a linguagem falasse apenas à razão e constituísse assim uma ação sobre o entendimento dos homens, então ela seria apenas informação ou representação. Mas, ao mesmo tempo em que ela desprende o conjunto de relações necessárias da razão, também articula o conjunto de relações desejadas da vontade. Neste sentido, o seu traço fundamental é o argumentativo, o retórico, o ideológico, porque é este traço que a apresenta, não como uma marca de uma diferença ente o homem e a natureza, mas como marca da diferença entre **o eu e o outro**, entre subjetividades cujo espaço de existência é a história de relações e transformações sociais”. (Vogt, 1974c: p.75).

Um texto de C. Vogt, anterior a sua tese, que também traz o ‘outro’ é “A Palavra Envolvente”, (Vogt, 1974b), escrito pelo autor em 1973.

Escreve o autor:

[74] “Privilegiar **o eu** como centro ideal da criatividade do homem, de que a linguagem é estigma, ou favorecer **o outro** num desdobramento social, de que a linguagem é garantia, não seria disfarçar a mesma ingenuidade com **máscaras** diferentes?” (p. 22).

Através dos recortes trazidos, podemos ver que a presença do ‘outro’ nos textos destes lingüistas tem semelhanças e diferenças. Uma primeira semelhança elementar é que o ‘outro’ está

⁹⁸ « Grâce au langage, la pensée se donne ainsi en spectacle, à elle-meme et à autrui » (p. 18 ; *Qu'est que ce le Structuralisme?* Paris : Editions de Seuil.

presente em relação ao 'eu'. Uma outra é que esta presença se faz, por vezes, acompanhada de metáforas teatrais: 'espetáculo' em "Estruturalismo e Lingüística", 'máscaras' em "A Palavra Envolvente"⁹⁹.

A respeito destas metáforas, elas também comparecem na tese de C. Vogt (1974c):

[75] "Enfim, sugestões, possibilidades. Aventura de um sentimento diante e dentro da linguagem. **De cuja estória eu sou também personagem.**

Apontamentos cuja indicação levam a Semântica para a posição crítica de aceitar necessariamente as dicotomias da ciência para invadir-lhes o intervalo com a história do homem" (p. 283 e 284).

Tendo apontado para algumas semelhanças, destacarei agora uma diferença. Nos textos de C. Vogt, desde "A Palavra Envolvente", o 'outro' está acompanhado do 'eu' enquanto categorias: 'o eu' e 'o outro'. Em "Estruturalismo e Lingüística", assim como em outros textos de O. Ducrot escritos antes do prefácio ao livro de C. Vogt, o 'outro' vinha acompanhado do 'eu', mas não enquanto categorias.

É interessante notar que num momento em que O. Ducrot estava escrevendo o prefácio e C. Vogt, "Os dois Labirintos", *Marxismo e Filosofia da Linguagem* de M. Bakhtin (Voloshinov) (1929) – que já tinha uma versão em inglês (1973) – estava sendo publicado em espanhol (1976) e francês (1977), sendo, posteriormente, publicado em português (1979).

No prefácio de O. Ducrot o 'outro', transforma-se numa categoria em relação ao 'eu': [64] 'este outro necessário para que meu enunciado tenha um sentido, este outro presente na própria significação de minhas palavras'.

⁹⁹ A respeito de uma análise sobre a relação entre as metáforas teatrais e a questão da subjetividade nos estudos lingüísticos, conferir Mônica Zoppi-Fontana. *Cidadãos Modernos. Discurso e Representação Política*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997a; e "O Outro da Personagem: Enunciação, Exterioridade e Discurso". *Bakhtin, Dialogismo e Construção do Sentido*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997b.

Em “Os dois Labirintos” (Vogt, 1977b) as categorias do ‘eu’ e do ‘outro’ são reafirmadas pelo autor, através do itálico, como categorias. Este é o primeiro texto de C. Vogt que faz menção a uma obra de M. Bakhtin (*Marxismo e Filosofia da Linguagem*, na versão em inglês, de 1973).

O que pretendo mostrar a partir destas observações é o processo de uma memória de sentidos construída nos textos desses autores em torno da questão da alteridade: de um lado, um dos autores citados por C. Vogt para tratar da questão do ‘eu’ e do ‘outro’ é o próprio O. Ducrot, e, de outro lado, o processo de formulação da questão da alteridade como uma alteridade constitutiva se dá a partir dos comentários de O. Ducrot sobre a tese de C. Vogt.

Para além deste diálogo entre os dois autores, a presença dessa questão da alteridade pode ser observada nas indagações de diversos filósofos e lingüistas. Além de Platão e Saussure, como é lembrado por O. Ducrot, podemos lembrar de Michel Bréal, Émile Benveniste, Michail Bakhtin, Lacan, Michel Pêcheux (1975), Paul Henry (1977), entre outros. Em algumas destas reflexões, o outro está relacionado diretamente com a questão do sujeito (o *eu* e o *tu*). Em outras não tão diretamente (o homem e a história, por exemplo), e em outras não (as relações entre os signos da língua em Saussure). É claro que esta presença da alteridade não é a mesma: o outro é recortado diferentemente. O que é importante ressaltar é que estas várias indagações sobre o ‘outro’, tomadas sob diferentes perspectivas, também estavam em circulação, e, desse modo, significavam.

Na tese de C. Vogt há uma relação entre o outro e a história. Esta relação se dá no interior do *intervalo semântico*.

Antes de estudar o modo como a questão da história é tratada em sua tese é fundamental trazer um recorte extraído da Epígrafe (1974a) escrita pelo autor para o seu artigo “A Palavra Envolvente” (1974b). Esta epígrafe foi escrita em 1973.

Escreve o autor:

[76] “Marx criticando o idealismo de Proudhon mostra o absurdo da **história** concebida como satisfação de categorias abstratas, e de princípios” (p. III).

Na tese de doutorado de C. Vogt (1974c) não há referências diretas à Marx, mas a história é concebida num espaço teórico em que a rigidez das dicotomias língua/fala, competência/performance, enunciado/enunciação são contestadas.

É isso que podemos observar, retomando os recortes [40] e [71]:

[40] “É no intervalo entre a língua e a fala, entre a competência e a performance, entre o enunciado e a enunciação que estes marcadores de subjetividade habitam, colocando em xeque a rigidez destas dicotomias e criando sob a barra (/) do silêncio lógico os túneis de passagem dos murmúrios **da história**. É neste intervalo que a linguagem é atividade e é nela que **o homem** a possui e é possuído. É dentro deste quadro geral de preocupação teórica que a pesquisa sobre **a argumentatividade** lingüística deverá organizar-se” (p. 15).

[71] “Se a linguagem falasse apenas à razão e constituísse, assim, uma ação sobre o entendimento dos homens, então ela seria apenas comunicação. Mas ao mesmo tempo em que ela desprende o conjunto de relações necessárias, da razão, ela também articula o conjunto de relações necessárias da existência. E, neste sentido, **o seu traço fundamental é a argumentatividade, a retórica**, porque é este traço que a apresenta não como marca de uma diferença entre **o homem** e a natureza, mas como marca da diferença entre o eu e o outro, entre subjetividades cujo espaço de vida é **a história**”. (p. 153)

Neste seu trabalho de *semântica argumentativa*, a história é algo que não significa onde a lógica – enquanto lógica das dicotomias estabelecidas pela ciência – significa. A história é relacionada com a argumentatividade, com o homem e com a linguagem enquanto atividade.

A consideração de que o homem, na atividade de linguagem, possui a linguagem e é possuído por ela está relacionada com formulações de Émile Benveniste como, por exemplo: “é na e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*” (itálico do autor. “Da Subjetividade na Linguagem”, Benveniste, 1958, *Problèmes de Linguistique Générale*, p. 259)¹⁰⁰.

¹⁰⁰ « C’est dans et par le langage que l’homme se constitue comme *sujet* ».

Apesar desta filiação benvenistiana há uma diferença importante a destacar: a história não está funcionando na distinção história/discurso de E. Benveniste.

Há, também, um momento em que a oposição entre história e lógica se configura de um modo mais direto na tese de C. Vogt (1974c).

Vejam os:

[77] "(...) para chegar a esta significação é preciso recorrer à situação de discurso em que se encontram os interlocutores, é que podemos, por oposição às formas de significação **logicamente** necessárias, falar em formas de significação **historicamente** necessárias.

Em outras palavras, enquanto o sentido, a significação explícita de um enunciado é dada por uma espécie de **lógica**, a sua significação implícita se produz a partir de uma espécie de razão **histórica**" (p. 13)

Ao lado desta razão histórica está uma espécie de razão argumentativa.

Na quinta parte do capítulo "Também a Comparação", intitulada de "Linguagem e Memória", o autor estuda o modo pelo qual diversos sentidos de *também* são tratados por lexicólogos e gramáticos que, de uma perspectiva lógica e evolutiva, não conseguem explicar várias nuances de sentido. C. Vogt busca mostrar como uma perspectiva que considera a argumentatividade seria mais produtiva.

Ele escreve:

[78] Pode-se dizer ainda, ao contrário da posição do estruturalismo tradicional, que a língua retém, de alguma forma, a memória de si mesma. É neste sentido que **uma teoria semântica argumentativa** poderia talvez conter sugestões interessantes para uma revisão **da diacronia** nos estudos lingüísticos" (p. 177)

Pode-se notar, então, que a história, além de se opor à lógica, também se opõe à diacronia. E a 'teoria semântica argumentativa' se apresenta como 'uma teoria' que possibilita realizar uma revisão da diacronia nos estudos lingüísticos.

Lembro, ainda, uma outra passagem bastante interessante. Retomando o recorte [75]:

[75] “Enfim, sugestões, possibilidades. Aventura de um sentimento diante e dentro da linguagem. **De cuja estória eu sou também personagem.**

Apontamentos cuja indicação levam a Semântica para a posição crítica de aceitar necessariamente as dicotomias da ciência para invadir-lhes o intervalo com **a história do homem**” (p. 283 e 284).

Aqui, pode-se observar que a estória comparece ao lado da história. Estabelece-se uma relação entre estória-ficção e história-não-ficção, entre a estória do eu-autor-personagem e a história do homem.

Em “Os Dois Labirintos” (Vogt, 1977b) o autor traz uma definição para a história enquanto história do homem:

[79] “A história do homem é a história das transformações sociais” (Vogt, 1980b: p. 73)

E ainda, retomando mais uma vez o recorte [73]:

[73] “Se **a linguagem** falasse apenas à razão e constituísse assim uma ação sobre o entendimento dos homens, então ela seria apenas informação ou representação. Mas, ao mesmo tempo em que ela desprende o conjunto de relações necessárias da razão, também articula o conjunto de relações desejadas da vontade. Neste sentido, **o seu traço fundamental é o argumentativo, o retórico, o ideológico**, porque é este traço que a apresenta, não como uma marca de uma diferença ente **o homem** e a natureza, mas como marca da diferença entre o *eu* e o *outro*, entre subjetividades cujo espaço de existência é **a história de relações e transformações sociais**”. (Vogt, 1980b: p.75).

A linguagem existe na história enquanto história de relações e transformações sociais.

Como já mencionei anteriormente, este artigo é a primeira publicação de C. Vogt na qual uma obra M. Bakhtin é citada. A obra em questão é a versão em inglês de *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, de 1973. C. Vogt, neste artigo, menciona a questão do signo verbal e da concepção de ideologia com valor semiótico estudada pelo autor russo¹⁰¹.

¹⁰¹ Vale lembrar outro artigo de C. Vogt, “Linguagem, Língua e Poder”, que discute esta obra de Bakhtin, inclusive a relação entre o *um* e o *outro*, expressa pela palavra. Este artigo foi escrito em julho de 1977 e publicado, em 1978, na revista

Já em “Por uma Pragmática das Representações” (Vogt, 1980a), diferentemente de sua tese, a história se apresenta a partir da distinção discurso/história formulada por E. Benveniste.

Comentando sobre esta distinção, C. Vogt escreve:

[80] “Pois bem, embora sabendo que esta distinção dificilmente se manifesta em estado de pureza, o que não faz a menor diferença, e até pelo contrário, eu diria que a semântica, se quisermos insistir na distinção semântica e pragmática, estudaria a conversão da linguagem em **história** e que o discurso, isto é, os mecanismos de conversão da linguagem em discurso, seria o domínio privilegiado da pragmática” (Vogt, 1980b: p. 139).

A história aí não é aquela que está no intervalo e, ao mesmo tempo, a semântica aí também não é a *semântica argumentativa* do intervalo semântico. A história, que tal semântica estuda, não se opõe ao lógico, está ao lado dele. Esta semântica é uma semântica de coordenadas lógicas e não subjetivas na qual nem a argumentação, nem a história e nem o homem estão presentes.

Com a introdução desta distinção proposta por Émile Benveniste, introduz-se uma outra noção de história. O que não implica que a história do homem deixe de significar, mesmo neste texto. Todas as modalizações trazidas pelo autor para apresentar esta distinção discurso/história parecem funcionar como túneis para que os murmúrios da outra história possam continuar passando. Esta passagem está aberta no nível da pragmática, no qual está a argumentatividade e o homem.

Em “Pragmática: o Rosto e a Máscara da Linguagem” (Vogt, 1983), por exemplo, a história como história do homem volta a ser enunciada.

Ao discorrer sobre a *pragmática*, C. Vogt escreve:

[81] “o jogo de representações acionado pela atividade lingüística põe a linguagem na cena de um espetáculo maior e mais complexo: o **da história**, da cultura e das máscaras sociais que, embora coladas ao nosso rosto, nem sempre sabemos o que significam e nem por que as portamos” (p. 11 e 12).

Aqui, as metáforas teatrais também passam a incidir sobre a história. Ela é vista como um espetáculo no qual a linguagem é posta em cena. Ao lado da história, está a cultura e as máscaras sociais. O sentido de máscaras, enquanto máscaras sociais, parece guardar uma relação estreita com a noção de ideologia.

E por falar em ideologia, esta palavra também já está presente em “A Palavra Envolvente” (Vogt, 1974b), numa passagem em que a palavra ‘máscara’ também comparece:

[82] “” A comunicação fecha-se, assim, sobre si mesma, na passividade tranqüila da sociedade violentada e se constitui no grande mito que a solidão do homem moderno produziu.

Paradoxo gritante que **a máscara da ordem** consegue esconder.

Mas a linguagem é isto? Estaremos, então, para sempre encerrados na inutilidade do esforço que se arredonda no *déjà-vu*? Ou é possível levantar o véu da objetividade e atrás dele descobrir **o segredo de uma ideologia**?

Privilegiar o eu como centro ideal da criatividade do homem, de que a linguagem é estigma, ou favorecer o outro num desdobramento social, de que a linguagem é garantia, não seria disfarçar a mesma ingenuidade com máscaras diferentes?

Não haveria, na linguagem, elementos que permitissem esta denúncia? E se sim, como fazê-lo?

Nossa tentativa é cometer um gesto nesta direção” ” (p. 22)

A palavra ‘ideologia’, neste texto, designa um segredo por detrás de um véu, ‘o véu da objetividade’, que é uma reescritura de ‘a máscara da ordem’. Neste sentido, a subjetividade estaria em segredo – um segredo ideológico – por detrás deste véu, desta máscara.

A palavra ‘ideologia’ já está presente neste texto de C. Vogt, embora não haja, para ela, uma conceitualização.

O mesmo pode ser dito sobre a tese do autor (Vogt, 1974c):

[83] “Sempre **no quadro ideológico do sucesso da festa**, A dá como argumento para tal sucesso a vinda de Pedro” (p. 121).

A formulação *no quadro ideológico de x* se repete várias vezes na tese de C. Vogt. A ideologia está funcionando enquanto um certo ‘quadro ideológico’ (recortado entre outros quadros ideológicos possíveis) para definir o sentido da argumentação.

Falando em ideológico, não há como deixar de trazer, ainda mais uma vez, o recorte [73] de “Os Dois Labirintos” (Vogt, 1977b), que retoma uma passagem de sua tese com algumas modificações (supondo que o que me interessa destacar agora ainda não tenha sido notado...):

[73] “Se a linguagem falasse apenas à razão e constituísse assim uma ação sobre o entendimento dos homens, então ela seria apenas informação ou representação. Mas, ao mesmo tempo em que ela desprende o conjunto de relações necessárias da razão, também articula o conjunto de relações desejadas da vontade. Neste sentido, o seu traço fundamental é **o argumentativo, o retórico, o ideológico**, porque é este traço que a apresenta, não como uma marca de uma diferença ente o homem e a natureza, mas como marca da diferença entre o *eu* e o *outro*, entre subjetividades cujo espaço de existência é a história de relações e transformações sociais”. (Vogt, 1980b: p.75).

Vê-se que o traço fundamental da linguagem passa a integrar o ideológico. Enquanto na tese do autor (Vogt, 1974c), a argumentatividade e a retórica funcionavam sob um efeito de sinonímia para a definição do traço fundamental da linguagem, neste artigo, este efeito se estende para o ideológico. Desse modo, o ideológico re-significa o argumentativo e o retórico e é significado enquanto argumentativo e retórico.

Em “Por uma Pragmática das Representações” (Vogt, 1980a) o autor traz uma definição para a ideologia:

[84] “O objetivo deste artigo é discutir o problema das relações entre linguagem e **ideologia**, procurando mostrar que o objeto de estudo específico **da pragmática** é o domínio destas relações. O termo **ideologia** será aqui entendido como designando tanto os sistemas de idéias-representações sociais (**ideologias** no sentido restrito) como os sistemas de atitudes e comportamentos sociais (os costumes) e não necessariamente como sinônimo de “má consciência” ou “mentira piedosa”, embora possa se dar o caso de que esta última acepção se aplique ao que vamos apresentar. É evidente que não pretendo aprofundar-me numa questão para cujo mergulho me falte talvez oxigênio suficiente, mas apenas apontar um dos possíveis modos pelo qual **o ideológico também está inscrito**”

na linguagem humana, e um dos tratamentos possíveis que a lingüística poderia a ele dispensar, acreditando que ele a constitui tanto quanto as propriedades que permitem à linguagem relacionar-se com o mundo e, assim, descrever uma realidade” (Vogt, 1980b: p. 130).

O ideológico é incluído na teoria, ele ‘também está inscrito na linguagem humana’. Sendo inscrito na linguagem humana, ‘também’, o ideológico se junta àquilo que já estava nela inscrito antes: o argumentativo e o retórico, por exemplo.

Neste artigo, a ideologia também comparece relacionada com a pragmática e com a argumentação. Em diversas passagens deste artigo de C. Vogt a ideologia está relacionada com a pragmática numa relação de sinonímia.

Uma das vezes é a seguinte:

[85] “(...). **Na verdade**, [a] **estas intenções do falante**, [b] **estas condições ideológicas ou pragmáticas de emprego destes enunciados** não são dadas como algo alheio e distante da língua. É o próprio comparativo que, na dualidade **do movimento argumentativo** que o caracteriza, as determina como alternativas formais de comportamento lingüístico” (Vogt, 1980b: p.147).

De um lado, [85[b]] ‘estas condições ideológicas ou pragmáticas de emprego dos enunciados’ reescreve [85[a]] ‘estas intenções do falante’ através de uma relação de sinonímia, e produz, dessa maneira, uma definição para o sentido das ‘intenções do falante’. Estas intenções são ‘condições ideológicas ou pragmáticas’.

De outro lado, há uma certa relação de sinonímia entre ‘ideologia’ e ‘pragmática’. Nesta relação de sinonímia, é através do comparativo, caracterizado pela dualidade do movimento argumentativo que as ‘condições ideológicas ou pragmáticas de emprego dos enunciados’ não são dadas como algo alheio e distante da língua. Ou seja, a ideologia e a pragmática estão significando pelo argumentativo.

Vemos, assim, que a *semântica argumentativa* das produções de C. Vogt é determinada por relações de sentido que se construíram em torno do *eu* e do *outro*, da *pragmática*, da história, e da ideologia, desde seus primeiros estudos semânticos. Estas relações de sentido têm um espaço específico na teoria do autor: o *intervalo semântico*.

O processo de legitimação, sustentação e aprofundamento destas relações, que definem sua *semântica argumentativa* no interior deste intervalo, tem um marco importante: o momento em que seus estudos se encontram com os estudos de M. Bakhtin.

É interessante destacar que o modo como os estudos de M. Bakhtin são introduzidos nas produções de C. Vogt e O. Ducrot não é o mesmo.

Nos estudos de C. Vogt, antes deste encontro com M. Bakhtin, a história já se colocava como uma questão. E ela se colocava como uma questão a partir do materialismo histórico, desde a Epígrafe (1974a), produzida em 1973 e publicada nos *Cadernos do IFCH* em 1974. E a ideologia também se apresentava como uma questão, na relação com a história, desde “A Palavra Envolvente” (Vogt, 1974b).

Nos estudos de O. Ducrot o materialismo histórico não se coloca como uma questão. A história é vista como história no tempo. E a ideologia é algo comentado de passagem, em raros momentos dos textos de O. Ducrot, quando são apresentadas reflexões que tocam naquilo que não é visto como ‘propriamente lingüístico’.

Como ilustração, vale trazer um recorte da obra *Princípios de Semântica Lingüística. Dizer e Não Dizer* (Ducrot, 1972a):

[86] Uma segunda origem possível para a necessidade do implícito prende-se ao fato de que toda afirmação explícita torna-se, por isso mesmo, um tema de discussões possíveis. Tudo que é dito pode ser contradito. De tal forma que não se poderia anunciar uma opinião ou um desejo sem expô-los ao mesmo tempo às eventuais objeções dos interlocutores. Como tem sido ressaltado, a formulação de uma idéia é a primeira etapa, e a etapa decisiva, para que ela seja posta em questão. Portanto, é necessário para toda crença

fundamental, **quer se trate de uma ideologia social ou de uma opinião pré-concebida pessoal**, encontrar, se ela se exprime, um meio de expressão que não a exponha, que não a transforme num objeto determinável e portanto contestável. (p. 6).¹⁰².

A ideologia é considerada pelo autor, mas não enquanto algo determinante para a construção teórica de sua *semântica lingüística*. A necessidade de se definir o que é ideologia não se coloca.

Desde os primeiros estudos de C. Vogt, a história e a ideologia significam na teoria e, num certo momento de seus estudos, a necessidade de trazer uma definição para o que é história e o que é ideologia se coloca.

Na tese de C. Vogt (1974c), a *semântica argumentativa* se configurava como ‘uma semântica argumentativa’ e significava enquanto ‘um caminho possível para a concepção e constituição de uma pragmática integrada’, no *intervalo semântico*. Em seus estudos posteriores (Vogt, 1980a, 1983, 1984), o nome *pragmática* já designa um domínio teórico existente, no interior do *intervalo semântico*. A existência deste domínio já constituído não faz com que a *semântica argumentativa* deixe de ser considerada. Esta semântica, que passa a ser ‘a’ *semântica argumentativa*, continua presente. Ela continua determinado os sentidos da *pragmática*, ao lado das relações entre o *eu* e o *tu*, a história, e a ideologia. E ela continua significando enquanto caminho, como ‘outro nome que se poderia dar a esta maneira de conceber a linguagem’, nas trilhas de uma macrossintaxe.

¹⁰² Une seconde origine possible au besoin d'implicite tient au fait que toute affirmation explicitée devient, par cela même, un thème de discussions possibles. Tout ce qui est dit peut être contredit. De sorte qu'on ne saurait annoncer une opinion ou un désir, sans les désigner du même coup aux objections éventuelles des interlocuteurs. Comme il a été souvent remarqué, la formulation d'une idée est la première étape, et décisive, vers sa mise en question. Il est donc nécessaire à toute croyance fondamentale, qu'il s'agisse d'une idéologie sociale ou d'un parti-pris personnel, de trouver, si elle s'exprime, un moyen d'expression que ne l'étaie pas, que n'en fasse pas un objet assignable et donc contestable”.

CAPÍTULO V

A SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA NA SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO

1.0. UM CAMPO DE ESTUDOS EM CONSTITUIÇÃO E SEUS NOMES

A Dissertação de Mestrado de Eduardo Guimarães, *Da Modalidade e Auxiliarização Verbal em Língua Portuguesa* (1976a), tem como objetivo estudar os *sentidos* possíveis de enunciados com modal, expressos pelos verbos *dever*, *precisar de*, *ter de (que)* e *poder*, seguidos de infinitivo. Para este estudo, o autor utiliza o modelo de descrição semântica proposto em “Pressupostos e Subentendidos” (Ducrot, 1969) e retomado em *Princípios de Semântica Lingüística. Dizer e não Dizer* (Ducrot, 1972a).

Com relação ao termo *sentido*, é importante notar que em *Princípios de Semântica Lingüística. Dizer e não Dizer*, O. Ducrot faz uma distinção entre *significação* e *sentido*, que em “Pressupostos e Subentendidos” não era fixa. Com esta distinção, a *significação* é obtida pelo componente lingüístico (CL) e o *sentido* pelo componente retórico (CR). O *sentido* é compreendido como efeitos de sentido produzidos pelo subentendido no processo de descrição semântica.

É importante destacar essa questão terminológica porque nos trabalhos de C. Vogt, o autor designa de *sentido* o que O. Ducrot designa de *significação* e vice-versa. Nos primeiros estudos de E. Guimarães, como sua dissertação e sua tese, por exemplo, a distinção entre *significação* e *sentido* segue a terminologia de O. Ducrot. Em estudos posteriores, *significação* e *sentido* deixam de funcionar nesta relação CL/CR, passando a funcionar numa relação de sinonímia¹⁰³.

¹⁰³ Talvez uma análise mais aprofundada sobre o modo de presença de *significação* e *sentido* mostre que estas palavras sejam menos sinônimas do que aparentam sob este efeito de sinonímia. Nas análises deste capítulo, quando as palavras ‘significação’ e ‘sentido’ estiverem em itálico elas estão funcionando na distinção *significação/sentido* que apresentei.

Tendo em conta que o objetivo proposto pelo autor, em sua dissertação, é estudar os *sentidos* possíveis de enunciados com modal, já se pode notar que o foco de interesse na utilização do modelo ducrotiano não está no componente lingüístico e sim no componente retórico.

É importante notar, sobre isso, que o lugar do componente lingüístico na descrição não é, de modo algum, dispensável em sua dissertação. As propostas de O. Ducrot (1972a) sobre a concepção do pressuposto como um ilocucional que [13] ‘deverá ser marcado nas “significações” produzidas pelo componente lingüístico’ e de que ele é um dos elementos, ‘nas “significações”, a conter uma alusão à enunciação’, têm um papel fundamental neste trabalho de E. Guimarães.

A este respeito, também vale lembrar que O. Ducrot (1972a), ao tratar do papel da pressuposição no progresso e na coerência do discurso, cita, numa nota de rodapé, a noção de isotopia de A. Greimas, relativa à questão da coerência¹⁰⁴. Na dissertação de E. Guimarães, a palavra ‘discurso’ comparece, assim como neste estudo de O. Ducrot, relacionada ao problema da isotopia do discurso, colocado por A. Greimas (1966)¹⁰⁵. A condição de progresso e a condição de coerência são vistas, segundo as observações de O. Ducrot, como condições que o discurso tende a satisfazer. A condição de coerência dá-se pelo pressuposto.

Na formulação de E. Guimarães:

[87] “Esta manutenção, ou redundância do pressuposto, é uma das condições de coerência do discurso. Assim, estabelecido um pressuposto, **o discurso** se desenvolve tendo-**o**, ao pressuposto, como constante **a todo o seu desenvolvimento**” (p. 34).

Quando não estiverem, estão funcionando fora desta distinção. Como já observei, considero, assim como E. Guimarães (1995), o sentido como efeitos do cruzamento de discursos possibilitados pelo interdiscurso no acontecimento enunciativo.

¹⁰⁴ Em *Estruturalismo e Lingüística* (O. Ducrot, 1968, p. 128, 2ed.), o texto « L’ Isotopie du Discours » de A. Greimas (1966) já é citado em rodapé.

¹⁰⁵ Considerando que a *semiótica greimasiana* era bastante estudada na USP, onde E. Guimarães desenvolveu seus estudos de pós-graduação, é importante destacar que o autor trouxe uma reflexão a respeito da isotopia em sua dissertação e, também, se dedicou a esta questão no artigo “Pressuposição e Isotopia do Discurso”, publicado em 1976 – mesmo ano da defesa de sua dissertação.

O sentido de 'discurso', tanto nos estudos de O. Ducrot (1969, 1972a, entre outros) como na dissertação de E. Guimarães (e outros estudos posteriores), é o de algo que tem começo, meio e fim. Além disso, o sentido de 'discurso' é, de modo geral, um ato ou resultante deste ato. E 'enunciação' é, quase sempre, um ato.

Com relação a isso, é interessante destacar que estas palavras, 'enunciação' e 'discurso', são muito freqüentes no estudo de E. Guimarães, assim como a expressão 'situação de discurso'. Os sentidos de 'discurso', 'enunciação' e 'situação de discurso' são relacionados, no texto de sua dissertação, com as propostas de outros autores como Émile Benveniste, John Austin e John Searle.

Pode-se notar que o sentido de 'discurso' não é o mesmo que estava sendo proposto pela *análise de discurso*, por exemplo. O que não significa que as propostas da *análise de discurso* não tenham produzido efeitos na dissertação de E. Guimarães com relação ao interesse na questão do discurso, da enunciação e da situação de discurso.

Sobre este ponto, é importante observar que na parte dedicada aos agradecimentos da dissertação de E. Guimarães é mencionado o nome de Eni Orlandi, a quem o autor agradece por indicações bibliográficas e por discussões feitas em torno de seu trabalho. Eni Orlandi lecionava a disciplina Sociolinguística na USP e já trabalhava com a *análise de discurso* naquele momento. Já havia, portanto, um espaço de discussão instaurado entre os estudos semânticos de E. Guimarães e os estudos de *análise de discurso* de E. Orlandi.

A meu ver, a instauração deste espaço de diálogo com a *análise de discurso* teve um papel importante no interesse da dissertação do autor por aquilo que não seria o 'propriamente lingüístico' dos estudos de O. Ducrot. Melhor dizendo, por considerar a situação de discurso, a enunciação e o discurso não apenas na relação determinada por aquilo que o componente lingüístico produz como *significações*, mas também por aquilo que o componente retórico produz como *sentido*. E ainda, por

focalizar a situação de discurso, a enunciação e o discurso em propostas de outros autores como E. Benveniste, J. Austin e J. Searle.

Tendo isso posto, é importante dar destaque a um diálogo muito importante estabelecido neste trabalho de E. Guimarães com estudos de E. Benveniste. O estudo de sua dissertação sobre os verbos *dever*, *precisar de*, *ter de (que)* e *poder*, seguidos de infinitivo, leva em conta o texto “Estrutura das Relações de Auxiliaridade” (1965). Os verbos estudados por E. Guimarães são relacionados com as modalidades do *necessário* e do *possível*, compreendidas por E. Benveniste como categorias lógicas.

Além deste estudo, outras obras de E. Benveniste são comentadas e discutidas: “A Natureza dos Pronomes” (1956), “Da Subjetividade na Linguagem” (1958), “Semiologia da Língua” (1969a), e “O Aparelho Formal da Enunciação” (1970).

Como se verá a seguir, os trabalhos de Émile Benveniste serão tomados como um marco inicial que possibilita a realização de recortes específicos no campo dos estudos da linguagem.

A propósito disso, é interessante observar que o nome *semântica lingüística* não está presente na dissertação do autor. Nela, comparecem outros nomes que designam o campo teórico no qual o autor situa seus estudos: *teoria da enunciação*, *teoria geral do discurso*, *lingüística*, *lingüística do discurso*, *semântica*, *semântica do discurso*, *pragmática lingüística* e *lógica da linguagem*. Nestes nomes estão expressas relações de sentido que não se conservam no ‘propriamente lingüístico’ pertencente ao componente lingüístico da descrição semântica utilizada.

Analisarei, a seguir, como alguns dos nomes de teoria presentes na dissertação de E. Guimarães recobrem e recortam, de modos diferentes, as produções de E. Benveniste, J. Austin, J. Searle e O. Ducrot. E em que lugares, nestes recobrimentos e recortes, seu estudo vai sendo situado.

Para observar com mais detalhes um pouco das relações de sentido entre estes diversos modos de designar o campo de estudos na dissertação de Eduardo Guimarães, começarei por trazer um recorte do Proêmio.

Escreve o autor:

[88] “Julgamos que [a] **só um estudo semântico da língua** pode buscar soluções satisfatórias para o problema da modalidade. E nos pareceu que [b] **o estudo semântico feito dentro de uma teoria da enunciação** permitiria importantes reflexões sobre a linguagem e poderia trazer alguma contribuição, por menor que fosse, para o melhor conhecimento do problema da modalidade e, conseqüentemente, da Língua Portuguesa. Foi com esta esperança que nos dedicamos a este trabalho, sem grandes pretensões, mas confiantes” (p. III).

O ‘só’ restringe a possibilidade de buscar soluções para o estudo do autor para [88[a]] ‘um estudo semântico da língua’. O escopo do ‘semântico’ é determinado no enunciado seguinte por [88[b]] ‘o estudo semântico feito dentro de uma teoria da enunciação’. Há ‘uma teoria da enunciação’ que determina o tipo de estudo semântico que irá se fazer. Portanto, não é ‘um estudo semântico da língua’ que poderia ser feito fora de uma teoria da enunciação, mas ‘o estudo semântico’ que é ‘feito dentro de uma teoria da enunciação’.

Vejamos, a seguir, um recorte da Introdução:

[89] “**A lingüística, hoje**, se vê a braços com a difícil tarefa de constituição **da semântica**. Esta disciplina enfrenta, também, o problema da definição de seu objeto. Não só na definição das relações entre os componentes de uma gramática, mas também na relação **da semântica** com outras disciplinas não lingüísticas. No primeiro caso, estariam as discussões sobre as relações entre semântica e sintaxe, e, no segundo, estaria, por exemplo, a discussão sobre **a consideração ou não da situação de discurso como elemento lingüístico**. Só isso basta para ver **a semântica** como uma aspiração. Muitos já disseram que o caminho a percorrer era longo, e ainda hoje isto pode ser dito. De outro lado, há ainda a dificuldade sempre presente da falta de uma metalinguagem capaz de atender às necessidades dos semanticistas. Enfim, todos os modelos de descrição esbarram com sérios problemas para os quais são incapazes de apresentar soluções satisfatórias. Assim, a escolha que aqui se fizer esbarrará, necessariamente, com estes problemas” (p. XI).

O 'hoje' situa a constituição da semântica pela lingüística no tempo presente. Ela é tomada como um campo em constituição pela lingüística. Esta semântica, que está sendo constituída, é dividida, pela lingüística, em duas semânticas: uma que procura definir seu objeto pelas 'relações entre os componentes de uma gramática', no interior da qual estariam as discussões entre semântica e sintaxe, e outra que procura uma relação 'com outras disciplinas não lingüísticas', no interior da qual estariam as discussões entre semântica e situação de discurso.

A situação de discurso é considerada para esta última semântica de modos diferentes. Isso faz com que ela seja re-dividida: uma semântica que não considera a situação como elemento lingüístico, e outra semântica que considera a situação como elemento lingüístico. Neste ponto, pode-se notar que estas duas semânticas – mesmo que de modos diferentes – consideram a situação de discurso. E isso as significa como uma só.

Através da consideração de uma semântica que discute, no interior da lingüística, sobre a consideração ou não da situação de discurso, abre-se espaço para incluir, no interior mesmo da lingüística, estas 'outras disciplinas não lingüísticas'.

Tomarei, a seguir, um recorte que é o parágrafo subsequente ao citado acima:

[90] **A partir** dos trabalhos de Benveniste (1975) e da filosofia analítica inglesa, fundamentada em Austin (1970), **vêm-se desenvolvendo** estudos sobre os atos de fala, ou atos de enunciação. Ou seja, **tem-se desenvolvido o estudo da enunciação**. Parece que este estudo poderá trazer consideráveis contribuições para **a lingüística geral**, o conhecimento da linguagem, para **a lingüística do discurso** (que também agora se constitui), assim como para uma descrição mais abrangente das línguas naturais" (p. XI e XII).

Em [90], o autor situa os trabalhos de E. Benveniste e de J. Austin como o ponto de partida para o desenvolvimento do estudo da enunciação. A expressão referencial definida 'o estudo da enunciação' recobre os trabalhos destes autores e o estudo que, 'a partir' destes trabalhos 'tem-se desenvolvido'.

Nessa narrativa, as formas verbais 'vêm-se desenvolvendo' e 'tem-se desenvolvido' estão articuladas a 'estudos' e 'o estudo' e não aos autores que desenvolvem estes estudos.

Desse modo, a expressão referencial definida 'o estudo da enunciação', determinada pelo artigo definido 'o', significa como uma unidade que recobre toda a produção sobre a enunciação, incluindo a de E. Benveniste, J. Austin e outros de autores não citados diretamente. Os trabalhos destes autores são significados como [88] 'o estudo semântico feito dentro de uma teoria da enunciação'.

Em [90], 'o estudo da enunciação' é considerado como capaz de trazer 'consideráveis contribuições' para a lingüística geral e para a lingüística do discurso. Assim, o estudo da enunciação é aí tomado como fora da lingüística e que pode, enquanto contribuição, situar-se dentro dela.

Em 'a lingüística geral' e 'a lingüística do discurso', também acompanhadas por um artigo definido, tem-se um efeito de unidade semelhante ao de 'o estudo da enunciação', sem a identificação de autores. No entanto, 'a lingüística geral', 'a lingüística do discurso' e 'o estudo da enunciação' produzem recortes diferentes. Com relação aos autores já citados, que são Émile Benveniste e John Austin e, também, a autores ainda não citados, como Oswald Ducrot e John Searle.

É interessante notar que 'lingüística geral' é o nome de uma disciplina. Este nome está presente no título de obras consagradas como *Curso de Lingüística Geral*, de Ferdinand de Saussure, e *Problemas de Lingüística Geral*, de Émile Benveniste. 'Lingüística Geral' pode recobrir nomes de outros autores, além de Saussure e Benveniste, no interior da Lingüística.

'Lingüística do discurso', que se configura no interior da 'lingüística geral', é um nome mais restrito e também recobre nomes de autores no interior da Lingüística. Assim, tanto 'lingüística geral'

como lingüística do discurso’ não incluiriam como autores os nomes de J. Austin e J. Searle.

Os três recortes seguintes são do capítulo I, nomeado de “Da Enunciação”, sendo o primeiro deles o primeiro parágrafo do capítulo:

[91] “Trabalhos como os de Benveniste, Austin, e Searle estão na base de uma nova maneira de ver a linguagem. A partir deles, coloca-se a possibilidade e necessidade [a] **do estudo da enunciação, ou seja**, [b] **o estudo da realização efetiva de enunciados, numa dada situação**. Este estudo procurará explicar o sentido de unidades lingüísticas a partir de uma referência à situação de discurso” (p. 1)

[92] “Assim, Benveniste **instala** a perspectiva de **uma lingüística do discurso, de um estudo da enunciação**” (p. 2).

[93] “Austin, em *Quand Dire, C’Est Faire* (1970), à procura da especificidade dos performativos, chega **a um esboço de uma teoria da enunciação**” (p. 3).

Em [91], vemos que o ‘ou seja’ articula as expressões referenciais definidas [91[a]] e [91[b]], significando [91[b]] enquanto definição de [91[a]]. Ou seja, nesse procedimento de articulação, [91[b]] ‘o estudo da realização efetiva de enunciados, numa dada situação de discurso’ reescreve [91[a]] ‘o estudo da enunciação’. Nesta reescrituração, produz-se uma determinação nos sentidos de ‘do estudo da enunciação’. Os autores que estão na base deste estudo, enquanto uma nova maneira de ver a linguagem são, além de E. Benveniste, J. Austin, já citados em [90], J. Searle. É a referência a esses autores que legitima o estudo do *sentido*.

Em [92], há uma re-significação de ‘a lingüística do discurso’ e ‘o estudo da enunciação’, que deixam de funcionar como uma unidade que engloba estudos de vários autores. Nessas reescrituras, com artigos indefinidos, ‘uma lingüística do discurso’ e ‘um estudo da enunciação’ referem-se aos estudos de E. Benveniste.

Neste enunciado, a expressão referencial indefinida ‘um estudo da enunciação’ reescreve ‘uma lingüística do discurso’. Assim, o sentido de ‘uma lingüística do discurso’ é determinado pelo

sentido de 'um estudo da enunciação'. Dessa maneira, pode-se dizer que esta lingüística só é uma lingüística do discurso porque ela é um estudo da enunciação. Por outro lado, este estudo da enunciação passa a ser determinado pela lingüística do discurso porque fica concernido no âmbito da lingüística e não fora dela. Assim, nessa divisão do campo da lingüística do discurso e do estudo da enunciação, o estudo da enunciação é colocado no interior da lingüística do discurso.

E aí está uma diferença interessante entre o recorte [90] e o [92]. Enquanto em [90] o estudo da enunciação poderia dar uma contribuição para a lingüística geral e para a lingüística do discurso, estando ou não dentro da lingüística, em [92] o estudo da enunciação está no interior da lingüística. E por este motivo apenas Benveniste é citado como aquele que 'instala a perspectiva de uma lingüística do discurso, de um estudo da enunciação'.

Também é interessante notar que, embora em [90] tanto Austin como Benveniste compareçam como os autores que deram início ao estudo da enunciação, em [93] Austin 'chega a um **esboço** de uma teoria da enunciação' e em [92] é Benveniste quem '**instala** a perspectiva de uma lingüística do discurso, de um estudo da enunciação'.

Essa divisão do estudo da enunciação situa, de um lado, os trabalhos de J. Austin e J. Searle como um estudo não-lingüístico da enunciação e, de outro, os trabalhos de E. Benveniste (e de outros lingüistas ainda não mencionados) como um estudo lingüístico da enunciação.

O campo da semântica em constituição pela lingüística, no qual estão as discussões sobre a consideração ou não da situação de discurso [89], é nomeado em [90] como 'lingüística do discurso', que segundo o autor 'também agora se constitui'. Assim, esta narrativa do autor procura situar seu trabalho no interior deste campo em constituição que, em [89], discute, no interior da lingüística, a relação entre semântica e situação de discurso.

A passagem de um artigo definido 'a' que precede 'lingüística do discurso' em [90] para um

artigo indefinido 'uma' que precede 'lingüística do discurso' em [92], mostra que a lingüística do discurso de E. Benveniste não é 'a' lingüística do discurso, mas 'uma' lingüística do discurso'. Ou seja, essa lingüística do discurso que se instaurou primeiramente já não é a única lingüística do discurso existente.

Ao mesmo tempo, a semântica que não considera a situação de discurso como elemento lingüístico é nomeada de lingüística do discurso. É a lingüística do discurso instalada por E. Benveniste. A semântica que considera a situação de discurso como elemento lingüístico também é nomeada de lingüística do discurso. A indicação dos autores que poderiam estar no interior desta lingüística do discurso não é feita nestas partes do texto diretamente. Esta indicação começa a ser feita quatro páginas adiante, a partir de uma apresentação das reflexões de O. Ducrot, presente no prefácio de *Speech Acts* de J. Searle (1969).

Assim, nessa narrativa, o autor procura situar seu trabalho no interior deste campo em constituição que, em [89], discute, no interior da lingüística, a relação entre semântica e situação de discurso.

A respeito desta divisão no campo da semântica, nomeada de lingüística do discurso, é importante notar que ela está relacionada com algumas questões colocadas por E. Benveniste em seus estudos. Para o autor, em seu "Semiologia da Língua" (Benveniste, 1969a), a língua é o interpretante da sociedade por ser o único sistema que é, ao mesmo tempo, semiótico e semântico. Segundo o autor, na língua, os signos pertencem ao semiótico e a frase pertence ao semântico. No plano semiótico, os signos são os fonemas, morfemas e as palavras. Eles são analisados pelo seu *reconhecimento* enquanto unidades da língua. No plano semântico, está a frase, que não é concebida como uma unidade da língua enquanto sistema de signos. Ela é do domínio da língua enquanto unidade do discurso. Para E. Benveniste, é através da frase que a língua é *compreendida*

em seu funcionamento, por meio de relações assertivas, imperativas e interrogativas, entre os locutores. E é através da frase, pertencente ao semântico, e compreendida enquanto unidade do discurso, que se pode fazer a referência à situação de discurso.

Tendo em vista as propostas de E. Benveniste neste texto, e em outros, E. Guimarães escreve:

[94] “[a] Seus estudos mostram uma série de fatos que se explicam satisfatoriamente no quadro de um estudo da enunciação. [b] **Mas** sempre fica a distância entre o semiótico e o semântico. O referencial, que só se explica considerando a instância do discurso não é visto como parte do semiótico” (Guimarães, 1976a: p. 2 e 3).

Pode-se notar, neste recorte, um *mas* no meio do caminho. Notemos que em [94[b]], através da articulação do *mas*, a distância entre o semiótico e o semântico, relacionada à desconsideração do referencial como parte do semiótico, apresenta-se como um problema para o autor. A expressão referencial indefinida ‘uma série de fatos’, em [94[a]], não compreenderia o referencial enquanto parte do semiótico.

E. Guimarães, partindo de questões colocadas no prefácio ao *Speech Acts* de J. Searle, intitulado de “De Saussure à la Philosophie du Langage” (Ducrot, 1972b), escreve:

[95] “Dentro desta perspectiva, parece possível invalidar as colocações de Benveniste: “en réalité le monde du signe est clos. Du signe à phrase il n’y a pas transition” (1969, p. 134). Admitindo na língua explicações de **significações** que levam em conta a situação de discurso (portanto, a enunciação), formula-se uma hipótese que estreita a distância entre o sistema e seu uso, ao mesmo tempo em que **se julga existir, no sistema, elementos que prevêm o funcionamento do discurso e constituem seu sentido, seu aspecto referencial**” (Guimarães, 1976a, p. 6)¹⁰⁶.

Desse modo, para E. Guimarães, o mundo do signo não pode ser visto como fechado e deve haver uma transição do signo à frase. O motivo disto é a consideração de ‘significações que levam

¹⁰⁶ Segue a tradução da citação a este texto de E. Benveniste feita por E. Guimarães: “na realidade o mundo do signo é fechado. Do signo à frase não há transição”.

em conta a situação de discurso'. Estas *significações* são produzidas pelo componente lingüístico. Ou seja, por aquilo que pertence ao 'propriamente lingüístico'. Desse modo, estes 'elementos' que, 'no sistema', 'prevêem o funcionamento do discurso e constituem seu sentido, seu aspecto referencial' são elementos que existem neste componente. É nesse sentido que a situação de discurso é vista enquanto elemento lingüístico.

E. Guimarães continua:

[96] [a] Este estudo poderá ser então o estudo de enunciados, mas considerando que **a relação enunciado/situação seja lingüística (já está na língua)**. [b] **E, pois**, que o estudo dos enunciados deve ser feito dentro de **uma teoria geral do discurso**, que considera **necessariamente a situação de discurso** [c] **(a dimensão da enunciação é fundamental)**.

Dentro deste novo quadro, revigorar-se-ia o apropriar-se da língua, colocado por Benveniste. Apropriar-se da língua seria apropriar-se de suas possibilidades e limites, dos atos possíveis de se realizarem, e, neste espaço pré-estabelecido, realizar o discurso. E o sentido do discurso seria função destas possibilidades e limites" (p. 6 e 7).

O enunciado entre parênteses, 'a dimensão da enunciação é fundamental' [96[c]], se acrescenta ao enunciado [96[b]], no qual 'a situação de discurso' é tomada como algo que necessariamente deve ser considerado dentro de 'uma teoria geral do discurso'. A expressão referencial definida 'a dimensão da enunciação', caracterizada como fundamental, reescreve 'a situação de discurso', caracterizada como necessária. Desse modo, nessa reescrituração, 'a situação de discurso' é concebida como 'a dimensão da enunciação'.

No interior desta 'teoria geral do discurso' [96[b]], a consideração de que 'a relação enunciado/situação seja lingüística (já está na língua)' [96[a]] é determinante para o estudo da *significação* no componente lingüístico. Ao mesmo tempo, esta consideração, no interior desta teoria do discurso que é 'geral', não exclui a consideração da 'situação de discurso' enquanto 'dimensão da enunciação' para o estudo do *sentido*, no âmbito do componente retórico.

O objetivo da dissertação do autor em estudar os *sentidos* possíveis de enunciados com modal acentua a tensão entre os sentidos de ‘situação de discurso’ e ‘dimensão da enunciação’ que incidem tanto no componente lingüístico, como no componente retórico.

Desse modo, pode-se notar que a consideração da situação de discurso como necessária e da dimensão da enunciação como fundamental se identifica com as propostas de E. Benveniste. E esta consideração, a partir da perspectiva de que a relação enunciado/situação seja lingüística (já está na língua), se identifica com as propostas de O. Ducrot.

A filiação ducrotiana marca uma diferença com os estudos de Émile Benveniste a partir da consideração da situação de discurso como elemento lingüístico para o estudo da *significação*. A filiação benvenistiana possibilita produzir uma diferença com os estudos de O. Ducrot a partir da consideração da dimensão da enunciação como fundamental para o estudo do *sentido*. Nesta relação de filiação com as propostas de Émile Benveniste e Oswald Ducrot, o estudo de E. Guimarães produz um deslocamento em relação às propostas teóricas de ambos.

A consideração da semântica como campo em constituição em [89] e [90] também pode ser encontrada no recorte a seguir, referente ao item “Atos de Enunciação” do capítulo “Da Enunciação”:

[97] “**Os estudos dos atos de linguagem (para usar a terminologia de Searle)** apresentam-se, sem dúvida, como um vasto campo a ser percorrido **pela semântica**. No entanto, ainda se está no começo. Ainda não se sabe se há certos atos ilocucionais que seriam gerais e englobariam outros como derivados. Não se sabe nem mesmo se isto é possível. É verdade que a possibilidade de se poder derivar vários atos ilocucionais de um conjunto restrito de atos ilocucionais é sem dúvida, uma instigadora hipótese para os interesses de **uma semântica do discurso**. Nessa medida, a classificação dos atos ilocucionais feita por Austin na sua 12ª. Conferência (*Austin, 1970, p. 151 e ss*) é, ao mesmo tempo, prematura enquanto realização, mas uma meta, enquanto hipótese de trabalho” (p. 22 e 23).

Neste campo em constituição, a semântica também é nomeada de ‘uma semântica do discurso’. Há, com isso, uma outra divisão no campo da semântica. Diferentemente de *lingüística do*

discurso, a designação de *semântica do discurso* pode abranger tanto uma semântica fora da lingüística, no caso de considerar por este nome os trabalhos de J. Austin e J. Searle, como também pode abranger uma semântica concernida no interior da lingüística, na qual o autor procura situar seu trabalho, como se pôde observar em [89] e [90]. Sendo este o lugar onde seu trabalho se coloca, o sentido de *semântica do discurso*, mesmo podendo significar fora da lingüística, passa a ser determinado pelo sentido de *lingüística do discurso*. Em outras palavras, a *semântica do discurso* na qual o autor se situa é aquela que é feita no interior da *lingüística do discurso*. É, precisamente, aquela [89] onde se pode discutir sobre 'a consideração ou não da situação de discurso como elemento lingüístico'. O que não significa que a *semântica do discurso* feita fora da lingüística seja desconsiderada para a constituição da *semântica do discurso* no interior da lingüística.

Nesta medida, o nome *semântica do discurso*, que é enunciado a partir de um comentário sobre 'os estudos dos atos de linguagem (para usar a terminologia de Searle)' funciona a partir desta perspectiva teórica das propostas de E. Benveniste e O. Ducrot, no interior da Lingüística.

Retomando os nomes *teoria da enunciação*, *teoria dos atos de discurso* e *semântica do discurso*, podemos notar que eles estão dentro e fora da lingüística. Mesmo que a lingüística produza neles uma divisão, determinando o espaço em que o autor situa seu trabalho, o que fica fora da lingüística não se apaga.

Observando as relações de diálogo teórico que vão sendo construídas na dissertação de E. Guimarães e definindo o campo da semântica em que seu trabalho se inscreve, é possível dizer que elas seguem, de uma certa maneira, o mesmo caminho traçado em estudos de O. Ducrot,

publicados até 1973¹⁰⁷. Ao mesmo tempo, há diferenças relevantes: o próprio objetivo da dissertação de E. Guimarães, que se focaliza no componente retórico para o estudo do *sentido*; a presença de diversos nomes de teoria que focalizam o não lingüístico; e a ausência do nome *semântica lingüística*.

Com relação à ausência do nome *semântica lingüística*, é interessante observar o modo como os estudos de O. Ducrot são apresentados.

No segundo capítulo de sua dissertação, intitulada de “O Modelo de Ducrot como Modelo Possível”, o autor escreve:

[98] “Procurar-se-á, agora, colocar **o modelo de descrição semântica**, concebido por Ducrot (1972, p. 106-141), que parece ser capaz de dar conta da descrição dos enunciados com modais a partir das hipóteses formuladas sobre eles, **dentro de uma teoria da enunciação**.

O que se procura é determinar como um ouvinte, numa dada situação de discurso, entende um enunciado que lhe é dito. Ou seja, como um ouvinte entende um ato de enunciação de um locutor dado numa dada situação de discurso.

Assumindo a posição de Ducrot, **considerar-se-á o pressuposto do enunciado como parte de sua significação**. (...). A hipótese de Ducrot se adequa melhor às hipóteses aqui feitas dentro de **uma teoria dos atos de enunciação**. Optando pela posição de Ducrot, procurar-se-á ver em que medida ela dá conta dos problemas aqui propostos, ou indica caminhos de solução” (p. 50).

Neste recorte, o autor precisa como será seu estudo no interior de uma teoria da enunciação. É com o modelo de descrição semântica que, conforme escreve, parece ser capaz de dar conta da descrição dos enunciados com modais a partir das hipóteses formuladas sobre eles. Tal modelo, que aparece especificado entre vírgulas, é aquele presente em *Princípios de Semântica Lingüística. Dizer e não Dizer* (Ducrot, 1972a).

¹⁰⁷ Notadamente, as obras: « Pressuposés et Sous-Entendus » (Ducrot, 1969), *Dire et ne Pas Dire* (Ducrot, 1972a), « De Saussure à la Philosophie du Langage ». Prefácio da tradução francesa de *Speech Acts* de J. Searle (Ducrot, 1972b) e *La Preuve et le Dire* (Ducrot, 1973a), com exceção do último artigo deste livro, « Les Échelles Argumentatives » (Ducrot, 1973b). A partir de uma análise das relações de diálogo teórico e das relações intertextuais presentes nas referências bibliográficas da dissertação de E. Guimarães, pude notar que as relações entre lógica e argumentação formuladas em “As Escalas Argumentativas” não fazem parte das questões colocadas em sua dissertação de mestrado.

É interessante notar que, ao precisar o tipo de estudo que será feito, não é enunciado um nome para designá-lo, como por exemplo, *semântica lingüística*. Ao invés disso, todas as vezes que há uma referência direta aos estudos de O. Ducrot, especificamente, ela é feita através de expressões referenciais definidas como, por exemplo 'o modelo de interpretação semântica de Ducrot', 'o modelo de Ducrot', bem como o próprio título do capítulo que é 'O Modelo de Ducrot como Modelo Possível'.

Enquanto o nome *semântica lingüística* não comparece na dissertação de E. Guimarães, um outro nome que comparece ao lado daqueles já analisados é *pragmática lingüística*. Este nome está presente nos dois últimos capítulos (quarto e quinto) e na conclusão de seu trabalho.

Os recortes que apresento a seguir são, respectivamente, da conclusão do quarto capítulo e da conclusão da dissertação do autor:

[99] "(...) a colocação deste estudo **dentro de uma teoria da enunciação, de uma pragmática lingüística**, permitiu algumas considerações importantes sobre as relações de significação entre os enunciados em estudo, como é o caso da relação de antonímia, por exemplo. Então, **este ponto de vista de uma pragmática lingüística** indicou soluções que **uma lógica, strictu sensu**, seria incapaz de fornecer. Isto parece confirmar a hipótese de que **a semântica deve buscar uma lógica da linguagem**. (p. 118)

[100] "Estas conclusões parecem corroborar a hipótese de que o estudo dos modais deve ser feito **dentro de uma teoria da enunciação, dentro de uma lógica da linguagem**, que só se faz quando se considera **uma pragmática lingüística**". (p. XXXV).

Nestes dois recortes há vários nomes relacionados: *teoria da enunciação, pragmática lingüística, lógica, semântica e lógica da linguagem*.

É interessante acrescentar que o recorte [99] corresponde a uma parte das considerações do estudo do autor sobre as *significações* e o recorte [100] corresponde a uma parte da conclusão de

seu estudo sobre as *significações* e os *sentidos*. A *pragmática lingüística* significa, dessa maneira, tanto o componente lingüístico quanto o componente retórico.

No recorte [99], através da vírgula que separa ‘uma pragmática lingüística’ e ‘uma teoria da enunciação’, produz-se, como efeito, uma relação de sinonímia entre estas expressões. Nesta relação de sinonímia ‘uma pragmática lingüística’ reescreve e determina os sentidos de ‘uma teoria da enunciação’. Ao lado desta *pragmática lingüística* estaria uma lógica da linguagem e, em oposição, uma lógica do tipo ‘strictu sensu’.

Em [100], através de uma vírgula, tem-se os sentidos de ‘uma teoria da enunciação’ determinados pela reescritura de ‘uma lógica da linguagem’. Nas relações entre estes nomes, a *pragmática lingüística* é a condição para que o estudo dos modais seja feito e é ela que determina os sentidos de *teoria da enunciação* e *lógica da linguagem*.

No modelo de descrição semântica de O. Ducrot (1969, 1972a), questões relativas à pragmática são consideradas na teoria lingüística, tanto no componente lingüístico, como no componente retórico. Mesmo que a palavra ‘pragmática’ não compareça enquanto nome de teoria nestes estudos (até 1973)¹⁰⁸. Tendo isso em conta, pode-se dizer que o nome *pragmática lingüística* funciona enquanto um nome que recobre a teoria de O. Ducrot e de E. Guimarães. Pode-se dizer, ainda, que a teoria ducrotiana é re-significada por este nome.

E quanto ao nome *lógica da linguagem*, vale notar que ele está presente nos textos sobre lógica e linguagem produzidos por O. Ducrot e colaboradores, desde 1966¹⁰⁹.

Neste item, me deterei apenas em apontar para algumas relações de sentido entre pragmática e lingüística, produzidas pela introdução do nome *pragmática lingüística* na dissertação de E.

¹⁰⁸ Como observei no capítulo anterior, o nome *pragmática integrada* comparece em estudos de O. Ducrot a partir de 1976, no artigo “L’Argumentation dans la Langue” (Anscombe & Ducrot, 1976). O nome *pragmática lingüística* comparecerá no texto “Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação” (Ducrot, 1984b).

¹⁰⁹ Alguns destes textos estão reunidos em *Provar e Dizer* (Ducrot, 1973a).

Guimarães (1976a). No terceiro item deste capítulo voltarei a me ocupar deste nome, tendo em conta outras relações de sentido.

Diferentemente dos outros nomes enunciados em sua dissertação, *pragmática lingüística* é uma pragmática. Na relação estabelecida entre 'uma pragmática lingüística' e 'a semântica', é a partir de 'uma pragmática lingüística' que a semântica deve buscar uma lógica da linguagem.

No entanto, a palavra 'lingüística' articulada à 'pragmática' em 'pragmática lingüística' funciona como determinante desta 'pragmática'. Acrescentando-se a isso que 'lingüística' determina os sentidos dos diversos nomes enunciados na dissertação do autor, também se pode observar que esta *pragmática lingüística*, por estar determinada por 'lingüística', é situada no interior do campo da lingüística e não fora dele.

Outro aspecto interessante é que, dos nomes enunciados nestes recortes, o único que está acompanhado de um artigo definido é *semântica*, sendo que todos os demais são acompanhados de artigos indefinidos. Na dissertação do autor, todas as vezes que os nomes 'pragmática lingüística' ou 'lógica da linguagem' estão presentes, eles comparecem com um artigo indefinido. A situação da *pragmática* é mais instável do que a *semântica*, que, mesmo sendo considerada como um domínio 'em constituição', já é uma disciplina existente no interior da lingüística.

Na relação estabelecida entre estes nomes que designam domínios de estudos, a lingüística está numa posição de determinante. Mas é importante notar que nenhuma determinação é fechada. Através da relação com todos estes nomes que se inscrevem no interior da lingüística, produz-se um movimento nos sentidos de seu campo. Neste movimento, alguns sentidos lhe escapam e outros sentidos a ocupam.

2.0. A SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO

A tese de doutorado de Eduardo Guimarães, *Modalidade e Argumentação Lingüística. Análise de Enunciados no Passado em Língua Portuguesa* (1979a), estuda aspectos semânticos de enunciados que apresentam uma das seguintes modalidades: *necessário, possível, certo, provável, obrigatório, permitido*. O autor busca observar o lugar das modalidades em relação às estruturas argumentativas. Ele apresenta as seguintes hipóteses: as modalidades são ilocucionais que apresentam uma orientação argumentativa; a organização em escalas é capaz de explicar adequadamente o sentido dos enunciados modalizados; e as modalidades no passado são ilocucionais que apresentam a mesma orientação argumentativa.

Como se pode notar, na tese de doutorado de E. Guimarães, a questão da argumentatividade já passa a ser objeto de reflexão importante. A palavra ‘argumentação’ comparece no título da tese e nas hipóteses formuladas pelo autor. No sentido de ‘argumentação’ estão envolvidas a ‘orientação argumentativa’ e as ‘estruturas argumentativas’.

Neste primeiro trabalho do autor em que a argumentação é estudada, o nome *semântica argumentativa* ainda não está presente. Nele, são enunciados outros nomes de teoria, dentre os quais, *semântica lingüística*.

Nas considerações iniciais do capítulo I de sua tese (Guimarães, 1979a), o autor escreve:

[101] “Interessa-nos (...) refletir sobre aspectos genéricos da definição do objeto **da semântica** em geral, e da **semântica lingüística** em particular. Um dos aspectos mais importantes a considerar é a grande fluidez nos limites do objeto **das diversas semânticas**” (p.1).

[102] “A fluidez nos limites do objeto a que nos referimos pode ser interna: como se estabelecem os limites entre as diversas disciplinas lingüísticas; ou externa: referente às diferenças entre **as diversas semânticas lingüísticas**, ou **semânticas lingüísticas** e **outras semânticas**. No caso da fluidez interna, estamos diante do problema geral da construção de uma teoria. Esse problema diz respeito aos limites ou relações entre **semântica e sintaxe** (lembrem-se, por exemplo, Chomsky (1969, 1974, 1975), Lakoff (1974), Katz e Postal (1973), Katz e Fodor (1977), Ducrot (1972) ou entre **pragmática, semântica e**

sintaxe (lembrem-se, por exemplo, Morris (1976), Harmann (1974), Searle (1972), Ducrot (1972, 1973, 1977), Anscombe e Ducrot (1976). De outro lado, enfrenta-se a fluidez entre **semânticas lingüísticas e não lingüísticas**, cuja discussão descartaremos.

O que se nota **na lingüística mais atual** é que, com Chomsky, deu-se poder explicativo **à sintaxe**; com os **semanticistas gerativos** e com a **semântica estrutural greimasiana, à semântica**; e com **os filósofos analíticos**, e uma semântica daí derivada, **à pragmática**. E estas diferenças de posição teórica é que levam – e levam necessariamente – à diferença de limites entre **as diversas disciplinas lingüísticas**” (p. 1 e 2).

A ‘semântica lingüística em particular’ em [101] é re-significada como *semânticas lingüísticas* em [102]. O nome *semântica lingüística* significa enquanto um campo genérico – assim como em “Pressupostos e Subentendidos” (Ducrot, 1969) – e, desse modo, pode ser reescrito no plural: *semânticas lingüísticas*. Ele pode englobar várias semânticas no interior da lingüística: a semântica dos ‘semanticistas gerativos’, a ‘semântica estrutural greimasiana’ e a ‘pragmática’. Sendo que esta ‘pragmática’ significa enquanto ‘uma semântica’ derivada da filosofia analítica. A *semântica lingüística*, em [101], enquanto um tipo de semântica derivada da filosofia analítica em [102], se reescreve pelo nome *pragmática*.

Podemos notar que a lingüística é o parâmetro das relações que dividem a semântica. A fluidez interna da semântica é interna em relação à lingüística. E nesta fluidez interna da semântica, regulada pela lingüística, vemos que entre as ‘diversas disciplinas lingüísticas’ está não somente a sintaxe e a semântica, mas também a pragmática.

A fluidez externa da semântica também é pensada em relação à lingüística. De um lado, no interior da lingüística, a fluidez externa da semântica seria a relação entre as diversas semânticas lingüísticas. De outro lado, essa fluidez externa da semântica seria a relação entre semânticas lingüísticas (dentro da lingüística) e não lingüísticas (fora da lingüística).

A discussão sobre a fluidez entre semânticas lingüísticas e não lingüísticas é descartada, não havendo exemplos de quais seriam os autores destas semânticas não lingüísticas. Por outro lado,

autores como Searle e Morris são mencionados por conta das discussões entre pragmática, semântica e sintaxe. Estes dois autores, que não são lingüistas, fazem parte de discussões trazidas por O. Ducrot a respeito da *pragmática*.

Na dissertação de E. Guimarães, a situação de discurso era algo que estava em discussão pela semântica, no interior da lingüística. Além disso, o nome *pragmática lingüística*, enunciado em sua dissertação, vinha sempre precedido de um artigo indefinido 'uma', significando-a como um domínio de estudos a ser considerado no interior da lingüística.

Na tese do autor, a filosofia analítica significa no interior da *semântica lingüística* pelo nome *pragmática*. E o mais interessante ainda é o que isso implica: a filosofia analítica passa a significar no interior da lingüística pelo nome *pragmática*. A *pragmática* passa a ser uma disciplina 'entre as diversas disciplinas lingüísticas' [102].

A inclusão da *pragmática* no interior da lingüística enquanto nome de teoria, é um acontecimento de linguagem que pode ser observado desde a tese de C. Vogt (1974c).

Este nome também comparece no artigo de O. Ducrot "Estruturalismo e Enunciação" (Ducrot, 1977b) e é observado por E. Guimarães em sua tese.

Ao comentar sobre este artigo, E. Guimarães escreve:

[103] "Dessa forma, damos caráter explicativo ao que se poderia chamar o pragmático. No entanto, não pensamos em distinguir pragmático e semântico. Aqui estamos de acordo com Ducrot, que já mostrou em várias de suas análises que é proveitoso considerar, tanto o que se chama pragmático, como o que se chama semântico, como semântico. **E chamaríamos a isso, (como faz Ducrot (1977)), uma semântica da enunciação**" (p. 5).

Comparando este recorte com os recortes [101] e [102] nota-se que o nome *semântica da enunciação* é mais específico do que *semântica lingüística*. *Semântica lingüística* significa como um campo genérico de estudos. E, ao mesmo tempo, através do determinante 'lingüística', *semântica*

lingüística significa em relação ao componente lingüístico da descrição semântica. Este é um ponto no qual o sentidos de *semântica lingüística* nos estudos de O. Ducrot e E. Guimarães coincidem.

A *semântica lingüística* em [101], que era um tipo de semântica derivada da filosofia analítica, nomeada de *pragmática* em [102], passa a ser nomeada de *semântica da enunciação* em [103].

É interessante notar que o nome *semântica da enunciação* não é formulado neste texto de O. Ducrot sobre estruturalismo e enunciação e não é um nome que este lingüista usa para designar o campo de seus estudos. Este nome também não está presente nos estudos de C. Vogt. Ele é formulado na tese de E. Guimarães.

A respeito dessa relação estabelecida com os estudos de O. Ducrot, é possível dizer que *semântica da enunciação* funciona como uma paráfrase que sintetiza formulações do artigo “Estruturalismo e Enunciação” (Ducrot, 1977b).

Tomo, aqui, dois exemplos:

[104] “De um lado, **a semântica lingüística** deve ser estrutural. E, de outro, o que fundamenta o estruturalismo em matéria de significação deve levar em conta **a enunciação**” (Ducrot, 1977b, p. 294)¹¹⁰

[105] “que **a semântica lingüística** seja um estudo estrutural **da enunciação**” (*op.cit.*, p. 317)¹¹¹.

Aqui é importante retomar as análises feitas sobre os nomes de teoria na dissertação de E. Guimarães (1976a). Nas indagações de sua dissertação sobre o discurso, a situação de discurso e a enunciação, o autor já trazia discussões com estudos de E. Benveniste, J. Austin e J. Searle, por exemplo. Neste sentido, pode-se dizer que o acontecimento de linguagem da nomeação *semântica*

¹¹⁰ Esta parte está bem semelhante com a do artigo « Structuralisme, Énonciation et Sémantique » (Ducrot, 1978a): « D'une part, la sémantique linguistique doit être structurale. Et, d'autre part, ce qui fonde le structuralisme en matière de signification, c'est la prise en considération de l'énonciation » (p. 109).

¹¹¹ Já esta parte está diferente no artigo « Structuralisme, Énonciation et Sémantique » (Ducrot, 1978a): « la possibilité d'une étude structurale de l'énonciation ».

da enunciação tem uma história que começa antes das propostas deste estudo de O. Ducrot (1977b). Esta questão é, a meu ver, fundamental para contar a história da nomeação de *semântica da enunciação*.

E isso se torna tão mais fundamental e “evidente” através de uma leitura de “Semiologia da Língua” de E. Benveniste (1969a), artigo que é comentado e discutido por E. Guimarães em sua dissertação de mestrado.

No final deste texto, Émile Benveniste propõe:

[106] “Em conclusão, é necessário ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único, do qual dependeriam ao mesmo tempo a estrutura e o funcionamento da língua. Esta ultrapassagem far-se-á por duas vias:

- na análise intralingüística, pela abertura de **uma nova dimensão de significância, a do discurso, que chamamos semântica**, doravante distinta da que está ligada ao signo, e que será semiótica;
- na análise translingüística dos textos, das obras, pela elaboração de uma metassemântica que se construirá sobre **a semântica da enunciação**.

Esta será uma semiologia de “segunda geração”, da qual os instrumentos e o método poderão também concorrer para o desenvolvimento dos outros ramos da semiologia geral” (p. 66)¹¹².

Vê-se, então, neste texto, publicado pela primeira vez em 1969, a expressão referencial definida ‘a semântica da enunciação’. É interessante notar que ‘semântica da enunciação’ não se configura como um nome de teoria.

Vejamos isso mais detalhadamente.

¹¹² « En conclusion, il faut dépasser la notion saussurienne du signe comme principe unique, dont dépendraient à la fois la structure et le fonctionnement de la langue. Ce dépassement se fera par deux voies:

- dans l’analyse intra-linguistique, par l’ouverture d’une nouvelle dimension de signifiante, celle du discours, que nous appelons sémantique, désormais distincte de celle qui est liée au signe, et qui sera sémiotique;
- dans l’analyse translinguistique des textes, des œuvres, par l’élaboration d’une métasémantique qui se construira sur la sémantique de l’énonciation.

Ce sera une sémiologie de « deuxième génération », dont les instruments et la méthode pourront aussi concourir au développement des autres branches de la sémiologie générale ».

A tradução deste recorte foi feita a partir da edição de 1978 de *Problèmes de Linguistique Générale II*. O artigo foi publicado, primeiramente, na revista *Semiotica* I, em 1969.

Na especificação de ‘uma nova dimensão de significância’, por ‘a do discurso’, há uma elisão de ‘dimensão de significância’ entre ‘a’ e ‘do’. Sem tal elisão, teríamos: uma nova dimensão de significância, a dimensão de significância do discurso. Esta dimensão de significância do discurso é nomeada pelo autor de ‘semântica’. E o nome ‘semântica’ é reescrito, em seguida, por ‘semântica da enunciação’. Em ‘semântica da enunciação’, o determinante ‘da enunciação’ é uma reescritura de ‘do discurso’. Desse modo, neste texto do autor, ‘enunciação’ e ‘discurso’ funcionam sob um efeito de sinonímia. Em outras palavras, isso é uma indicação de que a ‘semântica’, que foi reescrita por ‘semântica da enunciação’, também poderia ter sido reescrita por ‘semântica do discurso’. O determinante ‘da enunciação’ na reescritura de ‘semântica’ para ‘semântica da enunciação’ funciona de modo a reforçar o sentido de ‘semântica’ enquanto dimensão de significância do discurso.

A distância entre os sentidos de ‘semântica da enunciação’ enquanto uma simples expressão e enquanto uma expressão que significa como um nome de teoria é tênue. É possível dizer que ‘semântica da enunciação’, no texto de E. Benveniste, funciona projetivamente enquanto nome.

Na tese de E. Guimarães a projeção de ‘semântica da enunciação’ para um nome de teoria se deu através de uma relação interdiscursiva, em que o esquecimento é estruturante. Através deste esquecimento, ‘semântica da enunciação’ foi re-significada como um nome e passou a recobrir sentidos diferentes. Nesta relação interdiscursiva apagaram-se alguns sentidos de ‘semântica da enunciação’ e produziram-se sentidos outros para *semântica da enunciação*.

É importante ressaltar que do ponto de vista da *semântica histórica da enunciação* a interdiscursividade mobiliza inescapavelmente a intertextualidade¹¹³ (Guimarães, 1995: p. 68). A relação intertextual entre a dissertação de mestrado de E. Guimarães (1976) com estudos de E. Benveniste (incluindo aí o artigo “Semiologia da Língua”) possibilitou esse retorno de ‘semântica da

¹¹³ Sendo que a concepção do que seja texto não se restringe apenas a textos escritos.

enunciação’, estruturado na tese de E. Guimarães como um nome de teoria, através do interdiscurso.

Um ponto em comum entre as *semânticas da enunciação* de Émile Benveniste, Oswald Ducrot, Carlos Vogt e Eduardo Guimarães é, por exemplo, a própria consideração da questão da enunciação na lingüística.

Ao mesmo tempo, há uma distância que separa a *semântica da enunciação* de E. Benveniste das *semânticas da enunciação* de O. Ducrot, C. Vogt e E. Guimarães. Distância que se construiu por um diálogo com a *teoria dos atos de fala*.

A propósito das diferenças entre estas *semânticas da enunciação* é fundamental destacar que uma das críticas que E. Guimarães faz a E. Benveniste é justamente a respeito da distinção entre o semiótico e o semântico. E é nesta distinção que E. Benveniste propõe o semântico na dimensão de significância do discurso. Como já observei anteriormente, em sua dissertação, E. Guimarães considera que [96[c]] (Cf. p. 144) ‘a dimensão da enunciação é fundamental’. Apesar disso, a dimensão da enunciação na dissertação de E. Guimarães (1976a) já não significa pela distinção semiótico/semântico de E. Benveniste. Pois, para o autor, a enunciação está no nível da frase que não está separado do nível dos signos.

Com relação aos nomes *semântica do discurso* [97] e *semântica da enunciação* [103], pode-se observar que *semântica do discurso* também se constituiu na relação com [106] ‘uma nova dimensão de significância, a do discurso’, que E. Benveniste nomeou de ‘semântica’.

O nome *semântica do discurso* não teve a circulação que *semântica da enunciação* teve – e continua tendo atualmente. Isso talvez se deva a uma polissemia de sentidos instaurada pela relação da *semântica da enunciação* em seu diálogo com a *análise de discurso* no Brasil.

A este respeito vale lembrar que o nome *semântica discursiva* já foi utilizado, num certo período de tempo, para designar o campo da *análise de discurso*. Em “A Sociolinguística, a Teoria da Enunciação e a Análise do Discurso” (Orlandi, 1979), Eni Orlandi escreve:

[107] “**a semântica discursiva** é a análise científica dos processos característicos de uma formação discursiva, que deve dar conta do laço que liga os processos às condições em que é produzido o discurso” (p. 46).

Da perspectiva da *análise de discurso* e da *semântica histórica da enunciação* (mesmo quando ela era nomeada de *semântica da enunciação*) os sentidos funcionam polissemicamente. A polissemia é constitutiva dos sentidos de qualquer palavra. Na relação entre a ‘semântica da enunciação’ de E. Benveniste e o nome *semântica da enunciação* de E. Guimarães, não há uma simples coincidência na forma lingüística. Há, sim, uma polissemia produzida por uma memória discursiva, pelo interdiscurso. E na polissemia, escreve Eni Orlandi, “o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco” (1999b: p. 36).

Este nome, *semântica da enunciação*, estará presente em textos de outros autores, assim como o nome *semântica argumentativa*. E, também, do mesmo modo que o nome *semântica argumentativa* e diferentemente de *semântica lingüística*, o nome *semântica da enunciação* não recobre uma *semântica gerativa* ou uma *semântica estrutural greimasiana* e significa no plano do não propriamente lingüístico em relação aos primeiros estudos de *semântica lingüística* de O. Ducrot¹¹⁴.

¹¹⁴ Em relação a estes primeiros estudos de O. Ducrot já que o ‘propriamente lingüístico’ do autor será expandido posteriormente em « L’Argumentation dans la Langue » (Anscombe & Ducrot, 1976). Aquilo que era pertencente ao componente retórico passará a pertencer ao componente lingüístico em sua *pragmática integrada*.

3.0. A SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA NA SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO

No final do primeiro item deste capítulo observei que questões relativas à pragmática eram consideradas no modelo de descrição semântica de O. Ducrot (1969, 1972a), tanto no componente lingüístico, como no componente retórico. Mesmo que a palavra 'pragmática' não comparecesse enquanto nome de teoria nestes estudos (até 1973). Isso me levou a dizer que o nome *pragmática lingüística*, presente na dissertação de E. Guimarães (1976a), funciona enquanto designação da teoria ducrotiana, re-significando-a.

A respeito destas considerações, é importante acrescentar que o nome *pragmática lingüística* já circulava em outros textos. Ele está presente no "A Pragmática das Modalidades" de Herman Parret (1976)¹¹⁵. Este artigo passou a ser citado em diversos estudos de E. Guimarães, posteriores a sua dissertação de mestrado.

As *pragmáticas lingüísticas* das produções de H. Parret (1976) e E. Guimarães (1976a) trazem diálogos e debates teóricos em torno do nome *pragmática lingüística* que não são os mesmos. Para o trabalho de E. Guimarães, a teoria ducrotiana situada no interior da lingüística tem um peso fundamental. No trabalho de H. Parret não há um diálogo com os estudos de O. Ducrot. De outro lado, há pontos em comum bastante interessantes entre o estudo de E. Guimarães (1976a) e o estudo de H. Parret (1976): a modalidade como objeto de estudo e uma oposição com a lógica. No artigo de H. Parret, sua *pragmática lingüística* se opõe a uma '*pragmática lógica*'.

A respeito desta *pragmática lógica*, ele escreve:

[108] "(...) mas esta dita pragmática não é, ao final de contas, nada além do que uma semântica indexicalizada" (p. 48)¹¹⁶.

¹¹⁵ O título original em francês é « La Pragmatique des Modalités ». Este artigo foi publicado no número 43 da revista *Langages*, em 1976, sendo traduzido para o português em *Enunciação e Pragmática* (Parret, 1988).

¹¹⁶ « (...) mais cette soi-disant pragmatique n'est, en fin de compte, qu'une sémantique *indexicalisée* »

E na dissertação de E. Guimarães também há uma oposição entre a *pragmática lingüística* e a lógica, mais especificamente como uma lógica designada como ‘strictu sensu’ (Cf. recorte [99], p.148).

Outro ponto importante a destacar sobre o texto “A Pragmática das Modalidades” é que há, nele, um espaço bastante significativo no qual é discutido o texto “Lógica e Conversação”, de H. P. Grice (1975)¹¹⁷ que formula as máximas conversacionais.

É importante destacar este ponto porque a teoria griceana terá um espaço expressivo num certo período dos estudos de E. Guimarães, desenvolvidos após a sua dissertação.

Nos estudos de O. Ducrot, os trabalhos de H. P. Grice não chegaram a ser discutidos e foram pouco mencionados. O primeiro estudo de O. Ducrot no qual o nome de H. P. Grice é lembrado com relação ao seu “Lógica e Conversação” (Grice, 1975) é o texto “Estruturalismo e Enunciação” (Ducrot, 1977b). Nele, há uma menção breve às leis conversacionais propostas por H. P. Grice neste artigo. Esta menção se faz no corpo do texto de O. Ducrot a partir de uma correlação com as leis de discurso. Antes deste estudo de O. Ducrot há, em *Princípios de Semântica Lingüística. Dizer e Não Dizer* (Ducrot, 1972a), uma nota de rodapé que faz referência ao artigo “Meaning” (Grice, 1957), um estudo anterior ao da formulação das máximas conversacionais.

Na dissertação de E. Guimarães (1976a), as leis de discurso de O. Ducrot já estavam sendo discutidas, enquanto que as máximas conversacionais de H. P. Grice ainda não.

Em textos que E. Guimarães produziu após a sua dissertação de mestrado, há várias discussões sobre as máximas conversacionais propostas por H. P. Grice¹¹⁸. Elas foram integradas

¹¹⁷ O título original em inglês é “Logic and Conversation”. Este texto é parte de das conferências que H. P. Grice ministrou em 1967-68 em honra a William James (William James Lectures). Ele foi traduzido para o português no volume IV de *Fundamentos Metodológicos da Lingüística: Pragmática – Problemas, Críticas, Perspectivas da Lingüística – Bibliografia*, organizado por Marcelo Dascal (1982).

aos estudos de sua tese de doutorado (Guimarães, 1979a), com algumas reformulações e desenvolvimentos¹¹⁹.

Em sua tese, numa discussão sobre o esquema de descrição semântica proposto por O. Ducrot (1972a), E. Guimarães escreve:

[109] Ducrot trata a significação, nível do que chamou **C.L.**, como um objeto construído que deve explicar os sentidos dos enunciados nas diversas situações. Assim, **só esse nível seria objeto da semântica lingüística**. O sentido, então, é tratado como fato, que se pretende explicar. Aceitamos que o nível do C.L., que denominamos C.E. [componente estrutural], é objeto construído. Aceitamos, também, que o sentido é o fato que se deve explicar. **No entanto não vemos como não incluir, como parte do objeto, as leis conversacionais e sua ação, tanto no C.E. como no C.R.** Assim, não só os elementos do C.E. são vistos como objeto da semântica, mas os do C.E, C.R. e L.C. (Leis conversacionais). Todos estes elementos são estabelecidos para explicar o objeto real que é o sentido. Desta forma, mantemos a afirmação ducrotiana de que só o sentido é elemento da comunicação. Nem os elementos do C.E., de C.R. (derivações) e de L.C. são elementos de comunicação. São elementos criados pelo semanticista e que se justificam por sua força explicativa". (p. 8 e 9).

Na tese do autor, produz-se um deslocamento na proposta de O. Ducrot pela consideração do componente retórico e das Leis Conversacionais como objeto da *semântica lingüística*. É interessante notar que, em sua dissertação, a partir do foco do estudo no *sentido*, o componente retórico já era objeto de sua semântica. Uma semântica que era nomeada de *pragmática lingüística*.

Na proposta do modelo de E. Guimarães, o nome do primeiro componente da descrição não é componente lingüístico, é componente estrutural.

A respeito deste nome, o autor justifica:

¹¹⁸ "O Intencional e o Conversacional na Constituição do Sentido" (Guimarães, 1978) e "A Litotes: Uma Abordagem Conversacional" (Guimarães, 1980), que foi apresentada num seminário do GEL em 1978.

¹¹⁹ Após a tese do autor, há um outro texto que traz discussões sobre a teoria griceana. "Leis Conversacionais" (1979b). E há, também, o artigo "Sobre Alguns Caminhos da Pragmática" (1983b) que comenta sobre esta teoria ao lado de outros tipos de *pragmática*.

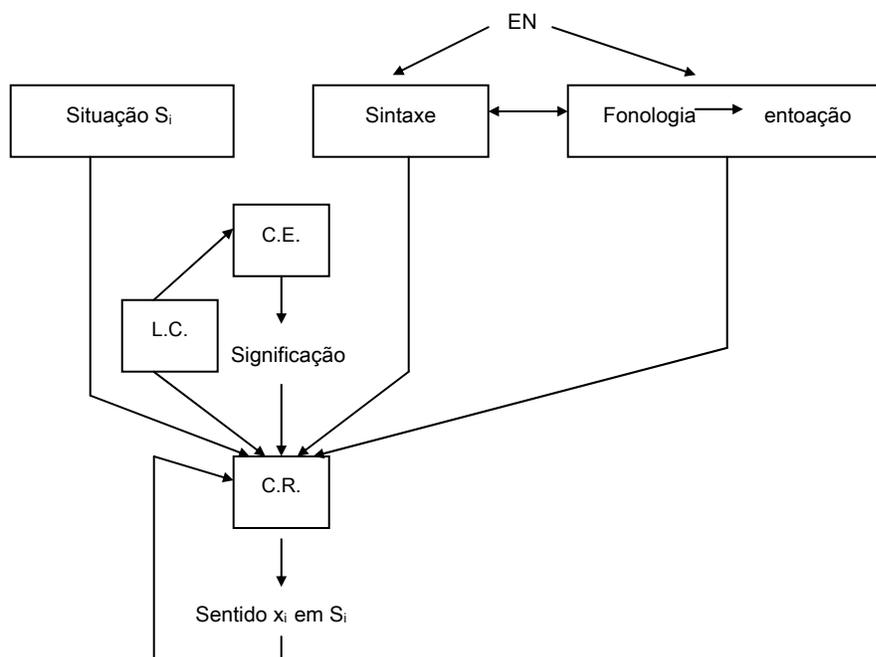
[110] “Preferimos não usar o termo ducrotiano, pois não aceitamos limitar o objeto da semântica lingüística ao que Ducrot chamou significação. (...). De outro lado, as considerações sobre o sentido não podem limitar-se ao estabelecimento desta estrutura, mas, mais que isso, devem incluir todas as considerações que envolvam a derivação dos sentidos, ou seja, inclua, no objeto da semântica, o caráter polissêmico da linguagem”. (p. 10).

Com relação a isso, é interessante lembrar, como notado no capítulo IV (Cf. p. 98), que em “A Palavra Envolvente” (Vogt, 1974b), texto que C. Vogt produziu antes de sua tese, havia a proposta de um componente estrutural no intervalo entre o componente lingüístico e o componente lexical. Este estudo de C. Vogt é citado na tese de E. Guimarães, ao lado do livro *O Intervalo Semântico* (Vogt, 1977a).

Outro ponto interessante a ser notado é a consideração de E. Guimarães de que o sentido deve incluir o caráter polissêmico da linguagem. Algo com que E. Orlandi vinha trabalhando desde seu “Protagonistas do/no Discurso” (1978).

E. Guimarães, a partir de uma discussão teórica com as propostas de vários autores, propõe o seguinte modelo:

[111]



(p. 17)

E. Guimarães observa que as leis conversacionais agem como estruturadoras no C.E. e não entram em confronto com as situações particulares de discurso. No C.R., as leis conversacionais agem em confronto com a situação e levando em conta a estrutura do C.E.

Uma diferença relevante a destacar entre o modelo de E. Guimarães e os modelos de O. Ducrot e C. Vogt é a ação das leis conversacionais no componente estrutural e no componente retórico. Uma diferença específica entre o modelo de E. Guimarães e o de C. Vogt (1974c) é que não há um componente argumentativo no modelo de E. Guimarães. E, na descrição que o autor faz de seu modelo, neste capítulo, a questão da argumentação não é comentada.

Embora a questão da argumentatividade não se apresente como um componente no modelo proposto por E. Guimarães e não seja comentada em sua descrição sobre o funcionamento do modelo, ela terá um espaço no interior deste modelo e será comentada no capítulo seguinte, intitulado “Da Manifestação das Modalidades”.

Antes de me deter no segundo capítulo da tese de E. Guimarães, há um outro ponto importante a ser observado. Na descrição que o autor faz do funcionamento deste modelo, há uma passagem interessante a respeito do posto e do pressuposto.

Escreve o autor:

[112] “As leis conversacionais podem operar no C.E. depois da distinção pressuposto (pp.) e posto (pt.). E agir, outra vez, e de forma diferente, no C.R., e esta ação continuaria sendo posterior à distinção pressuposto e posto. E mesmo que, no C.E., ajam antes de operada a distinção pp. e pt., pode dizer-se que a ação das leis em confronto com a situação é posterior à distinção pp./pt. operada no C.E.” (p. 18).

O autor coloca a possibilidade de que as leis conversacionais operem antes da distinção entre posto e pressuposto. Desse modo, não há uma definição categórica para o lugar de atuação do pressuposto e do posto no interior do modelo de E. Guimarães.

Quanto ao lugar da argumentação, a questão terá um outro tratamento. Ela não será situada no pressuposto. No item 3.2. de sua tese, “Argumentação e Pressuposto”, parte do capítulo 3. “Argumentação e Modalidade”, há um debate com o artigo “L’Argumentation dans la Langue” (Anscombe & Ducrot, 1976) sobre essa questão.

E. Guimarães escreve:

[113] “Ducrot e Anscombe consideram a argumentação como um tipo de pressuposto. Sustentam esta afirmação (Anscombe, 1975 p. 21 e ss. e Anscombe e Ducrot, 1976, p. 26) usando os já clássicos testes da interrogação e negação acrescidos do teste do encadeamento do discurso. Segundo eles, o conteúdo argumentativo se comporta como o pressuposto nestas circunstâncias. Não nos parece isto, no entanto” (p. 47)

[114] “De nosso ponto de vista o pressuposto permanece válido para o discurso todo, mas, não é afetado pelos nexos do encadeamento (Guimarães, 1976a). Quanto ao conteúdo argumentativo podemos notar que ele permanece, mas é afetado por tais nexos. (...).

Então, pela aplicação cuidadosa dos testes de interrogação, negação e encadeamento do discurso, pode-se, com segurança, concluir que **a argumentação não é conteúdo pressuposto, pois tem um comportamento diverso do que apresenta o pressuposto**”. (p. 50)

Na tese do autor, não é especificado o lugar em que a argumentação estaria, não estando no pressuposto. Isso será feito no seu artigo “Argumentação e Pressuposição” (Guimarães, 1981)¹²⁰:

[115] “Em relação ao problema da argumentação na organização do texto, podemos dizer, inicialmente, que parece confirmada a hipótese de que **a argumentação é do nível do posto**” (p. 344).

É interessante apontar algumas diferenças com relação ao lugar da argumentação nas teorias de O. Ducrot, C. Vogt e E. Guimarães. Em “As Escalas Argumentativas” (Ducrot, 1973b), o lugar da argumentação oscila entre posto, pressuposto e, por vezes, acaba por ser situado, também no subentendido (Cf. recortes [22], [23], [24] p. 85 e 86). Em “L’Argumentation dans la langue” (Anscombe & Ducrot, 1976), a argumentação, enquanto ‘elemento argumentativo’, é vista como um

¹²⁰ Este estudo foi apresentado no V Encontro Nacional de Linguística, na PUC do Rio de Janeiro, em novembro de 1980. Foi publicado nos *Anais do V Encontro Nacional de Linguística. Vol II*. Outubro, 1981. Rio de Janeiro, PUC-RJ.

pressuposto (Cf. recortes [26] e [27], p. 87). Na tese de C. Vogt (1974c), a argumentação está no intervalo entre o posto e o pressuposto (Cf. recorte [44], p. 96), e na tese de E. Guimarães (1979a), como vimos, a argumentação está no posto.

Com relação a isso, vale notar que uma noção fundamental de argumentação que estará sempre presente nos estudos de *semântica argumentativa* de E. Guimarães será a de orientação argumentativa.

Tendo apresentado estas considerações, volto ao capítulo 2. Da Manifestação das Modalidades, mais precisamente, o item 2.2. “Uma Hipótese Possível”.

Vejam, então, a hipótese apresentada pelo autor neste item:

[116] “Gostaríamos agora de formular uma hipótese mais particularizadora e que fosse capaz de tratar os problemas até aqui levantados. Vimos como as modalidades se organizam numa estrutura que obedece às coerções da lei da quantidade. Talvez seja o caso de considerar que esta organização é o que Ducrot (1973) chamou escalas argumentativas. (...).

De modo geral, a interpretação da variação de sentido poderia ser vista como organizada pelas escalas, que dariam um parâmetro para as interpretações, nas diversas situações, segundo as leis conversacionais. Lembre-se que as escalas seriam, segundo esta hipótese, uma estrutura que se organiza sofrendo coerções da lei da quantidade”. (p. 41 e 42).

Na conclusão do capítulo “Semântica dos Enunciados Modalizados” da tese de Eduardo Guimarães (1979a), temos:

[117] “Concluindo este capítulo, pode-se dizer que a estrutura argumentativa de enunciados modalizados integra-se numa estrutura mais ampla, que chamaríamos semântica (entendendo que uma estrutura semântica inclui o que se tem chamado de pragmático). Ou seja, a estrutura semântica organiza-se a partir de relações definidas por leis conversacionais. Os diversos engajamentos, segundo os quais se cumpre a lei da sinceridade, categorizam enunciados que se subcategorizam, obedecendo à lei da quantidade. E esta mesma lei produz uma segunda subcategorização que é argumentativa” (p. 153)

Vemos que, em [117], o argumentativo é situado no interior do semântico, o qual inclui o pragmático. Nesse dois recortes, pode-se notar que a capacidade explicativa da estrutura semântica

é remetida à ação das leis conversacionais no componente estrutural e no componente retórico. E a capacidade explicativa das modalidades é remetida à ação de uma lei conversacional específica no componente estrutural e no componente retórico.

Vê-se, então, que a *semântica argumentativa* é introduzida na *semântica da enunciação* de E. Guimarães na relação com as Leis Conversacionais de H. P. Grice.

Nos estudos do autor publicados após a sua tese, as leis conversacionais vão deixando de ser utilizadas para explicar o sentido. Já a argumentação terá um espaço importante e constante em sua *semântica da enunciação*.

Quanto a isso, pode-se dizer que *semântica argumentativa* que entrou na tese do autor por conta de uma necessidade explicativa das variações de sentido das modalidades não estava de passagem. Pois, para além desta necessidade explicativa específica havia uma outra, já significando, uma necessidade construída historicamente. Uma necessidade histórica marcada por uma memória de sentidos que se construiu em torno dos estudos argumentativos.

O primeiro texto de Eduardo Guimarães no qual o nome *semântica argumentativa* é enunciado é o artigo “Tópico e Argumentação na Constituição do Texto” (Guimarães, 1983a). Este estudo foi apresentado em novembro de 1981, no *VI Encontro Nacional de Lingüística* na PUC-RJ. É interessante notar que é neste ano de 1981 que E. Guimarães passa a ser professor do Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL).

Citarei uma das (seis) vezes em que tal nome aparece no referido artigo:

[118] “Chamamos aqui de orientação argumentativa, o que **a semântica argumentativa** (Ducrot, Anscombe, Vogt, Geraldi e Guimarães, por exemplo) chama argumentação” (p. 69).

Pode-se notar que o campo da *semântica argumentativa* é recoberto pelos nomes dos autores citados entre os parênteses, ficando em aberto pelo 'por exemplo'. E o próprio autor se coloca no interior deste campo através da citação de seu nome.

A questão da 'argumentação', tomada como comum a estes autores citados, incluindo o próprio autor, é especificada pela noção de 'orientação argumentativa'. Noção que já era considerada em sua tese de doutorado.

O nome *semântica argumentativa* e a noção de orientação argumentativa também podem ser vistos no artigo "Não Só... Mas Também: Polifonia e Argumentação" (Guimarães, 1985). A partir deste texto não vemos mais o nome *pragmática* sendo enunciado para designar o campo teórico dos estudos do autor. Neste artigo, o autor estuda a polifonia e a argumentação na relação com o texto, tendo em conta o conceito de recorte formulado por E. Orlandi em seu "Segmentar ou Recortar?" (1984).

Para estudar o *não só... mas também*, E. Guimarães lembra a distinção feita entre o *e* e o *não só... mas também* por C. Vogt em *O Intervalo Semântico* (1977a) e sua função na articulação de argumentos. E. Guimarães (1985) procura mostrar, entre outras coisas, que não apenas argumentos são articulados, mas também conclusões.

No final deste texto, ele escreve:

[119] "(...) o que uma enunciação como não só X mas (também) Y significa é aquilo que os usos de não, só, mas e também constituíram como história destes usos. Ou seja, **a significação de uma expressão lingüística** não é o que resulta da combinação dos elementos de uma estrutura, mas **é o que resulta da relação discursiva dos usos desta estrutura, ou destas estruturas, pelos falantes**". (p. 101).

[120] "As conclusões a que chegamos nos mostram como foi possível encontrar uma hipótese sobre a significação de enunciações como não só... mas também, (não somente... mas (também), não só... como, não só... mas) que fosse aplicável às duas situações de uso: quando articula argumentos e quando articula conclusões. Esta hipótese não considera que a significação destas construções inclui uma orientação argumentativa, no

sentido estrito em que este conceito é usado **na semântica argumentativa**. Isto não poderia ser um problema para esta teoria semântica? É fácil ver que não, pois estas construções foram pensadas na relação com outras que apresentam tal orientação na sua significação. E é isto que permite dizer que não só... mas também ora articula argumentos ora articula conclusões. Acrescente-se a isso que é fundamental para a determinação do sentido destas enunciações saber se tal morfema articula argumentos ou conclusões, pois esta diferença é que leva à determinação da força argumentativa da própria **polifonia** de enunciações do tipo não só X mas também Y". (p. 101).

Olhando, no momento, apenas aquilo que está grifado, pode-se notar que a *semântica argumentativa* passa a ser relacionada com o conceito de polifonia. E o que explica a significação de uma expressão lingüística – que é o operador *não só... mas também*, no caso – é a relação discursiva dos usos desta estrutura. Ao mesmo tempo, é interessante notar que a questão da orientação argumentativa não é tomada como necessária, o que, para o autor, não é um problema para a *semântica argumentativa*.

Um dos primeiros estudos de E. Guimarães no qual os nomes *semântica da enunciação* e *semântica argumentativa* comparecem juntos é "Unidade e Dispersão: uma questão do texto e do sujeito" (Guimarães & Orlandi, 1988). Este texto foi apresentado pelos autores em 1985, num seminário de Psicologia da PUC-São Paulo.

Apresentarei, a seguir, alguns recortes da parte nomeada de "Alguns Tipos de Polifonia".

No primeiro parágrafo da sub-parte, "*Uma análise de texto*", vemos:

[121] "Para esta análise utilizaremos as descrições, portanto, as instruções produzidas **pela semântica da enunciação** para a explicação do sentido de diversas estruturas lingüísticas como *P, mas (no entanto) Q* (Asncombre & Ducrot 1977; Vogt & Ducrot, 1980); *P, pois Q* (Vogt, 1980a); a negação (Vogt & Ducrot, 1980; Ducrot, 1984); e as formas de indeterminação que vimos estudando mais recentemente (Guimarães, 1985)" (p. 63).

Vê-se que a *semântica da enunciação* continua explicando o sentido de estruturas lingüísticas que são argumentativas, como sua tese já propunha. Ela continua significando a *semântica*

argumentativa no seu interior. É uma diferença que já foi observada em “Não Só... Mas Também: Polifonia e Argumentação” (Guimarães, 1985), texto no qual o nome que comparecia era *semântica argumentativa*: as estruturas em questão não são as escalas argumentativas e sim os operadores argumentativos. Já no presente texto, ao lado da explicação de estruturas argumentativas, este domínio da *semântica da enunciação* também explica formas de indeterminação.

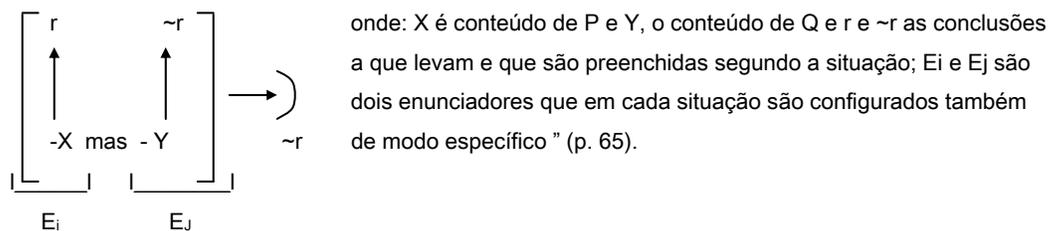
É importante trazer aqui o que são estas formas de indeterminação. São formas de indeterminação do sujeito da enunciação que se dá com *eu*, *nós*, *você* ou *a gente*, por exemplo.

A este respeito, escreve o autor:

[122] “(...) tem-se polifonia se o recorte produzido representa mais de um locutor para o enunciado. E é preciso levar em conta o próprio modo de representação do locutor x, que: pode marcar-se como “eu” no texto; ocultar-se na impessoalidade; e mais que representar-se como responsável pela enunciação, representar-se como locutor – enquanto – pessoa, como origem do discurso, ao qual o discurso se refere” (p. 63 e 63).

No interior desta sub-parte, o nome *semântica argumentativa* comparece:

[123] “As análises **da semântica argumentativa** têm mostrado que a construção do sentido da seqüência P, mas Q deve ser explicada por uma instrução que representamos como segue



Os nomes *semântica da enunciação* e *semântica argumentativa* comparecem, neste texto, alternadamente, produzindo um efeito de sinonímia. Mas este efeito de sinonímia é, como o próprio nome diz, um efeito.

O nome *semântica argumentativa* em [123] reescreve o nome *semântica da enunciação* em [121] Nessa reescrituração, os sentidos da *semântica da enunciação* são determinados pelos sentidos da *semântica argumentativa*. Ao mesmo tempo, a *semântica argumentativa* significa enquanto uma parte da *semântica da enunciação*. A parte que trata das estruturas argumentativas. Nesta parte, a polifonia passa a ser explicativa destas estruturas argumentativas. E a polifonia também explica algo que não é argumentativo: as formas de indeterminação.

No conjunto dos estudos produzidos por E. Guimarães, a *semântica argumentativa* estará sempre configurada no interior da *semântica da enunciação*, mesmo que, em seus estudos das décadas de 1970 e 1980, isso não seja dito diretamente, através de um enunciado do tipo: *o domínio da semântica argumentativa se inscreve no interior da semântica da enunciação*. Um enunciado que traz, em seu sentido, uma relação de integração entre *semântica da enunciação* e *semântica argumentativa* pode ser conferida em *Os Limites do Sentido. Um Estudo Histórico e Enunciativo da Linguagem* (Guimarães, 1995).

No oitavo capítulo deste livro, “Argumentação e Sentido”, mais especificamente no item “As Escalas Argumentativas”, o autor escreve:

[124] “Na linha dos trabalhos **de uma semântica da enunciação**, encontramos **o que no Brasil temos chamado de semântica argumentativa**. (...)”

Com o objetivo de configurar o específico deste tipo de semântica, passemos pela formulação que Ducrot dá das relações argumentativas no seu “As Escalas Argumentativas” (1973). A partir desta formulação daremos em seguida, a configuração mais atual **da semântica argumentativa** na forma que Ducrot lhe vem dando nos últimos anos” (p. 49 e 50).

E numa nota de rodapé relacionada com estes parágrafos:

[125] “Decisiva na constituição **da semântica argumentativa** é o estudo sobre a comparação de C. Vogt (1977). Tão mais importante quando se leva em conta que a escalaridade envolve relações de natureza comparativa, mesmo que não se trate da construção comparativa” (p. 50).

Em [124] a *semântica argumentativa* é designada como uma linha da *semântica da enunciação*. Ou seja, ela é situada no interior da *semântica da enunciação*.

O fragmento ‘o que no Brasil temos chamado de semântica argumentativa’ remete ao conjunto de estudos que trabalham na linha nomeada pelo autor de *semântica da enunciação*.

A *semântica argumentativa*, no interior desta linha, recobre o estudo de C. Vogt, que é tomado como ‘decisivo’ na sua constituição, bem como outro estudo decisivo, “As Escalas Argumentativas” (Ducrot, 1973b), que é anterior ao próprio nome que lhe confere este lugar.

4.0. O OUTRO, A HISTÓRIA E A IDEOLOGIA NA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA

Nos estudos de E. Guimarães, o diálogo estabelecido com a *análise de discurso* e com outras *semânticas argumentativas*, bem como com a introdução de reflexões sobre estudos de M. Bakhtin terão um impacto bastante significativo.

A necessidade de considerar a história e a ideologia no interior da *semântica da enunciação* através de uma abordagem discursiva, coincide com a abertura de um diálogo com as reflexões de M. Bakhtin. Isso se dá por volta de 1985.

Antes disso, porém, a questão da dialogia e a metáfora do *outro* já compareciam como aspectos desenvolvidos no interior da *semântica da enunciação* de O. Ducrot e C. Vogt. Isso pode ser observado no texto “Sobre Alguns Caminhos da Pragmática” (Guimarães, 1983b).

E. Guimarães, ao apresentar diversos aspectos da *semântica da enunciação*, escreve:

[126] “Há ainda outros aspectos interessantes desenvolvidos por esta perspectiva teórica. Uma delas é **a noção de argumentação** e, **ao mesmo tempo**, a hipótese de que **a linguagem é fundamentalmente dialógica**, que, de um certo modo, já está contida na concepção de ação ilocucional de Ducrot e Vogt” (p. 23).

[127] “Este quinto tipo, a Semântica da Enunciação, é um desenvolvimento dos dois tipos referidos em *A* e *B*. Aqui os usuários são, também, vistos como interlocutores e a linguagem é vista como um modo de ação. Mas, **mais do que isso, a significação é considerada como fundamentalmente dialógica**. Ou seja, **o *outro*** (destinatário) está sempre presente no sentido do que alguém diz” (p. 27).

Em [126], ‘a noção de argumentação’ e ‘a hipótese de que a linguagem é fundamentalmente dialógica’ são tomados como dois aspectos relevantes desenvolvidos pela *semântica da enunciação*. Estes dois aspectos são relacionados ‘ao mesmo tempo’.

Em [127], mais importante do que ver a linguagem como um modo de ação é considerar a significação como fundamentalmente dialógica. O enunciado ‘a significação é considerada como fundamentalmente dialógica’ é uma reescritura de ‘a linguagem é fundamentalmente dialógica’. Desse modo, o que leva a linguagem ser fundamentalmente dialógica é a consideração de que a significação é assim concebida.

É importante observar que essa introdução da questão da dialogia [126] e [127], do *outro*, se dá através de referências aos nomes de O. Ducrot e C. Vogt, não havendo citação à obra de M. Bakhtin. Os estudos de O. Ducrot e C. Vogt citados na bibliografia são “Por uma Pragmática das Representações” (Vogt, 1980a), no qual é proposta a noção de *representação teatral*, e “Analyse de Textes et Linguistique de l’Énonciation” (Ducrot, 1980) no qual é usada a noção de *polifonia*.

O primeiro texto de E. Guimarães que trabalha com a noção de polifonia é “Não só... Mas Também: Polifonia e Argumentação” (Guimarães, 1985). ‘Polifonia’ comparece no próprio título, ao lado de ‘argumentação’, bem como no corpo do texto. Cabe lembrar que, neste estudo, o autor traz o conceito de recorte proposto pela *análise de discurso* nos estudos de E. Orlandi (1984) para a realização de suas análises.

Cabe trazer, para a realização de minhas análises, um recorte do final deste texto de E. Guimarães (1985) que é parte do recorte trazido como [119] e que aqui será [128] por ter sido ampliado.

Escreve o autor:

[128] “(...). O que isto nos revela é que **a significação tem um caráter histórico**. No caso presente, diríamos: o que uma enunciação como não só X mas (também) Y significa é aquilo que os usos de não, só, mas e também constituíram como **história destes usos**. Ou seja, a significação de uma expressão lingüística não é o que resulta da combinação dos elementos de uma estrutura, mas é o que resulta da relação discursiva dos usos desta estrutura, ou destas estruturas, pelos falantes. Desta forma, parece podermos dizer, como diriam muitos, que **todo estudo semântico é necessariamente histórico (não estou dizendo diacrônico)**. Uma interessante consequência desta perspectiva é que ela desconsidera dicotomias como **língua/fala, sincronia/diacronia, etc.**, que têm perpassado quase todo estudo lingüístico pós-saussuriano, impedindo assim a apreensão de aspectos importantes da linguagem.”. (p. 101).

Como parte das análises sobre a significação de *não só... mas também* e suas características argumentativas específicas, é introduzida uma reflexão que leva em conta a história. A história é concebida enquanto história dos usos. O sentido de discurso, neste texto já não é mais o de discurso com começo, meio e fim, como era concebido na dissertação de mestrado do autor.

O acréscimo, entre parênteses, de ‘não estou dizendo diacrônico’ parece estar relacionado com uma necessidade de distanciamento da abordagem histórica de Émile Benveniste, lingüista com quem E. Guimarães estabeleceu, em sua dissertação de mestrado, uma filiação teórica decisiva. Este acréscimo entre os parênteses funciona como uma negação da filiação benvenistiana quanto à abordagem histórica diacrônica de seu *Vocabulário das Instituições Indo-Européias* (1969b).

Esta negação da história enquanto diacrônica no texto de E. Guimarães se estende à desconsideração de outras dicotomias lingüísticas. Aqui vale lembrar que a discussão sobre as distinções sincronia/diacronia e língua/fala já estava presente na tese de C. Vogt, que propõe o

intervalo semântico (Cf. os recortes [40], p. 94 e [49], p. 99). Vale lembrar também a proposta de C. Vogt, de ‘uma revisão da diacronia nos estudos lingüísticos’ (Cf. recorte [78], p. 124).

Em *Texto e Argumentação* (Guimarães, 1987), na parte intitulada de “As regularidades lingüísticas; texto e recorte”, o autor escreve:

[129] “ (...) seguindo uma formulação mais recente de Ducrot (1984), definiremos a enunciação como **o evento histórico** do aparecimento do enunciado” (p. 12)

Nesta definição de enunciação, a história é a história no tempo.

Indo ao capítulo II desta mesma obra, “Enunciação, Polifonia, Argumentação”, pode-se observar que ao lado desta história no tempo já estão significando outras compreensões de história.

Refletindo sobre a propriedade histórico-social do conceito de polifonia de M. Bakhtin, o autor escreve:

[130] “Talvez um esforço que valesse a pena ser feito, é manter esta caracterização básica da semântica da enunciação, sem, no entanto, assumir o ponto de vista de que a enunciação não pode ser tratada como um fato **histórico-social**. Este será um dos nossos esforços ao considerar a polifonia na análise da organização textual. E o nosso conceito de **história** não será o da sucessão cronológica, mas a do **passado ou mesmo futuro que se apresenta no presente de uma enunciação**. Nesta concepção a categoria de tempo não é explicativa, ela pode ser do nível do fato, mas não da teoria. Nisto nos apartamos, por exemplo, da posição de Benveniste na sua abordagem **histórica** do léxico Indo-Europeu (Benveniste, 1969, 12)” (p. 24).

Assim como no recorte [128], neste também há uma necessidade de negar conceitos existentes. A história não é diacronia e nem cronologia. E, neste texto, a oposição com a abordagem de E. Benveniste é direta. Ao lado destas negações há uma definição: o conceito de história é ‘o passado ou mesmo futuro que se apresenta no presente de uma enunciação’.

Vê-se que o diálogo com os estudos de M. Bakhtin não fica apenas na questão da alteridade, como nos estudos de O. Ducrot. E. Guimarães, refletindo sobre a propriedade histórico-social do

conceito de polifonia de M. Bakhtin, traz um questionamento sobre a concepção temporal da história.

Neste trabalho de E. Guimarães, a história tempo e a outra história são situadas em espaços de atuação diferentes:

[131] “o conceito de **orientação argumentativa** e **polifonia** (*conceitos descritivos*) nos servirão para a descrição e explicação dos fatos a serem abordados, mas o objeto que construímos é de outra natureza, bem como a própria concepção do caráter explicativo da teoria. O nosso objeto inclui como materialidade lingüística as regularidades enunciativas constituídas **historicamente**” (itálicos do autor – p. 29).

No plano da descrição e explicação dos fatos está funcionando o conceito de história no tempo. E no plano do objeto construído encontramos funcionando esta outra história que ‘inclui como materialidade lingüística as regularidades enunciativas constituídas historicamente’.

O processo de construção do conceito desta outra história vai sendo traçado através de diálogos teóricos com estudos de M. Bakhtin, M. Foucault e M. Pêcheux, entre outros, num desenvolvimento feito em conjunto com estudos de E. Orlandi. Este percurso desembocará numa definição do conceito de enunciação no seu “Enunciação e História” (Guimarães, 1989b).

Tomando este texto, vejamos os seguintes recortes:

[132] “O aparecimento destes enunciados é um acontecimento que tem características de certas **condições sociais e históricas**. (...) (...) Este acontecimento não é, portanto, só temporal. **O histórico** dele tem que levar em conta sua relação com **as formações discursivas** (Foucault, 1969)” (p. 78)

Tendo isso em conta, o autor traz a sua definição de enunciação:

[133] “E nós a definimos, então, como o acontecimento **sócio-histórico** da produção do enunciado” (p. 78).

Com a introdução do conceito de formação discursiva, introduz-se, também, a ideologia.

No artigo “Unidade e Dispersão: uma questão do texto e do sujeito” (Guimarães & Orlandi, 1988)¹²¹, a ideologia é algumas das questões centrais trazidas na discussão teórica de E. Guimarães e E. Orlandi, através do conceito de formação discursiva. Nessa discussão, como já foi mencionado, há um diálogo aberto com estudos de M. Bakhtin, M. Foucault e M. Pêcheux, dentre outros.

Na parte intitulada “*Dispersão, unidade e textualidade*”, temos:

[134] “Tratar da construção dessa unidade (discurso) e dessa identidade (autor) é atingir o modo pelo qual o texto é atravessado por várias **formações discursivas**.

Neste estudo, procuraremos fazer isso, salientando, nesse modo de organização, **a relação entre formação discursiva e polifonia**. As marcas que tomaremos para observar essa relação são **as conjunções**, a negação e as formas de indeterminação gramatical” (p. 57)

Pode-se notar que a relação entre as formações discursivas e a polifonia são observadas através de ‘marcas’. Entre estas ‘marcas’ estão as conjunções da *semântica argumentativa*.

Em *Os Limites do Sentido* (Guimarães, 1995), o autor não trabalhará mais com o conceito de polifonia. No item “Interdiscurso e Argumentação” do Capítulo X, “Textualidade e Argumentação”, pode-se observar uma relação entre história, ideologia e argumentação através dos conceitos de interdiscurso e formação discursiva:

[135] “Relativamente ao **interdiscurso** pode-se definir **formação discursiva**. “As formações discursivas são diferentes regiões que recortam o interdiscurso e que refletem **as diferenças ideológicas**, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes” (idem, 20)” “(p. 66)

Tendo em conta esta definição de interdiscurso o autor trata da argumentação:

[136] “A argumentação exige, pois, para ser interpretada, a presença do **interdiscurso** como memória no acontecimento. O que significa dizer **que a argumentação está determinada pelo interdiscurso**. A posição do sujeito, a posição de onde se fala é o “argumento” decisivo” (p. 82)

¹²¹ Este artigo foi apresentado pelos autores num seminário de Psicologia da PUC-São Paulo, em 1985.

Este conceito de história, intrinsecamente ligado à questão da ideologia, leva a uma concepção específica da argumentação na teoria do autor: 'a argumentação está determinada pelo interdiscurso'.

Pode-se dizer, com isso, que esta *semântica argumentativa* de E. Guimarães é uma *semântica argumentativa* na qual a história e a ideologia são determinantes.

Nos estudos de E. Guimarães e de C. Vogt, e diferentemente dos estudos de O. Ducrot, a história e a ideologia se colocam como uma questão a ser tratada na teoria. Embora o tratamento da história e da ideologia não seja o mesmo nas produções dos dois lingüistas brasileiros.

Através das análises realizadas pode-se observar que nos estudos de E. Guimarães não interessa apenas a questão da argumentação. Ela é um dos elementos estudados em sua semântica. Mas este lugar da *semântica argumentativa* nos estudos do autor é fundamental. De um lado, a *semântica argumentativa* está, nos estudos de E. Guimarães, entre o conjunto de disciplinas que abre diversas possibilidades de reflexão para a sua *semântica da enunciação*. Ao lado da *semântica argumentativa*, a *análise de discurso* também é fundamental na constituição da *semântica da enunciação* do autor. Diversos estudos de E. Guimarães se fizeram a partir de uma possibilidade de dizer produzida pela constituição de uma teoria argumentativa e de estudos realizados a partir dela. Ao mesmo tempo, a *semântica da enunciação* configura uma *semântica argumentativa* no seu interior.

A *semântica argumentativa* de E. Guimarães não é a mesma ao longo de seus estudos. Os sentidos de *semântica da enunciação* e *semântica argumentativa*, bem como de outros nomes presentes nos textos do autor, não estão nas palavras. Estão na história. As palavras que compõem estes nomes se re-significam na história dos caminhos teóricos do autor. Nesta história, estas palavras re-significam, deste modo, os sentidos dos próprios nomes.

CAPÍTULO VI

CONDIÇÕES HISTÓRICO-INSTITUCIONAIS DA CONSTITUIÇÃO DA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA

1.0. INTRODUÇÃO

A partir das análises realizadas nos capítulos precedentes foi possível indicar alguns movimentos nos sentidos da *semântica argumentativa* de Oswald Ducrot, Carlos Vogt e Eduardo Guimarães.

Para compreender como foi possível a constituição destes movimentos de sentido é preciso ir além das análises sobre as relações de sentido entre o nome *semântica argumentativa* ao lado de outros, e mesmo das análises sobre as relações de diálogos e debates teóricos estabelecidos que redimensionaram de modos específicos suas teorias. É preciso considerar as condições históricas gerais e as condições históricas e institucionais específicas em que seus estudos foram produzidos.

São, então, destas condições que tratarei a seguir¹²².

2.0. CONSTITUIÇÃO DA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA NO INTERVALO

No final da década de 60, quando o estruturalismo estava no seu auge, discussões sobre pragmática, enunciação e discurso já se faziam presentes em investigações de estudiosos da linguagem em instituições de vários países. Pesquisas sobre a questão da exterioridade lingüística como uma exterioridade constitutiva estavam sendo desenvolvidas por vários pesquisadores

¹²² É importante salientar, lembrando as observações feitas na apresentação de minha dissertação, que as análises sobre os textos dos autores se realizaram juntamente com as análises sobre as condições históricas e institucionais em que os textos destes autores foram produzidos. Apenas em função de objetivos descritivos é que meu trabalho está sendo apresentado por partes.

franceses em diversas instituições. Havia, portanto condições históricas gerais para a realização destas pesquisas no interior da lingüística.

A este respeito, pode-se dizer que o trabalho de O. Ducrot só pôde incluir um componente retórico no interior de sua descrição semântica em “Pressupostos e Subentendidos” (1969) porque houve condições históricas para isso, na França, no espaço institucional em que estava vinculado. O. Ducrot se interessou por estudos de filosofia analítica e, ao mesmo tempo, estava realizando pesquisas em conjunto com estudiosos de lógica e matemática, a partir das quais propunha uma lógica da linguagem.

A inclusão do componente retórico no interior da *semântica lingüística* ducrotiana no espaço científico francês teve uma importância fundamental para a formulação de questões e para a realização de leituras que tiveram, como foco, o não lingüístico, no espaço científico brasileiro.

O professor O. Ducrot veio ao Brasil durante a década de 1970 para participar da constituição da pós-graduação em Lingüística na Unicamp, quando já havia proposto, nos princípios (início) de sua *semântica lingüística*, um modelo de descrição semântica que considerava o componente retórico.

A lingüística, nos primeiros anos de funcionamento da Unicamp, constituiu-se no interior de um Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e não de uma Faculdade de Letras. Além de ser definida como uma lingüística matemática nos planos de criação do IFCH, ela era concebida, também, como “o lugar de eleição para o trabalho interdisciplinar nas Ciências do Homem¹²³”. Essa qualidade interdisciplinar conferiu uma dimensão maior à própria lingüística enquanto espaço da matematização, ultrapassando-o e possibilitando a entrada de outras formas de se trabalhar com a linguagem no IFCH.

¹²³ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. *Organização*. 1967-69, 1971, 1975. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, SG/AH-III cx, 5, mç. 01.

No Departamento de Lingüística do IFCH desta universidade, naquele momento de formação e constituição, havia uma necessidade de se definir campos. Havia, de um lado, os campos da fonologia e sintaxe que estavam mais estabilizados e legitimados no interior da lingüística.

O campo da semântica, de outro lado, concentrava diversas linhas de investigação teórica em nomes de disciplinas de semântica bastante genéricos. Nos primeiros catálogos dos cursos de graduação havia as disciplinas Semântica I, II, III e IV e nos catálogos de pós-graduação havia as disciplinas Tópicos de Semântica e Tendências da Semântica Contemporânea¹²⁴.

Estas formas de designar podiam recobrir campos teóricos como *semântica formal* (da filosofia analítica), *semântica estrutural* (greimasiana), *semântica gerativa*, *semântica interpretativa* e *semântica lingüística* (ducrotiana), dentre outros. Cabe notar que a *semântica formal*, *semântica estrutural* e *semântica lingüística* não se restringem, necessariamente, apenas ao indicado entre parênteses.

Excetuando-se a *semântica lingüística* (ducrotiana)¹²⁵, para as outras semânticas a língua é autônoma. E excetuando-se também, além da *semântica lingüística*, a *semântica estrutural* (greimasiana), não há nenhum espaço para o sujeito nessas outras semânticas. O litígio com a sintaxe e com a semântica, enquanto domínios que excluem questões pragmáticas e o sujeito, é estimulado pela convivência de diferentes posições neste mesmo espaço institucional. Ao mesmo tempo, há a possibilidade deste litígio se fazer e se sustentar a partir de um outro lugar.

Neste departamento, conviviam posições que levavam em conta questões sobre pragmática, enunciação e discurso. A *semântica lingüística*, mesmo que timidamente, considerava estas

¹²⁴ Catálogos de Graduação da Unicamp, 1973-76 e Catálogos de Pós-Graduação da Unicamp, 1974-76.

¹²⁵ É importante lembrar que a semântica ducrotiana não enfatizava tanto questões designadas como pragmáticas, sendo sua discussão teórica mais voltada para a relação entre sintaxe-semântica.

questões. E, além da *semântica lingüística* ducrotiana havia outras linhas de investigação nas quais estas questões eram consideradas.

Quanto a isso, vale lembrar que o segundo grupo de lingüística do IFCH que foi enviado à França para especializar-se em lingüística geral retorna ao Brasil com dois lingüistas interessados pela questão do discurso e que desenvolveram suas teses de mestrado e doutorado a partir de indagações sobre o discurso: Haqira Osakabe e Rodolfo Ilari. Em 1971, Rodolfo Ilari defende a dissertação *Une Introduction Sémantique a la Théorie du Discours* e Haqira Osakabe defende a dissertação *Recherches en Analyse du Discours*. No ano seguinte, 1972, a *análise de discurso* já estava constituída como uma disciplina do curso de graduação em lingüística na Unicamp.

Houve, assim, uma convergência de linhas de estudos lingüísticos convivendo num mesmo espaço institucional, no interior do curso de lingüística da Unicamp. As condições de produção destes estudos neste espaço institucional produziram diferenças significativas com relação ao modo de conceber as relações entre semântica e pragmática, possibilitando uma discussão que saísse do eixo sintaxe-semântica e situasse o debate teórico no eixo semântica-pragmática.

Neste mesmo departamento, havia, então, espaço para a realização de estudos de *sintaxe* e *semântica* que não consideravam a *pragmática*, bem como de estudos de *semântica* e de *análise do discurso* que o consideravam.

De um lado, aquilo que se nomeava como *semântica* podia, então, significar nestes dois espaços. De outro lado, aquilo que se nomeava como *pragmática* ainda não havia se tornado disciplina. Uma semântica pragmática, ou mais precisamente, uma *semântica argumentativa* já é um modo de designar que significa, de algum modo, nos dois espaços. Ela se constitui, assim, num espaço possível de intervalo, entre tais espaços.

Nessa configuração, a criação de um intervalo semântico na tese de C. Vogt (1974c), antes mesmo de ser uma opção teórica, é resultado de uma necessidade produzida historicamente no Brasil. De um certo modo, é isso que nos diz o autor deste intervalo quando comenta em sua tese que “a escolha da comparação e de alguns operadores de argumentação, como objeto específico do trabalho foi sendo determinada pelo falso acaso da opção teórica e por um sentimento de aventura em relação à linguagem” (Vogt, 1974c: p. 16).

Aqui vale lembrar algo que já observei no capítulo de meu trabalho “A Semântica Argumentativa no Intervalo”, sobre o objeto de estudo da dissertação de mestrado de C. Vogt (1971), que é o debate entre a *semântica gerativa* e a *semântica interpretativa*, uma controvérsia “palpitante nas discussões dos meios lingüísticos da época”, segundo C. Vogt (1998: p. 11).

A eficácia de *semântica argumentativa* está em que ela não só funciona num espaço de dizer já existente, na filiação com a teoria ducrotiana, como foi mostrado no capítulo IV, como também estabelece uma relação de oposição com vários destes outros tipos de semântica.

Nos estudos de Carlos Vogt, a relação da lingüística com a filosofia, as ciências sociais e antropologia produziu efeitos importantes. No caso da *semântica argumentativa*, isso produziu diferenças relevantes com os estudos de O. Ducrot. A possibilidade de considerar, a partir do materialismo histórico, a história e a ideologia, no intervalo semântico, está relacionada, desse modo, com a constituição da Lingüística enquanto um departamento do IFCH.

3.0. DISCIPLINARIZAÇÃO E PROJEÇÃO DA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA

Atualmente, o nome *semântica argumentativa* está presente, enquanto nome de um domínio de estudos, em textos de diversos autores além de Carlos Vogt, Eduardo Guimarães e Oswald Ducrot. E este nome também está presente, enquanto nome de uma disciplina, em outras instituições do Brasil e do exterior, além da Unicamp.

No Brasil, há várias instituições onde a *semântica argumentativa* é o nome de uma disciplina. Cito, por exemplo, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, a Universidade Estadual de Londrina, a Universidade do Sul de Santa Catarina, e a Universidade Federal de Santa Catarina. O curso de Letras desta última Universidade, por exemplo, tem, em seu currículo, as disciplinas optativas Semântica Argumentativa I e Semântica Argumentativa II.

Vale aqui trazer o que dizem estas ementas¹²⁶:

[137] “SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA I. Definições de argumentação. Entinemas. Operadores Argumentativos. Pressupostos e Subentendidos. Polifonia”.

[138] “SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA II. Argumentação e informação. O conceito de topos. Gradualidade. Formas tópicas. Modificadores Argumentativos”.

Os tópicos destas ementas permitem visualizar diferentes momentos das formulações teóricas ducrotianas. É interessante que ‘Pressupostos e Subentendidos’, por exemplo, é o nome exato de um texto de O. Ducrot, publicado em 1969¹²⁷. Ou seja, é um trabalho anterior ao seu estudo sobre a argumentação, mas que também se reconhece como parte da *semântica argumentativa*.

Semântica argumentativa está presente, enquanto designação de um domínio de estudos, em textos produzidos por autores de vários países como Argentina, Espanha, França, Estados Unidos, Noruega e Hungria, entre outros.

Como produção na Argentina, há, por exemplo, um texto de Maria Marta Garcia Negroni (Negroni, 1999), professora da Universidade de Buenos Aires (UBA), cujo título é “Las Expresiones de Alto Grado. Su Lugar **en una Semántica Argumentativa**”. Este artigo foi publicado no volume I da *Revista Brasileira de Letras*. Vinculado à Espanha, está o artigo “Esbozo de una Teoría

¹²⁶ Estas ementas foram consultadas na página desta Universidade na internet, no seguinte endereço eletrônico: (www.llv.cce.ufsc.br/ementas1.htm).

¹²⁷ « Prèssupposés et sous-entendus ». *Langue française - la sémantique*. Paris: n. 4, 1969.

Dinámica de la Lengua en el Marco **de una Semántica Argumentativa**", de Marta Tordesillas e Patricia Martínez (Martínez & Tordesillas 1998), professoras da Universidade Autónoma de Madrid. Este texto foi publicado na Argentina por uma revista especializada da UBA, *Signo & Seña*.

Há um artigo publicado em 1988, em Trondheim na Noruega, com título de "**Argumentative Semantics** and Interpretation of Referential Relations", por Lita Lundquist¹²⁸. Outro estudo que vale citar é "Polyphony and **Argumentative Semantics**", publicado no MIT, em Cambridge nos Estados Unidos, por Jean-Michel Grandchamp (1995), doutorando pelo LIMSI-CNRS¹²⁹, em Orsay, na França.

Semântica argumentativa também está presente em instituições de outros países enquanto disciplina.

Lembro aqui, que na Universidade Autónoma de Madrid, no segundo período de 1999, foi ministrada por M. Tordesillas uma disciplina chamada "Trabajo de Investigación **en el area de Semántica Argumentativa**"¹³⁰.

Lembro também, que na Universidade de Pécs (Pécsi Tudományegyetem) na Hungria, há uma disciplina com o nome de Sémantique Argumentative. A ementa desta disciplina, que correspondente ao biênio 2003-2004¹³¹, é a seguinte:

¹²⁸ Professora titular do Departamento de Estudos Franceses, Italianos e Russos da Universidade de Altos Estudos Comerciais de Copenhague (Handelshøjskolen) na Dinamarca, desde 1992. Obtivemos esta informação na internet, pelo seguinte endereço eletrônico: (http://www.cbs.dk/departments/fir/l_fr.html).

¹²⁹ Esta informação foi obtida na internet, pelos seguintes endereços eletrônicos: (<http://www.limsi.fr/Bibliotheque/PublicationsWEB/PubChm95.html>) e (<http://www.limsi.fr/ANNUAIRE/>).

¹³⁰ Esta informação foi obtida na internet, pelo seguinte endereço eletrônico: (<http://www.uam.es/centros/filoyletras/doctorado/lenguafrancesa.html>).

¹³¹ Esta ementa foi consultada na internet, no seguinte endereço eletrônico: (<http://www.btk.pte.hu/tanrend/cuccok/kurzusok/regikod/fra.pdf>).

[139] « Sémantique Argumentative

(...). Aperçu general d'une des tendances de la linguistique contemporaine, basée sur l'opposition entre valeur informative et valeur argumentative des unités linguistiques »¹³².

Esta ementa apresenta uma questão central colocada por esta 'tendência da lingüística contemporânea', que é 'a oposição entre o valor informativo e o valor argumentativo das unidades lingüísticas'. Seu aspecto geral funciona ao lado dos sentidos historicizados da *semântica argumentativa*, produzidos por outros espaços de dizer, enquanto nome, domínio de estudos e disciplina. Ela significa por sentidos já significados. Ao mesmo tempo, significa neste outro espaço de dizer específico, e, também, faz sentido aos sentidos já significados.

Assim, vê-se que o nome *semântica argumentativa* abrange, atualmente, uma heterogeneidade de sentidos construídos historicamente. Este nome circula enquanto domínio de estudos e enquanto disciplina, recobrando nomes de autores diversos, em instituições universitárias brasileiras e de outros países.

Para compreender um pouco as condições de possibilidade da projeção deste nome é preciso voltar à década de 1970, no contexto da formação do Departamento de Lingüística da Unicamp.

Em 1975, ano seguinte ao da defesa da tese de doutorado de C. Vogt (1974c) nesta instituição, passa a ser ministrada, sob a responsabilidade de C. Vogt, uma nova disciplina de pós-graduação em Lingüística, cujo nome é Semântica Argumentativa.

A disciplinarização da *semântica argumentativa* é um exemplo da possibilidade existente, neste espaço institucional, de se criar nomes para disciplinas, e não apenas copiar nomeações já dadas por outras instituições. A possibilidade de uma política de criação de disciplinas, a meu ver, encontra sustentação na própria concepção do papel da lingüística na instituição.

¹³² "Resumo geral de uma das tendências da lingüística contemporânea, baseada sobre a oposição entre valor informativo e valor argumentativo das unidades lingüísticas".

A disciplinarização da *semântica argumentativa* foi extremamente importante para a sua legitimação como nome de um campo de estudos, bem como a projeção deste nome para outras instituições do Brasil e do exterior.

A partir daí, a *semântica argumentativa* passa a significar não apenas pela tese de C. Vogt (1974c), mas também pela disciplina, estabelecendo, efetivamente, um espaço de indagações mais amplo que o do trabalho deste autor. Ou seja, a existência deste campo disciplinar institucionalizado permite integrar, no seu interior, estudos de outros lingüistas, do Brasil e de fora do Brasil.

A projeção deste nome para outras instituições está relacionada, a meu ver, com as condições históricas que ocasionaram um reconhecimento, na Unicamp, dos trabalhos produzidos no âmbito dos estudos de linguagem. Desde a sua criação, o Departamento de Lingüística vinha agregando docentes que produziam em diferentes áreas da lingüística. Com a criação do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), já havia um número bastante significativo de disciplinas. O IEL passou a ser um centro de referência importante de estudos lingüísticos e literários no Brasil e no exterior. A projeção da *semântica argumentativa* para diversas instituições dentro e fora do país é um bom exemplo dessa importância.

No interior destas condições histórico-institucionais, as discussões dos estudos de O. Ducrot passaram a se fazer no eixo semântica-pragmática e é introduzido, em seus estudos, o nome *semântica argumentativa*. Com a entrada do nome *semântica argumentativa* em “Leis Lógicas e Leis Argumentativas” (Anscombe & Ducrot, 1978/1979), O. Ducrot ocupa o espaço de dizer estabelecido pelo pré-construído da tese de C. Vogt e marca, a partir deste texto, o lugar do autor C. Vogt na história.

4.0. PROJEÇÃO DA PRAGMÁTICA

Como condições históricas gerais da produção do conhecimento sobre a linguagem, pode-se considerar que aquilo que tocava o 'extra-lingüístico' era uma questão que estava se colocando em torno das décadas de 1970 e 1980 a partir de diferentes posições teóricas.

A *semântica argumentativa* como caminho para a constituição de uma *pragmática integrada*, no interior da lingüística na tese de C. Vogt, teve um papel fundamental no processo de institucionalização da *pragmática* enquanto disciplina do curso de lingüística da Unicamp.

No mesmo ano da defesa da tese de C. Vogt, 1974, o Departamento de Lingüística do IFCH contrata o professor Marcelo Dascal que, como já mencionei no capítulo II, havia recém concluído seu doutorado, com a tese *Aspects de la Sémiologie de Leibniz* (1973), sob orientação de Yehoshua Bar-Hillel.

Em 1976, vem ao Brasil, a convite deste departamento, o professor Herman Parret. Ele ministrou a disciplina Tópicos de Semântica I que ganhou uma especificação: (A Pragmática em Lingüística e em Lógica). Como já foi observado anteriormente (Cf. p. 22 e 62), esta especificação mostra um processo que levou à disciplinarização da Pragmática na pós-graduação em 1980.

Estes dois professores, Marcelo Dascal e Herman Parret, trouxeram discussões sobre a *pragmática* tratadas sob diversos enfoques. E ambos trouxeram discussões à *pragmática* proposta por H. P. Grice em seu "Lógica e Conversação" (1975) que foram apresentadas em aulas e publicadas em textos.

Em 1976, sai, no número 43 da revista *Langages*, o artigo "A Pragmática das Modalidades" de H. Parret. Em 1977, sai, no número 1 da revista *Journal of Pragmatics*, o artigo "Relevância

Conversacional”, de Marcelo Dascal¹³³.

No artigo de H. Parret, como já foi observado, há um espaço bastante significativo no qual o texto “Lógica e Conversação”, de H. P. Grice (1975) é discutido. Neste artigo de H. Parret, as máximas conversacionais formuladas por H. P. Grice neste texto são integralmente citadas. O mesmo pode ser dito sobre o artigo de M. Dascal, no qual estas máximas também são citadas.

Desse modo, além da *pragmática integrada* de C. Vogt e O. Ducrot, havia outras *pragmáticas* sendo discutidas neste espaço institucional, já na segunda metade da década de 1970.

E havia, também, por conta da criação do CLE, um espaço importante de pesquisa nas áreas de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, de pesquisas interdisciplinares, e de intercâmbio com instituições do Brasil e do exterior.

No início da década de 1980, foram promovidos pela Unicamp dois eventos de dimensão internacional que reuniram diversos lingüistas e filósofos da linguagem: o Programa Interamericano de Lingüística e Ensino de Idiomas (PILEI) em 1980, e o Primeiro Encontro Internacional de Filosofia da Linguagem em 1981. Muitos dos estudiosos presentes nestes eventos já tinham vindo à Unicamp anteriormente a convite de órgãos pertencentes a esta universidade, como o IFCH, o IEL e o CLE.

A possibilidade de realização de eventos como este nesta instituição universitária mostra que foi sendo construído um espaço extremamente significativo para discussões sobre a linguagem a partir de diversas abordagens, dentre elas, a *pragmática*.

Em 1980 é introduzida uma nova disciplina no curso de Pós-Graduação em Lingüística na Unicamp, a Pragmática. E, em 1986, é criada uma disciplina com o nome Seminário Avançado de Pragmática. A introdução da *pragmática* enquanto uma disciplina está relacionada, desse modo,

¹³³ O título original deste artigo de M. Dascal é “Conversational Relevance”. Há uma versão deste artigo em português em *Fundamentos Metodológicos da Lingüística*, vol IV, (Dascal, org., 1982) e em *Saudades da Língua* (Albano e outros, 2004).

com as condições históricas gerais da produção do conhecimento sobre a linguagem e com as condições histórico-institucionais específicas dessa produção neste espaço institucional.

5.0. CONSTITUIÇÃO DA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA NA SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO

Em outubro de 1976, na USP, E. Guimarães defende sua dissertação de mestrado sobre a modalidade e auxiliarização verbal. Neste estudo, como já mencionei no capítulo V, está presente o nome *pragmática lingüística*, que já havia sido enunciado no “A Pragmática das Modalidades” de H. Parret (1976).

É interessante destacar que este artigo de H. Parret foi publicado em setembro de 1976 e a dissertação de E. Guimarães foi defendida em outubro deste ano. Isso significa que E. Guimarães não teve acesso a este texto na sua forma publicada quando produzia sua dissertação. O acesso a este texto se deu, desse modo, sob outras formas, a partir de uma materialidade histórica em sentidos outros que já circulavam. O nome *pragmática lingüística* se mostrou uma pista destes sentidos em circulação, os quais perpassam as relações intertextuais explicitadas na dissertação de E. Guimarães. Outra pista importante é a especificação dada à disciplina Tópicos de Semântica I, ministrada por H. Parret no IEL, no primeiro semestre de 1976: A **Pragmática** em **Lingüística** e em Lógica.

Na tese de doutorado de E. Guimarães (1979a), o nome *pragmática* não vem acompanhado do determinante ‘lingüística’ e nem de ‘integrada’. A *pragmática* passa a ser concebida como um campo de estudos no interior da lingüística. Este mesmo processo se deu nos estudos de C. Vogt (1980a). E este é o momento no qual a disciplina Pragmática estava sendo criada no curso de Pós Graduação em Lingüística no IEL, em 1980.

Como já notei anteriormente, pelos caminhos da *pragmática*, traçados nos estudos de E. Guimarães, a *semântica argumentativa* não tarda a comparecer. Ela é introduzida em sua tese de doutorado a partir de uma necessidade explicativa das variações de sentido de enunciados modalizados. Essa necessidade, construída historicamente, transborda para além de seu estudo da modalidade. A *semântica argumentativa* continuará presente, acompanhando as indagações do autor quando ele passa a percorrer outros caminhos teóricos.

Estes outros caminhos já estavam sendo abertos quando E. Guimarães trabalhava em sua dissertação de mestrado na USP, através de um diálogo teórico com a professora Eni Orlandi, que já trabalhava na linha da *análise de discurso*. E que, além disso, já mantinha um diálogo com professores da Unicamp, no IFCH.

A respeito deste ponto é importante acrescentar algumas informações pertinentes.

Em 1967, E. Orlandi havia sido convidada pela Unicamp para compor o primeiro grupo de lingüística do Instituto de Ciências Humanas e, ao mesmo tempo, pela USP, para ser leitora na Universidade de Montpellier. Ela optou pelo leitorado a convite da USP e partiu para a França em 1968. Lá, interessou-se por diversas linhas de pesquisa no interior da lingüística e, também, pela *análise de discurso*.

Não havendo a disciplina Análise do Discurso na USP, E. Orlandi foi credenciada para ministrar a disciplina Análise Sociolingüística do Discurso Pedagógico. Em 1979, ela se transferiu para a Unicamp, onde participou, ao lado de outros docentes, da consolidação da área de *análise de discurso*¹³⁴ no curso de Lingüística.

¹³⁴ Estas informações foram trazidas do relato de Eni Orlandi "A Análise de Discurso e seus Entremeios: Notas a sua História no Brasil", apresentado na aula inaugural do IEL, em 2002 e publicado no número 42 da revista *Cadernos de Estudos Lingüísticos*.

Antes de sua transferência para a Unicamp, Eni Orlandi já mantinha um diálogo com professores desta universidade, no IFCH. Isso pode ser notado através de textos que a autora produziu antes de 1979.

Em 1976, por ocasião do I Colóquio de Língua, Lingüística e Literatura do Instituto de Letras das Faculdades Integradas Santo Tomás de Aquino – onde Eduardo Guimarães se graduou e foi professor de Lingüística – foi promovida a mesa redonda “Foco e Pressuposição”, na qual participavam Eduardo Guimarães, Eni Orlandi e Francis H. Aubert.

Nesta mesa redonda, Eni Orlandi apresentou o seu texto “Protagonistas do/no Discurso” (Orlandi, 1978), propondo situar o discurso

[140] “como lugar particular **entre** língua (geral) e fala (individual)” (1978: p. 33).

E ainda:

[141] “não é a informação nova que estaremos considerando, mas a possibilidade dos **múltiplos sentidos** [grifo da autora] de que se pode revestir uma informação. Nesta perspectiva, o novo não é propriedade exclusiva do foco e nem mesmo tem de ter necessariamente um lugar em um segmento da linguagem. Ele pode ser justamente o resultado de uma situação discursiva, **uma espécie de intervalo** entre enunciados, efetivamente realizados. **Este intervalo** não é, entretanto, um vazio, é, antes, o espaço ocupado pelo social” (p. 40).

[142] “Trabalhando no deslocamento da distinção colocada pela dicotomia língua/fala, Pêcheux dá um passo fundamental ao reconhecer **um espaço intermediário. Entre** o em-si-mesmo da língua e o em-si-mesmo da fala que seriam, ambos, abstrações, coloca um particular que é social, e que é momento de existência da linguagem: o discurso” (p. 40).

Em [141], o novo não é visto como ‘informação nova’ e não tem, necessariamente, um lugar em um segmento da linguagem. O lugar do novo pode ser outro. Pode ser ‘uma espécie de intervalo’. ‘Este intervalo’ é definido como ‘o espaço ocupado pelo social’. Em [140] o discurso é situado ‘entre’ a língua e a fala. O ‘entre’ de [140] é reescrito em [141] como ‘uma espécie de

intervalo' e como 'este intervalo'. E o 'intervalo' de [141] é reescrito em [142] como 'um espaço intermediário'.

Em [142], o discurso é considerado, no deslocamento da distinção língua/fala, num '**espaço intermediário**', '**entre**' a língua e a fala. Isso é, sem dúvida, uma interpretação que pode ser feita a partir do texto M. Pêcheux, "Análise Automática do Discurso" (1969), Também é, sem dúvida, uma compreensão teórica que se inscreve no âmbito da perspectiva discursiva em que os estudos da autora se filiam.

O interessante é que a possibilidade da consideração de um 'espaço intermediário' do discurso, 'entre' a língua e a fala, na interpretação da autora, também está relacionada com pesquisas que estavam se produzindo na Unicamp, como a tese de C. Vogt (1974c), que introduz no campo da lingüística, o intervalo semântico. Intervalo introduzido no espaço **entre** a língua e a fala. Estas pesquisas possibilitaram que o 'entre', neste estudo de E. Orlandi (1978), também fosse designado como 'uma espécie de intervalo'.

No texto de E. Orlandi há um deslocamento de sentidos para este '**espaço intermediário**', o qual é re-significado no interior da perspectiva da *análise de discurso*. Enquanto na *semântica argumentativa* de C. Vogt, o intervalo é o espaço do pragmático, na *análise de discurso* de E. Orlandi, este espaço intermediário é o espaço do discurso. O 'intervalo', no texto da autora, não é 'o intervalo semântico' da pragmática na *semântica argumentativa*. É 'uma espécie de intervalo', espaço do discurso, na *análise de discurso*¹³⁵.

Na tese de doutorado de E. Guimarães (1979a), esta relação com a Unicamp se torna mais visível. A este respeito, a parte dos agradecimentos, nas primeiras páginas de sua tese, é um

¹³⁵ Em estudos posteriores da autora, o discurso não será visto no intervalo entre a língua e a fala. A relação será língua/discurso e a autora passará a utilizar o termo *entremeio* – distinguido do termo *intervalo* - para designar o lugar teórico da teoria e *análise do discurso*.

observatório interessante. Exceto o nome de seu orientador, que era da USP, o professor Cidmar Teodoro Pais, todos os outros nomes lembrados são de lingüistas do IEL: Carlos Vogt, Oswald Ducrot e Rodolfo Ilari, além de Eni Orlandi, que passou a ser professora da Unicamp no ano em que E. Guimarães defende sua tese, 1979.

Também é interessante olhar para as últimas páginas de sua tese. Na parte da bibliografia são citados, além de textos de J-C. Anscombre (1975), J-C. Anscombre e O. Ducrot (1976) e de O. Ducrot (1969, 1972a, 1972b, 1973a, 1977b, 1977c, 1978b), dois textos de H. Parret (1976, 1978) e dois textos de C. Vogt (1974b, 1977a).

A *semântica argumentativa* intervém na *semântica da enunciação* de E. Guimarães para explicar, a partir da ação de leis conversacionais específicas, o funcionamento da modalidade. Mas, como mostrei em minhas análises, ela não estava de passagem. A *semântica argumentativa* se instala no interior de sua *semântica da enunciação* e passa a ser estudada continuamente. Isso, já a partir de textos produzidos após a defesa de sua tese de doutorado, e antes de sua vinda para a Unicamp.

A introdução da argumentação no seu estudo da modalidade é uma necessidade construída historicamente, na qual a filiação teórica ducrotiana e a institucionalização da *semântica argumentativa* enquanto disciplina estão significando – ao mesmo tempo.

No texto “Argumentação e Pressuposição” (Guimarães, 1981a), apresentado no V Encontro Nacional de Lingüística, na PUC-Rio, em novembro de 1980, a referência a estudos argumentativos se estende a textos de outros professores do IEL, como o estudo “Algumas Considerações sobre o Estudo da Significação” de João Wanderley Geraldi (1978).

O mesmo pode ser notado no primeiro artigo produzido por E. Guimarães quando ele passa a ser professor do Departamento de Lingüística do IEL: “Tópico e Argumentação na Constituição do

Texto” (1983a). Este texto foi apresentado no VI Encontro Nacional de Linguística, na PUC-Rio, em novembro de 1981.

É interessante ressaltar novamente que este artigo de E. Guimarães, apresentado quando ele já era professor da Unicamp, é o primeiro texto no qual o nome *semântica argumentativa* comparece.

Pode-se dizer, com isso, que houve, no espaço institucional da USP, condições de possibilidade para que a dissertação de E. Guimarães se produzisse fora de uma perspectiva da *semântica estrutural greimasiana*, da *semiótica*. Ela se produziu a partir de uma perspectiva semântica proposta por O. Ducrot, que era professor da Unicamp. E o interesse de sua dissertação pela situação de discurso, pelo discurso e pela enunciação, através de discussões teóricas com E. Orlandi e outros autores também estava relacionado com o que estava sendo produzido na Unicamp.

Assim, a introdução da história e da ideologia na teoria semântica de E. Guimarães está relacionada com as condições históricas no IFCH e no IEL da Unicamp que construíram espaços para se pensar a história e a ideologia na relação com a linguagem. A própria possibilidade da nomeação *semântica histórica da enunciação* construiu-se no interior destas condições históricas. Ou seja, as configurações específicas da *semântica argumentativa* do autor, tendo em conta estas relações, não se fizeram por uma “escolha pessoal”, mas uma necessidade construída na história da institucionalização dos estudos linguísticos no espaço científico brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado, pode-se observar, em relação aos movimentos teórico-metodológicos empreendidos nos estudos de O. Ducrot, C. Vogt e E. Guimarães, como a teorização se produz no processo de escrita e não necessariamente através de conceitos e formalizações. Isso permite dizer que a própria conceitualização não é alheia ao processo de escrita. As teorizações e análises, as rupturas com teorias e conceitos anteriores, a introdução de conceitos novos estão envolvidos na possibilidade da construção de conceitos.

A escrita científica configura-se como uma prática histórica que produz conhecimento. Uma teoria, com seus conceitos e formalizações, é produzida no processo de escrita teórica e analítica através de diálogos e debates teóricos possibilitados por condições históricas específicas, na relação com as instituições onde o conhecimento é produzido.

Na prática da escrita de C. Vogt e E. Guimarães, a *semântica argumentativa* foi adquirindo contornos teórico-metodológicos que não se mantiveram no 'propriamente lingüístico' dos estudos de O. Ducrot. Contornos estes que foram possibilitados por condições históricas no interior das quais lingüística, filosofia e materialismo histórico se discutiam num mesmo espaço institucional, no IFCH e também no IEL da Unicamp. Isso configura uma diferença importante entre as condições de produção científica no espaço brasileiro e no espaço francês.

Na prática escrita dos três autores, o nome *semântica argumentativa* se manteve constantemente presente, funcionando enquanto designação do domínio teórico em que seus estudos se inscrevem, no interior da lingüística.

Conforme mostrei no capítulo anterior, a institucionalização da *semântica argumentativa* enquanto nome de uma disciplina do curso de lingüística do IFCH legitimou o sentido da *semântica argumentativa* enquanto nome de um domínio de estudos da lingüística.

A legitimidade institucional deste nome possibilitou que seus sentidos se projetassem – enquanto nome de teoria e enquanto disciplina – também, para outras instituições universitárias tanto brasileiras como estrangeiras.

Nas análises apresentadas nos capítulos precedentes, pude notar que o nome *semântica argumentativa* se estabilizou em função da legitimidade institucional garantida pela disciplinarização. A estabilização do nome *semântica argumentativa*, legitimada deste modo (poderia ser de outro), possibilitou que os estudos de O. Ducrot, C. Vogt e E. Guimarães designassem o campo de suas pesquisas por este nome, ao longo de suas produções e das mudanças teóricas empreendidas.

Dessa maneira, há, de um lado, um nome de teoria estabilizado e, de outro, os sentidos deste nome em movimento. O processo constante de formulação e reformulação dos estudos dos autores designados pelo nome *semântica argumentativa* é assegurado pela legitimidade institucional deste nome enquanto disciplina. Ao mesmo tempo, esta legitimidade institucional também assegura a não diluição deste campo assim nomeado, que poderia ocorrer em função dos constantes deslocamentos teóricos produzidos.

Esta legitimidade institucional produz, desse modo, um efeito de unidade: este campo uno, a *semântica argumentativa*, designa as produções destes autores.

Sobreposto a este efeito de unidade, também legitimado institucionalmente, há um efeito de recobrimento das produções dos autores por este nome: inclui-se, neste campo uno, textos que não contém o nome *semântica argumentativa*, textos que foram produzidos antes que o nome *semântica argumentativa* comparecesse, e, até mesmo, textos que não tratam, necessariamente, da argumentação.

Estes efeitos de unidade e recobrimento funcionam, neste sentido, através de uma tensão entre disciplina e campo teórico. O nome *semântica argumentativa*, nas produções dos autores, não

designa uma disciplina de um curso de lingüística. Este nome designa um campo da lingüística. Mas é a *semântica argumentativa* enquanto disciplina de um curso de lingüística que legitima este funcionamento designativo da *semântica argumentativa* enquanto um campo da lingüística.

Em outras palavras, há, nesse batimento entre o domínio teórico e a disciplina, um recobrimento do efeito de unidade da disciplina sobre o domínio teórico. Desse modo, nomes de vários autores são recobertos por este domínio da *semântica argumentativa*. Além disso, há um batimento entre o constante movimento do campo e a permanência do nome sustentada pela legitimidade institucional.

Ao mesmo tempo em que estes efeitos de unidade e de recobrimento – sustentados institucionalmente através da disciplinarização – significam a *semântica argumentativa* enquanto um nome de teoria estabilizado, os sentidos desta *semântica argumentativa* não permanecem estáveis. Isso porque não é o nome em si que significa, ele significa através de relações de sentido possíveis que se constroem historicamente, através de uma memória de sentidos. E estas relações não são sempre as mesmas. *Semântica argumentativa* é um nome que, como qualquer outro, é exposto à história, e está sujeito a tensões e contradições (Pêcheux, 1982b) que desestabilizam seus sentidos e os estabilizam a partir de outras formas.

Os sentidos não estão colados nas palavras. E, ao mesmo tempo, é a forma material que significa, sempre em “relação a”. Os sentidos não só se re-significam na história, mas também a re-significam, re-significando as palavras ditas anteriormente de um modo, como se tivessem sido ditas de outro. Re-significando palavras não ditas anteriormente, como se já as tivessem sido. Estes sentidos configuram, dessa maneira, um “sempre-já-aí” (Pêcheux, 1975).

Os sentidos não são transparentes, e é a história que lhes dá densidade. Esta densidade histórica dos sentidos, que não se ampara numa cronologia ou em relações empíricas, faz com que

eles funcionem independentemente da presença do nome *semântica argumentativa* nos textos. Os sentidos são atravessados por relações outras que os fazem significar, pelo interdiscurso, na opacidade constitutiva da língua.

Na escrita desta dissertação, praticada no interior de uma perspectiva materialista dos estudos da linguagem, comum à *semântica histórica da enunciação* e à *análise de discurso*, procurei trazer uma contribuição específica para a história das idéias, tomando como objeto de estudo a *semântica argumentativa* na história.

A consideração da materialidade da língua no funcionamento do arquivo permitiu realizar o trabalho de construção do arquivo de leitura levando em conta a opacidade constitutiva da língua e, portanto, do arquivo. Levar isso em conta significa compreender a construção do arquivo de leitura como um processo de análise realizado em compasso com as perguntas que a pesquisa vai produzindo. Isso se mostrou fundamental para a compreensão de aspectos histórico-institucionais da produção do conhecimento sobre a linguagem e suas relações com as especificidades teórico-metodológicas da *semântica argumentativa* nos estudos de Carlos Vogt e Eduardo Guimarães.

Ao lado disso, foram fundamentais as análises dos procedimentos de reescrituração e de articulação, das operações narrativas e argumentativas, das relações de paráfrase e polissemia, dos mecanismos de citação e menção, e das diferentes versões de um texto.

Estas análises permitiram compreender como os movimentos teórico-metodológicos das produções de Oswald Ducrot, Carlos Vogt e Eduardo Guimarães produziram outros modos de nomear o campo de seus estudos, produzindo, também, movimento nos sentidos dos nomes já dados. Compreensão que se produziu pela consideração da materialidade histórica das relações de determinação dos sentidos de *semântica argumentativa* ao lado de outros nomes de teoria.

A partir destas análises, foi possível refletir sobre a relação entre a estabilidade do nome *semântica argumentativa* e a instabilidade de seus sentidos a partir dos efeitos de unidade e de recobrimento, no batimento entre disciplina e domínio teórico.

Em fim, ao olhar para esta estrada que eu nunca passei, pude compreender um pouco a estrada que começo a percorrer. Olhando para o que já percorri, nesta estrada, vejo como foi difícil e, ao mesmo tempo, como foi fascinante. Todas as dificuldades desta estrada fascinante não me fazem querer deixar de percorrê-la. Se a necessidade de fazer paradas se impõe, se impõe também a necessidade de continuar. E, no retorno, a estrada sempre e nunca será a mesma.

Isso me faz recordar de uma canção que diz:

É o sol, é o tempo, é a estrada, é o pé e é o chão.

BIBLIOGRAFIA

- ALBANO, ELEONORA E OUTROS (2004) (orgs.) *Saudades da Língua*. Campinas: Mercado de Letras.
- ANSCOMBRE, JEAN-CLAUDE (1973) « Mêmes le Roi de France est Sage : Un Essai de Description Sémantique ». *Communications*, n. 20.
- _____. (1975) « Il Était une Fois une Princesse aussi Belle que Bonne ». *Semantikos*, n. 1.
- ANSCOMBRE, JEAN-CLAUDE & DUCROT, OSWALD (1976) « L'Argumentation dans la Langue ». *Langages*, n. 42.
- _____. (1978/1979) « Lois Logiques et Lois Argumentatives » *Le Français Moderne ; L'Argumentation dans la langue*. Bruxelles: Madarga, 1983; "Leis Lógicas e Leis Argumentativas". *Provar e Dizer*. São Paulo: Global, 1981.
- AUROUX, SYLVAIN (1992) *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp.
- AUROUX, SYLVAIN & CHEVALIER, JEAN-CLAUDE (1985) *Rapport de Synthèse*, mimeo, Paris. In *apud* Chevalier, Jean-Claude & Delesalle, Simone (1986) « Méthode et Épistémologie en Histoire de la Linguistique ». *La Linguistique, La Grammaire et L'École 1750-1914*. Paris: Armand Colin.
- BAKHTIN, MIKHAIL (1929) *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BENVENISTE, ÉMILE (1956) "A Natureza dos Pronomes". *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas: Pontes, 1995, 4 ed.
- _____. (1958) "Da Subjetividade da Linguagem". *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas: Pontes, 1995, 4 ed.
- _____. (1964) "Os Níveis da Análise Lingüística". *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas: Pontes, 1995, 4 ed.
- _____. (1965) "Estrutura das Relações de Auxiliaridade". *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- _____. (1969a) « Sémiologie de la Langue ». *Semiotica I; Problèmes de Linguistique Générale II*. Paris: Gallimard, 1978; "Semiologia da Língua". *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- _____. (1969b) *O Vocabulário das Instituições Indo-Européias*, v. I. Campinas: Editora da Unicamp.
- _____. (1970) "O Aparelho Formal da Enunciação" *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- CANGUILHEM, GEORGES (1952) *Conhecimento da Vida*. Vrin, 1965, 2 ed. *Apud* D. Lecourt (1972) *Para uma Crítica da Epistemologia*. Lisboa: Assírio e Alvin, 1980 2 ed.
- _____. (1980) *Le Cerveau et la Pensée*. Paris: MURS.

- CAREL, MARION & DUCROT, OSWALD (1999) « Le Problème du Paradoxe dans une Sémantique Argumentative ». *Langue Française* (<http://www.ehess.fr/centres/celith/CarelDucrotParadox.html>); “O Problema do Paradoxo em uma Semântica Argumentativa”. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*. Campinas: Pontes, n. 8, 2001.
- _____. (1999) « Les Propriétés Linguistiques du Paradoxe: Paradoxe et Négation ». *Langue Française*; “As Propriedades Lingüísticas do Paradoxo: Paradoxo e Negação”. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*. Campinas: Pontes, n. 8, 2001.
- CATÁLOGO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNICAMP. Campinas: Unicamp. 1973-76, 1999-04.
- CATÁLOGO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNICAMP. Campinas: Unicamp. 1974, 1976-78, 1980, 2001-04.
- CHEVALIER, JEAN-CLAUDE & DELESALLE, SIMONE (1986) « Méthode et Épistémologie en Histoire de la Linguistique », *La Linguistique, la Grammaire et l'École 1750-1914*. Paris: Armand Colin.
- DASCAL, MARCELO (1977) “Conversational Relevance”. *Journal of Pragmatics*, n. 1; “Relevância Conversacional”. *Fundamentos Metodológicos da Lingüística*. vol IV, 1982; *Saudades da Língua*. Campinas: Mercado de Letras, 2004.
- DUCROT, OSWALD (1966) « Logique et Linguistique ». *Langages*, n. 2; *La Preuve et le Dire*. Paris: Mame, 1973a; *Provar e Dizer*, São Paulo: Global, 1981.
- _____. (1968) « Le Structuralisme en Linguistique ». *Qu' est-ce que le Structuralisme?*. Éditions du Seuil, Paris ; *Estruturalismo e Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 2 ed.
- _____. (1969) « Pressuposés et Sous-Entendus » *Langue Française*, n. 4; *Le Dire et le Dit*. Paris: Minuit, 1984; “Pressupostos e Subentendidos”. *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. (1970) « Les Indefinis et l'Énonciation ». *Langages*, n. 17. Larousse ; *La Preuve et le Dire*. Paris: Mame, 1973a ; “Os Indefinidos e a Enunciação”. *Provar e Dizer*. São Paulo: Global, 1980.
- _____. (1972a) *Dire et ne pas Dire. Principes de Semantique Linguistique*. Paris: Hermann; *Princípios de Semântica Lingüística. Dizer e não Dizer*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- _____. (1972b) « De Saussure à la Philosophie du Langage ». Prefácio da tradução francesa de *Speech Acts* de J. Searle.
- _____. (1973a) *La Preuve et le Dire*. Paris: Mame; *Provar e Dizer*. São Paulo: Global, 1980.
- _____. (1973b) « Les Échelles Argumentatives ». *La Preuve et le Dire*. Paris: Mame; “As Escalas Argumentativas”. *Provar e Dizer*. São Paulo: Global, 1980.
- _____. (1973c) « La Description Sémantique en Linguistique ». *Journal de Psychologie*, n. 1 e 2; *Le Dire et le Dit*. Paris: Minuit, 1984; “A Descrição Semântica em Lingüística”. *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.

- _____. (1977a) “Prefácio”. *O Intervalo Semântico. Contribuição para uma Semântica Argumentativa*. São Paulo: Ática.
- _____. (1977b) “Estruturalismo e Enunciação”. *Princípios de Semântica Lingüística. Dizer e não Dizer*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- _____. (1977c) « Note sur la Présupposition et le Sens Litteral ». *Le Mauvais Outil. Langue, Sujet et Discours*. Paris : Klincksiek, 1977 ; “Nota sobre a Pressuposição e o Sentido Literal” *A Ferramenta Imperfeita. Língua, Sujeito e Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- _____. (1978a) « Structuralisme, Énonciation et Sémantique ». *Poétique*, n. 33, fev.; *Le Dire et le Dit*. Paris: Minuit, 1984; “Estruturalismo, Enunciação e Semântica”. *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. (1978b) « Énonciation » mimeografado; “Enunciação”. *Enciclopédia Einaudi : Linguagem – Enunciação*, v. 2. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.
- _____. (1979) « Les Lois de Discours ». *Langue Française*, n. 42, maio; *Le Dire et le Dit*. Paris: Minuit, 1984; “As Leis de Discurso”. *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. (1980) « Analyse de Textes et Linguistique de l’Énonciation ». *Les Mots du Discours*. Paris : Minuit.
- _____. (1981) « L’Argumentation par Autorité ». *L’Argumentation*, Presses Universitaires de Lyon; *Le Dire et le Dit*. Paris: Minuit, 1984; “A Argumentação por Autoridade”. *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. (1984a) *Le Dire et le Dit*. Paris: Minuit; *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. (1984b) « Esquisse d’une Théorie Polyphonique de l’Énonciation ». *Le Dire et le Dit*. Paris: Minuit; “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação”. *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. (1989) “Argumentação e “Topoi” Argumentativos”. *História e Sentido na Linguagem*. Campinas: Pontes.
- _____. (1995) « Les Modificateurs Déréalisans ». *Journal of Pragmatics*, n. 24; (www.ehess.fr/centres/celith/DucrotModiftext.html).
- _____. (2000) “La Elección de las Descripciones en Semántica Argumentativa Léxica”. *Discurso y Sociedad*, v.2 (4).
- DUCROT, OSWALD & OUTROS (1980) *Les Mots du Discours*. Paris: Minuit.
- DUCROT, OSWALD & SHAEFFER, JEAN-MARIE (1995) *Nouveau Dictionnaire Encyclopédique des Sciences du Langage*. Paris: Seuil.
- DUCROT, OSWALD & TODOROV, TZVETAN (1972) *Dictionnaire Encyclopédique des Sciences du Langage*. Éditions du Seuil ; *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 3 ed, 2 reimpressão, 2001.

- DUCROT, OSWALD & VOGT, CARLOS (1979) « De *Magis* a *Mais*. Une Hypothèse Sémantique ». *Revue de Linguistique Romane*. Lyon/Strasbourg, n. 171-172, tomo 43; “De *Magis* a *Mais*: Uma Hipótese Semântica”. *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. São Paulo: Hucitec, 1980; 2 ed, 1989.
- EGGS, EKKEHARD (1978) *Die Rhetorik des Aristoteles. Ein Beitrag zur Argumentationstheorie und zur Syntax der komplexen Sätze* (im Französischem). Tese apresentada à Frei Universität, Berlim.
- FERREIRA, ANA CLÁUDIA FERNANDES (2002) *História dos Estudos sobre a Enunciação no Brasil*. Relatório Final de Iniciação Científica (Fapesp, 01/02641-6). Campinas, dezembro de 2002.
- _____. (2003a) “Semântica Argumentativa: A Questão da Autoria para uma Designação Brasileira” *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, n. 11. Campinas: Pontes.
- _____. (2003b) “Semântica Argumentativa: Constituição e Relações de Sentido com Outras Designações”. Comunicação apresentada no IX Seminário de Teses em Andamento (SETA), no IEL, Campinas, em outubro de 2003.
- _____. (2004a) *A Semântica Argumentativa no Brasil nas Décadas de 1970 e 1980*. Primeiro Relatório Científico apresentado à Fapesp. Campinas, fevereiro de 2004.
- _____. (2004b) *A Semântica Argumentativa no Brasil nas Décadas de 1970 e 1980*. Segundo Relatório Científico apresentado à Fapesp. Campinas, agosto de 2004.
- _____. (2004c) “Ser Mesmo, Ser Outro: Repouso e Movimento nos Sentidos da Pragmática”. Texto apresentado na página do GT da Análise do Discurso e discutido no XIX Encontro da ANPOLL em Maceió. Disponível em (http://www.geocities.com/gt_ad/historiaidlingbrasil.html).
- _____. (2004d) “Os Sentidos de *Semântica Lingüística* nos Primeiros Estudos de Oswald Ducrot”. Texto apresentado no 52º. Seminário do GEL em Campinas, IEL – Unicamp, em 30 de julho de 2004.
- _____. (2004e) “A Semântica argumentativa Enquanto Designação de um Domínio de Estudos e Enquanto Disciplina Institucionalizada”. *Estudos Lingüísticos XXXIII*. Campinas: IEL – Unicamp. CD-room do 51º Seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo (GEL), realizado na Universidade de Taubaté (Unital), Taubaté, em maio.
- _____. (2004f) “A Semântica Argumentativa e Outras Designações”. *Anais do XVI Seminário do Centro de Estudos Lingüísticos e Literários do Paraná (CELLIP)*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina (UEL).
- FIGUEIRA, ROSA ATTÍE (1974) *Verbos Introdutores de Pressupostos*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH – Unicamp.

- FIGUEIRA, ROSA ATTÍE & VOGT, CARLOS (1984) "Dois Verbos Achar em Português?". *Estudos de Semântica Aplicada ao Português*, n. 1. Araraquara: Unesp; *Linguagem Pragmática e Ideologia*. São Paulo: Hucitec, 2 ed., 1989.
- FRANCHI, CARLOS (1971) *Hypothèses pour une Recherche en Syntaxe*. Dissertação de Mestrado. Aix-en-Provence-Marseille.
- _____. (1976) *Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem*. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH – Unicamp.
- FRY, PETER & VOGT, CARLOS (1996) *Cafundó. A África no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Campinas: Editora da Unicamp.
- GERALDI, JOÃO WANDERLEY (1978) *Se a Semântica Fosse Também Pragmática... Ou para uma Análise Semântica dos Enunciados Condicionais*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IEL – Unicamp.
- _____. (1990) *Linguagem, Interação e Ensino*. Tese de Doutorado. Campinas: IEL – Unicamp.
- GERALDI, JOÃO WANDERLEY & ILARI, RODOLFO (1985) *Semântica*. São Paulo: Ática.
- GRANDCHAMP, JEAN-MICHEL (1995) "Polyphony and Argumentative Semantics". *33rd Annual Meeting of the Association for Computational Linguistics*. MIT, Cambridge, USA.
- GREIMAS, ALGIRDAS JULIEN (1966) *Sémantique Structurale*. Paris: Larousse.
- GRICE, HERBERT PAUL (1957) "Meaning". *Philosophical Review*.
- _____. (1975) "Logic and Conversation". *Syntax and Semantics: Speech Acts*. New York: Academic Press.
- GUILLAUMOU, JACQUES & MALDIDIER, DENISE (1984) "Efeitos do Arquivo. A Análise do Discurso no Lado da História". *Gestos de Leitura. Da História no Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. 2 ed.
- GUIMARÃES, EDUARDO (1976a) *Da Modalidade e Auxiliarização Verbal em Língua Portuguesa*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH – USP.
- _____. (1976b) "Pressuposição e Isotopia do Discurso: Considerações Preliminares". *Série Estudos. Estudos. Estudos Lingüísticos*. n. 2. Uberaba: FISTA.
- _____. (1978a) "Da Pressuposição em Lingüística". *Série Estudos. Foco e Pressuposição*. n. 4. Uberaba: FISTA.
- _____. (1978b) "O Intencional e o Convencional na Constituição do Sentido". *Série Estudos. Sobre Semântica*, n. 5. Uberaba: FISTA.
- _____. (1979a) *Modalidade e Argumentação Lingüística. Análise dos Enunciados no Passado em Língua Portuguesa*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH – USP.
- _____. (1979b) "Leis Conversacionais". *Série Estudos. Sobre o Discurso*, n. 6. Uberaba: FISTA.

- _____. (1980) “A Litotes. Uma Abordagem Conversacional”. *Estudos Lingüísticos III*. Anais de Seminários do GEL. Reunião realizada em Bauru, em 1978.
- _____. (1981a) “Argumentação e Pressuposição” *Anais do V Encontro Nacional de Lingüística*, v. II. Rio de Janeiro: PUC-RJ.
- _____. (1981b) “Algumas Considerações sobre a Conjunção *Embora*”. *Série Estudos. Português: Estudos Lingüísticos*, n. 7. Uberaba: FISTA.
- _____. (1983a) “Tópico e Argumentação na Constituição do Texto”. *Letras*, n. 1, v.2. Campinas: PUCAMP.
- _____. (1983b) “Sobre Alguns Caminhos da Pragmática”. *Série Estudos. Sobre Pragmática*, n. 9. Uberaba: Fiube.
- _____. (1985) “Não Só... Mas Também: Polifonia e Argumentação”. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 8. Campinas: IEL – Unicamp.
- _____. (1986) “Na Boa ou na Má Hora: A História de uma Concessiva”. *Série Estudos. O Histórico e o Discursivo*, n. 12. Uberaba: Fiube.
- _____. (1987) *Texto e Argumentação. Um Estudo das Conjunções do Português*. Campinas: Pontes, 2001, 2 ed.
- _____. (1989a) (org.) *História e Sentido na Linguagem*. Campinas: Pontes.
- _____. (1989b) “Enunciação e História”. *História e Sentido na Linguagem*. Campinas: Pontes.
- _____. (1995) *Os Limites do Sentido. Um Estudo Histórico e Enunciativo da Linguagem*. Campinas: Pontes.
- _____. (1996). “Apresentação: Identidade Lingüística” *Língua e Cidadania*. Campinas: Pontes.
- _____. (s/d) “Enunciação e Processos de Designação”. Texto distribuído para os pesquisadores do projeto “O Sentido Público no Espaço Urbano”. Campinas: Labeurb/Unicamp.
- _____. (1999) “Textualidade e Enunciação” *Escritos*, n. 2. Campinas: Labeurb/Unicamp.
- _____. (2001a) “O Sujeito e os Estudos da Significação na Década de 70 no Brasil”. *Estudos Enunciativos no Brasil. Histórias e Perspectivas*. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp, 2001.
- _____. (2001b). “Gramática e Semântica. Uma História dos Estudos Lingüísticos no Brasil”. Conferência da Abralín, Fortaleza.
- _____. (2002a) “As Fronteiras entre Semântica e Pragmática”. *Ensaio. Relações entre Pragmática e Enunciação*, n. 17. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato.
- _____. (2002b) *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes.
- _____. (2004a) *História da Semântica. Sujeito, Sentido e Gramática no Brasil*. Campinas: Pontes.
- _____. (2004b) “Civilização na Lingüística Brasileira no Século XX”. No prelo.
- GUIMARÃES, EDUARDO & ORLANDI, ENI (1988) “Unidade e Dispersão: uma questão do sujeito e do discurso”. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1999, 4 ed.

- _____. (orgs.) (2002). *Institucionalização dos Estudos da Linguagem. A Disciplinarização das Idéias Lingüísticas*. Campinas: Pontes.
- HENRY, PAUL (1977) *A Ferramenta Imperfeita. Língua, Sujeito e Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- _____. (1984) “A História não Existe?”. *Gestos de Leitura. Da História no Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- ILARI, RODOLFO (1971) *Une Introduction Sémantique à la Théorie du Discours*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Besançon.
- _____. (1975) *Propriedades de Sentenças e Contextos Discursivos*. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH – Unicamp.
- _____. (1983) “Dos Problemas de Imperfeita Simetria”. *Ensaio de Lingüística. Cadernos de Lingüística e Teoria da Literatura*, n. 9. Belo Horizonte: Faculdade de Letras – UFMG.
- INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS. *Reconhecimento dos cursos de bacharelado de Ciências Sociais, de Economia e de Lingüística, ministrados por este Instituto*. Campinas: 1972, 1974. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, processo 2965, 1º. volume.
- _____. *Boletim de Notas e Freqüências*. Campinas: 1974. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, DAC III – PG, cx 19, mç 08.
- _____. *Boletim de Notas e Freqüências*. 1975. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, DAC III – PG, cx 20, mç 01.
- _____. *Organização*. 1967, 1968, 1969, 1971, 1975, sd. Campinas: Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, SGI/AH-III cx 5 mç 01.
- KOCH, INGEDORE GRUNFELD VILLAÇA (1981) *Aspectos da Argumentação em Língua Portuguesa*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC-SP.
- LECOURT, DOMINIQUE (1972). *Para uma Crítica da Epistemologia*. Lisboa: Assírio e Alvin, 1980, 2 ed.
- LUNDQUIST, LITA (1988) “Argumentative Semantics and Interpretation of Referential Relations”. Trondheim.
- MARTÍNEZ, PATRICIA & TORDESÍLLAS, MARTA (1998) “Esbozo de una Teoría Dinámica de la Lengua en el Marco de una Semántica Argumentativa”. *Signo y Seña*, n. 9. Buenos Aires: Instituto de Lingüística, Facultad de Filosofía y Letras - UBA.
- NEGRONI, MARIA MARTA GARCIA (1999) “Las Expresiones de Alto Grado. Su Lugar en una Semántica Argumentativa”. *Revista Brasileira de Letras*, v.1. n. 1. UFSCAR.
- OSAKABE, HAQUIRA (1971) *Recherches em Analyse du Discours*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Besançon.
- _____. (1975) *O Componente Subjetivo no Discurso Político*. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH – Unicamp.

- ORLANDI, ENI (1978) "Protagonistas do/no Discurso". *Série Estudos. Foco e Pressuposição*. n. 4. Uberaba: FISTA.
- _____. (1979) "A Sociolinguística, a Teoria da Enunciação e a Análise do Discurso". *Série Estudos. Sobre o Discurso*, n. 6. Uberaba: FISTA.
- _____. (1981) "Funcionamento e Discurso". *A Linguagem e Seu Funcionamento. As Formas do Discurso*. Campinas: Pontes, 2001. 4 ed, 2 reimpressão.
- _____. (1984) "Segmentar ou Recortar". *Série Estudos. Lingüística: Questões e Controvérsias*, n 10. Uberaba: Fiube.
- _____. (1988) "O Inteligível, o Interpretável e o Compreensível". *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1999, 4 ed.
- _____. (1992) *As Formas do Silêncio. No Movimento dos Sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 5 ed., 2002.
- _____. (1996) *Interpretação. Autoria, Leitura e Efeitos do Trabalho Simbólico*. Campinas: Pontes, 2004.
- _____. (1999a) "Do Sujeito na História e no Simbólico". *Escritos. Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso*, n. 4. Campinas: Labeurb/Nudecri/Unicamp.
- _____. (1999b) *Análise de Discurso. Princípios & Procedimentos*. Campinas: Pontes, 2000, 2 ed.
- _____. (org.) (2001a). *História das Idéias Lingüísticas. Construção do Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional*. Campinas: Pontes.
- _____. (2001b) *Discurso e Texto. Formulação e Circulação dos Sentidos*. Campinas: Pontes.
- _____. (2002) "A Análise de Discurso e seus Entremeios: Notas a sua História no Brasil", *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 42. Campinas: IEL – Unicamp.
- PARRET, HERMAN (1976) « La Pragmatique des Modalités ». *Langages*, n. 43.
- _____. (1978) "A Atitude Proposicional e o Contexto Accional". *Série Estudos. Sobre Semântica*, n. 5. Uberaba: FISTA.
- _____. (1988) *Enunciação e Pragmática*. Campinas: Editora da Unicamp.
- PÊCHEUX, MICHEL (1969) "Análise Automática do Discurso". *Por uma Análise Automática do Discurso. Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 3 ed., 1997.
- _____. (1975) *Semântica e Discurso. Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, 3 ed.
- _____. (1982a) "Ler o Arquivo Hoje". *Gestos de Leitura. Da História no Simbólico*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, 2 ed.
- _____. (1982b) "Delimitações, Inversões, Deslocamentos" *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 19. Campinas: IEL – Unicamp, 1990.

- _____. (1983a) *O Discurso. Estrutura ou Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002, 3 ed.
- _____. (1983b) "Papel da Memória". *Papel da Memória*. Campinas: Pontes, 1999.
- RAJAGOPALAN, KANAVILLIL (1987) "Quando '2+3' Não é Igual a '3+2'. A Semântica e a Pragmática das Construções Simétricas em Língua Natural". *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 13, Campinas: IEL – Unicamp.
- SBPL. (1982) *Revista Brasileira de Lingüística*. v. 6, n. 1, ano 5. Livraria Duas Cidades.
- SEARLE, JOHN (1969) *Speech Acts*. Cambridge University Press; *Os Actos de Fala*. Coimbra: Livraria Almedina, 1984.
- VOGT, CARLOS (1971) *Une Introduction du Probleme de la Semantique dans le Grammaire Générative*. Dissertação de Mestrado. Besançon.
- _____. (1973) "Finalmente Peirce". *Revista de Administração de Empresas*, v. 13, n. 2. Rio de Janeiro.
- _____. (1974a) "Epígrafe". A Palavra Envolvente. *Cadernos do IFCH*. Campinas: IFCH – Unicamp.
- _____. (1974b) A Palavra Envolvente. *Cadernos do IFCH*. Campinas: IFCH – Unicamp.
- _____. (1974c) *O Intervalo Semântico. Contribuição para uma Semântica Argumentativa*. Tese de Doutorado, Campinas: IFCH – Unicamp.
- _____. (1976/1977) "Indicações para uma Análise Semântico-Argumentativa das Conjunções *Porque, Pois e Já Que*". *Revista Alfa*, n. 22 e 23. Marília: Unesp.
- _____. (1977a) *O Intervalo Semântico. Contribuição para uma Semântica Argumentativa*. São Paulo: Ática.
- _____. (1977b) "Os Dois Labirintos". *Contexto*, n. 2, São Paulo; *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. Campinas: Funcamp; São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. (1978a) "Linguagem, Língua e Poder". *Contexto*, n. 5, São Paulo; *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. Campinas: Funcamp; São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. (1978b) "Estrutura e Função da Linguagem". *Subsídios à Proposta Curricular de Língua Portuguesa para o 2º grau, vol I – Reflexões Preliminares*, São Paulo; *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. Campinas: Funcamp; São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. (1980a) "Por uma Pragmática das Representações". *Revista Discurso*, n. 11. São Paulo; *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. São Paulo: Hucitec, 1980, 2 ed. 1989.
- _____. (1980b) *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. São Paulo: Hucitec, 2 ed. 1989.
- _____. (1983) "Pragmática: O Rosto e a Máscara da Linguagem". *Estudos. Sobre Pragmática*, n. 9. Uberaba: Fiube.
- _____. (1998) "Oswald Ducrot e a Unicamp: Uma Visão Pessoal". *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 35. Campinas: IEL – Unicamp.

ZOPPI-FONTANA, MÓNICA (1997a) *Cidadãos Modernos. Discurso e Representação Política*. Campinas: Editora da Unicamp.

_____. (1997b) “O Outro da Personagem: Enunciação, Exterioridade e Discurso”. *Bakhtin, Dialogismo e Construção do Sentido*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

ANEXO

RELAÇÃO DE TEXTOS CONSULTADOS PARA A CONSTRUÇÃO DO ARQUIVO DE LEITURA

1.0. ARQUIVO BIBLIOGRÁFICO

1.1. OSWALD DUCROT

- 1.1.1. (1966) « Logique et Linguistique ». *Langages*, n. 2; *La Preuve et le Dire*. Paris: Mame, 1973a; “Lógica e Lingüística”. *Provar e Dizer*, São Paulo: Global, 1981.
- 1.1.2. (1968) “De um Mau Uso da Lógica”; *Da Teoria Lingüística ao Ensino da Língua*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A – Indústria e Comércio, 1979 - exposição feita no Instituto Pedagógico Nacional, na França, em janeiro de 1968.
- 1.1.3. (1968) « Le Structuralisme en Linguistique ». *Qu’ est-ce que le Structuralisme?*. Paris : Éditions du Seuil ; *Estruturalismo e Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 2ed.
- 1.1.4. (1969) « Pressuposés et Sous-Entendus » *Langue Française*, n. 4; *Le Dire et le Dit*. Paris: Minuit, 1984; “Pressupostos e Subentendidos”. *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- 1.1.5. (1970) « Les Indefinis et l’Énonciation ». *Langages*, n. 17. Larousse ; *La Preuve et le Dire*. Paris: Mame, 1973a ; “Os Indefinidos e a Enunciação”. *Provar e Dizer*. São Paulo: Global, 1980.
- 1.1.6. (1972) *Dictionnaire Encyclopédique des Sciences du Langage*. Éditions du Seuil ; *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 3 ed, 2 reimpressão, 2001 – em co-autoria com Tzvetan Todorov.
- 1.1.7. (1972a) *Dire et ne pas Dire. Principes de Semantique Linguistique*. Paris: Hermann; *Princípios de Semântica Lingüística. Dizer e não Dizer*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- 1.1.8. (1972b) « De Saussure à la Philosophie du Langage ». Prefácio da tradução francesa de *Speech Acts* de J. Searle.
- 1.1.9. (1973a) *La Preuve et le Dire*. Paris: Mame; *Provar e Dizer*. São Paulo: Global, 1980.
- 1.1.10. (1973b) « Les Échelles Argumentatives ». *La Preuve et le Dire*. Paris: Mame; “As Escalas Argumentativas”. *Provar e Dizer*. São Paulo: Global, 1980.
- 1.1.11. (1973c) « La Description Sémantique en Linguistique ». *Journal de Psychologie*, n. 1 e 2; *Le Dire et le Dit*. Paris: Minuit, 1984; “A Descrição Semântica em Lingüística”. *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- 1.1.12. (1976) “L’Argumentation dans la Langue”. *Langages*, n. 42 ; *L’Argumentation dans la Langue*. Bruxelles: Madarga, 1983 – co-autoria com Jean-Claude Anscombe.

- 1.1.13. (1977a) “Prefácio”. *O Intervalo Semântico. Contribuição para uma Semântica Argumentativa*. São Paulo: Ática.
- 1.1.14. (1977b) “Estruturalismo e Enunciação”. *Princípios de Semântica Lingüística. Dizer e não Dizer*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- 1.1.15. (1977c) « Note sur la Présupposition et le Sens Litteral ». *Le Mauvais Outil. Langue, Sujet et Discours*. Paris : Klincksiek, 1977 ; “Nota sobre a Pressuposição e o Sentido Literal” *A Ferramenta Imperfeita. Língua, Sujeito e Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- 1.1.16. (1978) “Échelles Argumentatives, Échelles Implicatives et Lois de Discours”; *Semantikos*, n. 2 ; *L’Argumentation dans la Langue*. Bruxelles : Madarga, 1983 – co-autoria com Jean-Claude Anscombe.
- 1.1.17. (1978a) « Structuralisme, Énonciation et Sémantique ». *Poétique*, n. 33, fev.; *Le Dire et le Dit*. Paris: Minuit, 1984; “Estruturalismo, Enunciação e Semântica”. *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- 1.1.18. (1978b) « Énonciation » mimeografado; “Enunciação”. *Enciclopédia Einaudi : Linguagem – Enunciação*, v. 2. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.
- 1.1.19. (1978/1979) « Lois Logiques et Lois Argumentatives » *Le Français Moderne ; L’Argumentation dans la langue*. Bruxelles: Madarga, 1983; “Leis Lógicas e Leis Argumentativas”. *Provar e Dizer*. São Paulo: Global, 1981 – co-autoria com Jean-Claude Anscombe.
- 1.1.20. (1979) « De *Magis* a *Mais*. Une Hypothèse Sémantique ». *Revue de Linguistique Romane*. Lyon/Strasbourg, n. 171-172, tomo 43; “De *Magis* a *Mais*: Uma Hipótese Semântica”. *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. São Paulo: Hucitec, 1980; 2 ed, 1989 – em co-autoria com Carlos Vogt.
- 1.1.21. (1979) « Les Lois de Discours ». *Langue Française*, n. 42, maio; *Le Dire et le Dit*. Paris: Minuit, 1984; “As Leis de Discurso”. *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- 1.1.22. (1980) *Les Mots du Discours*. Paris : Minuit – em co-autoria com diversos autores.
- 1.1.23. (1980) « Analyse de Textes et Linguistique de l’Énonciation ». *Les Mots du Discours*. Paris : Minuit.
- 1.1.24. (1981) « L’Argumentation par Autorité ». *L’Argumentation*, Presses Universitaires de Lyon; *Le Dire et le Dit*. Paris: Minuit, 1984; “A Argumentação por Autoridade”. *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- 1.1.25. (1984a) *Le Dire et le Dit*. Paris: Minuit; *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- 1.1.26. (1984b) « Esquisse d’une Théorie Polyphonique de l’Énonciation ». *Le Dire et le Dit*. Paris: Minuit; “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação” *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.

- 1.1.27. (1989) “Argumentação e “Topoi” Argumentativos”. *História e Sentido na Linguagem*. Campinas: Pontes.
- 1.1.28. (1995) « Les Modificateurs Déréalisans ». *Journal of Pragmatics*, n. 24; (www.ehess.fr/centres/celith/DucrotModiftext.html).
- 1.1.29. (1995) *Nouveau Dictionnaire Encyclopédique des Sciences du Langage*. Paris : Seuil – em co-autoria com Jean-Marie Shaeffer.
- 1.1.30. (1999) « Le Problème du Paradoxe dans une Sémantique Argumentative ». *Langue Française* (<http://www.ehess.fr/centres/celith/CarelDucrotParadox.html>); “O Problema do Paradoxo em uma Semântica Argumentativa”. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*. Campinas: Pontes, n. 8, 2001 – em co-autoria com Marion Carel.
- 1.1.31. (2000) “La Elección de las Descripciones en Semántica Argumentativa Léxica”. *Discurso y Sociedad*, v.2 (4).

1.2. CARLOS VOGT

- 1.2.1. (1971) *Une Introduction du Probleme de la Semantique dans le Grammaire Générative*. Dissertação de Mestrado. Besançon.
- 1.2.2. (1973) “Finalmente Peirce”. *Revista de Administração de Empresas*, v. 13, n. 2. Rio de Janeiro.
- 1.2.3. (1974a) “Epígrafe”. A Palavra Envolvente. *Cadernos do IFCH*. Campinas: IFCH – Unicamp.
- 1.2.4. (1974b) A Palavra Envolvente. *Cadernos do IFCH*. Campinas: IFCH – Unicamp.
- 1.2.5. (1974c) *O Intervalo Semântico. Contribuição para uma Semântica Argumentativa*. Tese de Doutorado, Campinas: IFCH – Unicamp.
- 1.2.6. (1976/1977) “Indicações para uma Análise Semântico-Argumentativa das Conjunções *Porque, Pois e Já Que*”. *Revista Alfa*, n. 22 e 23. Marília: Unesp.
- 1.2.7. (1977a) *O Intervalo Semântico. Contribuição para uma Semântica Argumentativa*. São Paulo: Ática.
- 1.2.8. (1977b) “Os Dois Labirintos”. *Contexto*, n. 2, São Paulo; *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. Campinas: Funcamp; São Paulo: Hucitec, 1980.
- 1.2.9. (1978a) “Linguagem, Língua e Poder”. *Contexto*, n. 5, São Paulo; *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. Campinas: Funcamp; São Paulo: Hucitec, 1980.
- 1.2.10. (1978b) “Estrutura e Função da Linguagem”. *Subsídios à Proposta Curricular de Língua Portuguesa para o 2º Grau, vol I – Reflexões Preliminares*, São Paulo; *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. Campinas: Funcamp; São Paulo: Hucitec, 1980.

- 1.2.11. (1979) « De *Magis* a *Mais*. Une Hypothèse Sémantique ». *Revue de Linguistique Romane*. Lyon/Strasbourg, n. 171-172, tomo 43; “De *Magis* a *Mais*: Uma Hipótese Semântica”. *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. São Paulo: Hucitec, 1980; 2 ed, 1989 – co-autoria com Oswald Ducrot.
- 1.2.12. (1980a) “Por uma Pragmática das Representações”. Revista *Discurso*, n. 11. São Paulo; *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. São Paulo: Hucitec: 1980, 2 ed. 1989.
- 1.2.13. (1980b) *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. São Paulo: Hucitec, 2 ed. 1989.
- 1.2.14. (1983) “Pragmática: O Rosto e a Máscara da Linguagem”. *Estudos. Sobre Pragmática*, n. 9. Uberaba: Fiube.
- 1.2.15. (1984) “Dois Verbos Achar em Português?”. *Estudos de Semântica Aplicada ao Português*, n. 1. Araraquara: Unesp; *Linguagem Pragmática e Ideologia*. São Paulo: Hucitec, 2 ed., 1989 – co-autoria com Rosa Attié Figueira.
- 1.2.16. (1996) *Cafundó. A África no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Campinas: Editora da Unicamp – co-autoria com Peter Fry.
- 1.2.17. (1998) “Oswald Ducrot e a Unicamp: Uma Visão Pessoal”. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 35. Campinas: IEL – Unicamp.

1.3. EDUARDO GUIMARÃES

- 1.3.1. (1976a) *Da Modalidade e Auxiliarização Verbal em Língua Portuguesa*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH – USP.
- 1.3.2. (1976b) “Pressuposição e Isotopia do Discurso: Considerações Preliminares”. *Série Estudos. Estudos. Estudos Lingüísticos*, n. 2. Uberaba: FISTA.
- 1.3.3. (1977) “Algumas Considerações Sobre a Negação”. *Série Estudos. Sobre a Linguagem*, n. 3. Uberaba: FISTA.
- 1.3.4. (1978) “Discussão”. Debate entre Eni Orlandi, Eduardo Guimarães, e Francis Aubert, na mesa redonda “Foco e Pressuposição” do “I Colóquio de Língua, Lingüística e Literatura”. *Série Estudos. Foco e Pressuposição*, n. 4. Uberaba: FISTA. Realizado em 1976.
- 1.3.5. (1978) “Foco e Pressuposição”. *Série Estudos. Foco e Pressuposição*, n. 4. Uberaba: FISTA.
- 1.3.6. (1978a) “Da Pressuposição em Lingüística”. *Série Estudos. Foco e Pressuposição*. n. 4. Uberaba: FISTA.
- 1.3.7. (1978b) “O Intencional e o Convencional na Constituição do Sentido”. *Série Estudos. Sobre Semântica*, n. 5. Uberaba: FISTA.
- 1.3.8. (1979a) *Modalidade e Argumentação Lingüística. Análise dos Enunciados no Passado em Língua Portuguesa*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH – USP.

- 1.3.9. (1979b) “Leis Conversacionais”. *Série Estudos. Sobre o Discurso*, n. 6. Uberaba: FISTA.
- 1.3.10. (1980) “A Litotes. Uma Abordagem Conversacional”. *Estudos Lingüísticos III. Anais de Seminários do GEL. Reunião realizada em Bauru, em 1978.*
- 1.3.11. (1981a) “Argumentação e Pressuposição” *Anais do V Encontro Nacional de Lingüística*, v. II. Rio de Janeiro: PUC-RJ.
- 1.3.12. (1981b) “Algumas Considerações sobre a Conjunção *Embora*”. *Série Estudos. Português: Estudos Lingüísticos*, n. 7. Uberaba: FISTA.
- 1.3.13. (1981) “Estratégias de Relação e Estruturação do Texto”. *Sobre a Estruturação do Discurso*. Campinas: IEL – Unicamp.
- 1.3.14. (1983a) “Tópico e Argumentação na Constituição do Texto”. *Letras*, n.1, v.2. Campinas: PUCCAMP.
- 1.3.15. (1983b) “Sobre Alguns Caminhos da Pragmática”. *Série Estudos. Sobre Pragmática*, n. 9. Uberaba: Fiube.
- 1.3.16. (1985) “Não Só... Mas Também: Polifonia e Argumentação”. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 8. Campinas: IEL – Unicamp.
- 1.3.17. (1985) “Operadores de Argumentação e Diálogo” (em co-autoria com J. W. Geraldi e R. Ilari). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 9. Campinas: IEL – Unicamp.
- 1.3.18. (1986) “Polifonia e Tipologia Textual”. *Lingüística Textual. Texto e Leitura*. São Paulo: EDUC.
- 1.3.19. (1986) “Na Boa ou na Má Hora: A História de uma Concessiva”. *Série Estudos. O Histórico e o Discursivo*, n. 12. Uberaba: Fiube.
- 1.3.20. (1987) “Credo ou Creio”. *Palavra, Fé, Poder*. Campinas: Pontes.
- 1.3.21. (1987) *Texto e Argumentação. Um Estudo das Conjunções do Português*. Campinas: Pontes, 2001, 2 ed.
- 1.3.22. (1988) “Unidade e Dispersão: Uma Questão do Sujeito e do Discurso”. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1999, 4 ed. – co-autoria com Eni Orlandi.
- 1.3.23. (1989a) (org.) *História e Sentido na Linguagem*. Campinas: Pontes.
- 1.3.24. (1989b) “Enunciação e História”. *História e Sentido na Linguagem*. Campinas: Pontes.
- 1.3.25. (1989) “Apresentação”. *História e Sentido na Linguagem*. Campinas: Pontes.
- 1.3.26. (1989) *Vozes e Contrastes. Discurso na Cidade e no Campo*. São Paulo: Cortez – co-autoria com Eni Orlandi e Fernando Tarallo.
- 1.3.27. (1995) *Os Limites do Sentido. Um Estudo Histórico e Enunciativo da Linguagem*. Campinas: Pontes.
- 1.3.28. (2001a) “O Sujeito e os Estudos da Significação na Década de 70 no Brasil”. *Estudos Enunciativos no Brasil. Histórias e Perspectivas*. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp, 2001.

- 1.3.29. (2002a) "As Fronteiras entre Semântica e Pragmática". *Ensaios. Relações entre Pragmática e Enunciação*, n. 17. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato.
- 2.0. ARQUIVO CENTRAL DO SISTEMA DE ARQUIVOS DA UNICAMP. PROCESSOS CONSULTADOS
- 2.1. UNIVERSIDADE DE CAMPINAS (UC). *Anexos*. Reitoria/APP. 562/67, 111/67, cx 15, 1967.
- 2.2. ÓRGÃO INFORMATIVO DO DIRETÓRIO ACADÊMICO ADOLFO LUTZ. *Revista n. 0. Universidade Estadual de Campinas*. 1970.
- 2.3. INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS. *Organização*. SGI/AH-III, cx 05 mç 01, 1967, 1969, 1971, 1975, s.d.
- 2.4. INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UEC. *Reconhecimento dos cursos de bacharelado de Ciências Sociais, de Economia e de Lingüística, ministrados por este Instituto*. Processo 2965, 1º.volume, ano 1972, data 08/08/74.
- 2.5. INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UEC. "Constituição do Instituto de Estudos de Linguagem". Processo 7968/76, data 02/12/76.
- 2.6. INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS. *Notas e Freqüências*. DAC III-PG, 1974-76.
- 2.7. INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS. *Recortes/Pareceres*. SGI/AH-III. mç 04, cx 05. 1967, 1972, 1975-76, 1979.
- 2.8. INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS. *Recortes de Jornais*. SGI/AH-III. mç 11, cx 05. 1968-1988.
- 2.9. INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS. *Boletins de Nota e Freqüência*. DAC III. Graduação. cx 01-03. 1970-76.
- 2.10. INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS. *Boletins de Nota e Freqüência*. DAC III-PG. cx 19 e 20. 1972-76.
- 2.11. INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS. *Graduação*. SGI/AH-III. mç 05, cx 05, 1970-72, 1974, 1978.
- 2.12. INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS. *Relatório de Atividades*. SGI/AH-III. mç 10, cx 05. 1971.
- 2.13. INSTITUTO DE LETRAS DA UEC. "Projeto de Estruturação". Reitoria, Processo 2448, ano 1975, data 24/04/75.
- 2.14. INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM. *Graduação. Reconhecimento de Curso*. SGI/AH-X. cx 05, mç 03. 1975-81.
- 2.15. INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM. *Notas sobre a Unicamp e o IEL*. cx 02, mç 02.
- 2.16. INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM. *Recortes de Jornal. Diário Oficial*. SGI/AH-III. mç 04, cx 04, 1975-1988.

- 2.17. INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM. *Boletins de Nota e Freqüência*. DAC III. Graduação. cx 01-04. 1977-90.
- 2.18. INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM. *Boletins de Nota e Freqüência*. DAC III-PG. cx 16-17. 1977-90.
- 2.19. INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM. *Ensino e Pesquisa. Pós-Graduação*. SG/AH-III. cx 08, mç 10. 1978 a 1986.
- 2.20. DIÁRIO DO POVO. *Unicamp Vai Implantar o Instituto de Lingüística*. GRI/ACI. cx 28. 26/08/76.
- 2.21. CORREIO POPULAR. *Instituto de Lingüística na Unicamp*. GRI/ACI. cx 05. 29/08/76.

3.0. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ALEXANDRE EULÁLIO (CEDAE)

- 3.1. Documentos do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo (GEL).

4.0. CATÁLOGOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO CONSULTADOS NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP E NA DIRETORIA ACADÊMICA (DAC) DA UNICAMP

- 4.1. CATÁLOGO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO. Universidade Estadual de Campinas. Editado pela Câmara Curricular. Catálogos dos anos de 1973-76 e 2001-04.
- 4.2. CATÁLOGO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO. Universidade Estadual de Campinas. Editado pela Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação. Catálogos dos anos de 1974, 1976-78, 1980 e 2001-04.

5.0. PESQUISAS EM BASES VIRTUAIS

- 5.1. Informações acadêmicas de docentes em Currículos Lattes disponibilizados na Plataforma Lattes do CNPq e no Sipex da Unicamp.
- 5.2. Informações acadêmicas de docentes em outras bases virtuais.
- 5.3. Textos pesquisados, a partir do site de busca Google, que contêm os nomes: *semântica argumentativa*, *semántica argumentativa*, *sémantique argumentative*, *argumentative semantics*, *argumentativen Semantik* e outros textos.
- 5.4. Outras pesquisas no site de busca Google.
- 5.5. Outros.